



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Alessandra Bettencourt Figueiredo Fraguas

**Entre Júpiter e Prometeu, a complexa trajetória de  
D. Pedro II: um agente no campo científico (1871 - 1891)**

Rio de Janeiro

2019

Alessandra Bettencourt Figueiredo Fraguas

**Entre Júpiter e Prometeu, a complexa trajetória de  
D. Pedro II: um agente no campo científico (1871 - 1891)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política e Cultura.

Orientadora: Professora Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

<p>P372e Fraguas, Alessandra Bettencourt Figueiredo Entre Júpiter e Prometeu, a complexa trajetória de D. Pedro II: um agente no campo científico (1871 - 1891) / Alessandra Bettencourt Figueiredo Fraguas. – 2019. 207 f.</p> <p>Orientadora: Lucia Maria Paschoal Guimarães. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Bibliografia.</p> <p>1. Pedro II, Imperador do Brasil, 1825-1891 - Teses. 2. Intelectuais -- Teses. 3. Antropologia-- Teses. I. Guimarães, Lucia Maria Paschoal II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 981</p>
---

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Alessandra Bettencourt Figueiredo Fraguas

**Entre Júpiter e Prometeu, a complexa trajetória de  
D. Pedro II: um agente no campo científico (1871 - 1891)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política e Cultura.

Aprovada em 30 de julho de 2019.

Banca examinadora:

---

Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães (Orientadora)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Dr. Humberto Fernandes Machado  
Departamento de História - UFF

Rio de Janeiro

2019

## **DEDICATÓRIA**

Para os meus filhos, João Pedro e Afonso. Perseverança, sempre.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer, mostrar gratidão, reconhecer, retribuir, render graças. Todas as definições do dicionário cabem neste trabalho. Porque não se encerra nesta dissertação, mas é fruto de anos de aprendizado, estudo, pesquisa, convivência. São, portanto, muitos os nomes que vêm agora à minha mente. O formato acadêmico, como se sabe, não me permite elencar todos.

Assim, agradeço especialmente à minha orientadora, professora Dra. Lucia Maria Paschoal Guimarães, pelo acolhimento, desde o primeiro momento, e pela inestimável orientação. Sinto-me realmente privilegiada e honrada por ser sua orientanda.

Aos professores que compuseram a banca de defesa do projeto, Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Dr. Humberto Fernandes Machado, cujas observações trouxeram preciosos aportes a este trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ e, particularmente, àqueles que ministraram as disciplinas que cursei: além das professoras Lucia Maria Paschoal Guimarães e Lúcia Maria Bastos P. das Neves, já citadas, Márcia de Almeida Gonçalves, Alex Varella, Maria Letícia Corrêa, Ana Carolina Delmas e Bruna Soalheiro. Agradeço, igualmente, à professora Tânia Maria Bessone.

Aos colegas do PPGH-UERJ, tanto os do Mestrado quanto os do Doutorado. As discussões e trocas havidas em sala de aula foram, sem dúvidas, primordiais. Particularmente, muito obrigada a Fabíola Brito e a Luiz José da Silva, pela amizade e apoio constantes.

A todos os funcionários e servidores da UERJ, meu reconhecimento por fazerem desta universidade um espaço democrático, plural, inclusivo, onde o respeito e a excelência são máximas norteadoras de conduta e das práticas docentes e discentes.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A bolsa concedida a mim foi de suma importância para que pudesse custear as pesquisas.

Ao professor Wilton Carlos Lima da Silva, da UNESP, por ter aceitado as minhas propostas de trabalho em dois eventos acadêmicos internacionais: o 54º Congresso Internacional de Americanistas, na Universidade de Viena, em 2012, e o 56º Congresso Internacional de Americanistas, na Universidade de Salamanca, em 2018. A oportunidade de participação nesses encontros e, particularmente, de comunicação nos simpósios que coordenou, foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao professor Sergio Romanelli, coordenador do NUPROC, da UFSC, pela confiança e a inclusão do meu nome no grupo de pesquisas que se dedica ao estudo da produção

intelectual de d. Pedro II. Igualmente, agradeço à professora Noêmia Guimarães Soares, também do NUPROC/UFSC, pelas discussões e pelo compartilhamento de fontes, algumas essenciais para esta pesquisa, como a correspondência ativa de d. Pedro II com Quatrefages, depositada na Biblioteca Nacional da França.

À professora Regina Maria Macedo Costa Dantas, pesquisadora e historiadora do Museu Nacional/UFRJ, a quem devo uma visita técnica imprescindível para o dimensionamento da importância do museu particular de d. Pedro II para a formação do acervo daquela instituição. No seu nome, presto homenagem a todos os servidores e funcionários do Museu Nacional. Espero ter contribuído para mostrar o lugar que o “Museu do Rio” ocupava nos projetos de d. Pedro II.

Este trabalho, obviamente, também não seria possível sem a minha relação com o Museu Imperial, onde comecei a trabalhar em 2008. Por isso, muitos agradecimentos ao professor Maurício Vicente Ferreira Júnior que, naquela ocasião, contratou-me para integrar a equipe de um dos seus projetos. Esta oportunidade mudaria não só o meu objeto de estudo, mas também as minhas metas profissionais. No nome do professor Maurício, diretor do Museu Imperial, estendo o meu reconhecimento a todos os colegas, funcionários e servidores da instituição, os de hoje e os de ontem.

Porém, entre todos e todas com quem convivo no Museu Imperial, gostaria de acrescentar a minha gratidão a alguns nomes que tiveram importância direta para a minha formação, para o meu aperfeiçoamento profissional e, em última instância, para a realização desta dissertação. Falo, primeiramente, de minhas mestras:

Neibe Cristina Machado da Costa, em quem reconheço imensa generosidade em compartilhar conhecimento, em ensinar o que sabe com desprendimento ímpar. Este projeto não existiria sem a oportunidade de dividir com você a elaboração do dossiê sobre as viagens de d. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo. Serei eternamente grata não só por tudo o que me ensinou, como também pelo carinho e a amizade que levaremos para sempre.

Maria de Fátima Moraes Argon da Matta, igualmente, historiadora, arquivista e pesquisadora do Museu Imperial por quase quatro décadas. Uma vida dedicada à instituição que preserva os documentos pessoais de d. Pedro II só poderia gerar, no privilégio da convivência, um aprendizado inestimável. A você, que é uma das maiores especialistas nas trajetórias de d. Pedro II e da princesa Isabel, incontáveis obrigadas pelas oportunidades, confiança, incentivo e amizade.

Ana Luísa Alonso de Camargo, pela acolhida na Museologia, e Claudia Maria Souza Costa, que me recebeu na Biblioteca, enquanto técnica em acervo do projeto DAMI, pelo

incentivo constante; por tudo que me ensinaram. As conversas histórico-sociológicas que entretive com ambas foram sempre um bálsamo, mas também importantes reflexões teóricas para este trabalho.

Agradeço ainda a Ana Paula Piermatei, Athos Barbosa, Eliane Marchesini Zanatta, Fernando Barbosa, Jean Bastardis, Isabela Verleun, Márcio Miquelino, Maria Inez Turazzi, Patrícia França, Regina Helena Resende, Renata Ferreira, Rosana Carvalho, Rosane de Freitas, Sandra Lúcia Pinho. Os diversos jeitos de incentivar foram fundamentais para mim.

A Thais Martins Lepeteur, com quem dividi a autoria dos primeiros artigos que levaram à formatação deste projeto e participações nos eventos acadêmicos que permitiram o amadurecimento desta pesquisa. Os gestos de amizade ficarão registrados sem dúvidas.

Mais recentemente, a Lucas Ventura, com quem tenho compartilhado “reflexões historiográficas”, muitíssimo obrigada pela paciência em ouvir a leitura, em voz alta, de parágrafos e mais parágrafos desta dissertação.

A Pedro Garrido, pela gentileza de revisar o texto do resumo em inglês.

A Paulo Rezzutti, pelas extensas discussões em longos e-mails. Espero que o “meu” d. Pedro II complemente, de alguma forma, a história não contada do “seu”.

A Jaqueline de Aguiar, pelo apoio e pelas trocas intelectuais referentes às nossas “pesquisas-irmãs”, já que o “pai-mestre das princesas” é também o “d. Pedro II intelectual”.

À professora Lia Bott de Aquino Carvalho, fonte de inspiração desde a graduação.

A Pedro Paulo Aiello Mesquita, que tem sido um constante interlocutor nos debates teórico-metodológicos, desde a faculdade de História, agradeço não só a amizade e o apoio como também a leitura crítica e a revisão do texto final.

A Luzia de Menezes Chaves por uma amizade de quase trinta anos, que começou nos tempos de IFCS/UFRJ. Pelas palavras certas nas horas difíceis. Com imensa gratidão.

A três amigos que não se encontram mais entre nós, mas que, certamente, ficariam muito felizes com a finalização deste trabalho: Marcelo Santos, Maria Lúcia de Mello Frias e Paulo Roberto Martins de Oliveira. A este, devo a honra de ter legado a mim alguns de seus livros, que seriam consideráveis fontes para a dissertação.

A toda a minha família, base de tudo. À minha mãe, força e baluarte; ao meu pai, pelo encorajamento; ao meu irmão, Anderson, a Tathiana e Bruna.

Aos meus filhos, por suportarem as ausências presentes, sempre tão difíceis de serem entendidas. A meu marido, Luiz Ricardo, com quem divido a vida, os projetos e os sonhos.

A Deus, que me deu uma segunda chance de vida, permitindo que este trabalho fosse concluído. A Ele, sempre, eternas graças.

O fim de uma viagem  
é apenas o começo doutra.  
É preciso recomeçar a viagem  
Sempre.

*José Saramago*

## RESUMO

FRAGUAS, Alessandra Bettencourt Figueiredo. **Entre Júpiter e Prometeu, a complexa trajetória de d. Pedro II: um agente no campo científico (1871-1891)**. 2019. 207f. Dissertação de Mestrado em História Política - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

A dissertação tem como objetivo apresentar e discutir novas perspectivas em torno da trajetória de d. Pedro II (1825-1891), que governou o Brasil entre 1840 e 1889, e é, sem dúvida, uma das personagens mais estudadas da História do Brasil. Neste sentido, fez-se necessário um capítulo dedicado à revisão e ao debate historiográficos, onde os diversos perfis de d. Pedro II, desde as escritas autorreferenciais até as biografias e trabalhos acadêmicos mais recentes, fossem tratados de forma problematizadora, permitindo marcar o ineditismo da nossa análise, fundamentada, sobretudo, na leitura extensa e intensa da documentação privada da Família Imperial, custodiada pelo Museu Imperial. O intento fundamental é debater a tese da teatralização do poder, segundo a qual a relação de d. Pedro II com as ciências foi um importante capital simbólico para a fundamentação do seu poder político, e mostrar que, para além deste aspecto, o imperador de fato foi um agente em uma rede transnacional de produção e circulação de conhecimento, figurando como reconhecido intelectual, integrante de uma vasta rede de sociabilidade, formada especialmente após a sua primeira viagem ao exterior em 1871. Além disso, o trabalho visa sublinhar a participação de d. Pedro II nos debates que envolveram a conformação de um novo paradigma científico, em meados do Oitocentos, particularmente, com relação à constituição de um novo campo científico, o dos estudos antropológicos. Finalmente, a dissertação pretende ressaltar como a tomada de posições nestas discussões intelectuais e científicas, não só permite defender d. Pedro II como um intelectual, em oposição à ideia de mecenas, erudito e diletante, mas também viabiliza a percepção das colocações e dos deslocamentos na sua trajetória, destacando o ponto de inflexão, na década de 1850, a complexidade de sua história de vida, assim como a sua aproximação com a chamada geração de 1870.

Palavras-chave: D. Pedro II. Trajetória. Intelectuais. Ciências. Antropologia.

## ABSTRACT

FRAGUAS, Alessandra Bettencourt Figueiredo. **Between Jupiter and Prometheus, the complex trajectory of d. Pedro II: an agent in the scientific field (1871-1891)**. 2019. 207f. Dissertation Master in Political History – Philosophy and Human Sciences Institute, University of the State of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The dissertation aims to present and discuss new perspectives on the trajectory of d. Pedro II (1825-1891), who ruled Brazil between 1840 and 1889. The emperor is undoubtedly one of the most studied characters in Brazilian history. In this sense, it was necessary a chapter dedicated to the revision and an historical debate, where the diverse profiles of d. Pedro II, from the autobiographical writings to the most recent biographies and scholarly works, were treated in a problematic way, allowing us to mark the novelty of our analysis, mainly based on the extensive and intense reading of the private documents of the Imperial Family, kept by the Imperial Museum. The fundamental intent is to debate the thesis of the theater state, according to which the relation of d. Pedro II with the sciences was an important symbolic capital for the foundation of his political power, and to show that, beyond this aspect, the emperor was indeed an agent in a transnational network of production and circulation of knowledge, appearing as an intellectual, a member of a vast network of sociability, formed especially after his first trip abroad in 1871. In addition, the work aims to underline the participation of d. Pedro II in the debates that involved the configuration of a new scientific paradigm in the XIX century, particularly in relation to the constitution of a new scientific field: the anthropological studies. Finally, the dissertation intends to emphasize how the taking of positions in these intellectual and scientific discussions not only allows to defend d. Pedro II as an intellectual, in opposition to the idea of patron, erudite and dilettante, but also makes possible the perception of the placements and displacements in his trajectory, highlighting the point of inflection in the 1850s, the complexity of his life, as well as his approach to the so-called generation of 1870.

Keywords: D. Pedro II. Trajectory. Intellectuals. Sciences. Anthropology.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Dom Pedro II na Abertura da Assembleia Geral. Pedro Américo de Figueiredo e Melo. 1872. Oléo sobre tela. Museu Imperial/ Ibram/ Ministério da Cidadania/nº41/2019.....	31
Figura 2 -	D. Pedro II com seu médico, conde da Mota Maia, na estação de cura de Aix-les-Bains, no Hotel <i>Splendide</i> , França. Albúmem. Anônimo. Julho de 1888. Museu Imperial/ Ibram/ Ministério da Cidadania/ nº41/2019.....	31
Figura 3 -	Viagem astronômica e imperial no mundo das estrelas. Coleção Revista Ilustrada. Museu Imperial/ Ibram/ Ministério da Cidadania/ nº41/2019.....	41
Figura 4 –	D. Pedro II e o Presidente do Conselho de Ministros, Lafayette Rodrigues Pereira. Coleção Revista Ilustrada. Museu Imperial/ Ibram/ Ministério da Cidadania/nº41/2019.....	41
Figura 5 –	O Presidente da República, Getúlio Vargas, inspecionando as obras da construção do mausoléu do imperador e da imperatriz, na Catedral de Petrópolis. 1939. Fotografia. Anônimo. Coleção Agência A Noite. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.....	47
Figura 6 –	O Presidente da República, Getúlio Vargas, em visita ao Palácio Imperial, diante do trono que, originalmente, pertencera ao Paço de São Cristóvão. À esquerda, ao lado do presidente, vê-se Alcindo Sodré, primeiro diretor do Museu Imperial. 1942. Fotografia. Acervo Institucional. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/201943.....	47
Figura 7 –	D. Pedro II. Le jour de son couronnement et de sons sacre. Aubert & Cei. Litografia colorida. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.....	53
Figura 8 –	D. Pedro II. Fotografia. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.....	53
Figura 9 –	Registros etnográficos. D. Pedro II. Desenho. Diário da segunda	

	viagem pelo Brasil 1859/1860. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.....	61
Figura 10 –	Registros etnográficos. D. Pedro II. Desenho. Diário da segunda viagem pelo Brasil 1859/1860. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.....	61
Figura 11 -	Diário da Primeira Viagem ao Exterior (Europa e África). Vol. 11. A bordo do vapor Douro e Portugal. Museu/ Imperial/ Ibram/ Ministério da Cidadania/nº41/2019.....	71
Figura 12 -	Aquarela de Carlo Ferrario, representando o cenário da ópera ballo <i>Il Guarany. Campo degli Aimoré</i> . Museu Imperial/ Ibram/ Ministério da Cidadania/ nº41/2019.....	107
Figura 13 -	Desenho de autoria de d. Pedro II. Vol. 9. Diário 1859-1860. Museu Imperial/ Ibram/ Ministério da Cidadania/ nº41/2019.....	107
Figura 14 -	LIAIS, Emmanuel. <i>L’Espace Celeste ou Description de l’Univers</i> . “Visita do Imperador ao Observatório de Olinda”. Uma das ilustrações do referido livro, copiada de exemplar que pertenceu ao imperador d. Pedro II. Museu Imperial/ Ibram/ Ministério da Cidadania/ nº41/2019	109
Figura 15 -	Registros etnográficos. D. Pedro II. Desenho. Diário da segunda viagem pelo Brasil 1859/1860. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/ nº41/ 2019.....	118
Figura 16 -	BARBOSA, Fernando F. Itinerário de d. Pedro II. Primeira grande viagem ao exterior. Europa e África. 1871-1872. Mapas. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). <i>Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891</i> . Petrópolis: Museu Imperial, 1999.....	140
Tabela 1 –	Candidatos à Ordem da Rosa – Nomes listados por país.....	143
Tabela 2 –	Contatos estabelecidos por d. Pedro II.....	144
Figura 17 -	Carta, em francês, de [Jean-Baptiste] Dumas, secretário perpétuo da <i>Académie des Sciences</i> , e [Joseph Louis François] Bertrand a d. Pedro II, imperador do Brasil, comunicando a sua eleição como sócio correspondente do <i>Institut de France</i> e da <i>Académie des Sciences</i> , no lugar de Ferdinand Von Wrangell. Paris, 01/03/1875. Museu Imperial/ Ibram/ Ministério da Cidadania/nº41/2019.....	145

Tabela 3 –	Contatos com integrantes de instituições francesas.....	148
Figura 18 -	BARBOSA, Fernando F. Itinerário de d. Pedro II. Segunda grande viagem ao exterior. EUA, Europa, Oriente Médio e África. 1876-1877. Mapas. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). <i>Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891</i> . Petrópolis: Museu Imperial, 1999.....	149
Figura 19 -	BARBOSA, Fernando F. Itinerário de d. Pedro II. Segunda grande viagem ao exterior. EUA, Europa, Oriente Médio e África. 1876-1877. Mapas. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). <i>Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891</i> . Petrópolis: Museu Imperial, 1999.....	149
Figura 20 -	BARBOSA, Fernando F. Itinerário de d. Pedro II. Segunda grande viagem ao exterior. EUA, Europa, Oriente Médio e África. 1876-1877. Mapas. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). <i>Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891</i> . Petrópolis: Museu Imperial, 1999.....	149
Figura 21-	BARBOSA, Fernando F. Itinerário de d. Pedro II. Segunda grande viagem ao exterior. EUA, Europa, Oriente Médio e África. 1876-1877. Mapas. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). <i>Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891</i> . Petrópolis: Museu Imperial, 1999.....	149
Figura 22 -	BARBOSA, Fernando F. Itinerário de d. Pedro II. Segunda grande viagem ao exterior. EUA, Europa, Oriente Médio e África. 1876-1877. Mapas. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). <i>Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891</i> . Petrópolis: Museu Imperial, 1999.....	150
Figura 23 -	Página de <i>Histoire générale des races humaines</i> , de Armand de Quatrefages, na qual se utilizou de reproduções dos crânios de botocudos da Coleção de D. Pedro II. <a href="http://gallica.bnf.fr/Bibliothèque_nationale_de_France">gallica.bnf.fr/Bibliothèque nationale de France</a> .....	165
Figura 24 -	Esboço de uma omoplata. Desenho a lápis. Provavelmente, de autoria de Quatrefages. Abaixo, à esquerda, a lápis, lê-se “ <i>Omoplate de [Balenolo] avec entailles, incisions, coupes, vu de deux côtés.</i> ” Anexo à carta enviada por Quatrefages, datada, [Paris, 19/02/1882]. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.....	170

Figura 25 - Trechos da tradução de *Prometheu Encadeado*, de autoria de d. Pedro II. Maço 37– Doc. 1057-B. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Museu Imperial/ Ibram/ Ministério da Cidadania/nº41/2019..... 175

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1	<b>ENTRE O PATRIARCA E O BACHAREL: UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO EM TORNO DOS PERFIS DE D. PEDRO II.....</b>	<b>21</b>
1.1	<b>Escritas de si: as narrativas autobiográficas e a construção do monarca cidadão.....</b>	<b>24</b>
1.2	<b>Memória em dois tempos: entre as narrativas do Oitocentos e a reabilitação no século XX.....</b>	<b>33</b>
1.3	<b>As biografias de d. Pedro II e os múltiplos olhares sobre a sua trajetória..</b>	<b>49</b>
1.4	<b>D. Pedro II e o campo científico: debates e perspectivas.....</b>	<b>54</b>
1.5	<b>Seguindo as pistas dos clássicos: Gilberto Freyre e o imperador cinzento.</b>	<b>66</b>
2	<b>ENTRE O GOVERNANTE E O INTELLECTUAL: A COMPLEXA TRAJETÓRIA DE D. PEDRO II.....</b>	<b>70</b>
2.1	<b>O encontro com d. Fernando: o espaço de experiência e o <i>ethos</i> aristocrático.....</b>	<b>72</b>
2.1.1	<u>Debates em torno da consolidação do Estado Nacional.....</u>	<b>75</b>
2.1.2	<u>As mensagens ao imperador: conselhos de um velho liberal.....</u>	<b>80</b>
2.1.3	<u>O <i>Malagueta</i> e o <i>Timandro</i>: posições trocadas à luz do baile.....</u>	<b>86</b>
2.2	<b>O encontro com Alexandre Herculano: o horizonte de expectativa e o <i>ethos</i> burguês.....</b>	<b>90</b>
2.2.1	<u>Entre a ortodoxia e a heterodoxia: d. Pedro II e a polêmica publicação de <i>A Confederação dos Tamoios</i>.....</u>	<b>93</b>
2.2.2	<u>D. Pedro II e os debates em torno de um novo paradigma científico.....</u>	<b>96</b>
2.3	<b>A segunda grande viagem do imperador pelo Brasil: conhecimentos, reconhecimentos e estranhamentos.....</b>	<b>108</b>
2.3.1	<u>Práticas etnográficas, esboços antropológicos.....</u>	<b>115</b>
2.3.2	<u>D. Pedro II e os estudos filológicos.....</u>	<b>119</b>
3	<b>ENTRE O INTELLECTUAL E O CIENTISTA: D. PEDRO II E A GERAÇÃO DE 1870.....</b>	<b>126</b>
3.1	<b>De Guizot a Spencer, a trajetória intelectual de d. Pedro II.....</b>	<b>129</b>
3.1.1	<u>D. Pedro II e o pensamento hegemônico na consolidação do Estado Nacional.</u>	<b>131</b>

3.1.2	<u>D. Pedro II e o pensamento social da segunda metade do Oitocentos.....</u>	134
3.2	<b>D. Pedro II em novos espaços de sociabilidade.....</b>	138
3.2.1	<u>A rede de sociabilidade na primeira viagem ao exterior – 1871-1872.....</u>	142
3.2.1.1	D. Pedro II e a Academia de Ciências do Instituto de França – 1871-1891.....	145
3.2.2	<u>A meia-volta ao mundo e a ampliação da rede de sociabilidade – 1876-187.....</u>	148
3.2.2.1	D. Pedro II e Louis Agassiz: aspectos das discussões racialistas.....	153
3.2.2.2	Seguindo viagem, consolidando contatos intelectuais.....	157
3.3	<b>Uma amizade sob holofotes: d. Pedro II e Armand de Quatrefages.....</b>	159
3.3.1	<u>A configuração de uma nova ciência: Quatrefages, Paul Broca e d. Pedro II....</u>	161
3.3.2	<u>D. Pedro II em torno dos debates antropológicos.....</u>	163
3.3.2.1	Por dentro da correspondência entre d. Pedro II e Quatrefages.....	165
3.4	<b>D. Pedro II e a geração de 1870: aproximações.....</b>	174
3.4.1	<u>Dialogando com as ideias: d. Pedro II entre os novos liberais e os cientificistas.....</u>	180
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	188
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	194

## INTRODUÇÃO

Os biógrafos de d. Pedro II, em maior ou menor grau, têm em comum o fato de apontarem para a dualidade que permeou toda a trajetória do segundo imperador do Brasil, sempre dividido entre o monarca e o cidadão, entre os assuntos de Estado e os seus estudos e projetos pessoais, entre o *ethos* aristocrático e o *ethos* burguês<sup>1</sup>.

Esta tensão tornou-se evidente ao nos dedicarmos à leitura do Arquivo da Casa Imperial do Brasil<sup>2</sup>, cerca de 30 mil documentos, nos aproximando do objeto de estudo – a trajetória de d. Pedro II - e percebendo minúcias e complexidades que de outra forma não seriam notadas. O arquivo pessoal de d. Pedro II nos permitiu atentar para o conflito entre os projetos coletivos e os projetos individuais e o enquadramento do agente social – um indivíduo incomum - sobre si mesmo, revelando contradições desprezadas pelos relatos lineares e pelas biografias laudatórias.

Assim, nos deparamos com documentos onde os paradoxos entre o agente social, d. Pedro de Alcântara, e a estrutura social brasileira - agrário-aristocrática e patrimonialista - são expostos. O conflito do agente, em sua passagem do *ethos* aristocrático ao *ethos* burguês pôde ser percebido a partir da valorização de novos capitais (o cultural sobre o social, por exemplo), das lutas que perpassavam os campos e, particularmente, da relação de forças entre a ortodoxia – a dominação tradicional, baseada na pessoalidade e nas distinções sociais – e a heterodoxia – a dominação burocrática, fundamentada na racionalidade, na laicização do pensamento, no cientificismo, na burocratização racional do Estado e na separação entre as esferas pública e privada.

Paralelamente, a pesquisa revelou que d. Pedro II não só acompanhou de muito perto todas as discussões que envolveram as mudanças de discurso no campo científico, como

---

<sup>1</sup> O conceito de *ethos* que aparecerá recorrentemente ao longo do trabalho relaciona-se à proposição de Max Weber (1864-1920), enquanto uma máxima norteadora de conduta, modos de pensar, sentir e agir. O *ethos* burguês, pautado no ascetismo laico, está para o tipo de dominação burocrático-racional assim como o *ethos* aristocrático está para o tipo de dominação tradicional-patrimonialista. Cf. WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 7. ed., São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1992; WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (Org.). *Weber: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 128-141.

<sup>2</sup> O Arquivo da Casa Imperial do Brasil – POB – é a documentação de caráter privado da Família Real de Portugal e Imperial do Brasil, composta por cerca de 40 mil documentos, produzidos entre 1249 e 1932, mais documentos sem data, totalizando 22,03 metros lineares, conforme Inventário Ibram/2010, doada ao Museu Imperial por d. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, bisneto de d. Pedro II. As negociações para a doação tiveram início em 1947 e foram concluídas em 1949, conforme processos 675/1947 e anexos e 123/1949.

efetivamente participou de muitas delas, como demonstra a correspondência que manteve com os principais intelectuais e cientistas de seu tempo. Esta evidência nos levou a indagarmos em que medida a sua aproximação com novos espaços de produção de conhecimento e novos discursos favoreceu o descolamento do imperador em relação ao projeto político pensado pela elite imperial no contexto da consolidação do Estado Nacional e à sua adesão a um novo *ethos* que o aproximaria da geração 1870.

Como no texto a que se dedicou traduzir, *Prometeu Acorrentado*, entre Júpiter e Prometeu, poderíamos inferir que d. Pedro II, ao deixar o Brasil, na madrugada de 17 de novembro de 1889, assemelhava-se mais a este, a quem restou dizer: “Vede, eis aqui, coberto de correntes, um deus desgraçado, incurso na cólera de Júpiter, odioso a todas as divindades que frequentavam seu palácio, tudo isso porque amei os mortais”<sup>3</sup>.

Neste sentido, para buscarmos respostas a esta problemática, a dissertação visa tratar de dois temas caros à Nova História Política<sup>4</sup>: o retorno do indivíduo à análise histórica via conceito de trajetória e a análise dos micropoderes, capazes de revelar conflitos e relações de força que perpassam os campos que formam o espaço social. Segundo, ao se interessar pela disputa pelo discurso hegemônico nos campos científico e intelectual, a partir da década de 1850, procurando aliar a análise da atuação dos agentes no campo intelectual/científico à inserção desses mesmos agentes no campo político, o trabalho não busca o domínio da história das ideias, mas o ponto de interseção entre a História Política e a História Cultural, que permite avaliar, dialeticamente, a relação entre intelectuais e poder, entre ideias e agenciamentos políticos.

Para tal análise, a dissertação encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro, empreendemos um extenso levantamento historiográfico, que nos mostrou que d. Pedro II é, indubitavelmente, uma das personagens mais estudadas na História do Brasil. Somente no catálogo da Biblioteca do Museu Imperial, especializada em Segundo Reinado, é possível recuperar milhares de referências ao seu nome, entre livros, folhetos, periódicos e trabalhos acadêmicos. Por isso, um capítulo em que fosse possível traçar um painel destas publicações,

---

<sup>3</sup> ÉSQUILO. *Prometeu Acorrentado*. Tradução J. B. de Mello e Souza. Digitalização do livro em papel Clássicos Jackson, Vol. XXII. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/prometeu.html>. Acesso em: 20 out. 2016.

<sup>4</sup> Cf. RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ou pelo menos das mais significativas, tornou-se fundamental para que o ineditismo da nossa investigação se justificasse.

O intento é revisitar as biografias e outras narrativas a respeito de d. Pedro II, assim como as escritas autobiográficas, atentando para os múltiplos olhares sobre a sua trajetória, mas também para as escritas de si, com o objetivo de identificar os perfis diversos privilegiados pelos estudiosos e apontar as brechas que confirmam a originalidade desta proposição, ressaltando a nossa contribuição para os debates historiográficos.

A proposta é realizar a revisão historiográfica, contudo, problematizando questões tratadas pelos autores que nos precederam, e não apenas fazendo uma mera compilação destas obras. A partir de variadas tipologias documentais, com destaque para o arquivo pessoal de d. Pedro II, que inclui seus diários, e de fontes secundárias, como memórias, biografias e textos acadêmicos escritos, há que se ressaltar, em vários momentos da historiografia, a discussão pretende embasar a tese desenvolvida nos capítulos seguintes.

No segundo capítulo, objetivamos mostrar a complexa trajetória de d. Pedro II, do *ethos* aristocrático ao *ethos* burguês, visando desconstruir a tese do imobilismo, segundo a qual, o imperador teria permanecido o mesmo por toda a sua vida, cumprindo com afinco um destino que lhe havia sido estabelecido *a priori*.

Ao contrário, partimos do princípio de que as viagens do imperador foram viagens de conhecimento e reconhecimento, claramente ligadas à construção de si mesmo. Embora estudadas sob outros aspectos, as excursões imperiais são analisadas pelo enfoque da rede de sociabilidades estabelecida nos campos intelectual e científico, com destaque para a importância que tiveram na construção de um novo *ethos*, pautado na racionalização de todas as esferas da vida em sociedade.

As viagens, associadas a leituras e contatos intelectuais, acabaram favorecendo novos deslocamentos e colocações de d. Pedro II no espaço social e a diversificação dos capitais privilegiados (o cultural sobre o social, por exemplo), complexificando a sua trajetória e possibilitando a sua passagem do *ethos* aristocrático ao *ethos* burguês e a sua aproximação com a chamada geração de 1870.

Neste capítulo refletimos sobre o espaço de experiência vivenciado por d. Pedro II, logo após a sua coroação e sagração, em 18 de julho de 1841, assim como sobre o seu

horizonte de expectativa, em tempos de profundas crises enfrentadas pelas monarquias europeias.

As fontes priorizadas são os diários das viagens, sobretudo os da segunda grande viagem pelo Brasil, entre 1859 e 1860, quando visitou as províncias do Norte, do Rio de Janeiro até a Paraíba, e a correspondência com intelectuais tanto brasileiros como estrangeiros. No Brasil, destacamos as missivas entre d. Pedro II e Antonio Gonçalves Dias e Francisco Adolfo de Varnhagen, por exemplo, enquanto no exterior, salienta-se a correspondência com Alexandre Herculano.

As centenas de cartas trocadas com d. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, um dos amigos mais íntimos e dos interlocutores privilegiados por d. Pedro II, com o qual recorrentemente tratava de questões relacionadas à produção intelectual, mas também discutia os meandros de importantes decisões políticas, são fontes primordiais à compreensão da dicotomia entre o governante e o intelectual.

Neste capítulo, ainda analisamos as mensagens de Luiz Augusto May, o Malagueta, escritas na década de 1840, como conselhos ao imperador, permitindo vislumbrarmos o espaço de experiência no qual d. Pedro II encontrava-se imerso no início do seu reinado.

Além disso, nos debruçamos sobre os registros etnográficos feitos pelo próprio monarca, que nos permitem atrelar as suas contribuições às de outros viajantes seus contemporâneos, como importantes marcos que nos ajudam a pensar a inflexão em sua trajetória a partir do interesse crescente pelos estudos antropológicos.

Igualmente, as querelas em torno da publicação do poema épico de Gonçalves de Magalhães, *A Confederação dos Tamoios*, em 1856, recebe um lugar de destaque no capítulo, menos pelas já largamente debatidas questões que envolvem a qualidade literária da obra, e mais pelo o que representou quanto às discussões em torno de um novo paradigma científico que se tornaria hegemônico logo a seguir.

No terceiro capítulo, defendemos o caráter intelectual de d. Pedro II, em contraposição à ideia do diletante, erudito, curioso, ou ainda, rei filósofo, a partir da sua inserção em uma rede transnacional de produção e circulação de conhecimento, defendendo a hipótese de que a sua atuação nos campos intelectual e científico o caracterizaria como um agente social, cujas ideias e agenciamentos políticos estavam imbricados. Objetivamos mostrar a sua efetiva

participação e contribuição com os debates que animaram os ânimos na segunda metade do Oitocentos, sobretudo aqueles ligados à constituição de uma nova base epistemológica.

As discussões em torno do novo paradigma científico começaram a ganhar contorno a partir de meados da década de 1850, mas acentuaram-se, sem dúvida, após 1871, ano da primeira viagem de d. Pedro II ao exterior (Europa e África), quando estabeleceu definitivamente uma importante rede de sociabilidade com intelectuais da Europa, dos EUA e de outros países americanos e também do Oriente Médio e África, a ponto de a década considerada no Brasil como a da decadência do Império ser vista, no exterior, como aquela do auge de seu reconhecimento.

Sendo assim, debatemos a tese da teatralização do poder<sup>5</sup>, segundo a qual a relação de d. Pedro II com os campos intelectual e científico foi, sobretudo, um importante capital simbólico para a fundamentação do poder político. Neste capítulo, ao contrário desta tese, pretendemos mostrar que d. Pedro II participou dos debates que conformaram um novo paradigma científico, não apenas como mecenas, colecionista ou rei ilustrado, mas contribuindo efetivamente, em especial, a partir do seu envolvimento nas discussões relacionadas aos princípios que começavam a demarcar uma nova ciência – a Antropologia.

Privilegiamos a correspondência com Armand de Quatrefages, sem, no entanto, desprezarmos as cartas trocadas com Paul Broca, por exemplo, ou com Louis Agassiz e Arthur de Gobineau, que são fontes ricas e importantes para situarmos o imperador nos debates sobre novas teorias, cuja tônica eram os temas evolução e raça, e às quais ele e a chamada geração de 1870 não tardariam a aderir.

Finalmente, a abordagem qualitativa, aproximando o foco da análise para perceber minúcias e complexidades que de outra forma não seriam notadas, é a instrumentalizadora da nossa pesquisa, que elegeu a documentação privada de d. Pedro II como fontes privilegiadas. Esses documentos foram primordiais para refletirmos sobre questões mais amplas inerentes ao período monárquico brasileiro, e buscarmos nos textos escritos por d. Pedro II aspectos relevantes e reveladores para a nossa problemática teórica fundamental: a relação entre indivíduo e sociedade, a dialética entre agente social e estrutura social.

---

<sup>5</sup> Cf. Clifford Geertz, em *Negara: o EstadoTeatro no Século XIX*, e Lilia Schwarcz em *As Barbas do Imperador: d. Pedro II um monarca nos trópicos*.

Do ponto de vista histórico-sociológico, em última instância, a dissertação permite refletir, na longa duração, como as forças políticas tradicionais-patrimonialistas, com as quais d. Pedro II em boa medida não compartilharia mais as suas ideias a partir dos anos 1860, acabaram por prevalecer na estrutura social brasileira, gerando uma cultura política, entendendo-se esta como um conjunto de representações de caráter normativo (BERSTEIN, 1998, p. 357), baseada na relação biunívoca entre as esferas pública e privada, por um lado, e na hegemonia do pensamento conservador, por outro lado.

## 1. ENTRE O PATRIARCA E O BACHAREL: UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO EM TORNO DOS PERFIS DE D. PEDRO II

Portanto, não há senão uma ciência dos homens  
no tempo e que incessantemente tem necessidade  
de unir o estudo dos mortos ao dos vivos.

*Marc Bloch*<sup>6</sup>

Em artigo intitulado *Os fantasmas do Imperador*, José Murilo de Carvalho pergunta “se já não há suficientes biografias de d. Pedro II e se já não se conhece satisfatoriamente a sua personalidade.” Mais adiante, completa “[...] Como transpor a muralha, como chegar ao ser humano por trás do Imperador? [...]” (CARVALHO, 1977, p. 418-419). A indagação dimensiona o tamanho do “desafio biográfico”, parafraseando François Dosse (2015), que representa escrever sobre o segundo imperador do Brasil, seja buscando algum aspecto inédito da sua trajetória, seja debatendo teses consolidadas pela historiografia, tentando romper com o discurso reiterado ao longo de décadas.

A pesquisa no catálogo *online* da Biblioteca do Museu Imperial, por exemplo, mostra a referência a d. Pedro II em 1.911 publicações. A consulta em bancos de teses e dissertações, igualmente, recupera diversos trabalhos cuja temática está relacionada ao imperador. Paralelamente, instituições como o próprio Museu Imperial, ou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, têm promovido debates, exposições e publicações cujas temáticas perpassam reiteradamente a sua biografia. Neste sentido, como encontrar uma brecha que mobilizasse a investigação sobre um ponto ainda não devidamente estudado na sua trajetória?

Os primeiros indícios de que haveria uma incoerência entre o que a nossa pesquisa apontava, obviamente a partir das perguntas que fazíamos à documentação, e o que sobressai nos trabalhos, acadêmicos ou não, sobre d. Pedro II, foram possíveis porque empreendemos uma leitura extensa do arquivo pessoal do imperador. No entanto, sabemos que outros pesquisadores, os biógrafos clássicos, como Heitor Lyra, por exemplo, também tiveram

---

<sup>6</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 67

amplo acesso a estes documentos, o que nos leva a inferir que as nossas proposições, em parte, somente foram possíveis porque o momento historiográfico, a partir da renovação da História Política, as viabilizou, como nos diz René Rémond (2003, p. 13):

A História, cujo objeto precípua é observar as mudanças que afetam a sociedade, e que tem por missão propor explicações para elas, não escapa ela à própria mudança. Existe portanto uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das idéias [...]

Assim, nosso trabalho pretende refletir sobre fontes exaustivamente pesquisadas, como também sobre o conhecimento histórico produzido a partir destas fontes, sobretudo do arquivo pessoal de d. Pedro II. Partindo dos novos domínios e abordagens historiográficas, das novas perspectivas teóricas e metodológicas, em contraposição às narrativas hagiográficas e laudatórias, ou aos trabalhos que pretenderam dar coerência - ressaltando a linearidade - à trajetória do imperador, pensamos ser possível apontar aspectos inéditos ou apenas tangenciados por aqueles que se dedicaram a compreender d. Pedro d'Alcantara.

No âmbito deste capítulo, portanto, visamos recuperar algumas escritas canônicas sobre d. Pedro II, incluindo os relatos autobiográficos, com o intuito de perceber em que medida a narrativa construída no século XIX, ainda no período de vida do imperador, acabou por influenciar e reverberar nos trabalhos produzidos *a posteriori*, apagando ou minimizando o que no nosso entendimento é um traço fundamental na biografia do imperador: a complexidade da sua trajetória de vida.

Para tal efeito, dividimos nossas reflexões cronologicamente, na tentativa de abarcar os períodos onde houve notadamente esforços para produzir registros e memórias, enfim, um conhecimento histórico a respeito de d. Pedro II. O primeiro período coincide com a sua vida (1825-1891), reinado (1840-1889) e, posteriormente, exílio e morte (1889-1891), onde sobressaem as escritas de si, os diários e demais manuscritos, como a correspondência, produzidos por d. Pedro II, mas também duas biografias escritas, respectivamente, pelo Monsenhor Joaquim Pinto de Campos<sup>7</sup> e por Benjamin Mossé (com o barão do Rio Branco) e

---

<sup>7</sup> Joaquim Pinto de Campos, Monsenhor (1819-1887). Orador, publicista, professor e político pernambucano. Deputado provincial e geral em diversas legislaturas e relator da comissão responsável pelo parecer ao projeto da Lei do Ventre Livre. Autor de *O Senhor D. Pedro II, imperador do Brasil*, com prefácio de Camillo Castello Branco, publicado no Porto, Portugal, pela Typographia Pereira da Silva, em 1871. Apesar de configurar por cinco vezes na lista tríplice de candidatos ao Senado, não chegou a ser escolhido pelo imperador, o que acabou levando ao seu afastamento da vida política e à mudança para Portugal, onde faleceu.

outras memórias<sup>8</sup>, mormente as publicadas logo após a morte do ex-monarca, destacando-se a de autoria do conde de Afonso Celso sobre o imperador no exílio.

Além disso, os periódicos contemporâneos a d. Pedro II merecem especial atenção, tanto aqueles cujos excertos foram compilados pela Família Imperial, formando um álbum de recortes com os relatos dos jornais estrangeiros, sobretudo franceses, sobre a deposição e exílio do imperador e sua família, como os discursos textuais e imagéticos veiculados na imprensa brasileira, principalmente na *Revista Illustrada*, de Angelo Agostini e Luís Andrade, cujos textos e desenhos, caricaturas e charges, supomos, tiveram grande influência na narrativa e na construção da memória sobre o período imperial e, muito particularmente, sobre d. Pedro II.

O segundo momento de grande impacto sobre a construção da memória a respeito do ex-imperador compreende o período de 1920 a 1950, marcado pela revogação da Lei do Banimento, pelas comemorações dos centenários da Independência do Brasil e do nascimento de d. Pedro II e pela abertura do arquivo privado da Família Imperial do Brasil a pesquisadores, culminando com a publicação do inventário desta documentação, organizada por Alberto Rangel, pela Biblioteca Nacional, em 1939, as publicações das biografias canônicas de Pedro Calmon e Heitor Lyra, entre 1938 e 1940, e, finalmente, o traslado dos documentos da França para o Brasil e a sua doação ao, então, recém-criado Museu Imperial, em 1948.

O terceiro recorte é aquele ocupado pela historiografia, dos anos 1960 aos dias atuais, quando, de Sergio Buarque de Holanda a José Murilo de Carvalho, proliferaram trabalhos acadêmicos, alguns de grande envergadura, sobre o segundo imperador do Brasil. Nosso intento é, portanto, dimensionar até que ponto as pesquisas atuais acabaram reiterando, ainda que sob foros de cientificidade, narrativas a respeito de d. Pedro II que, na verdade, começaram a ser esboçadas no século XIX.

Igualmente, pretendemos apontar que da *consuming history*, dos filmes, séries, biografias que mesclam ficção com acontecimentos históricos<sup>9</sup>, das reportagens em revistas de grande circulação às exposições, palestras, seminários e cursos promovidos por instituições

---

<sup>8</sup> Referimo-nos, por exemplo, à obra escrita por Anfrísio Fialho, e publicada em 1876, sob o título *Don Pedro II: Empereur du Brésil*. Notice Biographique. Bruxelles, 1876.

<sup>9</sup> Cf., por exemplo, SOUBLIN, Jean. *D. Pedro II, o defensor perpétuo do Brasil: Memórias imaginárias do último Imperador do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

intimamente ligadas à história de d. Pedro II, como o IHGB e o Museu Imperial, não nos passa despercebido o interesse de um público mais amplo pelo ex-imperador ainda nos dias de hoje.

Mesmo que se possa justificá-lo pelo fascínio gerado pelas histórias de reis, pretendemos verificar a hipótese de que, na verdade, do ponto de vista histórico-sociológico, este interesse deve-se à complexidade da sua trajetória que, ao deslocar-se do *ethos* aristocrático ao *ethos* burguês, cunhou e consolidou a imagem do imperador cidadão.

Por fim, buscaremos entender como é possível narrar uma vida a várias vozes. Segundo Leonor Arfuch, esta operação é viável, por um lado, a partir da “narração tradicional das vidas ilustres, que privilegia os procedimentos retóricos, a exaltação poética do eu”, ou ainda, “a partir da hierarquização da escrita, da verificação científica ou historiográfica dos ditos [...]”. Neste sentido, as fontes primárias e secundárias a respeito de d. Pedro II formam o que Arfuch conceitua como “espaço biográfico”: um conceito abrangente, que abarca “diversos matizes de narrativa vivencial”; não só a biografia ou autobiografia, a história de vida, mas também diferentes “momentos” biográficos (ARFUCH, 2010, p.16; 25; 74).

Apresentar e refletir criticamente sobre estes múltiplos e variados momentos biográficos é o objetivo deste capítulo que, em última instância, nos ajudará a apontar para um aspecto inédito da trajetória de d. Pedro II.

### **1.1 Escritas de si: as narrativas autobiográficas e a construção do monarca cidadão**

O que sempre mais estudei foi a mim próprio.

*Pedro d'Alcantara*<sup>10</sup>

O arquivo privado da Família Real de Portugal e Imperial do Brasil, custodiado pelo Arquivo Histórico do Museu Imperial, possui uma gama diferenciada de tipologias documentais e, especificamente em relação aos documentos que pertenceram a d. Pedro II, destacam-se os 44 diários, correspondências, minutas e rascunhos de documentos oficiais,

---

<sup>10</sup> Trecho transcrito de *Correspondência entre d. Pedro II e o barão do Rio Branco* (de 1889 a 1891). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. Carta datada de Cannes, 6 de fevereiro de 1891.

diplomas, recortes de jornais e outros periódicos, resumos das reuniões do Conselho de Estado, minutas de Falas do Trono, cadernos de estudos e traduções, desenhos, entre outros.

Sem dúvida, os diários, cerca de cinco mil páginas manuscritas, têm sido a fonte por excelência dos pesquisadores, sobretudo após a publicação dos mesmos pelo Museu Imperial, em 1999<sup>11</sup>. Entre eles, há que se separar os diários íntimos daqueles que são relatos das viagens do imperador no Brasil e no exterior, escritos em cadernetas ou, simplesmente, em folhas de papel avulsas, com características de rascunho, denotando o intento de uma posterior sistematização.

Entre os diários íntimos, dois chamam a atenção por terem sido escritos, deliberadamente, com a intenção de serem relatos autobiográficos para a posteridade. São eles o volume 1, composto de poucas páginas, anotadas com intervalos entre 1840 e 1842, e o volume 9, escrito entre 31/12/1861 e 05/01/1863, um caderno de 384 páginas escritas a tinta que, recentemente, foram objeto de um estudo sobre a escrita de si como questão discursiva, envolvendo estudos de linguagem e estudos historiográficos.<sup>12</sup>

Apesar de ter um objetivo diferente do estudo mencionado anteriormente, José Murilo de Carvalho (2007), autor de uma das biografias de d. Pedro II, baseando-se, sobretudo, nos diários, busca igualmente apontar a dicotomia que permeou toda a trajetória do segundo imperador do Brasil, sempre dividido entre o monarca e o cidadão, entre os assuntos de Estado e os seus estudos e projetos pessoais, enfim, entre Pedro II e Pedro d'Alcantara.

A contradição e a tensão entre o projeto pensado pela elite imperial, quer dizer, a unidade básica da elite política imperial efetivada por fatores de socialização e treinamento via processos educacionais,<sup>13</sup> e o afastamento do imperador em relação ao pensamento político hegemônico, a partir de sua aproximação com novos espaços de produção de conhecimento e do estabelecimento de novas redes de sociabilidade, sobretudo a partir da sua primeira viagem ao exterior, em 1871, também podem ser notadas na leitura da

---

<sup>11</sup> BEDIAGA, Begonha (Org.). *Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

<sup>12</sup> Cf. LIMA, Madalena Quaresma. *As duas faces da mesma moeda: cara e coroa no discurso do Diário do Imperador D. Pedro II*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada. Rio de Janeiro, 2016, 182f. A originalidade desta pesquisa encontra-se na forma como o discurso do autor do diário foi analisado, trazendo à tona as ideias de Pedro de Alcântara como estadista e indivíduo.

<sup>13</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

correspondência, particularmente com a condessa de Barral<sup>14</sup> e com o conde de Gobineau<sup>15</sup>, interlocutores privilegiados por d. Pedro II.

Igualmente, a correspondência com intelectuais e cientistas das mais diversas áreas do conhecimento, assim como as cartas trocadas com jovens da chamada geração de 1870, como o barão do Rio Branco, também apontam elementos que remetem a um sujeito complexo e múltiplo. Neste sentido, qual o valor do testemunho para as visões do passado? Como situar a questão da subjetividade tendo-se como fontes primordiais, justamente, formas variadas de escrita de si? “Qual seria o momento de captura da ‘identidade’?” (ARFUCH, 2010, p. 53).

Se as separações canônicas entre o biográfico e o autobiográfico estão cada vez mais diluídas, como pensar as possibilidades de disjunção (tanto temporal, passado-presente-futuro, como entre sujeito-objeto da narração), entre o sujeito que narra e aquele sobre o qual se narra? Ou seja, em que medida o sujeito que narra sobre si mesmo também se autoconstrói? Em última instância, como ao narrar uma vida de uma maneira e não de outra corrobora a identificação dos sujeitos? Em relação à nossa problemática, como a disjunção que o próprio d. Pedro II se empenhou em fazer contribuiu para a construção do conhecimento histórico e da historiografia sobre ele?

Os argumentos expostos por Leonor Arfuch, em *Espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea* (2010), de que o narrado é o pensado sobre o vivido, a dimensão do experimentado, mas não o vivido, já que este não é mais tangível, podem nos auxiliar a responder a estas perguntas, assim como a pensar melhor os paradoxos de d. Pedro II, tantas vezes reiterados nas charges de Ângelo Agostini, ou n’*As Farpas* de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Luísa Margarida Portugal de Barros, condessa de Barral e da Pedra Branca; marquesa de Montferrat (1816-1891), foi preceptora das princesas Isabel e Leopoldina, filhas de d. Pedro II, tornando-se uma das principais interlocutoras do imperador. Cf. DEL PRIORE, Mary. *Condessa de Barral: a paixão do Imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008; FRANCISCO, Ana Cristina B. L. M. *A Condessa preceptora: entre o cotidiano nos Paços Imperiais e a construção do mito*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação. Universidade Católica de Petrópolis, 2017, 319f.

<sup>15</sup> Joseph Arthur de Gobineau, conde de Gobineau (1816-1882). Diplomata, jornalista, filósofo e escritor francês. Autor de *Essai sur l'inégalité des races humaines*, publicado em 1853, considerado um marco das teorias racialistas. Gobineau viveu no Brasil entre 1869 e 1870, quando se tornou próximo de d. Pedro II, cultivando uma amizade que duraria até a sua morte, em 1882, como atesta a correspondência ativa e passiva de ambos.

<sup>16</sup> Mensário publicado, em Portugal, entre 1871 e 1883 por Ramalho Ortigão (1836-1915) e Eça de Queiroz (1845-1900), que acabou se desligando do periódico em 1873. Em fevereiro de 1872, publicaram uma edição com mais de 90 páginas sobre a primeira viagem de d. Pedro II à Europa, entre 1871 e 1872, onde satirizaram o périplo imperial e criticaram a dubiedade de Pedro II dividido entre o monarca e o cidadão. Cf. BRITO, Rômulo

Arfuch aponta para um trabalho de memória na autobiografia, em que estão implícitas tanto questões políticas como também éticas, cujo referencial é o presente, ou seja, o passado é ressignificado à luz do presente. Estas configurações da temporalidade perpassam, por exemplo, os diários íntimos escritos com a intenção de uma narrativa que deveria ser legada para o futuro, mas que buscasse os nexos e os fundamentos em um passado que informa as ações do presente.<sup>17</sup>

Se a primeira tentativa de escrita autobiográfica, iniciada no dia em que o imperador completou quinze anos, pode ser considerada apenas um esboço de compilação de memórias pelo jovem monarca, ao contrário, o diário escrito entre 1861 e 1863 evidencia claramente a sistematização de uma escrita de si que visava à publicização. Em um texto introdutório, o imperador distingue o monarca, pessoa jurídica, e o indivíduo, pessoa física, revelando o que julga ser e, sobretudo, o que gostaria de deixar como imagem para o futuro.

Então, pode-se arguir com Arfuch, quais são as estratégias de autorrepresentação, quais são os modos de se nomear no relato, já que “é essa qualidade autorreflexiva, esse caminho da narração, que será, afinal de contas, significante” (ARFUCH, 2010, p. 72).

Assim, não só em relação aos diários, mas também quanto à correspondência e outros manuscritos, outra proposição de Arfuch pode ser mobilizada: a ideia de disjunção entre o sujeito e o objeto da narrativa. Ainda que a tendência atual, como dissemos, seja a de pôr em xeque esta possibilidade, os escritos do imperador indicam claros esforços empreendidos pelo próprio narrador, d. Pedro II, para separar-se do narrado; para distinguir o imperador do cidadão.

Esta disjunção fica claramente evidenciada em uma minuta de carta escrita por d. Pedro II a Alexandre Herculano sobre a recusa deste em aceitar uma condecoração dada pelo Governo Imperial, na qual diferencia os múltiplos “eus”, expressando os paradoxos de sua condição sempre dúbia, e apontando para o descolamento entre o sujeito e o objeto da narrativa das autobiografias, ou escritas de si, clássicas:

---

de Jesus Farias. *O cetro e a mala: as narrativas de Raphael Bordallo Pinheiro, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão sobre a primeira viagem de D. Pedro II à Europa*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de História. PUCRS. Porto Alegre, 2013, 167f.

<sup>17</sup> Cf. volumes 1 e 9 dos Diários de d. Pedro II. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

Sr. Herculano,

Logo que recebi sua carta de verdadeiro amigo mostrei-a ao imperador. A afeição que ele e eu lhe votamos não podia de nenhuma sorte ressentir-se de sua determinação; [...] Começo pela defesa do imperador que lhe é muito afeiçoado; mas sempre procurou evitar a influência de sentimentos pessoais nas ações do governo de sua nação. [...] Agora torna-se a resposta difícil, por causa da minha posição para com o monarca do Brasil. [...] o imperador também viola bastante a sua opinião quando cede a satisfazer a vaidade humana [...] Seu afeiçoado D. Pedro<sup>18</sup>

É consenso entre os pesquisadores que havia por parte de d. Pedro II, em boa medida, uma intenção racionalmente arquitetada para que seus relatos fossem deixados para a história (enquanto campo de conhecimento e como campo de acontecimentos). Há documentos onde esta vontade é claramente explicitada, como na carta enviada do exílio ao seu procurador, José da Silva Costa, na qual delineia o destino que deveria ser dado aos seus pertences que haviam ficado no Brasil, devido à saída repentina da família do país, em novembro de 1889.<sup>19</sup>

Quanto aos diários íntimos, o já mencionado diário de 1861-1863 é o exemplo ímpar da narrativa elaborada, pensada *a priori*, sistematizada para que ficasse como um registro para a posteridade e, portanto, onde o homem público, o imperador, deveria sobressair a Pedro d'Alcantara. Assim d. Pedro II inicia a sua escrita:

31 de dezembro de 1861

Começo este trabalho só agora, porque a experiência dificilmente se aproveita, e dos anos que vivi há muitos sucessos, que apenas à memória própria devia confiar, mesmo para ela felizmente esquecê-los. Além disto a mocidade rouba muito tempo, ainda que este não me sobre para principiar amanhã um diário de minha vida, cuja parte que pertence ao público fica aliás registrada nos periódicos e a particular é bastante monótona. Por isso muito resumido serei, esforçando-me contudo por não omitir o que parecer de importância. Tinha apontamentos dos anos passados; mas julguei acertado queimá-los.

**Pouco direi do indivíduo.** Tenho espírito justiceiro, e entendo que o amor deve seguir estes graus de preferência: Deus, humanidade, pátria, família e indivíduo.<sup>20</sup>  
(grifo nosso)

<sup>18</sup> POB - Maço 163 - Doc. 7546. Trecho de minuta de carta de d. Pedro II a Alexandre Herculano (1810-1877), escritor e historiador português. c.1875. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>19</sup> I-DAS-08/06/1891- PII.B.c Carta de d. Pedro II a José da Silva Costa, assinada e datada de Versailles, 08/06/1891. Coleção Silva Costa. - Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania. José da Silva Costa, doutor em Ciências Jurídicas pela Faculdade de São Paulo, membro do Conselho de Estado, vice-presidente do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.

<sup>20</sup> Diário de d. Pedro II, volume 9 (31/12/1861 a 05/01/1863). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

Levando-se em conta que, dos 44 diários, 15 foram escritos no período do exílio, privilegiamos a leitura destes com o intuito de evidenciar o conflito entre as dimensões pública e privada da trajetória de d. Pedro II. Dentre várias passagens, destacamos a que descreve a morte da imperatriz, d. Teresa Cristina, em 28 de dezembro de 1889, na cidade do Porto, em Portugal.

Tanto o relato do conde de Afonso Celso sobre o imperador no exílio<sup>21</sup>, como os registros da baronesa de Loreto<sup>22</sup> sobre este evento, coadunando-se com o diário de d. Pedro II sublinhando aquele que teria sido um dos momentos em que o ex-imperador deixara revelar o seu perfil mais íntimo. No entanto, ainda assim, em um mesmo parágrafo de seu diário, não se furtaria a registrar, ao lado da expressão de profundo pesar pela morte da esposa, a sua posição quanto aos acontecimentos políticos no Brasil.

28 de dezembro de 1889 (sábado)

1  $\frac{3}{4}$  Não sei como escrevo. Morreu haverá  $\frac{1}{2}$  hora a imperatriz, essa santa. [...] Ninguém imagina a minha aflição. Somente choro a felicidade perdida de 46 anos. Nada mais posso dizer. Minha filha já telegrafou de Madri com a notícia do estado da mãe, e já se lhe expediu a da morte. Custa-me a escrever mas preciso não sucumbir. Não sei o que farei agora. Só o estudo me consolará de minha dor. Custa-me a crer. Sempre desejei precedê-la na morte. Abriu-se na minha [vida] um vácuo que não sei como preencher. Que me tarda abraçar minha filha! Se pudesse desafogar minha dor! Nada pode exprimir quanto perdi [...]

Tribunal Liberal de 30. Continua preso o nosso amigo o conselheiro Silveira Martins. Informações fidedignas dão como certo que a prisão do ilustre riograndense é instada pelo sr. visconde de Pelotas que não respondia pelo estado de que é governador se ao Rio Grande o popularíssimo cidadão. E aí está como se respeita a autonomia provincial! “Viva a federação!”

Ainda me custa crer. Ninguém como eu a adorava por suas qualidades. Que fez ela para sofrer por mim? Tomara que chegue minha filha!<sup>23</sup>

Na correspondência que integra o arquivo pessoal de d. Pedro II, destacamos a carta escrita pelo imperador ao ministro plenipotenciário do Brasil em Lisboa, Miguel Maria

<sup>21</sup> Affonso Celso de Assis Figueiredo Jr., conde de Afonso Celso (1860-1938). Era filho de Affonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, senador e Presidente do Conselho de Ministros. Cf. AFFONSO CELSO, Affonso Celso de Assis Figueiredo Jr., conde de. *O imperador no exílio*. São Paulo: Linotipo Digital, 2013, p. 79-81.

<sup>22</sup> Maria Amanda Paranaguá Dória, baronesa de Loreto (1849-1931). Ver matéria sobre o diário da baronesa de Loreto. In: <http://veja.abril.com.br/brasil/diario-inedito-narra-a-viagem-de-dom-pedro-ii-ao-exilio/> Acesso em: 31 jul. 2017. O diário da baronesa de Loreto integra o acervo documental do IHGB.

<sup>23</sup> Diário de d. Pedro II, volume 29 (06/11/1889 a 11/01/1890). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

Lisboa, barão de Japurá, solicitando que fossem dispensadas as honras com que pretendiam recebê-lo, por ocasião da sua primeira viagem à Europa, em 1871, cujo excerto copiamos:

Snr. Lisboa,  
 Minha viagem é em caráter inteiramente particular, e chamo-me como designo-me. [...] Vou para hotel e hei de alugar trem. [...] Tendo provavelmente de haver quarentena, irei para o lazareto e muito me afligirei se qualquer exceção a meu respeito contrariar o intuito da legislação portuguesa. [...] Seu afeiçoado patrício, D. Pedro d'Alcantara<sup>24</sup>

Passagens como estas são muitas na extensa documentação que forma o arquivo pessoal de d. Pedro II. Os recortes de escritas autorreferenciais que expusemos acima tiveram como intuito exemplificar a problemática fundamental do nosso projeto: a complexidade da trajetória de d. Pedro II em sua passagem do *ethos* aristocrático ao *ethos* burguês. Em outras palavras, as escritas de si de d. Pedro II nos ajudam a refletir sobre o deslocamento do imperador que, paulatinamente, descola-se da imagem aristocrática e cunha, ele mesmo, a imagem do cidadão que serve com devoção ao seu país (o que remete ao ascetismo laico, no sentido weberiano).

Neste sentido, a noção de trajetória, como articulada por Pierre Bourdieu (1986), é fundamental para a nossa proposição. Contrapondo-se à ideia de linearidade da história de vida, a perspectiva das múltiplas colocações e descolamentos do agente social na estrutura social, sobretudo em um contexto histórico de profundas transformações estruturais, como o que marca a transição da primeira para a segunda metade do Oitocentos, é uma ferramenta teórica que, aliada à extensa leitura de fontes de caráter privado, evidencia não só um ponto de inflexão, mas também uma trajetória ímpar, em última instância, excepcional-normal.<sup>25</sup>

Opondo-se à “ilusão biográfica”, emerge um sujeito complexo, cuja história de vida permite compreender o grau de liberdade dos agentes históricos diante dos condicionamentos da estrutura social, particularmente quando se evidenciam contradições no interior dos sistemas normativos. Como destacado por Le Goff (1996), os indivíduos são imersos em redes de relações sociais, cujas diversidade e complexidade, lhe possibilitam desenvolver estratégias próprias.

<sup>24</sup> POB - Maço 206 – Doc. 9380. Trecho de carta escrita por d. Pedro II a Miguel Maria Lisboa, barão de Japurá (1809-1881), enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Lisboa, Portugal. Datada, 12/06/1871. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>25</sup> Cf. GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

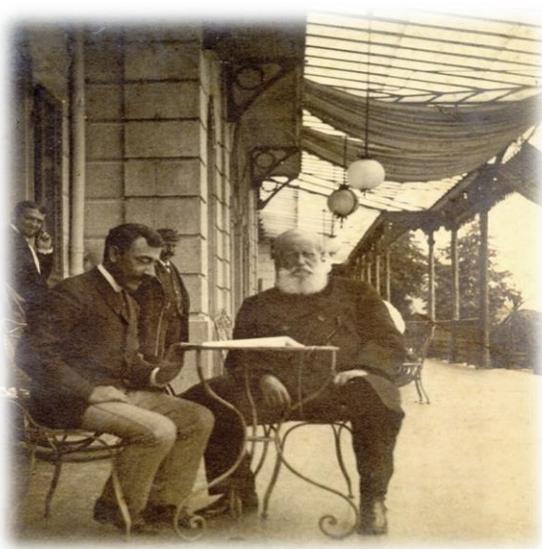
Assim, se a trajetória de um indivíduo pôde viabilizar a compreensão de um contexto social mais amplo, levando, inclusive, à formulação de hipóteses sobre a cultura política, por exemplo, por outro lado, a imersão em fontes de caráter privado descortinou a percepção das “imprevisibilidades” do agente histórico e das decisões que o levariam a um ponto de inflexão.

Ilustrativamente, podemos sublinhar a complexa trajetória de d. Pedro II em duas imagens<sup>26</sup>: a primeira consagrada na pintura de Pedro Américo de Figueiredo e Melo, que retrata o imperador em trajes majestáticos na Abertura da Assembleia Geral, em 1872, e, inversamente, a segunda, que revela a imagem do cidadão que, vestindo-se com o jaquetão que o acompanharia em suas viagens, deixou-se fotografar descontraidamente, em 1888, na França.

Figura 1: Dom Pedro II na abertura da Assembleia Geral. 1872.



Figura 2: Dom Pedro II com seu médico, conde da Mota Maia. França. 1888.



Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.

Neste sentido, partimos do princípio de que as viagens do imperador foram viagens de conhecimento e reconhecimento, claramente ligadas à construção de si mesmo que, embora estudadas sob outros aspectos, carecem de um enfoque mais aprofundado, que permita

<sup>26</sup> O uso das imagens tem como intuito, exclusivamente, ilustrar a nossa proposição, já que no âmbito desta dissertação não pretendemos explorar as possibilidades de relacionar história e imagem, ou verticalizar a análise das mesmas.

desconstruir a tese do imobilismo - segundo a qual, d. Pedro II teria sido praticamente o mesmo por toda a sua vida - e mostre a importância destas excursões para a construção de um novo *ethos*, pautado no desencantamento do mundo, no rompimento com construções míticas e na racionalização de todos os domínios da vida em sociedade, inclusive na premissa da separação entre as esferas pública e privada.

De fato, a partir da década de 1860, percebemos na documentação sinais de que o *ethos* burguês começava a se sobressair ao *ethos* aristocrático. Em outras palavras, notamos que as viagens do imperador estão claramente ligadas à construção de si mesmo enquanto sujeito histórico que, em meio às tensões e aos conflitos que perpassam a estrutura social, entre projetos coletivos e projetos individuais, acabou por se redefinir, enquanto sujeito múltiplo, ao mesmo tempo em que a estrutura social em sua passagem à modernidade também era redefinida.

Sobretudo as viagens que realizou ao exterior (1871, 1876, 1887) e exílio, (entre 1889 e 1891) tiveram um papel preponderante na construção de uma nova rede de sociabilidade que contribuiu de forma decisiva para o seu descolamento em relação ao projeto político da elite imperial.<sup>27</sup>

Com relação às fontes sobre as viagens, além dos diários, destacam-se as cartas, algumas escritas em forma de diário, contando passo a passo o cumprimento dos roteiros previamente estabelecidos à sua filha, a princesa Isabel, ou fazendo ponderações que nos permitem perceber nas entrelinhas o pensamento de d. Pedro II sobre temas relevantes, como no trecho da missiva que copiamos abaixo:

[...] Se não lhe escrevo como desejamos é porque procuro tudo ver para as nossas conversas [...] Paris interessou-me muito por seu movimento científico e literário. Visitei todos os estabelecimentos de maior importância e conheci pessoalmente os homens mais distintos nas ciências e nas letras. [...] Tudo lhes contarei e ficarão ainda mais certos de que seu Pae é liberal de coração e por isto mesmo respeitador dos direitos alheios que muitas vezes sucumbem à fatalidade política ou antes imprevidência. [...]<sup>28</sup>

<sup>27</sup> Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. D. Pedro II em Portugal (1871-1872): memória e história. In: *R.IHGB*, ano 176, n. 469, 2015, p. 103-117. A autora observa como d. Pedro II dominava os códigos da cultura dos viajantes do Oitocentos, que primava por atrelar os estudos às viagens, ressaltando o valor pedagógico destas excursões.

<sup>28</sup> AGP XXXIX - 1-12. Trecho da correspondência ativa de d. Pedro II com a princesa Isabel. Carta datada e assinada, Lyon, 04/02/1872. Arquivo Grão Pará.

Finalmente, reiteramos que o caráter ascético e burguês (no sentido weberiano a que nos referimos), que buscava separar os interesses privados dos públicos, aos quais deveria servir, ainda que em detrimento de suas aptidões pessoais, pode ser notado em muitas passagens e se evidencia quando a documentação é tomada como um todo, a partir de uma leitura verticalizada das fontes.

Sem nos alongarmos mais, porque seriam muitos os exemplos possíveis, no âmbito deste capítulo, inferimos que as escritas autobiográficas de d. Pedro II apontam indícios de que a narrativa criada por ele, que reforçava a imagem do cidadão nos diários e na correspondência, mas também nos poemas, nos conselhos à regente ou na fé de ofício, foi em boa medida apropriada por aqueles que, posteriormente, se dedicariam a produzir o conhecimento histórico a respeito do ex-imperador.

## **1.2 Memória em dois tempos: entre as narrativas do Oitocentos e a reabilitação no século XX**

E fixei a memória, a mãe das ciências, a alma da vida.

*Prometeu*<sup>29</sup>

A preocupação com a preservação da memória, para além das diversas formas de escrita de si, encontrava-se já bastante clara, ainda no período de vida de d. Pedro II, como demonstram, por exemplo, excertos de jornais, entre os quais destacamos 316 recortes de periódicos europeus<sup>30</sup>, sobretudo franceses, guardados pela família imperial do Brasil entre 16 de novembro e 17 de dezembro de 1889, onde sobressaem as notícias sobre os eventos que levaram à deposição do imperador, a viagem para o exílio e a sua chegada a Lisboa, além de relatos sobre sua vida.

---

<sup>29</sup> ÉSQUILO. *Prometeu Acorrentado*. Tradução J. B. de Mello e Souza. Digitalização do livro em papel Clássicos Jackson, Vol. XXII, p. 32. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/prometeu.html>. Acesso em: 20 out. 2016.

<sup>30</sup> Documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil. II-POB-Maço 52 – Doc. 1143 – Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

Somam-se a isto, os esforços do ex-imperador para que sua biblioteca, coleção de fotografias e outras coleções e objetos que formavam o seu museu particular fossem deixados para instituições nacionais que, como podemos ler na carta escrita a seu procurador José da Silva Costa<sup>31</sup> (a que já nos referimos anteriormente), sinalizam o papel de d. Pedro II na formação de importantes acervos que, sob a denominação D. Thereza Christina Maria e Imperatriz Leopoldina, deveriam perpetuar tanto a sua memória e a da família imperial, como a memória do Segundo Reinado: a memória individual e a memória coletiva.<sup>32</sup>

Neste sentido, visamos pensar a partir das proposições de Fernando Catroga (2001) sobre a relação que a história estabelece com a memória, problematizando em que medida a historiografia, ao selecionar o que merecia ser lembrado e o que precisava ser esquecido, apropriou-se das escritas auto-referenciais, enquanto projetos deliberados de construção da memória pessoal, ou das narrativas memoriais (biografias, crônicas, textos e imagens veiculados em periódicos, entre outros) relacionadas a d. Pedro II.

A começarmos pelas narrativas sobre as viagens, pensamos nas memórias compiladas por Louis Alexis Boulanger, que registrou o périplo de d. Pedro II pela Europa e África (Egito), entre 1871 e 1872 em *Viagens de Suas Magestades Imperiaes na Europa*, 158 páginas manuscritas, cuja epígrafe “Ver é viver” abre a narrativa que, feita sob encomenda<sup>33</sup>, não poderia deixar de ser laudatória, procurando enfatizar a simplicidade do imperador que, pela primeira vez longe do Brasil, quebrava recorrentemente os protocolos da sociedade de corte podendo ser “ele mesmo”, como havia assinalado na conhecida passagem escrita em 1862:

---

<sup>31</sup> I-DAS-08/06/1891- PII.B.c Carta de d. Pedro II a José da Silva Costa, assinada e datada de Versailles, 08/06/1891. Coleção Silva Costa. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>32</sup> Cf. ARGON, Maria de Fátima Moraes. *Reflexões Sobre O Arquivo da Família Imperial e o papel de d. Pedro II na sua formação*, publicado pelo Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em: [www.ihp.org.br](http://www.ihp.org.br) Acesso em: 29 Set. 2016. Sobre a temática que relaciona doações a museus e outras instituições e a construção da memória pessoal e familiar, ver ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, Lapa, 1996.

<sup>33</sup> O manuscrito original pertence ao Arquivo Grão Pará – AGP - Códice nº 153. Não descartamos a hipótese de Boulanger ter sido, na verdade, o organizador e calígrafo do manuscrito, que poderia ser de autoria de d. Pedro II. Na folha de rosto do códice, lê-se, abaixo, “Trabalho organizado por Luiz Aleixo Boulanger”. Há cartas de Gobineau para d. Pedro II, datadas de 1874 (ano da morte de Boulanger), nas quais o conde inquire o imperador, reiteradamente, sobre a compilação e a publicação das memórias relativas à viagem de 1871-1872. Louis Alexis Boulanger (1798-1874). Desenhista, gravador, litógrafo, pintor, calígrafo. Fora professor de Caligrafia, Desenho e Geografia de d. Pedro II e de suas irmãs e também mestre de Caligrafia e Geografia de suas filhas, as princesas Isabel e Leopoldina.

Nasci para consagrar-me às letras e às ciências, e, a ocupar posição política, preferiria a de presidente da República ou ministro à de imperador. Se ao menos meu Pai imperasse ainda estaria eu há 11 anos com assento no Senado e teria viajado pelo mundo.<sup>34</sup>

Quanto às biografias escritas ainda durante a vida de d. Pedro II, destacamos aquela atribuída a Benjamin Mossé<sup>35</sup> e, na verdade, de autoria do barão do Rio Branco<sup>36</sup>, publicada em Paris, em 1889. Nosso objetivo é pontuar como neste texto, a começar pela folha de rosto, aparecem elementos que serão reproduzidos nas escritas, memoriais e historiográficas, posteriormente. As citações de figuras de relevo como Victor Hugo e Charles Darwin a respeito de d. Pedro II dão a tônica do que os autores pretendiam realçar na biografia do imperador: os epítetos de príncipe filósofo, sábio, amante e encorajador das letras, das artes e das ciências.

Especificamente sobre a relação de d. Pedro II com as ciências, a biografia de 1889 traz inúmeras passagens que destacam o reconhecimento do imperador pelas *Sociétés Savantes*, assim como a sua participação seja na *Académie des Sciences*, na França, seja no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A tese do imperador cidadão é reiterada na alusão a uma conversa, quando d. Pedro II teria dito: “Se eu não fosse imperador desejaria ser mestre escola. Nada conheço mais nobre do que dirigir inteligências jovens e preparar os homens do futuro!” (MOSSÉ, 2015, p. 202)

A erudição do monarca que demonstrava conhecimentos nos mais diversos ramos das ciências, sobretudo a astronomia e a botânica, ou que era capaz de falar, ou ler e traduzir em diversos idiomas, como o hebraico que, segundo Mossé, ele conhecia melhor do que muitos judeus; o despojamento que o permitia fazer generosas doações e custear os estudos de jovens promissores, ou ainda recusar os faustos da vida aristocrática em troca de uma ascética simplicidade de vida, todos estes pontos enfatizados por Mossé e Rio Branco podem ser recuperados nas demais biografias de d. Pedro II, inclusive nas mais recentes, talvez com uma entonação menos afetada, mas, ainda assim, com os mesmos enfoques.

<sup>34</sup> Diário de d. Pedro II, volume 9 (31/12/1861 a 05/01/1863). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

<sup>35</sup> Benjamin Mossé (1832-1892), escritor e editor francês, rabino de Avignon. Cf. MOSSÉ, Benjamin. *Dom Pedro II, Imperador do Brasil: o Imperador visto pelo barão do Rio Branco / Benjamin Mossé.* – Brasília: FUNAG, 2015.; MOSSÉ, Benjamin. *Dom Pedro II, Empereur du Brésil.* Paris: Librairie de Firmin-Didot et Cie, 1889.

<sup>36</sup> José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco (1845-1912), diplomata e historiador. Era filho de José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, Presidente do Conselho de Ministros (1871-1875).

Finalmente, em tom claramente laudatório, os autores reforçam o que seriam as principais qualidades de d. Pedro II: patriotismo, desinteresse e tolerância. Se o imperador se autodefinia como um liberal, como demonstramos no trecho da carta que escreveu à filha, em 1871, a biografia escrita, diga-se de passagem, com o seu acompanhamento, reiteraria esta premissa<sup>37</sup>.

Mais tarde, o barão escreveria ao imperador informando que “Os jornais se têm ocupado do livro que vai encontrando grande aceitação graças ao nome de Vossa Majestade.” Referindo-se aos editores completaria que “os Firmin-Didot são os impressores do Instituto e pertencem a uma velha família muito estimada em França. Não há casa editora mais respeitável do que esta.”<sup>38</sup>

Neste sentido, além das escritas autobiográficas e biográficas, pensamos sobre a contribuição dos periódicos para a construção do conhecimento histórico a respeito de d. Pedro II. Trabalhos recentes, como os do historiador Cláudio Antônio Santos Monteiro, que analisa as representações de d. Pedro II em jornais franceses, de diversos matizes ideológicos, a partir da década de 1870, justamente a que é considerada como o início da decadência do Império, mas também, contraditoriamente, a da sua ascensão no campo intelectual europeu, sobretudo francês<sup>39</sup>, têm se debruçado sobre a problemática da memória construída a respeito de d. Pedro II com muito êxito.

No exterior, as matérias sobre a deposição de d. Pedro II em uníssono reforçaram que o imperador do Brasil era reconhecido na Europa, sobretudo, devido ao seu interesse em assuntos científicos, atrelando textualmente o nome do “soberano brasileiro” à “história das ciências modernas”, destacando o paradoxo entre a sua queda e a sua nomeação, no mesmo

---

<sup>37</sup> Ressaltamos que ao mesmo tempo em que o barão do Rio Branco ocupava-se da edição de *D. Pedro II, Empereur du Brésil*, trabalhava para a publicação de *Le Brésil*, que também contou com o acompanhamento e a colaboração do imperador, e devia não só apresentar o país na Exposição Universal de Paris, em 1889, como também integrar a *Grande Encyclopédie Française*.

<sup>38</sup> Carta do barão do Rio Branco a d. Pedro II, assinada e datada, Paris, 10/08/1889. In: CORRESPONDÊNCIA ENTRE D. PEDRO II E O BARÃO DO RIO BRANCO (de 1889 a 1891). Apresentação de Miguel do Rio-Branco. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

<sup>39</sup> Sobre d. Pedro II e a França da III República ver os trabalhos de Claudio Antônio Santos Monteiro, como *France, Terre fertile d'exil? La mort de Dom Pedro II à Paris et la construction française de la mytologie impériale*. In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis. (Org.). *L'Exil Brésilien en France: histoire et imaginaire*. 1ed. Paris: Harmattan, 2008, p. 175-184.

dia, a Oficial da Instrução Pública, pelas proposições dos Ministros da Instrução Pública e dos Negócios Estrangeiros da França da Terceira República.<sup>40</sup>

Paralelamente, nos indagamos quanto à influência dos periódicos brasileiros, particularmente a *Revista Illustrada* que, como fonte, tem subsidiado muitos trabalhos sobre d. Pedro II. Nos seiscentos e trinta e cinco números publicados entre 1876, ano da criação do jornal, e 1891, ano da morte do ex-imperador, é possível localizar inúmeras referências a d. Pedro II, a maioria delas com críticas ácidas não só ao seu governo, como à sua pessoa, considerado fraco, dúbio, reticente, inseguro, taciturno, enfim, “um incansável assistidor”, para citarmos alguns adjetivos utilizados.

Como dito, neste periódico são muitos os textos que, inferimos, foram apropriados como fontes pela historiografia. Assim, um dos principais articulistas, José Ribeiro Dantas Jr, sob o pseudônimo Julio Dast, escreveria em 1883 a respeito do imperador:

De mais, seriamente, nós não somos aqui tão beocios, para crer no desejo serio de S. M. de fazer realmente alguma cousa em bem da instrução, em bem do país. S. M. quer rir-se. Se o imperador quisesse reformar seriamente o nosso sistema de instrução, em vez de palestras na Boa-Vista, leria Spencer. Estudaria Littré, em vez de ouvir o Sr. Paulino; escutaria o Sr. Menezes Vieira em vez de ouvir os palestrantes, e aproveitaria das suas visitas á exposição pedagógica. Já leu porventura S. M. os novos apontamentos de origem alemã para o estudo das questões relativas à educação nacional, publicados pela tipografia nacional?<sup>41</sup>

De tudo, o que mais nos chama a atenção é a incoerência entre o que dizem os editores, articulistas e desenhistas de *Revista Illustrada*, em textos e imagens, e o que nos revela o arquivo privado de d. Pedro II onde é possível encontrar, por exemplo, na correspondência com o conde de Gobineau, relatos do imperador sobre as leituras que fez de Spencer, para citarmos o autor a que se referiu Julio Dast. Aqui, nos interessa notar que, independentemente do quanto superficial possa parecer esta inferência, o fato de d. Pedro II ser um leitor de Herbert Spencer<sup>42</sup> e de outros autores que marcaram a emergência de um

<sup>40</sup> Sobre as matérias a respeito de d. Pedro II nos jornais estrangeiros ver Arquivo da Casa Imperial do Brasil (POB). POB-Maço 52-Doc 1143-Cat. B. Acervo Museu Imperial/Ibram/ Ministério da Cidadania.

<sup>41</sup> DAST, Julio [Pseudônimo de José Ribeiro Dantas Jr.]. *Chronicas Fluminenses*. In: *Revista Illustrada*, n. 355, p. 2. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1883. Acervo Museu Imperial/Ibram/ Ministério da Cidadania.

<sup>42</sup> Herbert Spencer (1820-1903). Filósofo e cientista inglês. Um dos precursores do pensamento sociológico.

novo paradigma científico em meados do século XIX pode nos dizer muito a respeito do ponto de inflexão da sua trajetória.

Ainda que os articulistas da *Revista* não deixem de pontuar o que chamam de “amor pela ciência”, percebem esta relação como nefasta por afastar o imperador do cumprimento do seu dever, exatamente o oposto do que d. Pedro II pretendia realçar nas suas escritas autorreferenciais e na construção da memória de si e do seu governo.

É interessante notar que estudos sobre a intelectualidade brasileira dos anos 1870 (SCHWARCZ, 1993; ALONSO, 2002) indicam que a *intelligentsia* local dialogou com o repertório de ideias disponível na Europa, muitas vezes, a partir de leituras secundárias de compêndios e manuais. No caso de d. Pedro II, valendo-se de sua posição, a relação que ele estabelece com a produção intelectual e científica é direta, tendo o privilégio de discuti-las com seus formuladores, seus *confrères*, e, em alguns casos, contribuir com suas obras.

A rede de sociabilidade construída, sobretudo a partir de 1871, ano de sua primeira viagem ao estrangeiro, nos aponta que d. Pedro II era um agente (no sentido bourdieusiano) que teve uma atuação efetiva no campos intelectual e científico, e que o imperador não só lia, ou se correspondia com os mais eminentes cientistas e intelectuais do seu tempo, como também era, ele mesmo, um articulador e produtor de ideias que, em última instância, permitiam agenciamentos políticos, configurando-se para além do diletante e do erudito, em um tipo de intelectual característico do último quartel do século XIX, representado pela transição do intelectual do tipo iluminista para o intelectual moderno.

Contudo, levando-se em consideração a abordagem bourdieusiana a respeito dos limites da autonomia dos intelectuais (1990b), destacamos o conceito de intelectual mediador, nos moldes apresentados por Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen (2016), como um dos norteadores deste trabalho.<sup>43</sup>

Esta noção, visando ultrapassar a dicotomia rígida entre erudito e intelectual, inclusive entendendo-se por intelectual não só o criador, ou produtor de ideias, mas também aquele que articula, ou é mediador de práticas culturais, ou que exerce ambas as atividades ao

---

<sup>43</sup> Cf. COOPER-RICHET, Diana. *Transferts culturels et passeurs de culture dans le monde du livre* (France - Brésil, XIX siècle). São Paulo, Unesp, v. 9, n.1, p. 128-143, janeiro-junho, 2013. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/322/599> Acesso em 30 Jul. 2019.

mesmo tempo, no nosso entendimento, presta-se a esclarecer os agenciamentos de d. Pedro II para a construção de novos saberes na segunda metade do XIX.

Neste sentido, os estudos tradutórios e traduções de d. Pedro II, como salientam os pesquisadores coordenados pelo linguista Sergio Romanelli (2013), ou a atuação como mestre e coordenador da educação das suas filhas, as princesas Isabel e Leopoldina<sup>44</sup>, preparando-as para o governo da casa e, sobretudo, do país, como tem mostrado a historiadora Jaqueline Aguiar (2015), por si sós, permitiriam situar o imperador, na acepção das mais recentes abordagens historiográficas, como um intelectual mediador, ou aquele que se dedica a atividades ou práticas de mediação cultural.

Em relação às traduções, por exemplo, a teoria literária reconhece o processo criativo implícito no trabalho, que não aparece como mero exercício de erudição, mas como uma ressignificação do texto original a partir dos códigos culturais do tradutor, o que demanda um tipo de conhecimento específico, que transcende o diletantismo, sobretudo, se pensarmos que muitas das traduções realizadas por d. Pedro II não visavam apenas ao estudo de uma língua estrangeira, mas buscavam responder a questões mais profundas relacionadas à filologia e à origem dos povos. Em carta endereçada à filha, a princesa Isabel, em 1874, d. Pedro II reiteraria que o estudo comparado das línguas tinha grande interesse para a História<sup>45</sup>.

Além disso, ao perfil de rei filósofo, estudos têm contraposto a importância de d. Pedro II em uma rede de sociabilidade que envolvia intelectuais de várias partes do mundo, com os quais o imperador não só colaborou, financiando seus projetos, ou enviando amostras que pudessem fundamentar suas teorias, mas debatendo com afinco teses que pautariam um novo paradigma científico.

O caso mais conhecido talvez seja o apoio financeiro e moral que deu para a fundação do Instituto Pasteur, criado em 1887, quando a teoria sobre os micro-organismos causava grande desconfiança e contestação. Não à toa, ainda hoje o busto de d. Pedro II encontra-se instalado na “Sala dos Atos”, no Museu Pasteur, em Paris, em cuja legenda se lê “doador histórico”. No Brasil, a filial do Instituto Pasteur seria inaugurada, no Rio de Janeiro, meses antes da sua sede em Paris.

---

<sup>44</sup> Cf. LACOMBE, Lourenço Luís. A Educação das Princesas. In: ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL. vol. 7. Petrópolis: Museu Imperial/Ministério da Educação e Saúde, 1946, p. 241-257.

<sup>45</sup> AGP XXXIX-1-16. Trecho da correspondência ativa de d. Pedro II com a princesa Isabel. Carta datada e assinada, Rio [de Janeiro], 29 de novembro de 1874. Arquivo Grão Pará.

D. Pedro II também foi um importante agente para a consolidação de dois espaços de pesquisa fundamentados na cultura científica dos últimos decênios do século XIX, relacionado às ciências práticas, ou que pudessem ser, segundo a concepção da época, úteis às conquistas materiais e, em última instância, à modernização do país. Neste sentido, na década de 1870, o imperador atuou diretamente para a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto e a reorganização do Museu Nacional, especialmente para a implantação do Laboratório de Fisiologia, constituídos a partir de bases e demandas próprias da era industrial.

A faceta intelectual de d. Pedro II, como contraponto aos demais trabalhos que reforçam apenas o patronato ou a erudição também pode ser percebida, por exemplo, pelo reconhecimento que Pedro d'Alcantara obteve nos mais importantes centros de produção de conhecimento do Oitocentos.

No exterior, d. Pedro II foi eleito sócio correspondente da Academia de Ciências, do Instituto de França, em 1875, passando mais tarde a associado estrangeiro, o que é muito representativo do *status* adquirido pelo imperador entre os cientistas europeus, já que existiam apenas oito vagas nesta categoria, que dava ao eleito o direito de voto nas decisões da academia francesa.

No entanto, apenas muito recentemente o caráter intelectual e a atuação do imperador em uma rede transnacional de produção e circulação de conhecimento, que incluía não só a Europa, mas também trocas intelectuais com outros países americanos, ou do Oriente Médio, por exemplo, têm sido estudados. No nosso entendimento, a atual perspectiva sobre o perfil intelectual de d. Pedro II deveu-se, por um lado, às novas abordagens historiográficas e, em especial, à renovação da História Política, mas também à realização de pesquisas que tiveram como fontes primordiais o arquivo pessoal de d. Pedro II, depositado no Museu Imperial.

Reconhecemos o trabalho de Araquém Távora, *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura* (1976), e, mais uma vez, sublinhamos que não pretendemos verticalizar a análise das imagens, que neste capítulo visam apenas ilustrar as nossas proposições. Contudo, supomos que muitas das gravuras veiculadas, sobretudo na *Revista Illustrada*, acabariam por ser incorporadas, na forma de narrativa textual, pelos trabalhos que pretenderam analisar a relação de d. Pedro II com as ciências, como o de Lilia Schwarcz (1999), ou ainda aqueles que vinculam o imperador ao pensamento político patrimonialista-tradicional, como Angela Alonso (2002; 2013), aproximando-o, inclusive, do Antigo Regime.

Figura 3: Viagem astronômica e imperial no mundo das estrelas.

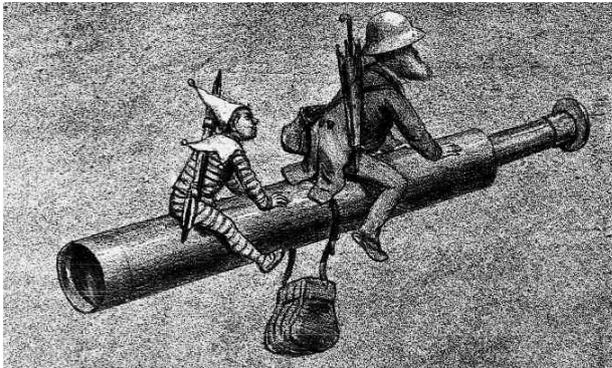
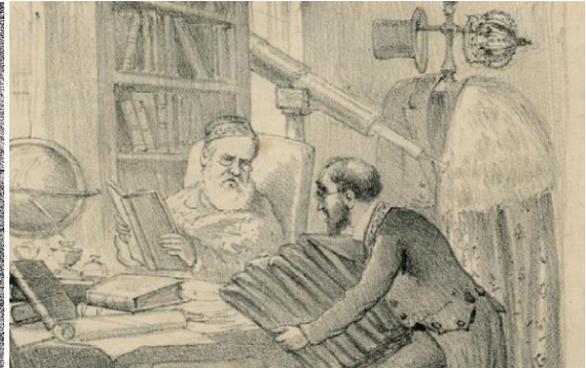


Figura 4: D. Pedro II e o Presidente do Conselho de Ministros, Lafayette Rodrigues.



Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.

Finalmente, assim como as gravuras, textos como os que cobram o posicionamento do imperador quanto ao fim da escravidão, ou o editorial sobre a sua morte, escrito por um dos seus articulistas sob o pseudônimo Farfarello, viriam a reforçar, por um lado, a apatia do imperador em relação aos assuntos de Estado, e, por outro lado, a dicotomia entre o monarca e o cidadão, tão evidente em obras como as biografias escritas por Barman (2012) e José Murilo de Carvalho (2007):

[...] É essa uma das páginas mais tristes e mais vergonhosas, que a História do Segundo Reinado terá que escrever! [...] Esta página do Reinado do Sr. D. Pedro II, o amigo de Victor Hugo, o neto de Marco Aurelio, ficará gravada nos corações patrióticos, como um espécimen da civilização, da humanidade e das garantias, que o império, essa planta exótica da América, produziu como uma flor ensanguentada, em fins do século XIX.<sup>46</sup>

[...] A crítica da historia ha de encará-lo sob dois aspectos: o homem e o monarca. [...] E mais tarde, [...] saberá distinguir com a calma e isenção de animo as boas e as más qualidades que constituíam o caráter do cidadão cuja morte todos sentimos, e os vícios e os defeitos do monarca, cujo governo consistiu em parecer sábio e bom aos olhos do estrangeiro.<sup>47</sup>

Em suma, o trabalho de indexação da coleção completa da *Revista Illustrada* nos permitiu notar, no conjunto, o que a narrativa do periódico fixou como conhecimento

<sup>46</sup> *Revista Illustrada*, n. 427, 18/02/1886, p. 3. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>47</sup> FARFARELLO [Pseudônimo] Echos e Notas. In: *Revista Illustrada*, n. 634, p. 2. Rio de Janeiro, dezembro de 1891. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

histórico sobre d. Pedro II e o Segundo Reinado divergindo do sujeito histórico que se revelou a nós através da leitura extensa, não só dos seus diários, mas do seu arquivo privado como um todo.

Portanto, o monarca que sofria com o acúmulo de prerrogativas e a concentração de poderes, ou o d. Pedro II que vivia “no mundo da lua”, imerso em seus afazeres particulares, que emerge, sobretudo, nas charges publicadas próximas ao fim do Império, contrapõem-se não só à visão subjetiva e à construção de si mesmo empreendida pelo imperador e à visão dos memorialistas, seus primeiros biógrafos, mas também àquilo que nos pareceu revelar um ponto ainda não tangenciado na trajetória do imperador: o seu deslocamento do *ethos* aristocrático e a adesão ao *ethos* burguês, que é o objeto da nossa pesquisa.

Como uma segunda vertente de análise, objetivamos sublinhar a relação entre História e Memória, tendo como fio condutor a noção de “lugares de memória”, como analisada por Pierre Nora (1984), sujeita à dialética dos ditos, interditos, esquecimentos e prioridades, onde:

História, memória, Nação mantiveram, então, mais do que uma circulação natural: uma circularidade complementar, uma simbiose em todos os níveis, científico e pedagógico, teórico e prático. A definição nacional do presente chamava imperiosamente sua justificativa pela iluminação do passado (NORA, 1993, p. 11).

Assim, pontuamos a íntima imbricação entre o conhecimento histórico produzido nas *Sociétés Savantes*, que proliferaram a partir de 1815, tendo como marco o Congresso de Viena, e conhecimento historiográfico produzido posteriormente, quando a historiografia configurou-se como campo de conhecimento autônomo. No caso brasileiro, não podemos deixar de notar a importância que teve o IHGB como “guardião”, no sentido de produtor e custodiador, primeiro, da memória nacional e, posteriormente, da historiografia sobre o Brasil até que as universidades ocupassem este espaço de produção historiográfica, desde os anos 1930 e, definitivamente, a partir dos anos 1960.

Especificamente com relação à memória sobre d. Pedro II, desde a sua fundação, o IHGB esteve intimamente ligado ao imperador, como analisa Lucia Paschoal Guimarães (2011). Segundo Guimarães, o imperador, “de dezembro de 1849 até a sua partida para o exílio, participou de 508 reuniões ordinárias, sem contar as sessões públicas de aniversário e outras comemorações” (GUIMARÃES, 2011, p. 48).

Neste sentido, não só o IHGB contribuiu vigorosamente para a construção da narrativa memorial sobre o imperador, como o próprio d. Pedro II cuidou de participar da consolidação desta memória. Ainda segundo Guimarães, a imagem do monarca tolerante, cultivador do intelecto fora cunhada pelos fundadores do Instituto, como o cônego Januário da Cunha Barbosa, e, em boa medida, reforçada por d. Pedro II. Assim, “se o Instituto Histórico não mediu esforços no desenho cuidadoso do perfil do monarca, é forçoso reconhecer que esse empreendimento com um cúmplice a altura: o próprio Imperador” (GUIMARÃES, 2011, p. 110).

Igualmente, destacamos a tese de Luciana Pessanha Fagundes (2012), que estuda a recuperação da memória do período imperial, sobretudo a partir da década de 1920, no Brasil, quando se evidenciaram os esforços para a revogação da Lei do Banimento da Família Imperial<sup>48</sup>, e ocorreram as comemorações dos centenários da Independência do Brasil e do nascimento de d. Pedro II, gerando uma nova onda de trabalhos a respeito do ex-imperador, como a conferência proferida por Gilberto Freyre (2011), na Biblioteca do Estado de Pernambuco, em dezembro de 1925.

Ao focar nos múltiplos olhares republicanos sobre d. Pedro II, Fagundes ressalta, inclusive a partir das reflexões de Lucia Guimarães, como no período republicano, paulatinamente, a imagem do imperador foi-se deslocando dos atributos da realeza para ganhar ênfase nas qualidades do cidadão, reforçadas pela sua morte no exílio, em um modesto quarto de hotel em Paris, e pela recusa em receber a concessão no valor de cinco mil contos de réis que o governo provisório havia destinado à família imperial.<sup>49</sup>

Os pontos considerados por Fagundes em sua tese são importantíssimos, mas nas nossas reflexões pretendemos avançar quanto a dois aspectos específicos. Primeiro, ao demonstrarmos que a narrativa memorial que enfatiza a imagem do cidadão começou a ser cunhada, muito antes do período republicano, pelo próprio imperador nas escritas de si, assim como por seus primeiros biógrafos, como apontamos. Ou, pelo IHGB, ainda no período de

---

<sup>48</sup> Cf. ARGON, Maria de Fátima Moraes. A estátua de d. Pedro II: arte, memória e política - o centenário da primeira estátua de d. Pedro II, inaugurada em Petrópolis, em 5 de fevereiro de 1911. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 173(455):147-180, abr./jun. 2012.

<sup>49</sup> Cf. II-POB- Maço 200 – Doc. 9109. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania. Decreto Nº 2, de 16 de novembro de 1889, revogado pelo Decreto Nº 78-A, de 21 de dezembro de 1889. Para se ter uma ideia do valor oferecido à família imperial, cabe uma analogia com o subsídio do Chefe do Governo Provisório, estabelecido pelo Decreto Nº 27-G, de 1 de dezembro de 1889, no valor de 120 contos de réis anuais.

vida de d. Pedro II e com a contribuição deste, como analisou Lucia Guimarães. Segundo, que o deslocamento em relação à sociedade de corte não se tratou apenas de uma representação construída *a posteriori*, mas evidencia um ponto da trajetória de d. Pedro II que precisa ser aprofundado, tarefa a que nos propusemos.

Interessante notar como os adjetivos criados na juventude de d. Pedro II para ressaltar as suas qualidades, repetiram-se, por exemplo, na biografia escrita por Mossé e Rio Branco, mas também nos trabalhos mais recentes. Por outro lado, continuam a ser reforçados na atualidade pelos lugares de memória, como o IHGB e o Museu Imperial, que têm como prerrogativa, entre outros, preservar a memória do Segundo Reinado e, por extensão, de d. Pedro II.

Ainda sobre os lugares de memória, não poderíamos deixar de reconhecer a importância da abertura do arquivo privado da família imperial a pesquisadores na década de 1930, da criação do Museu Imperial e, em especial, da doação desta documentação à instituição que, inaugurada paralelamente à institucionalização da historiografia nas universidades, acabou por tornar-se um dos pólos de referência para pesquisadores do Segundo Reinado e de d. Pedro II.

Os documentos privados que formam o Arquivo da Casa Imperial do Brasil permaneceram inéditos até a década de 1930, quando começaram a ser franqueados a pesquisadores, pelo príncipe do Grão Pará, neto de d. Pedro II, ainda no Castelo D'Eu, na França. Antes, porém, a família havia contratado o historiógrafo Alberto Rangel para inventariar a documentação<sup>50</sup>, cujo trabalho foi publicado, em dois tomos, com 14 mil verbetes e aproximadamente 40 mil documentos, pela Biblioteca Nacional, em 1939.

Neste contexto, há uma confluência de interesses políticos e historiográficos. Por um lado, ainda que desde os primeiros momentos da República houvesse vozes defendendo as políticas de preservação da memória do período imperial, como as que lutaram pela revogação da Lei do Banimento<sup>51</sup>, percebemos que a política cultural implementada durante o

---

<sup>50</sup> Conforme se lê no final do inventário, o trabalho fora concluído em 24 de maio de 1930.

<sup>51</sup> Decreto nº 78-A, de 21 de dezembro de 1889, revogado pelo Decreto nº 4.120, de 3 de setembro de 1920.

primeiro governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945) favoreceu e coadunou-se com a revitalização da memória do Império, personificado na figura de d. Pedro II<sup>52</sup>.

Embora, durante o Estado Novo, tenham sido criados grandes museus nacionais, como o Museu da Inconfidência (1944), em Ouro Preto, e o Museu das Missões (1940), no Rio Grande do Sul, foi em Petrópolis, cidade que, assim como d. Pedro II, o Presidente Getúlio Vargas escolheu para passar longas estadias, que se deram grandes esforços para a criação do Museu Imperial, em 1940, e a sua abertura ao público em março de 1943, justamente quando se comemorava o centenário do Decreto Imperial Nº 155, que criara a Povoação-Palácio de Petrópolis.<sup>53</sup>

Os museus nacionais, como o Museu Imperial, teriam servido à intenção de repensar a história, mas também aos projetos políticos do Estado Novo<sup>54</sup>. Além disso, como se depreende da leitura dos periódicos das décadas de 1930 e 1940, vislumbra-se no projeto político varguista a atenção a anseios pessoais, que visavam atrelar a sua imagem à do ex-imperador, enquanto representação do “Pai da Nação”, o que consistia em considerável capital simbólico e político.

A ideia de um museu do Império na cidade não era de forma alguma uma novidade, e já havia sido aventada, anteriormente, pelo conde de Afonso Celso (ARGON, 2012, p. 154-155), pelo projeto de governo do primeiro prefeito de Petrópolis, o médico sanitarista Oswaldo Cruz, em 1916,<sup>55</sup> e por Alcindo de Azevedo Sodré, que idealizara o museu desde a época em que era aluno do Colégio São Vicente, e que se tornaria o primeiro diretor da

---

<sup>52</sup> Cf. FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Do exílio ao Panteão: D. Pedro II e seu reinado sob o(s) olhar(es) Republicano(s)*. Tese (Doutorado) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais – FGV. Rio de Janeiro, 2012. 349f.; ROCHA, Grazielle de Souza. *Memória, historiografia e identidade local: Petrópolis (1900-1945)* Dissertação (Mestrado) História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. 147f.

<sup>53</sup> O Decreto Imperial Nº 155, de 16 de março de 1843, determinou o arrendamento da Fazenda do Córrego Seco, de propriedade do imperador d. Pedro II, ao Major Julius Friedrich Koeler, que deveria desenvolver um plano urbanístico que a dividisse em quarteirões, separando no quarteirão central (Vila Imperial) terrenos para a construção do palácio de verão do imperador, para a edificação de uma igreja e para o cemitério. Paralelamente, seria criada uma colônia, pautada na contratação de colonos estrangeiros, sobretudo, de origem germânica, que receberiam prazos de terra por aforamento, a fim de desenvolver particularmente a atividade agrícola, calcada em mão de obra livre.

<sup>54</sup> Cf. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A Escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond; MinC, IPHAN, DEMU, 2006, p. 100-102.

<sup>55</sup> Conforme reprodução de carta enviada por Oswaldo Gonçalves Cruz ao Sr. Cândido Martins. Assinada e datada de Petrópolis, 17 de agosto de 1916. Disponível em: [brasilianafotografica.bn.br](http://brasilianafotografica.bn.br) / Acesso em: 11 Jul. 2018.

instituição. Porém, ainda que Sodré seja considerado o grande mentor do projeto que transformaria o palácio ocupado por seu antigo colégio em museu, chama-nos a atenção o zelo pessoal do presidente da República para a sua realização.

Entre os destacados empenhos de Getúlio Vargas, sublinhamos a compra do palácio de verão, pertencente à Família Imperial, à época, arrendado ao Colégio São Vicente de Paulo. Conforme relata Lacombe (2007, p. 81-83), o processo de criação do Museu Imperial teve início com o tombamento do Palácio Imperial, em 1938, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Posteriormente, além de Getúlio Vargas, o interventor federal do Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, que era também genro do presidente da República, intermediaria as negociações para a compra do palácio, adquirido pelo governo estadual, conforme decreto n. 684, de 3 de fevereiro de 1939, transferindo-o ao governo federal, ao patrimônio da União, por escritura pública de doação, logo a seguir.

Paralelamente, evidencia-se a dedicação do próprio Presidente da República para a composição do acervo, intervindo e determinando, por exemplo, a transferência de objetos e documentos de outras instituições para o recém-criado museu.<sup>56</sup> O caso mais patente talvez seja o da coroa imperial, um dos itens mais significativos da coleção do Museu Imperial, adquirida pelo governo federal, no início de 1941. A coroa fazia parte do inventário do ex-imperador, e o governo brasileiro já havia feito uma proposta de compra em 1935<sup>57</sup>, quando incidentes processuais retardariam a finalização do negócio, concluído a tempo da valiosa peça integrar a exposição inaugural.

O então denominado “Pronunciamento da História”, proferido pelo Presidente Getúlio Vargas por ocasião do traslado e sepultamento dos despojos mortais de d. Pedro II e d. Teresa Cristina no mausoléu na Igreja Matriz de Petrópolis, em dezembro de 1939, resumiria a sua predisposição em ser um dos protagonistas no processo de reabilitação da memória imperial e, em particular, do ex-imperador. Em discurso, que fora transmitido pelo rádio, Vargas enfatizaria em d. Pedro II, além da sapiência, as qualidades de cidadão exemplar e a

---

<sup>56</sup> Ver, por exemplo, Processo 93/1940 e anexos, de 31/12/1940, que trata da transferência de objetos e outros itens do Museu Histórico Nacional para o Museu Imperial. Arquivo Administrativo. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>57</sup> Conforme Lei n. 25 de 14 de fevereiro de 1935, que autorizou o Poder Executivo a entrar em acordo com os herdeiros do ex-imperador para a aquisição da coroa imperial. Cf. jornal *Pequena Ilustração*, n. 446, de 17/03/1940 e n. 493, de 23/02/1941.

abnegação pessoal em prol do bem público, que aos governos republicanos, em especial ao seu, caberia dar continuidade<sup>58</sup>.

Figura 5: O Presidente da República, Getúlio Vargas, visitando as obras de construção do mausoléu dos imperadores na Matriz de Petrópolis. Petrópolis. 1939.



Figura 6: O Presidente da República, Getúlio Vargas, em visita ao Palácio Imperial, ao lado de Alcindo Sodré, primeiro diretor do Museu Imperial. Petrópolis. 1942.



Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.

Por outro lado, a abertura do arquivo pessoal da Família Real de Portugal e Imperial do Brasil causou verdadeiro afã no meio intelectual e acadêmico. Em 1940, o IHGB aprovou uma moção apelando para que estes documentos fossem trazidos para o Brasil, e os primeiros trabalhos de fôlego a partir destas fontes começaram a ser produzidos e publicados. Destacamos *O Rei Filósofo*, de Pedro Calmon, publicado em 1938, e *História de D. Pedro II* (3 volumes), de Heitor Lyra, publicado entre 1938 e 1940, com certeza, estudos referenciais para os biógrafos posteriores, sobretudo Lyra.

É neste contexto que, igualmente, são publicadas outras obras de referência como *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão Cotegipe* (1933), de Wanderley Pinho; *D. Pedro II e o Conde de Gobineau: correspondências inéditas* (1938) e *D. Pedro II e os sábios franceses* (1944), de Georges Raeders.

<sup>58</sup> Cf. jornal *Pequena Ilustração*, n. 432, de 10/12/1939.

Após longas negociações, interrompidas pela Segunda Guerra Mundial, finalmente, em 1947, o Arquivo da Casa Imperial do Brasil foi doado ao recém-criado Museu Imperial e, desde então, inúmeros trabalhos sobre d. Pedro II têm sido produzidos, como dissemos, inclusive no âmbito desta instituição e a partir de outros fundos documentais, como *Abrindo um cofre: cartas de Dom Pedro II à condessa de Barral*, de autoria de Alcindo Sodré.<sup>59</sup>

No entanto, antes da publicação destas obras de referência, as primeiras produzidas a partir do acesso à documentação privada do imperador, em dezembro de 1934, o jornal *Pequena Ilustração* lançou o concurso histórico-literário sobre d. Pedro II, com o apoio do IHGB que, além do aval do Presidente conde de Afonso Celso, enviou como representantes Max Fleiuss e Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, que participaram da banca examinadora. Assim o jornal registrou as comemorações em Petrópolis:

A população da Cidade Imperial soube reafirmar, de maneira eloquente, a veneração profunda que lhe merece **a memória** do excelso soberano, gloria humana do século passado, **cujo espírito intemerato permaneceu sempre afastado da objeividade terrena.** (grifos nossos)<sup>60</sup>

Neste concurso, voltado para estudantes do ensino primário e secundário das escolas do município de Petrópolis, foram estipulados cinco temas sobre a vida e o governo de d. Pedro II e, no dia da prova (uma redação), houve o sorteio de dois assuntos. O enunciado para os alunos do ensino secundário foi justamente “D. Pedro II protetor das letras e artes brasileiras”.

A leitura das cinco redações, primeiras colocadas, publicadas no jornal, evidencia (obviamente *a posteriori*) um discurso hagiográfico e laudatório sobre d. Pedro II, o que é muito coerente com o contexto varguista, por um lado, e com as iniciativas de reabilitação da memória do imperador, por outro lado. Além disto, está de acordo com a historiografia “dos grandes personagens e dos fatos importantes da História”, conforme a História Tradicional.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> A obra utilizou como fontes primordiais a Coleção Barral Montferrat (DBM), formada por 265 cartas, escritas por d. Pedro II à condessa de Barral, entre 1865 e 1881, doadas ao Museu Imperial, conforme Processo 590/1948.

<sup>60</sup> O jornal *Pequena Ilustração*, editado por Armando Martins, em Petrópolis, circulou entre 1931 e 1944. Cf. *Pequena Ilustração*, Ano IV, n. 171, 9/12/1934.

<sup>61</sup> Com as seguintes características: uma história elitista, factual, formada por eventos e fatos idealizados de grandes heróis. Cf. BURKE, Peter. Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 7-16.

Mas, neste caso, o que definitivamente chama a atenção é a repetição desse discurso sobre o imperador ainda nos dias de hoje, seja em relação à sua vida “afastada da objetividade terrena”, seja ao admitir que, embora erudito, seus estudos levaram-no a um tipo de conhecimento quase prosaico, conforme as palavras de Isabel Lustosa na resenha do livro de Carvalho (2007):

Mas d. Pedro II era um homem de qualidades medianas. Na vida real teria sido um bom e honrado pai de família, um prosaico funcionário público, frequentador de rodas literárias, amante das belas letras, mas sem nenhum talento para elas. Seu texto era correto mas sem brilho, sua poesia era deplorável, **suas idéias eram sensatas mas não exatamente ousadas. Sua vida pessoal foi das mais tediosas**<sup>62</sup>.(grifos nossos)

### 1.3 As biografias de d. Pedro II e os múltiplos olhares sobre a sua trajetória

Ele [d. Pedro II] não é nem Minerva [a sabedoria], como lhe dizem muitos, sem pensarem, nem Juno [o orgulho], como o fez o artista [Decio Villares], sem querer.

**É esquisito que ninguém o tenha ainda visto bem, quando tantos o olham.** (grifo nosso)

*Julio Dast*<sup>63</sup>

Fernando Catroga que, embora reconhecendo que as relações entre a memória e a historiografia não são lineares, pontua que o conhecimento historiográfico também surge como um “meio de combate contra o esquecimento”. Por isso, indaga: “será a historiografia inteiramente estranha à função que as liturgias de recordação (e particularmente o culto aos mortos) desempenham?” (CATROGA, 2001, p. 39-41).

Se há um limite tênue entre o presente e o passado, que se entrecruzam, como as figuras em um quadro de Miró, para usarmos a expressão de Michel de Certeau (2002, p. 48)

<sup>62</sup> LUSTOSA, Isabel. Talhado para ser monarca do Brasil. In: *O Estado de São Paulo*, sábado, 15 de julho de 2007, Caderno2, p.169. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20070715-41543-spo-169-cd2-d2-not/busca/Isabel+Lustosa>. Acesso em: 13 out. 2016

<sup>63</sup> DAST, Julio [Pseudônimo de José Ribeiro Dantas Jr.]. *Chronicas Fluminenses*. In: *Revista Illustrada*, n. 336, p. 2. Rio de Janeiro, 24 de março de 1883. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

sobre “a operação historiográfica”, nos indagamos o quanto o passado informa o presente, neste caso, o quanto as narrativas memoriais acabaram por influenciar e permear a narrativa historiográfica.

Por outro lado, partimos do princípio de que sempre haverá a possibilidade de relativizar a apreensão sobre o passado possibilitada pela historiografia. Ou seja, será sempre viável reconsiderar o impensado e redimensionar o passado, desde que, em algum momento, esta operação seja mediada pelas questões do presente, inclusive pelas questões teórico-metodológicas apresentadas pela renovação historiográfica. É nesta linha que pretendemos mostrar que as nossas proposições podem, a despeito de tudo o que já foi escrito sobre d. Pedro II, esmiuçar um ponto ainda não devidamente estudado da sua trajetória.

Neste sentido, voltamos o nosso mapeamento dos múltiplos olhares sobre d. Pedro II para o início dos anos 1960, quando a monumental obra dirigida por Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, vem a público. No tomo referente ao Brasil Monárquico e, especificamente, nos volumes sobre o Segundo Reinado, emerge um d. Pedro II conservador, cuja concentração de poderes o colocaria em oposição aos liberais (HOLANDA, 2012, p. 304).

Assim, é possível encontrar, por exemplo, em um artigo sobre a História da Música, escrito por Leonardo Lessa, pseudônimo de Vicente Salles, a seguinte descrição de d. Pedro II, feita em 1961:

[...] um homem frívolo e bajulador, condicionava à proteção à arte e ao artista à eventual conduta do ser humano, destruindo implacavelmente a todos os que ferissem seus rígidos princípios e preconceitos de pequeno burguês bem nutrido [...]<sup>64</sup>

Nosso trabalho pretende exatamente questionar não só este conservadorismo, mas também a faceta despótica do imperador, a partir dos indícios de que d. Pedro II

---

<sup>64</sup> Cf. LESSA, Leonardo; SALLES, Marena. A ideia de música nacional brasileira: estudo para uma definição do processo evolutivo da característica da música brasileira (Rio de Janeiro, 1961). In: *Revista Brasileira de Música*. Programa de Pós-Graduação em Música. Escola de Música da UFRJ. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 329-345, jul./dez. 2014.

compartilhava das ideias dos “jovens”, “dos filhos”, como Joaquim Nabuco<sup>65</sup>, por exemplo. Corroborando esta hipótese, citamos a tese de Lídia Besouchet, uma das principais biógrafas do imperador, que analisou profundamente a relação entre d. Pedro II e Ernest Renan. A tese, defendida na Universidade de Nantes, em 1973, aponta para a influência de Renan sobre a jovem intelectualidade brasileira, representada por Eduardo Prado e Joaquim Nabuco, mas também sublinha as trocas intelectuais entre d. Pedro II - conforme nota Besouchet, o principal representante da elite letrada no Brasil - e o intelectual francês, professor do *Collège de France* e membro do *Institut de France*.<sup>66</sup>

Quanto às biografias, destacam-se a *História de D. Pedro II*, escrita em 5 volumes por Pedro Calmon, e *Exílio e morte do Imperador*, de Lídia Besouchet, ambas publicadas em 1975, por ocasião das comemorações do sesquicentenário de nascimento de d. Pedro II. Guardadas as devidas proporções das obras, notamos que ambos os biógrafos, autores também de outras biografias de titulares do Império, acabam por seguir os cânones de escrita das biografias clássicas, intercalando os acontecimentos pessoais aos públicos, em uma linguagem muito próxima da narrativa literária.

Em *D. Pedro II e o Século XIX*, publicado em 1993<sup>67</sup>, Besouchet privilegia na sua narrativa a relação de d. Pedro II com vários intelectuais – escritores e cientistas -, tais como o já citado Ernest Renan e Arthur de Gobineau, o que está diretamente relacionado à problemática da nossa pesquisa. Como dissemos, especialmente a influência de Renan sobre o imperador, como apontada por Besouchet, é importante aspecto a ser aprofundado no nosso trabalho. Ainda assim, sua análise serve de contraponto às nossas hipóteses, já que esta autora atrela d. Pedro II ao Romantismo de meados do Oitocentos, e pretendemos, ao contrário, mostrar o ponto de inflexão que o deslocou para o novo paradigma em construção.

Um dos objetivos do nosso trabalho é justamente questionar o perfil de d. Pedro II, resumido nas palavras de Besouchet como “[...] o homem diletante, o viajante curioso, o

---

<sup>65</sup> Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910) foi um intelectual brasileiro, nascido em Pernambuco. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, foi político, diplomata, historiador, jurista, orador e jornalista. Era filho de José Tomás Nabuco de Araújo Filho, senador do Império.

<sup>66</sup> Joseph Ernest Renan (1823-1892). Escritor. Filósofo, filólogo, historiador. Tentamos por vários meios, inclusive através da Embaixada do Brasil na França, localizar a referida tese. Não encontramos cópia do trabalho, apesar de termos realizado buscas na Biblioteca Nacional e na Biblioteca da USP, para onde foi doado o fundo Lídia Besouchet e Newton Freitas, e, na França, na Biblioteca da Universidade de Nantes, na Biblioteca Nacional e Universitária de Estrasburgo e na BnF.

<sup>67</sup> Na verdade, trata-se da edição revista e ampliada da biografia publicada em 1975.

monarca intransigente, o governante irritado, o romântico deslocado, o homem das mil e uma facetas que o exercício do cargo impedia de expressar [...]” (BESOUCHET, 1993, p. 272-273), que, em certa medida, sintetizam o que os demais estudiosos, historiadores ou não, procuraram sublinhar na trajetória do segundo imperador do Brasil.

No caso de d. Pedro II, reiteradamente a sua vida é descrita, a despeito da riqueza e da quantidade de fontes utilizadas, como se, de antemão, tivesse um fim último, uma teleologia cumprida com afincamento pelo biografado. Sobre o imperador nos diz Pedro Calmon: “Nascera nos degraus do trono; a monarquia era ele. Se desaparecesse, se falhasse, também ela acabaria” (1975, p. 23).

Em sua obra, Besouchet (1993), ao descrever o exílio e morte de d. Pedro II, assim narra os últimos momentos do ex-imperador:

Sem se deter em detalhes, saltando pontos obscuros, fatos que lhe pareceram importantes algum dia, o Imperador na imobilidade de seu modesto leito de um quarto de hotel parisiense, fechou ainda mais os olhos às grandezas do mundo, cerrou ainda mais os ouvidos aos ruídos que subiam da multidão aglomerada lá fora e, enquanto a neve escorria lentamente pelos vidros das janelas, recordou. **Reconstituiu aquilo que constituía a história de sua vida como um pedaço da história do Brasil.** (grifo nosso)

No nosso entender, esta teleologia denuncia a simplificação da análise tão bem criticada no texto clássico de Pierre Bourdieu (1986) sobre a “ilusão biográfica”, que esconde os múltiplos “eus” e a complexidade da trajetória de vida, ou seja, sincrônica e diacronicamente, os deslocamentos e relocalizações do agente no espaço social, justamente, o que pretendemos mostrar no nosso trabalho.

Na historiografia atual, o *Imperador Cidadão*, de Roderick Barman, juntamente com *D. Pedro II: Ser ou Não Ser*, de José Murilo de Carvalho, seriam as biografias recentes de maior relevância. No entanto, esses textos ainda se aproximam das biografias escritas na década de 1930, não pela multiplicidade de adjetivos empregados em certos trechos quase literários, mas, pelo menos, em relação a uma escrita que prima pelo encadeamento de eventos pessoais e políticos e por uma narrativa linear sobre a vida do imperador.

Diante do exposto, ainda que tenhamos empreendido uma leitura extensa, intensa e integrada das fontes e, sobretudo, do arquivo pessoal de d. Pedro II, trazer um novo feixe de

luz sobre a trajetória do imperador não deixa de ser, por isso, menos desafiador. Pelo contrário, o desafio é gigantesco, e este desafio biográfico deve-se a dois pontos fundamentais: primeiro, como dito, porque muitos pesquisadores reconhecidos pela academia já se dedicaram a esta tarefa e, portanto, problematizar em relação a algumas teses já consolidadas requer certo esforço; segundo, como nos alerta Sérgio Buarque de Holanda, “por maior que possa ser a tentação de querer reduzir o papel que um homem só possa exercer no curso da história, força é confessar que os poderes que enfeixava o imperador, [...], não deixam silenciá-lo ou subestimá-lo” (HOLANDA, 2010, p. 141).

Figura 7: D. Pedro II no dia de sua coroação. Figura 8: D. Pedro II. c. 1866.



Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.

Na dialética entre indivíduo e sociedade, os paradoxos do agente social refletem as tensões entre os projetos coletivos e os projetos individuais e revelam as contradições da estrutura social em sua passagem à modernidade.

Assim, ao contrário das assertivas que reiteram o imobilismo na trajetória de d. Pedro II, como a afirmação de Barman, segundo a qual “em meados de 1848, então com 23 anos e meio, o imperador havia desenvolvido plenamente as qualidades que o caracterizariam dali em diante” (2012, p. 183), pretendemos mostrar d. Pedro II como um indivíduo paradoxal e

complexo, do qual, nem as biografias laudatórias e hagiográficas, nem as biografias que pretendem dar um sentido linear à sua vida, conseguem dar conta.

Ainda sobre o trabalho de Barman, concordamos com as colocações de Angela Alonso (2013) na resenha que escreveu sobre a obra, na qual nota que o autor procurou realçar a dicotomia entre o imperador e o cidadão, ao invés de explorar as contradições inerentes a este paradoxo. Em certo sentido, nossa proposta é exatamente seguir a linha apontada por Alonso, e sublinhar a contradição entre o *ethos* reelaborado por d. Pedro II e o *ethos* da elite política imperial, com o qual em boa medida o imperador não dialogaria mais ao fim do seu reinado.

Propomo-nos a pensar, então, quais eram os interlocutores privilegiados por d. Pedro II a partir de 1871. Além dos seus amigos, como os já mencionados conde de Gobineau e condessa de Barral, mapear os interlocutores do imperador passa necessariamente por compreender a rede de sociabilidade que conformou no campo intelectual e científico, seja na Europa, seja nos Estados Unidos e no Oriente Médio.

O inventário da documentação privada de d. Pedro II mostra claramente que, a partir da década de 1870, avultam os documentos, sobretudo a correspondência, sobre temas científicos, paralelamente ao declínio dos documentos referentes aos assuntos da administração pública ou do governo. Por isso, o objetivo principal da nossa pesquisa é repensar a trajetória de d. Pedro II em sua passagem do *ethos* aristocrático ao *ethos* burguês, a partir de um recorte específico, que é a sua atuação como agente no campo científico.

#### 1.4 D. Pedro II e o campo científico: debates e perspectivas

Dê-me Deus saúde e hei de provar que posso fazer nas  
letras e nas ciências o que possa falar do meu Brasil.

*D. Pedro II*<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> Diário de d. Pedro II. Exílio. (11/01/1890). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

Quanto à relação de d. Pedro II com o campo científico, notamos que as diversas teses sobre o tema confirmam o pensamento a respeito do interesse do imperador pelo desenvolvimento científico: sempre apresentado como distração diletante, curiosidade ou mecenato. Ou seja, intrinsecamente, os mesmos enunciados do concurso histórico-literário de 1934, em Petrópolis, ou ainda, a mesma representação veiculada na *Revista Ilustrada*.

Em 1943, é publicado no Anuário do Museu Imperial o artigo *D. Pedro II e a Língua Tupi*, no qual o autor afirma que d. Pedro II foi “o patrono dos que dedicavam sua atividade intelectual a investigações sobre as línguas indígenas do Brasil” (GARCIA, 1943, p. 10). Sérgio Buarque de Holanda não se distancia desta proposição, e diz que além de d. Pedro II ter-se dedicado a objetos díspares de conhecimento, impedindo que se aprofundasse em um campo específico, não deixou nunca apaziguar sua “insaciável **curiosidade**” (HOLANDA, 2010, p. 135).

A ideia do imperador curioso continuaria a ser reiterada por estudos mais recentes, como o de Nadja Paraense dos Santos, que analisou a relação entre d. Pedro II e o desenvolvimento da Química no Brasil. Segundo a pesquisadora, apesar do interesse do monarca por questões científicas e da sua erudição, não seria possível considerá-lo como um cientista em sentido estrito, tendo em vista que seu interesse pela Química não estava atrelado à preocupação com o desenvolvimento econômico do país (SANTOS, 2004).

Sob o nosso ponto de vista, esta tese não se fundamenta, porque d. Pedro II empenhou-se, como já apontamos, para o estabelecimento de centros de pesquisa que pudessem atender às demandas de modernização do país, no que diz respeito à Química, representado pela implantação do laboratório de Fisiologia do Museu Nacional, como analisou Ana Carolina Vimieiro Gomes em sua tese (2009).

Já no final da década de 1990 é lançada a obra de referência sobre d. Pedro II, *As Barbas do Imperador*, de Lilia Schwarcz<sup>69</sup>. Desde então, a problemática teórica abordada por Schwarcz – os fundamentos simbólicos da estrutura social – e a sua tese sobre a construção simbólica da imagem de d. Pedro II, de órfão da Nação a cidadão cosmopolita e intelectual,

---

<sup>69</sup> Além desta obra, destacamos a publicação, pelo Museu Imperial, dos diários de d. Pedro II, sob a organização de Begonha Bediaga, em 1999.

têm sido seguidas, em maior ou menor grau,<sup>70</sup> nos demais trabalhos sobre o segundo imperador do Brasil, destoando desta perspectiva, como dito, apenas alguns estudos muito recentes<sup>71</sup>.

Contudo, partindo do princípio de que teses são passíveis de desconstrução, pretendemos discutir aquela consagrada por Lilia Schwarcz, e mostrar que há muitos momentos na documentação onde, para parafrasearmos a metáfora empregada em *As Barbas do Imperador*, o rei se deixa ver nu (SCHWARCZ, 2010, p. 25-33). Ou seja, há narrativas que deixam evidente que o projeto intencionado pelas elites nacionais para a construção da imagem do imperador e, por conseguinte, do próprio Estado Nacional, começou a destoar do *ethos* reelaborado por d. Pedro II, gerando uma contradição que, ao fim e ao cabo, levaria ao esgotamento da forma de governo.

A análise simbólica em si mesma, desprendida da estrutura social, não captaria um importante aspecto da trajetória de d. Pedro II, que é a relação que ele estabelece dialeticamente com os novos valores, modos de pensar, sentir e agir, no processo histórico marcado pela passagem à modernidade, na segunda metade do século XIX.

Em outro texto, sobre o museu do imperador, Schwarcz (2008, p. 134) retoma a tese da teatralização do poder, para a qual o interesse científico do monarca seria um importante capital simbólico, reiteradamente usado na sua representação de mecenas ilustrado e, portanto, civilizado: “Mas o importante é que aqui o Imperador reinava e fazia das ciências da época seu grande teatro” (SCHWARCZ, 2008, p. 135).

Nosso pensamento se aproxima do apresentado por Regina Dantas em seu trabalho de recuperação da memória da casa do imperador, o Paço de São Cristóvão (DANTAS, 2007). No entanto, ainda diverge do mesmo em alguns pontos, porque, no nosso entender, a historiadora acaba por reafirmar a formação do museu de d. Pedro II, incluindo a sua coleção etnográfica, como importante elemento para a construção da imagem do imperador, especialmente no exterior, aproximando-se da tese de Lilia Schwarcz. Segundo Dantas (2007,

---

<sup>70</sup> Citamos, por exemplo, a pesquisa de Regina Dantas, do Museu Nacional/UFRJ. Cf. DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *A Casa do Imperador: Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. Dissertação (Mestrado) Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. 276 p.

<sup>71</sup> Destacamos as pesquisas do grupo coordenado por Sergio Romanelli, na Universidade Federal de Santa Catarina. Cf. SOARES, Noêmia; SOUZA, Rosane de; ROMANELLI, Sergio (Org.). *Dom Pedro II: um Tradutor Imperial*. Tubarão: Ed. Copiart; Florianópolis: PGET/UFSC, 2013; SOUZA, Rosane de. *A Gênese de um processo tradutório: As Mil e Uma Noites de D. Pedro II*. Dissertação (Mestrado) Estudos da Tradução. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. 136p.

p. 242), o imperador intencionava destacar a sua imagem como “homem das ciências” através do colecionamento de objetos, ao que define como “a intenção do imperador em colecionar objetos ligados às diferentes áreas do conhecimento – visando ser reconhecido como erudito”.

Assim identificamos uma intenção do monarca em desenvolver uma política dos objetos que tinha como ordenação o discurso político. Portanto, principalmente após a guerra do Paraguai, as imagens oficiais do monarca passaram a ter sua representação associada à ciência e ao conhecimento de sua época; o que fortaleceu o perfil de estadista mecenas (DANTAS, 2007, p. 207).

No nosso entendimento a noção de teatralização é bastante controversa, quando estendida para explicações mais generalizantes, embora tenha reconhecida importância para o entendimento de certas questões, sobretudo as relacionadas ao poder. Neste sentido, nossa proposição é a de que o interesse de d. Pedro II pelo desenvolvimento científico, que o levaria a ter um museu particular cujas peças obedeciam à catalogação universal feita por ele mesmo, evidencia muito mais as lutas no campo científico, relacionadas à construção de um discurso pautado unicamente na racionalidade e ao surgimento de novas ciências, do que as lutas no campo político, para o qual a fundamentação simbólica do poder monárquico era essencial.

Os capitais valorizados no campo científico são evidentemente diferentes dos capitais valorizados no campo social, por exemplo, sobretudo em uma sociedade aristocrática – a sociedade de corte. Em outras palavras, percebemos que na trajetória de d. Pedro II o capital cultural se sobrepõe ao capital social, e aqui nos interessa saber em que medida isto influenciou o *ethos* do imperador, levando-o a uma transformação que o colocou em consonância com o pensamento social brasileiro da geração do último quartel do XIX.

Acreditamos que a atuação de d. Pedro II como agente nos campos científico e intelectual teria proporcionado ao imperador uma nova visão de mundo, que o levaria ao distanciamento dos fundamentos estruturais do Império, baseado na tríade aristocracia-monocultura-escravismo. Ou seja, a aproximação de d. Pedro II com novos espaços de produção de conhecimento e novos discursos, com uma nova rede de sociabilidade, sobretudo a partir de 1871, teria gerado o *ethos* que aproximaria o seu pensamento daquele da geração de intelectuais de 1870, demonstrando a complexidade de sua trajetória de vida.

Nesta linha, a problemática apresentada em *A Construção da Ordem*, quer dizer, a unidade básica da elite política imperial efetivada por fatores de socialização e treinamento

via processos educacionais (CARVALHO, 2008), nos serve de guia para pensarmos, analogamente, sobre o afastamento de d. Pedro II em relação ao pensamento político hegemônico, a partir de sua aproximação com novos espaços de produção de conhecimento.

Se o processo de Independência foi o acontecimento fundador para a geração de intelectuais (letrados e políticos) que trabalharam pela constituição e consolidação do Estado Nacional, o contraponto, podemos pensar, seriam os eventos que marcaram o início da década de 1870, como a aprovação da Lei do Ventre Livre, que alterou o debate sobre a abolição da escravidão de uma questão eminentemente de Direito para outros tipos de argumentação, levando intelectuais da geração de 1870 a pensar, por exemplo, o escravismo e a substituição da mão de obra escrava, a partir de outras balizas, sobretudo racialistas, deslocando o discurso do plano jurídico, *stricto sensu*, para o científico, processo a que Lilia Schwarcz denomina “grande revolução intelectual” (1993, p. 24; 195).

No nosso entendimento, a participação de d. Pedro II nestes debates, aproximando-se das discussões que envolveram a geração de 1870<sup>72</sup>, reforçaria a tese de que o imperador não era um mero diletante, mas um intelectual que, aos poucos, se afastava do modelo do letrado iluminista, ou do *homme de lettres*, e se aproximava do intelectual nos moldes do final do Oitocentos.

Neste sentido, Lucia Maria Paschoal Guimarães, em *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)* (2011), traz importantes contribuições para as reflexões sobre a conceituação de intelectual. A indagação sobre a qual nos debruçamos e que precisa ser respondida é a seguinte: como desconstruir a crítica em relação ao diletantismo do imperador, partindo do princípio de que os intelectuais do seu tempo, de modo geral, eram multifacetados, e representam, em certa medida, a passagem, ou a convivência entre dois tipos, o letrado e o cientista, o intelectual e o político.

Reconhecemos a contribuição de Giselle Marques Camara (2005) em *Então esse que é o imperador? Ele não se parece nada com reis*, que explora a faceta intelectual de d. Pedro II, como um importante primeiro contraponto aos demais trabalhos que reforçam apenas o mecenato, “o bolsinho imperial”, a inegável erudição, o “amor” pelas ciências e pelas letras.

---

<sup>72</sup> Entendendo-se geração do ponto de vista sociológico, enquanto conjunto de agentes sociais que compartilham um mesmo evento fundador, independentemente do viés biológico, conforme proposto por Karl Mannheim.

Ao contrário, Camara analisa os estudos de egiptologia de d. Pedro II, a partir do caráter científico destes trabalhos, revelado nos volumes 13 e 20 dos diários<sup>73</sup>, e avalizado por renomados egiptólogos, como François Auguste Mariette e Heinrich Karl Brugsch<sup>74</sup>, ligados, respectivamente, à criação e à direção do Museu Bulaq, antecessor do moderno Museu Egípcio do Cairo, que, inclusive, acompanharam o imperador na viagem que fez ao Egito e ao Alto Nilo em 1876.

Porém, Camara situa d. Pedro II entre os intelectuais de tipo iluminista, ressaltando o caráter enciclopedista, o colecionismo, o museu particular e o gabinete de curiosidades, atrelando a produção intelectual do monarca a um tipo de fazer ciência característico da primeira metade do século XIX. A nossa proposta é pensar, para além desta abordagem, como d. Pedro II a partir do final da década de 1850 e, sobretudo, após a sua primeira viagem ao exterior em 1871, aderiu a um novo paradigma científico que o remete para o modelo positivista.

Ainda assim, trabalhos como o de Camara, ou os desenvolvidos pelo Núcleo de Estudo de Processos Criativos, da UFSC, sobre a importância dos estudos linguísticos e das traduções de d. Pedro II (SOARES; SOUZA; ROMANELLI, 2013), são fundamentais para o seu reconhecimento como produtor de conhecimento, permitindo-nos confrontar a sua produção intelectual à ideia de diletantismo, como aparece reiterada, por exemplo, em Barman, segundo o qual, “sua suposta familiaridade com a maioria dos campos de conhecimento parecia pretensiosa e pouco convincente” (BARMAN, 2012).

Como dito, partimos do princípio de que as viagens do imperador estão intrinsecamente ligadas à sua atuação nos campos intelectual e científico e à construção do novo *ethos*. Uma primeira nova evidência da nossa pesquisa foi o valor etnográfico de alguns diários de d. Pedro II<sup>75</sup>. A princípio observamos que os relatos de d. Pedro II coadunavam-se

---

<sup>73</sup> Cf. vol. 13 (03 a 14/11 de 1871) e vol. 20 (11 a 23/12 de 1876) dos Diários de d. Pedro II, onde o imperador descreve as viagens que fez ao Egito e ao Alto Nilo. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

<sup>74</sup> François Auguste Mariette (1821-1881) foi um dos mais importantes egiptólogos franceses. Entre os anos de 1855 e 1861 exerceu funções de conservador assistente no Museu do Louvre, tendo sido o fundador do Serviço de Antiguidades do Egito e do Museu de Bulaq, que antecedeu o moderno Museu Egípcio do Cairo. Heinrich Karl Brugsch (1827-1894), egiptólogo germânico. Discípulo de Alexander von Humboldt, associou-se a Mariette nas escavações em Memphis, a quem sucedeu na direção do Museu Bulaq, em 1883.

<sup>75</sup> Cf. volumes 2, 3, 4, 5 e 6 dos diários de d. Pedro II, nos quais descreve a viagem do Rio de Janeiro à Paraíba, entre 1859 e 1860, e registra o encontro com índios puris e botocudos, na Província do Espírito Santo, não só com descrições textuais, mas também representando-os com desenhos de inegável valor etnográfico. Além disso,

com os de quaisquer outros viajantes, inclusive estrangeiros, que estiveram no Brasil no século XIX e fizeram os registros de suas viagens, importantes em um primeiro nível de inferência nos estudos antropológicos.

No entanto, o desenvolvimento do trabalho mostrou que estes relatos não tinham valor etnográfico por uma conformação *a posteriori*, mas que havia ligações reais, concretas, de d. Pedro II com a nova ciência – a Antropologia – e que já nos documentos de 1859-1860 estavam implícitas discussões que seriam consideradas pelo imperador nas décadas seguintes, sobretudo entre 1871 e 1891.

Em meados da década de 1850, houve um ponto de inflexão no pensamento de d. Pedro II, cujo marco poderia ser a publicação do poema épico *A Confederação dos Tamoios*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães, em 1856. Os debates em torno da qualidade literária da obra, que teve como protagonistas o próprio imperador e o escritor José de Alencar, são bem conhecidos. No entanto, pretendemos realçar as discussões que a publicação de Gonçalves de Magalhães suscitou com relação ao advento de um novo paradigma científico, no Brasil, envolvendo, além de d. Pedro II, Antonio Gonçalves Dias e Francisco Adolfo de Varnhagen e, do outro lado do Atlântico, Alexandre Herculano, escritor e historiador português, como pudemos comprovar pela leitura das cartas trocadas entre eles.

Como já intentamos demonstrar em artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (FRAGUAS, 2013), este debate representou um corte epistemológico e uma mudança no que tange aos modelos de escrita da história no Brasil, obviamente pautado no paradigma científico representado pelo Historicismo e por Leopold von Ranke. Estas novas concepções impactaram o *ethos* (em sentido lato, enquanto modos de pensar, sentir e agir) de d. Pedro II e contribuíram para a sua paulatina aproximação com a chamada geração de 1870.

Após sua primeira viagem ao exterior (Europa e África), entre 1871 e 1872, notamos claramente que as discussões em voga no campo científico, e em especial com relação aos estudos antropológicos, ganharam espaço cada vez maior na agenda do imperador. Ao retornar ao Brasil, d. Pedro II passou a frequentar e a apoiar particularmente dois espaços de

---

d. Pedro II elabora um vocabulário puri, um dos únicos registros desta língua. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

produção e divulgação de conhecimento na Corte, onde os temas caros à Antropologia eram sistematicamente debatidos e estudados, e que podem ser entendidos como espaços franqueados a heterodoxia, a novos paradigmas científicos: o Museu Nacional<sup>76</sup> e as Conferências Populares da Glória<sup>77</sup>.

Figura 9 e Figura 10: D. Pedro II. Diário da segunda viagem pelo Brasil. 1859/1860.



Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.

O Museu Nacional, a partir da gestão de Ladislau Netto<sup>78</sup>, rivalizou com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) como pólo de produção científica. O ponto alto para a instituição foi a realização da Exposição Antropológica Brasileira, em 1882, para a qual d. Pedro II emprestou parte do acervo do seu museu particular. Seguindo o novo paradigma, os temas evolução, raça, progresso e civilização deram a tônica das mostras.

<sup>76</sup> Sobre o Museu Nacional e um novo projeto de ciência para o Brasil ver GOMES, Ana Carolina Vimieiro. *Um programa de "sciencia do Brazil": a inserção da fisiologia experimental na agenda científica brasileira em fins do século XIX (1880-1889)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte/MG, 2009, 307f.

<sup>77</sup> Sobre este tema ver DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. Op. cit, 2007.; CARULA, Karoline. *As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)*. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2007. 189f.; CARULA, Karoline. *Darwinismo, Raça e Gênero: Conferências e Cursos Públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012, 311f.

<sup>78</sup> Ladislau de Souza Mello e Netto (1838-1894) assumiu interinamente a direção do Museu Nacional em 1870 e, efetivamente, esteve à frente da instituição entre 1875 e 1892.

Embora d. Pedro II tenha mantido ligação estreita com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) até o fim de sua vida, é preciso atentar para a sua relação com o Museu Nacional, sobretudo pela importância que esta instituição teve para o desenvolvimento da Antropologia Física, ou seja, pesquisas sobre biologia humana, antropometria e craniologia, paleontologia humana e evolução<sup>79</sup>, justamente no momento em que o conceito de raça passa a ser o norteador do pensamento social brasileiro e das reflexões sobre a identidade nacional (SCHWARCZ, 1993, p. 201).

Particularmente quanto às Conferências Populares da Glória, tanto a dissertação quanto a tese de Karoline Carula (2007; 2012) pontuam a presença do imperador nestes eventos, mas aproximam a análise da sua participação da tese da teatralização do poder, segundo a qual a presença do imperador seria a encarnação máxima do capital simbólico, coadunando-se com o teatro político. Assim, especificamente quanto a d. Pedro II, Carula não se distancia de Lilia Schwarcz .

Discordando desta proposição, inclusive da afirmação de que Ladislau Netto precisaria “bajular” o imperador para conseguir autonomia para o Museu Nacional, ao contrário, inferimos que d. Pedro II não só concordava com o pensamento de Netto, como o incentivava e participava das suas propostas de transformar o Museu em uma instituição focada na pesquisa, de acordo com os princípios de uma ciência pragmática, baseada em experimentos laboratoriais, que efetivamente contribuisse para a “modernização” do país.

Igualmente, não podemos deixar de notar que “Antropologia”, além de ocupar uma seção particular no Museu Nacional, foi o terceiro tema mais discutido nas Conferências Populares da Glória, das quais o imperador, como sublinhamos, era frequentador assíduo, reforçando a nossa hipótese de que d. Pedro II estava tanto interessado na consolidação do novo paradigma científico no Brasil, quanto nos estudos antropológicos.

Não à toa, o ex-imperador elencaria na sua *Fé de Ofício*, entre os principais atos de seu governo, a sua preocupação com o fortalecimento das instituições científicas no Brasil e, em especial, com o Museu Nacional. No documento escrito no exílio, em Cannes, em 23 de abril de 1891, d. Pedro d’Alcantara revelou:

---

<sup>79</sup> SANTOS, Ricardo Ventura; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. *Inventário Analítico de Antropologia Física do Museu Nacional*. Série Livros 14. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ.

[...] Sempre me interessei pelas expedições científicas, desde a do Ceará [1859], [...]

Sempre procurei animar palestras, sessões conferências científicas e literárias, interessando-me muito pelo desenvolvimento do Museu Nacional. O que ali fez o Dr. Couty tornou esse estabelecimento conhecido na Europa: muitos dos trabalhos do museu são hoje citados e aplaudidos. [...]<sup>80</sup>

Chama-nos a atenção, neste sentido, que o ex-imperador, entre inúmeros atos dos seus quase cinquenta anos de governo, se ocupe em diversos itens deste documento, que representa uma escrita e uma construção de si claramente reservadas à posteridade, de questões relacionadas às ciências e, em particular, ao Museu Nacional.

Esta preocupação seria corroborada na já citada carta ao seu procurador, Dr. José da Silva Costa, ao qual recomendou a divisão do acervo do seu museu particular, que deveria ser doado a instituições brasileiras. No documento, depositado no Museu Imperial, d. Pedro d'Alcantara esclarece o destino que deveria ser dado às suas coleções, e nele podemos notar indícios da ruptura de paradigma científico, de cujas discussões o ex-monarca, conforme intentamos demonstrar, participou efetivamente.

Destacamos as seguintes instruções para a doação, que trazem em seu bojo os sinais da divisão que se operava entre o conhecimento etnográfico, que deveria ficar a cargo do IHGB, e o conhecimento antropológico que, por estar atrelado às ciências físicas, caberia ao Museu Nacional. Assim determinou:

Sñr Silva Costa

Queria pedir em meu nome ao Visconde de Taunay, Visconde Beaurepaire, Olegario Herculano de Aquino e Castro, e Dr João Severiano da Fonseca que separem os meus livros podendo por sua especialidade interessar ao Instituto e lh'os entreguem, afim [sic] de serem parte de sua biblioteca. Esses livros serão colocados em lugar especial com a denominação de D. Thereza Christina Maria. Os que não deverem pertencer ao Instituto ofereço-os à Biblioteca Nacional, que deverá colocá-los também em lugar especial com a mesma denominação. O meu Museu dou-o também ao Instituto Histórico, no que tenha relação com a etnografia e a história do Brasil. A parte relativa às ciências naturais e à mineralógica sob o nome de "Imperatriz Leopoldina", com todos os herbários que possuo fica para o Museu do Rio. [...] D. Pedro d'Alcantara. Versailles 8 de junho de 1891.<sup>81</sup>

<sup>80</sup> Cf. *Fé de Ofício*. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/pedro-ii/pagina/200/texto> Acesso em: 01 mai. 2018.

<sup>81</sup> I-DAS-08.06.1891-PII.B.c. Coleção Silva Costa. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

Anteriormente, em carta endereçada a d. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, em 13 de fevereiro de 1879, ao descrever para o cunhado e amigo as belezas naturais de Petrópolis, onde se situava a residência de verão da Família Imperial, o imperador já se reportava a discussões sobre a teoria darwinista que ambos teriam tido por ocasião da sua visita a Portugal, demonstrando conhecimento dos debates que, então, embasavam o campo antropológico nascente, assim como a sua proximidade com os principais cientistas nesta área. D. Pedro II escrevera:

Que bonitos pássaros! Só não aparecem moscas para armarmos uma discussão darwiniana que muito me faria rir. Não se falaria bem entendido do maçante Constantin Gomes e quando muito de Topinard que eu vi diversas vezes assim como Broca, por isso que são dois homens de ciência, e dos principais colaboradores da *Revue Anthropologique*. Penso que nossa cara Elise haveria de fazer justiça a Darwin se me ouvisse num desses *pic-nics* que só de falar neles me enchem a boca d'água. Decerto que eu não deixaria de visitar frequentes vezes a coleção antropológica, embora tivesse as de crânios do Museu Broca, de Morton, talvez ainda mais interessante na Universidade de Filadélfia e de Retzius em Estocolmo. É estudo que muito me atrai e ouço sempre que posso as conferências de Antropologia no Museu do Rio.<sup>82</sup>

Se após as primeiras viagens ao exterior, como dito, d. Pedro II havia sido eleito associado da *Académie des Sciences* do *Institut de France*, como também havia se tornado membro de várias outras academias e instituições de pesquisa, já no exílio, entre 1890 e 1891, o ex-imperador pôde efetivamente ser “ele mesmo”, longe dos “miasmas” políticos, conforme reiteradamente havia imaginado em suas declarações mais íntimas, como nas 76 cartas que escreveu ao conde de Gobineau, entre 1870 e 1882<sup>83</sup>.

O ano de 1890 foi particularmente interessante para pensarmos a relação entre d. Pedro II e a Antropologia. A sua participação no VIII Congresso Internacional de Americanistas, presidido por Jean-Louis Armand de Quatrefages, e realizado em Paris, é

---

<sup>82</sup> Cf. QUEIRÓS, Francisco Alberto Fortunato. Carta de d. Pedro II, imperador do Brasil ao rei d. Fernando II. In: *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto. p. 217-234. Segundo o autor, a carta original encontra-se nos Reservados Manuelinos no Paço Ducal de Vila Viçosa, em Portugal. Além da correspondência passiva entre d. Pedro II e d. Fernando II, que integra o Arquivo Grão Pará, de propriedade da Família Imperial, e se encontra depositada em regime de comodato no Museu Imperial, em Petrópolis, seria muito importante para a pesquisa o acesso ao conjunto da correspondência ativa entre d. Pedro II e seu cunhado, acervo da Torre do Tombo, em Portugal, partindo-se do princípio de que não só os assuntos políticos, mas também as temáticas ligadas ao desenvolvimento das ciências eram recorrentes nos diálogos entre ambos.

<sup>83</sup> Documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil. I-POB - Maço 185 – Doc. 8394. Acervo Arquivo Histórico/Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

descrita no volume 34 dos seus diários. A leitura do diário e dos anais do congresso<sup>84</sup> nos dá a ideia da importância e do reconhecimento que o ex-imperador do Brasil tinha no campo intelectual internacional e, especificamente, no campo dos estudos antropológicos.

Reconhecemos as publicações de Heloísa Bertol Domingues e Magali Romero Sá (2003), que se utilizam da correspondência passiva e ativa de d. Pedro II com Quatrefages na análise da recepção do darwinismo no Brasil, mas, ainda assim, pensamos que esta relação carece de uma investigação mais aprofundada. Considerando o paradigma evolucionista dividido entre evolucionismo e darwinismo social e entre monogenistas e poligenistas, reiteradas vezes é possível perceber a adesão de d. Pedro II à concepção teórica de Quatrefages,<sup>85</sup> que é um dos pilares da perspectiva monogenista, mas também, junto com Louis Agassiz<sup>86</sup>, do racismo ou racismo científico.

Notamos que os biógrafos de d. Pedro II, como Barman, por exemplo, ressaltam a relação do imperador com Gobineau, ou ainda com Louis Agassiz, mas a amizade com Quatrefages passa totalmente despercebida. Neste sentido, esta relação – tomada como estudo de caso - é fundamental para acompanharmos o seu interesse pela Antropologia Física, assim como a sua adesão ao novo paradigma científico.

Ainda que o nosso intento seja menos pensar sobre os trabalhos científicos de d. Pedro II, embora eles existam, e mais em como a sua aproximação e contato com novas bases epistemológicas, com um “bando de ideias novas” (SCHWARCZ, 1993, p. 194), é um fio condutor interessante para refletirmos sobre a sua trajetória do *ethos* aristocrático ao *ethos* burguês, a atuação de d. Pedro II no campo científico torna-se para a nossa pesquisa um ponto fundamental.

Permitimo-nos afirmar que a documentação privada do ex-imperador nos fornece subsídios suficientes para concluirmos que d. Pedro II pôde contribuir direta e

---

<sup>84</sup> *Congrès International des Américanistes*: compte-rendu da la huitième session tenue à Paris en 1890. Paris: Ernest Leroux Éditeur, 1892. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/index.do>. Acesso em: 26 set. 2016

<sup>85</sup> Jean Louis Armand de Bréau de Quatrefages (1810-1892), médico e antropólogo francês. Naturalista, membro da Sociedade de Geografia, da Academia de Medicina, da Academia de Ciências - do Instituto de França-, e Titular da cadeira de Anatomia e Etnologia do Museu de História Natural de Paris.

<sup>86</sup> Jean Louis Agassiz (1807-1873), zoólogo e geólogo suíço. Em 1865, esteve no Brasil comandando a Expedição Thayer, que saiu de Nova Iorque e passou pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais, Nordeste do Brasil e Amazônia. Tornou-se amigo de d. Pedro II, figurando entre os chamados “Amigos da Nova Inglaterra”. Cf. O imperador do Brasil e os seus amigos da Nova Inglaterra. In: *Anuário do Museu Imperial*, 1952.

significativamente com a construção do conhecimento no último quartel do século XIX, o que, em última instância, teria tornado ainda mais complexa a sua trajetória.

Assim, mais do que mostrar d. Pedro II como um articulador, um agente, no sentido de mediador, como o fez, por exemplo, Ana Carolina Vimieiro Gomes (2009), pretendemos defender que d. Pedro II foi um agente no sentido bourdieusiano, ou seja, aquele que atuou e reelaborou o que lhe foi condicionado pela estrutura social, e que esses movimentos na trajetória do imperador foram em grande parte possíveis porque a estrutura social, ela mesma, passava por profundas transformações.

### 1.5 Seguindo as pistas dos clássicos: Gilberto Freyre e o imperador cinzento

A falta de zelo; a falta de sentimento do dever é nosso  
primeiro defeito moral. Força é contudo aceitar  
suas consequências procurando aliás destruir  
esse mal que nos vai tornando tão fracos.

*D. Pedro II*<sup>87</sup>

A pista que seguimos para justificar as nossas hipóteses parte dos clássicos do pensamento histórico-sociológico brasileiro, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, que, embora não tenham aprofundado seus argumentos, apontaram para um imperador que cada vez mais se desconectava com o projeto político pensado pela elite imperial no período pós-Independência.

Gilberto Freyre, ainda em 1925, nos dá os indícios deste descolamento, e assim define o imperador: “Deixou de ser o pai e o aliado dos pais-senhores de engenho, dos pais-barões, dos pais-fazendeiros para ser cúmplice dos filhos - os bacharéis revoltados contra toda espécie de tradição [...]” (FREYRE, 2011, p. 44). Já Sérgio Buarque, inclusive citando Freyre, enfatizaria, em *Raízes do Brasil*:

---

<sup>87</sup> Diário de d. Pedro II, volume 9, 1861-1863. (16/01/1862). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

Pedro II é bem de seu tempo e de seu país. A ponto de ter sido ele, paradoxalmente, um dos pioneiros dessa transformação, segundo a qual a velha nobreza colonial, nobreza de senhores agrários – os nossos homens de solar – tende a ceder seu posto a esta outra, sobretudo cidadina, que é a do talento e a das letras (HOLANDA, 1993, p. 122).

Não poderíamos deixar de destacar que a dualidade expressa pelo patriarca e o bacharel já foi, do ponto de vista histórico-psicológico, tratada na obra de Luís Martins, de 1953, que, grosso modo, analisa os “remorsos” dos primeiros bacharéis antipatriarcais da República de 1889, personagens que se aproximariam de uma revolta edipiana dos filhos contra o pai – o Imperador – que encarnava, na visão deles, o patriarca conservador. Não à toa, Gilberto Freyre retomaria o texto de Martins pouco depois, nas páginas de *Ordem e Progresso*, publicado em 1959, cujo intento é analisar justamente a transição da Monarquia para a República, marcando mais as permanências do que as rupturas.

Ainda que a importância do antropólogo Franz Boas, de quem Gilberto Freyre foi discípulo, seja a mais ressaltada sobre a sua obra, objetivamos recuperar para a nossa análise a influência da sociologia de Max Weber sobre o pensamento freyreano<sup>88</sup>, sobretudo no que se refere aos “tipos puros de dominação legítima” e, em especial, ao entendimento dos tipos tradicional e burocrático-racional que, metaforicamente, podem ser condensados na dicotomia entre o patriarca e o bacharel.

Deste ponto de vista, a figura de d. Pedro II que emerge dos textos de Gilberto Freyre torna-se, no nosso entender, mais compreensível, revelando a necessidade de uma pesquisa que permita aprofundar questões que foram apenas esboçadas, aliás, desde muito cedo, na referida conferência na Biblioteca do Estado de Pernambuco, por ocasião das comemorações do centenário de nascimento do ex-imperador, no bojo das muitas ações que visavam à reabilitação de sua memória.

Mesmo que se possa questionar o fato de *Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical* tratar-se de um texto escrito para ser lido, em um contexto e para uma plateia muito específicos, sublinhamos que as questões pontuadas nesta conferência foram retomadas em *Sobrados e Mucambos*, de 1936, e, particularmente, em *Ordem e Progresso*. Por fim, foram reiteradas em uma palestra ministrada no Museu Imperial, em 1981, quando

---

<sup>88</sup> Cf. WEBER, Max. Op. cit., 1992; WEBER, Max. Op. cit., 1991, p. 128-141.

Freyre, mais uma vez, chamou a atenção para “novas sugestões em torno de d. Pedro II”, indicando que:

[...] parece ter faltado, a Pedro II, o exato ânimo liturgicamente imperial, esteticamente autoritário, carismaticamente monárquico. Não parece ter ostentado com entusiasmo o papo de tucano. Nem a própria coroa de imperador. Nem o manto, simbolicamente tão expressivo, de imperador. Ninguém, como monarca, menos marcial [...] Isto é – pode-se acrescentar – que se apresentasse aos olhos dos brasileiros menos de sobrecasaca e cartola burguesas, pedagógicas, superburocráticas, que a cavalo e, naqueles trajes militares, que a gente brasileira, mais do povo, identificava com chefes de Estado (FREYRE, 1981).

Neste sentido, reforçava a falta de majestade imperial no comportamento e no traje, o ascetismo de republicano, a aversão ao esplendor e ao aparato da vida monárquica que teriam concorrido “suicidamente” para o 15 de novembro. Parafraseando Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, segundo o qual “o rei reina, governa e administra”,<sup>89</sup> Freyre concluía que o imperador estava preocupado em governar, mas não em reinar (FREYRE, 1974, p. 98).

Desta assertiva, podemos evidenciar importante aspecto da sociologia weberiana que permeia a análise empreendida por Gilberto Freyre: o ascetismo laico como um ponto fundamental do *ethos* burguês. Assim, ao se aproximar do novo *ethos* - enquanto caráter ético de máxima orientadora da vida -, d. Pedro II encarnaria um tipo de conduta calvinista, vinculada ao ascetismo laico e ao cumprimento dos deveres de cidadão e governante exemplar que, independentemente de suas vontades mais íntimas, buscava servir ao país com devoção.

Se, no dizer de Freyre, “Dom Pedro II foi o primeiro a desdenhar da coroa” (2011, p. 140), na sua primeira tentativa de sistematização de uma escrita de si (pelo menos, a primeira que sobreviveu a possíveis descartes, como declarou no diário de 1861-63), esboçada a partir da data em que completara quinze anos, e registrada no volume 1 dos seus diários, o imperador confirmaria esta declaração, relatando assim o fim do Dia de Grande Gala: “Acabada a peça, dormindo fui para casa, dormindo me despi e dormindo me deitei, agora façam-me o favor de me deixarem dormir, estou muito cansado, não é pequena a maçada!”, leia-se, a tarefa penosa. Em 23 de julho de 1842, apenas dois anos após a antecipação da

---

<sup>89</sup> Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 3. ed. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994, p. 141; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008, p. 369-370.

maioridade, expressaria: “Quanto me custa um cortejo! Como mói! Mas me é sinal de gratidão de meus amados súditos; devo recebê-los com boa cara!”.<sup>90</sup>

Esta perspectiva nos ajuda a compreender, por exemplo, a resistência de d. Pedro II a certos protocolos da sociedade de corte, muitas vezes preferindo atender a um cientista, por exemplo, ao invés de um representante de legação estrangeira, como atesta a exortação de Francisco Adolfo de Varnhagen, futuro visconde de Porto-Seguro, em carta dirigida ao imperador em 1852:

Meu Senhor, que alguma vez tenho tido que combater a errada Ideia de que Vossa Majestade Imperial agasalha pouco, aos estrangeiros, começando pelos indivíduos do corpo diplomático acreditados em Sua Corte, com os quais não usa das atenções a que estão acostumados em outras Cortes, começando pela maior generosidade de certas graças, quando se mostram polidos e agradáveis. [...] Como amo demasiado a V. Majestade Imperial para poder adúlá-lo, ousarei acrescentar que há gente em quem certas graças não se entendem como recompensa de serviços, e a quem ás vezes é até político penhorar com dádivas que obrigam pela gratidão a calar murmurações.<sup>91</sup>

Além do desprezo pelos rituais da sociedade de corte, que, certamente, se acentuou a partir dos anos 1870, outra característica do imperador se ilumina sob este ângulo: o “lápiz fatídico”. A rotina de anotar a lápis nos diversos papéis que analisava cotidianamente os adjetivos com que caracterizava certos nomes, a que se referem seus biógrafos, e à qual Freyre atrela a tirania moral de d. Pedro II, não se explicaria por simples moralismo, em sentido lato, mas por uma moral que poderíamos chamar de calvinista (e Freyre efetivamente assim a chama), no que se refere a um estilo de vida normativo baseado e revestido de uma ética (WEBER, 1980).

Assim, paralelamente à leitura das fontes primárias, a obra de Gilberto Freyre nos forneceu pistas a serem seguidas, apontando para um imperador que cada vez mais se afastava do projeto político hegemônico. Revelar este afastamento, a partir dos agenciamentos intelectuais e políticos de d. Pedro II e da sua participação efetiva no campo científico é o que propomos no capítulo a seguir.

---

<sup>90</sup> Diário de d. Pedro II, volume 1. In: BEDIAGA, Begonha (Org). Op. cit, 1999.

<sup>91</sup> Maço 117 – Doc. 5818. Trecho de carta de Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, a d. Pedro II. Assinada e datada de Madri, 02/05/1852. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

## 2. ENTRE O GOVERNANTE E O INTELLECTUAL: A COMPLEXA TRAJETÓRIA DE D. PEDRO II

Tenho lido, mas confesso que gosto mais de conversar e de estudar este microcosmo.

*D. Pedro II*<sup>92</sup>

Em 1871, conforme havia planejado durante anos, d. Pedro II, finalmente, partiu para a Europa, realizando a sua primeira viagem ao exterior. O motivo não havia sido previsto, já que a autorização concedida pelo Parlamento para que o imperador se ausentasse do país fora dada em razão do falecimento da princesa Leopoldina, sua segunda filha, em fevereiro daquele ano.

Contrariando a intenção do Parlamento em votar um subsídio para os gastos da viagem, d. Pedro II recusaria a oferta e demandaria um crédito de 50 mil libras esterlinas para as despesas, conforme lançado nos livros da Mordomia da Casa Imperial<sup>93</sup>. Igualmente, resoluto a não obter privilégios, decidiu ficar no Lazareto de Lisboa, junto com os demais passageiros do vapor Douro, logo em sua chegada a Portugal - primeira etapa europeia da viagem -, declinando da oferta de fazer a quarentena exigida na corveta Estefânia, separado dos outros viajantes.

A seguir, anotaria em seu diário: “Estou no Lazarto. Uf! Custou-me a desvencilhar-me das cerimônias, mas tudo correu bem. [...] Antes havia aparecido o oficial de marinha, [...] Respondi que minha viagem é de caráter particular e que não aceitava exceção para mim.”<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> Diário de d. Pedro II. Vol. 11. Primeira viagem ao exterior (04/06/1871). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

<sup>93</sup> Cf. LACOMBE, Lourenço Luís. *A primeira visita do imperador do Brasil D. Pedro II a Portugal*. Edição do SEPRO/Embaixada do Brasil em Lisboa.

<sup>94</sup> Diário de d. Pedro II. Vol. 11. Primeira viagem ao exterior (12/06/1871). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

Figura 11: Diário da Primeira Viagem ao Exterior. A bordo do vapor Douro e Portugal.



Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.

O trecho aparentemente prosaico do relato de d. Pedro II pode, entretanto, permitir ao leitor atento vislumbrar sinais que refletem a inflexão na trajetória do imperador. Se em Petrópolis, sede do palácio de verão, construído à custa da sua dotação pessoal<sup>95</sup>, e onde, desde a década de 1850, a família imperial passava os meses mais quentes do ano, d. Pedro II se sentia à vontade, “podendo dedicar-se às coisas do espírito”, como declarou a seu amigo e confidente, o conde de Gobineau, sem dúvida, foi durante a sua primeira viagem ao exterior que o imperador pôde ensaiar a sua performance de cidadão com desenvoltura, revelando traços que, no nosso entendimento, apontam para o seu afastamento definitivo do *ethos* aristocrático e para a sua adesão ao *ethos* burguês.

Nas anotações sobre a viagem realizada entre maio de 1871 e março de 1872, compiladas por d. Pedro II nos volumes 11, 12 e 13 dos seus diários e na correspondência pessoal, como por exemplo, nas cartas enviadas à filha, mas também no manuscrito de Boulanger, ou ainda, nos relatos satirizados por portugueses, como Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão e Bordalo Pinheiro, transparecem os esforços do imperador, em boa medida frustrados, para não ser reconhecido na condição de monarca.

No entanto, logo ao chegar a Lisboa, dão-se dois eventos esperados há décadas por d. Pedro II, e que nos servem como deflagradores das reflexões que pretendemos realizar neste trabalho. Ainda no dia 12 de junho, foi ao seu encontro o cunhado, d. Fernando II, com o qual o imperador havia estabelecido laços de amizade desde o final de década de 1830, pouco

<sup>95</sup> A dotação do imperador e de sua família foi instituída pelo Decreto Nº 151, de 28 de agosto de 1840. Ao imperador, conforme Art. 1º, destinava a quantia de 800 contos de réis anuais, para todas as despesas da Casa Imperial, reparos de palácios e quintas, serviço e decoro do trono, com exceção das despesas da Capela Imperial, Biblioteca Pública e das aquisições ou construções de palácios.

tempo após o casamento de d. Maria da Glória, em 1836, com o, então, Duque de Saxe-Coburgo-Gotha<sup>96</sup>. Dias depois, ainda no Lazareto, finalmente, ocorreria a tão aguardada reunião com o historiador e romancista Alexandre Herculano de Carvalho Araújo.

## 2.1 O encontro com d. Fernando: o espaço de experiência e o *ethos* aristocrático

Fernando tem conversado muito comigo  
e é quem mais me esperava aqui.

*D. Pedro II*<sup>97</sup>

A correspondência passiva de d. Pedro II com d. Fernando Saxe-Coburgo-Gotha, conforme atestam as mais de duzentas cartas iniciadas em julho de 1839, portanto, antes da Declaração da Maioridade<sup>98</sup>, quando d. Pedro II contava apenas 13 anos, foi uma das mais perenes mantidas pelo imperador do Brasil. E, apesar de d. Pedro II ter se mostrado em parte decepcionado, como relatou no diário íntimo escrito em 1862<sup>99</sup>, ao ficar sabendo que supostamente d. Fernando não lhe tributava a afeição que correspondesse à estima que lhe dedicava, ao que tudo indica, o mal-entendido tivera um desfecho que possibilitou a manutenção e o cultivo da amizade entre os dois cunhados.

A leitura extensa dessas missivas, a partir das reflexões e preocupações assinaladas pelos interlocutores, possibilita vislumbrar o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” de ambos, se nos apropriarmos dos conceitos de Heinhart Koselleck (2006). Em 7 de novembro de 1840, d. Fernando escreveria a d. Pedro II, a quem chamava de mano,

---

<sup>96</sup> Maria II, rainha de Portugal; Maria da Glória, princesa do Brasil (1819-1853). Irmã mais velha de d. Pedro II. Primogênita do imperador d. Pedro I e da imperatriz d. Leopoldina. Casou-se em segundas núpcias com d. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, príncipe de Saxe-Coburgo-Gotha e duque de Saxe (1816-1885), em 9 de abril de 1836. Governou Portugal efetivamente entre 1834 e 1853, quando faleceu, vítima de complicações decorrentes do parto de seu 11º filho.

<sup>97</sup> AGP XXXIX-1- (12) -1871. Trecho de carta de d. Pedro II a Isabel, sua filha. Assinada e datada de 13 de junho de 1871. Acervo Arquivo Grão Pará.

<sup>98</sup> Também denominada “Golpe da Maioridade”, ocorreu em 23 de julho de 1840.

<sup>99</sup> Diário de d. Pedro II, 1861-1863, volume 9 (11/01/1862 e 05/04/1862). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

contando-lhe que “a notícia que assumistes as rédeas do Governo já chegou aqui há bastante tempo, mas sempre me foi muito agradável de a receber de tua própria mão.[...].”<sup>100</sup> A partir daí, intensifica-se a narrativa sobre preocupações de cunho político, sobretudo a respeito dos movimentos que sacudiriam a Europa e, em boa medida, o Brasil, na década de 1840.

Entre notícias da família, de d. Maria da Glória e dos filhos, e de relatos sobre ciências e artes, interesses compartilhados pelos cunhados, avolumam-se referências sobre o futuro dos governos monárquicos, em um contexto de forte transição, onde rupturas poderiam ocorrer. Se, em Portugal, conforme se depreende das cartas, o governo da rainha Maria II ainda lutava para fortalecer a Monarquia Constitucional contra as reminiscências absolutistas, no Brasil, o jovem imperador tinha para si tarefa ainda mais árdua: não só estabilizar a Monarquia Constitucional, mas consolidar o próprio Estado Nacional, após o período conturbado internamente das Regências (1831-1840).

Em carta de 1843, d. Fernando escrevia a d. Pedro II, dizendo que “[...] As pessoas que a Providência colocou à testa de Reinos e Impérios nem sempre experimentam só o agradável da sua posição, aliás, pouco invejável, e bem repetidas vezes lhes sentem os espinhos [...]”<sup>101</sup>

Mais para o final da década de 1840, avolumam-se questões referentes às revoluções na Europa, como dito, com inegáveis reflexos em Portugal, mas também no Brasil. Em julho de 1847, d. Fernando vaticinava: “[...] Não há hoje posição mais difícil do que a do soberano, e que queira mais tino e prudência, porque passos que no seu princípio parecem de [bem], conduzem-no às vezes a grandes precipícios.[...]”<sup>102</sup> No ano seguinte, ainda declararia: “[...] É bem difícil governar nestes nossos dias, nos quais todos querem novidade e nunca o que há. [...]”<sup>103</sup>

---

<sup>100</sup> AGP IV-3-1840. Trecho de carta, datada de Lisboa, 7 de novembro de 1840. Acervo Arquivo Grão Pará.

<sup>101</sup> AGP IV-3-1843. Trecho de carta de d. Fernando a d. Pedro II. Datada de Lisboa, 17 de dezembro de 1843. Acervo Arquivo Grão Pará.

<sup>102</sup> AGP IV-3-1847. Trecho de carta de d. Fernando a d. Pedro II. Datada de Lisboa, 09 de julho de 1847. Acervo Arquivo Grão Pará.

<sup>103</sup> AGP IV-3-1848. Trecho de carta de d. Fernando a d. Pedro II. Datada de Lisboa, 28 de março de 1848. Acervo Arquivo Grão Pará.

Mostrando claras preocupações, inclusive com o Socialismo, d. Fernando escreveria em 1850: “[...] Não creio que os vermelhos possam triunfar por muito tempo [...]”<sup>104</sup> Poucos meses depois, reiteraria que “[...] é certo que hoje em dia o ofício de Rei é dos piores que se possam ter.”<sup>105</sup>

Assim, da troca epistolar entre d. Pedro II e um dos seus mais chegados amigos, d. Fernando II, ainda que por ora só tenhamos tido acesso, majoritariamente, à correspondência passiva, é possível depreendermos que, desde muito jovem, já estava no espaço de experiência do imperador do Brasil a crise que marcaria as monarquias europeias a partir do final da década de 1840, cujo caso ímpar seria o advento da II República Francesa (1848-1852). Consequentemente, está bastante claro que o horizonte de expectativa para o monarca brasileiro, embora ainda lhe restasse, naquela ocasião, como sabemos *a posteriori*, quatro décadas de reinado, sempre foi o da fragilidade da forma de governo monárquica.

No entanto, nos idos da década de 1840, d. Pedro II tinha muito trabalho a realizar, e com afinco, conforme depreendemos de sua documentação de caráter privado, procurou fazê-lo, em boa medida, guiado por uma prerrogativa latente na correspondência com d. Fernando: a busca pela moderação e pela conciliação. Em carta escrita em 1851, o cunhado lembrava-lhe que “[...] o Trono deve sempre como agora faz estar fora dos partidos (sem deixar de dar direção às coisas) e tratar de conduzir a nau para que não vá a pique nos mares dos extremos.[...]”<sup>106</sup>

A advertência do rei consorte de Portugal, no início da década de 1850, corroboraria, assim, outros conselhos dados ao imperador do Brasil, conforme aqueles expostos em mensagens de Luiz Augusto May a d. Pedro II, escritas entre 1847 e 1848<sup>107</sup>. Nestes pareceres, de antemão, chamaram-nos a atenção dois pontos fundamentais: primeiro, ali se

<sup>104</sup> AGP IV-3-1850. Trecho de carta de d. Fernando a d. Pedro II. Datada de Lisboa, 19 de maio de 1850. Acervo Arquivo Grão Pará.

<sup>105</sup> AGP IV-3-1850. Trecho de carta de d. Fernando a d. Pedro II. Datada de Lisboa, 19 de outubro de 1850. Acervo Arquivo Grão Pará.

<sup>106</sup> AGP IV-3-1851. Carta datada de Lisboa, 14 de outubro de 1851. Acervo Arquivo Grão Pará.

<sup>107</sup> São 82 mensagens, além de outros documentos, de Luiz Augusto May a d. Pedro I e a d. Pedro II, que integram o Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Cf. POB Maço 10 – Doc. 527; Maço 51 – Doc. 2391; Maço 68 – Doc. 3274; Maço 78 – Doc. 3554; Maço 90 – Doc. 4105; Maço 91 – Doc. 4204; Maço 107 – Doc. 5196; Maço 107 – Doc. 5216; Maço 110 – Doc. 5430; Maço 111 – Doc. 5498. Acervo Museu Imperial/Ibram/ Ministério da Cidadania.

evidenciava uma faceta praticamente desconhecida da trajetória de May, um jornalista que teve uma atuação significativa no Primeiro Reinado; segundo, com relação ao conteúdo das mensagens, causou-nos surpresa que um discurso que se coadunava com o pensamento conservador pudesse sair da pena de uma personagem considerada liberal, até mesmo radical, que era também um dos mártires da imprensa nacional.

Expondo os debates em torno da consolidação do Estado Nacional - talvez, o principal desafio do jovem monarca brasileiro no início do seu reinado -, Luiz Augusto May reforçou as suas teses em escritos ao imperador, em certa medida, corroborando o espaço de experiência, da maneira que os sujeitos sociais que vivenciavam períodos de transição profunda – como a do Absolutismo para o Liberalismo -, poderiam identificar.

### 2.1.1 Debates em torno da consolidação do Estado Nacional

Nas análises enviadas por Luiz Augusto May a d. Pedro II sobressaem considerações sobre a formação e a integridade do Império, quando a defesa da Monarquia Constitucional e da Constituição de 1824 entra em contradição com a ênfase em prol do uso do Poder Moderador, e o discurso da legalidade torna-se argumento para a sustentação de um *Leviatã*.

Assim escreve ao imperador, em trecho de mensagem de 10 de fevereiro de 1848, que transcrevemos livremente:

Senhor! Os Reis da Europa façam o que quiserem ou puderem: porém o Imperador do Brasil haja de imperar; com a Constituição na Sua Imperial Cabeça, e a Chave do Poder Moderador na Mão, e com o Título 8º da Constituição perante os olhos; e isto tudo ‘sans desamparer’: e Fora com as sutilezas e sofismas daqueles que pretendem que reinar e dormir sejam sinônimos, e voltem tais doutrinas para essa França, donde vieram.

O conselho ao jovem imperador, então com 22 anos de idade e apenas sete do seu longo reinado que duraria até 1889, parece soar paradoxal por ter saído da pena de um dos mais importantes publicistas do período pós-Independência, um jornalista considerado ícone da imprensa nacional, por conta de um atentado sofrido em meados de 1823 em represália aos seus posicionamentos políticos.

Luiz Augusto May foi um panfletário, nascido em Lisboa em 1782, e residente no Brasil desde 1810, proprietário do jornal *A Malagueta*, um periódico que combatia ferozmente o que considerava a política centralizadora de d. Pedro I, cuja primeira edição é de dezembro de 1821. Após escrever duras críticas ao Ministério dos Andradas e ao imperador d. Pedro I, May teve a sua casa invadida por homens que tencionavam matá-lo. Sem conseguirem, no entanto, fugiram deixando-lhe com sérios ferimentos, sobretudo nas mãos, cujas sequelas carregou para o resto da vida. Segundo Isabel Lustosa (2004, p. 42), “[...] Na Assembleia, May foi imediatamente elevado à mártir da imprensa amordaçada pelo repressivo governo dos Andrada. [...]”

A importância de May na história da imprensa brasileira pode ser notada pelas recorrentes referências feitas a ele e à sua produção jornalística no período de 1821 a 1832, quando, ainda que de maneira intermitente, circulou *A Malagueta*. Paralelamente, não podemos deixar de ressaltar que May também exerceu funções públicas e, em especial, participou de duas legislaturas do Império, ocupando uma cadeira de deputado geral. Como registrado no *Almanak Laemmert*, na Primeira Legislatura (1826-1829), pela Província de Minas Gerais, assumiu o cargo como suplente de Estevão Ribeiro de Resende, marquês de Valença, nomeado senador em 1826; na Segunda Legislatura (1830-1833), pela Província do Rio de Janeiro, como suplemente de João Mendes Vianna, que falecera em 1830.

No entanto, pretendemos evidenciar neste trabalho não a sua produção jornalística no conturbado contexto da Independência, no qual, aliás, exerceu um papel considerável, sendo o único a dar cobertura ao “Fico”, marcando posição contrária às Cortes de Lisboa, que haviam exigido o retorno de d. Pedro, então príncipe regente, a Portugal. Esta atitude lhe renderia, nos atos comemorativos à Sagração e Coroação de d. Pedro I, o agraciamento como Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, condecoração criada nesta ocasião, como constatamos na relação dos despachos publicados na Corte pela Secretaria dos Negócios do Império, no dia 1 de dezembro de 1822, e na *Gazeta do Rio de Janeiro* dois dias depois.

Visamos recuperar de forma inédita as mensagens que escreveu ao imperador d. Pedro II, na década de 1840, em um período não menos conturbado que o mencionado anteriormente, quando se desenrolavam as revoluções liberais na Europa e, em especial, a deposição do rei Luís Felipe, na França, com claras repercussões no Brasil, como na Praieira, que eclodira em 1848, em Pernambuco.

Se para Nelson Werneck Sodré (1999), já na década de 1830, “[...] a imprensa definia-

se quanto à orientação, nos três campos, o dos conservadores de direita, embalados no sonho de restauração, o dos liberais de direita, que faziam papel de centro, e o dos liberais de esquerda [...]” - estes representados pelos chamados exaltados -, após a morte do primeiro imperador do Brasil, em Portugal, em 24 de setembro de 1834, não havia mais nada que opusesse os primeiros, que defendiam a soberania do rei e o retorno de Pedro I ao Brasil, porém com traços de despotismo que ainda os ligavam ao Antigo Regime, e os segundos, moderados, defensores da nação, e que buscavam o equilíbrio político a partir de um Estado forte e centralizador.

Portanto, apreendemos que desta simbiose entre os dois partidos políticos de viés ideológico mais à direita - o restaurador e o moderado -, surgidos durante as Regências, e da fusão de suas proposições para a consolidação do Estado Nacional e a manutenção da integridade do Império, é que adviria o embrião do programa conservador que se tornaria hegemônico na política imperial, o Projeto Saquarema, assim como a cultura política que embasou a Conciliação, ou o Gabinete que reuniu no governo políticos de ambos os partidos, o Liberal e o Conservador, entre 1853 e 1857.

Neste sentido, os pareceres escritos por May ao imperador são muito reveladores. Embora os estudiosos da imprensa no Brasil ressaltem como característica na trajetória de Luiz Augusto May a habilidade em mudar suas ideias, sobretudo quando convinha a seus interesses pessoais, as missivas a d. Pedro II chamam-nos a atenção por mostrarem muitos pontos em comum com o pensamento político conservador, ao qual alguns relevantes liberais, como ele próprio, não tardariam a aderir, coadunando-se com a máxima presente no chamado Ministério das Capacidades, de 1838, representado, sobretudo, pelo Ministro do Império e da Justiça, Bernardo Pereira de Vasconcelos, para o qual, a fim de consolidar a Monarquia e preservar o território, a autoridade seria condição *sine qua non* como garantia da liberdade e do governo da casa.

Seguindo esta linha, May, dotado de expressivos conhecimentos jurídicos, argumentava que a soberania da Nação passaria por um Estado forte e centralizador, ou seja, pelo fortalecimento do Poder Executivo e, em especial, do Poder Moderador, com o objetivo de combater a anarquia e a desordem, representadas por aqueles que defendiam a soberania popular, a descentralização administrativa e, em última instância, o federalismo, que seria um dos pontos frágeis do governo imperial até os seus momentos finais.

Se pensarmos sobre a linguagem política, por exemplo, podemos aferir que, se os

conceitos privilegiados nos debates que afloraram na imprensa nos anos 1820 e 1830, antes e depois da abdicação de d. Pedro I, em 7 de abril de 1831, eram “independência” (NEVES, 2010) e “liberdade” (RIBEIRO, 2002), os termos que ganharam força a partir do período regencial foram “ordem” e “equilíbrio”, inclusive com a construção de um discurso oficial que ressaltava a ausência de conflitos e preconizava a aversão a rupturas, visando apagar a violência social e política que havia marcado a década de 1830 no Brasil, palco de múltiplos movimentos políticos que sacudiram várias províncias do Império, tanto no Norte quanto no Sul, e envolveram heterogêneos grupos sociais e políticos.

Antecipada a Maioridade de d. Pedro II em 1840, seguiu-se um processo político conturbado, permeado por embates políticos, muito bem refletidos na documentação de caráter privado da Família Imperial, em cujo inventário é possível identificar o arrolamento de grande quantidade de documentos tratando do que May denominaria em uma de suas mensagens de “espírito de divisão”.

Sobressaem nos papéis referentes às décadas de 1840 e 1850 as questões políticas internas e externas, como a do Prata, a necessidade de conhecimento, inclusive corográfico do território nacional, os assuntos diplomáticos e militares, além, é claro, das costuras políticas que envolveram os principais nomes desta fase do Segundo Reinado, quer dizer, a geração de políticos pós-Independência, responsável pela consolidação do Estado Nacional, como os conservadores Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara; Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês do Paraná; Paulino José Soares de Souza, visconde do Uruguai, e Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí.

É neste contexto que se deu a primeira grande viagem do imperador pelo Brasil, às províncias do Sul, entre 1845 e 1846, ao término da Farroupilha (1835-1845), quando d. Pedro II deixou pela primeira vez a Corte. Esta foi uma viagem claramente ligada ao que Ilmar Rohloff de Mattos denomina de expansão para o interior, já que o império brasileiro tinha a necessidade e urgência de construir uma identidade nacional, o que já vinha sendo enfatizado, no plano ideológico, desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838.

[...] as políticas e práticas reveladoras que o Estado imperial empreendia expansão diferente, como resultado de singular combinação entre a impossibilidade de expansão territorial e a opção pela coexistência da nação brasileira com outras “nações” no interior de um mesmo território. Expansão diferente, mas permanente e constante, do Rio de Janeiro em direção às províncias, atravessando a “roça” e os

“sertões”; expansão que ia ao encontro dos brasileiros que pretendia forjar não mais como meros adeptos de uma causa política [...], e, sim, para os inscrever na nação brasileira e imperial, como súditos e cidadãos a um só tempo [...] (MATTOS, 2009, p. 40).

A presença do imperador nas províncias do Sul (São Paulo, Santa Catarina e, especialmente, São Pedro do Rio Grande do Sul), neste sentido, foi arquitetada de modo a atrelar a presença do Estado brasileiro, representado pelo chefe da Nação, à integridade territorial e à unidade política do Império.

Não à toa, às vésperas da Praieira (1848-1850), Luiz Augusto May escreveria ao imperador em mensagem de 16 de setembro de 1847, aconselhando-o a realizar uma segunda grande viagem, desta vez, às províncias do Norte, especialmente Bahia e Pernambuco, começando por esta, que não fora visitada por d. Pedro I e, portanto, onde o imperador nunca havia sido visto pessoalmente.

Em seu texto, May falava de um “jogo manejado”, relacionado à construção de si e do seu Reinado, através do qual o monarca só poderia “dar fé de tudo, indo em Pessoa visitar” as províncias, sobretudo em um contexto em que “todas as notabilidades de 1822 morreram ou escorregaram para a nulidade”. Em outras palavras, entende-se que, quando a memória das lutas pela Independência começava a se apagar, já nos idos da década de 1840, mais do que nunca se fazia necessária a figura do imperador, e os fundamentos simbólicos a ela inerentes, como guardião dos preceitos da Constituição de 1824.

Esta seria, portanto, a tônica do discurso de May. Por isso, ressaltamos aspectos dos seus “conselhos” que, no nosso entender, representam de forma ímpar o embrião da hegemonia Saquarema, enquanto um projeto de direção política, capitaneado a partir de um pequeno grupo da Província do Rio de Janeiro, que tinha como elementos norteadores os princípios de ordem e civilização, levados a cabo por “homens de uma nova espécie”, que, então, assumiriam o lugar de destaque na vida social e política do Império (MATTOS, 1994), assim como o contexto da construção da Conciliação, na década de 1850.

### 2.1.2 As mensagens ao imperador: conselhos de um velho liberal

Como indicamos anteriormente, aqueles que se dedicaram a estudar a história da imprensa no Brasil e a circulação dos primeiros periódicos conferem a Luiz Augusto May (1782-1850) um papel de destaque. Talvez, como já dissemos, por ter sido alvo de ataques advindos do próprio d. Pedro I, como acreditam aqueles que atribuem a autoria de fortes e chulas acusações sofridas por May à pena do imperador, ou, com mais certeza, pelas graves represálias e os dois atentados que sofreu, comprometendo a sua integridade física.

Estes fatos seriam suficientes para torná-lo mártir, ou símbolo da luta pela liberdade de imprensa, figurando ao lado de Líbero Badaró, por exemplo, já que May foi o primeiro jornalista a ser fisicamente agredido no Brasil em consequência do desempenho de sua atividade profissional, o que lhe trouxe, desde 6 de junho de 1823, profundos “desgostos físicos e morais”, como declararia mais tarde.

No entanto, parece-nos que as mensagens escritas por May ao imperador d. Pedro II, entre 1847 e 1848, já no final de sua vida, passaram quase despercebidas, ou não despertaram o devido interesse desses estudiosos. Embora os manuscritos não sejam inéditos em sentido estrito, já que constam do *Inventário dos Documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil*, organizado pelo historiógrafo Alberto Rangel e publicado pela Biblioteca Nacional em 1939, e estão abertos à consulta dos pesquisadores no Arquivo Histórico do Museu Imperial, instituição custodiadora deste fundo, pensamos que esta dissertação é a primeira a analisar mais profundamente a documentação, apenas mencionada pelo historiador Helio Vianna, em texto publicado no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, em 1960.

Até onde pudemos mapear, não há trabalhos que tenham realizado uma leitura verticalizada destas fontes, embora Helio Vianna tenha se dedicado à biografia de Luiz Augusto May, como atestam suas obras sobre a história da imprensa no Brasil, escritas na década de 1940, a série de artigos publicados no *Jornal do Commercio*, nos anos 1960, e o seu arquivo pessoal, doado ao IHGB, onde se encontram, dentre a sua vasta produção intelectual, as anotações de sua pesquisa sobre o redator de *A Malagueta*.

No *Inventário do Arquivo da Casa Imperial do Brasil* foram arrolados dez itens documentais referentes a Luiz Augusto May, que se desdobram em uma centena de documentos, a maioria do próprio punho de May, produzidos entre 1824 e 1848. Durante o

Primeiro Reinado, por exemplo, veem-se missivas escritas pelo publicista a d. Pedro I, entre 1824 e 1830, e até mesmo um número do *Malagueta Extraordinário N. 4*, com parágrafo destacado por seu redator, que está anexo a uma dessas cartas com as devidas explicações.

No entanto, como dito, os manuscritos produzidos no contexto do Segundo Reinado, na década de 1840, são privilegiados, não só pelo ineditismo da abordagem por nós proposta, mas porque nos interessam como fontes para que tracemos a complexidade da trajetória de d. Pedro II. As mensagens escritas por May nos permitem perceber quais eram os temas fundamentais enfrentados pelo imperador no início do seu reinado e, a partir do paradigma indiciário como metodologia de trabalho, nos ajudam a compreender a sua percepção diante das preocupações com as quais tinha que lidar.

Como salientou Hélio Vianna (1964), entre os anos 1840 e 1853, ou seja, até que se instalasse o Gabinete da Conciliação, é possível observar o amadurecimento político de d. Pedro II, a princípio tímido nas suas decisões. Levando-se em consideração o contexto agitado politicamente da década de 1840, devido às várias revoltas liberais, seria, então, importante levar-se em conta a atuação dos políticos mais experientes junto ao monarca, influenciando a sua formação. A partir deste viés, nos propomos a refletir sobre o papel de May como conselheiro do jovem imperador, se não por um período muito extenso, de todo modo, em um cenário emblemático na política do Segundo Reinado.

Embora Vianna (1960) sublinhe que, além da atividade de jornalista, May havia exercido por duas vezes o cargo de deputado na Assembleia Geral e tenha sido Oficial-maior do Ministério da Marinha, cargo imediatamente abaixo ao de Ministro<sup>108</sup>, aposentado em 1824, justamente após o atentado que o comprometeu fisicamente, a nossa pesquisa nas edições do *Almanak Laemmert* da década de 1840 mostrou que, pelo menos desde 1843, ano da primeira edição do periódico, May havia sido reintegrado ao seu posto na Secretaria d'Estado dos Negócios da Marinha, como Oficial-maior aposentado com exercício, mantendo-se nesta condição até a sua morte. Portanto, é como funcionário público com incumbência específica que escreve os pareceres a d. Pedro II, a quem tinha acesso, como demonstra em várias ocasiões respondendo aos “quesitos” feitos pelo imperador, escrevendo: “Senhor! Dignou-se V. M. I. autorizar-me a examinar e dizer [...]”

---

<sup>108</sup> Conforme o *Guia da Administração brasileira: Império e Governo Provisório (1822-1891)*, organizado por Angelica Ricci Cabral e Dilma Cabral, e publicado pelo Arquivo Nacional, em 2017.

Aliás, na mensagem encaminhada em 13 de julho de 1848, May disse, logo no primeiro parágrafo, que suas considerações poderiam estar ou não agradando ao imperador. No caso da primeira hipótese, completou que poderia continuar desenvolvendo os pareceres como “oficial antigo da Secretaria de Estado”, marcando, assim, o caráter das suas mensagens, que não eram meras especulações, mas um trabalho desenvolvido sob encomenda.

Além disso, não seria fortuito que d. Pedro II mantivesse guardado entre os seus papéis pessoais, no seu arquivo privado, esses documentos. A classificação dos manuscritos como mensagens, por Alberto Rangel, inclusive, é um elemento a ser levado em consideração já que esta tipologia documental se caracteriza, em uma das suas acepções, por ser uma correspondência trocada entre os Poderes.<sup>109</sup>

Fato é que, a partir de 23 de julho de 1847, apenas três dias após o restabelecimento do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, May iniciou a série de mensagens, escrevendo sistematicamente a d. Pedro II até 14 de agosto de 1848. É possível notar claramente a questão que perpassaria todos os pareceres: a necessidade de um governo forte, condensador da diversidade de opiniões políticas representadas, nas palavras de May, pelos “Saquaremas, Santa-Luzias, Praieiros e Venda-Grandes”. Segundo a nossa hipótese, os argumentos de May evidenciariam, desde então, o embrião da tese da Conciliação, que deveria ser catalisada pelo Poder Moderador.

Ou seja, a conciliação deveria ser angariada entre as diferentes frações das classes dominantes, via fortalecimento do Poder Moderador, como um recurso para afastar a participação das massas populares, e visando, sobretudo, a emancipação da tutela de potências europeias - seja de Portugal, seja da Inglaterra -, a organização de um Estado soberano e a reprodução da estrutura da sociedade, mantendo-se as hierarquias e também a escravidão.

Antes de analisarmos alguns excertos dos textos de May, no entanto, é importante ressaltarmos que este reiteradamente destacou o papel da imprensa como motivadora e veiculadora dos debates políticos, “ainda que um mal necessário”, como atestara em 1 de outubro de 1847. Talvez, por isso mesmo, em 31 de julho de 1847, tenha mencionado um dos seus últimos trabalhos, tratando da “Dissolução do Ministério de 5 de maio ou A Facção

---

<sup>109</sup> Esclarecimento prestado pela responsável pelo Arquivo Histórico do Museu Imperial, a historiadora e arquivista Maria de Fátima Moraes Argon da Matta, em 25/01/2018.

Áulica” - opúsculo “anônimo”<sup>110</sup> que gerou algumas importantes réplicas na imprensa - o que caracterizaria a continuidade de suas atividades como publicista.

Dito isto, elencaremos alguns argumentos que se repetem nas mensagens a d. Pedro II e que, no nosso entendimento, revelam muitos pontos do pensamento conservador:

1. A defesa do “Príncipe” – Embora May houvesse escolhido como epígrafe para *A Malagueta* uma citação de Jean-Jacques Rousseau, nas mensagens escritas duas décadas depois, em oposição à soberania que deveria estar na vontade geral, nos cidadãos, defende a legitimidade do Príncipe, conclamando o Artigo 98 da Constituição do Império, segundo o qual, “o Poder Moderador é a chave de toda a organização política”<sup>111</sup>. Neste sentido, criticava a influência da literatura francesa sobre os homens políticos no Brasil, como o fez em documento de 29/08/1847. Assim completava: “Com a maioria civil de V. M. I. a tarefa de fazer observar a Constituição está nos Imperiais ombros”.

2. A soberania do Brasil - Em várias mensagens May vaticinou: “O Brasil é uma casa alugada com Escritura de Benfeitorias, e debaixo de hipoteca, a todo mundo, menos a si mesmo”, com isso declarando enfaticamente a necessidade de revisão de alguns tratados que se seguiram à Independência, como o da cessão da Cisplatina e o da extinção do tráfico negreiro. Ressaltava o incômodo de se ter como “Potência Medianeira” a Inglaterra, defendendo que esta era uma questão americana, e não europeia. Por isso, preconizava que, se os acontecimentos relacionados à Independência estavam sendo traídos pela memória de muitos, citando, por exemplo, discursos de importantes políticos, como Bernardo Pereira de Vasconcelos que, segundo May, já andava confundindo datas, a nova geração - a que não havia participado dos eventos da Independência - era a mais apta a rever certos tratados. Neste caso, mais uma vez,

---

<sup>110</sup> Segundo Helio Vianna, em artigo publicado no *Jornal do Commercio* (RJ), em 03/05/1960, o autor do panfleto é Firmino Rodrigues Silva (1815-1879). A mesma informação pode ser verificada no site do IHGB. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/FRSilva.html>. Acesso em: 18 Jan. 2018.

<sup>111</sup> Constituição Política do Império do Brasil, outorgada em 25 de março de 1824. Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 30 Jan. 2018.

não só reforçaria com veemência a defesa do Artigo 1º da Constituição<sup>112</sup>, ou seja, a soberania do Brasil enquanto Nação livre, mas também lembrava ao imperador que ele não havia assinado o Tratado de Independência, mas, sim, jurado a Constituição, a qual deveria proteger. Aliás, este também seria o “grande alicerce da nulidade e da anticonstitucionalidade da Abolição do Tráfico de Escravos”, em referência ao Tratado assinado por Pedro I com a Inglaterra, e que deveria ser contestado.

3. A Fala do Trono de 1845 – A leitura das breves palavras de d. Pedro II dirigidas à Assembleia Geral no dia 1 de janeiro de 1845, demonstra-nos que havia dois temas em destaque: primeiro, o apaziguamento e o “restabelecimento da ordem” na Província de Alagoas, após a revolta liberal que se desenrolara no ano anterior, e que levava o imperador a agradecer os esforços do Exército e da Armada, sem que se esquecesse da Farroupilha ainda não vencida; segundo, a defesa da harmonia entre os Poderes políticos do Estado, que deveriam garantir a paz e firmar as instituições. Já em 3 de maio, na abertura da segunda sessão, mais uma vez, seriam reiterados os preceitos de paz e justiça, sobretudo com o fim da Farroupilha e a garantia da integridade do Império. Além disso, é remarcável o anúncio do nascimento do príncipe herdeiro, o primogênito do imperador - d. Afonso - garantindo, assim, a continuidade da Dinastia dos Bragança (conforme o Art. 4. da Constituição). Pois são estes preceitos da Fala do Trono de 1845 que May recorrentemente usaria, chamando a atenção para o que denominou programa político estabelecido pelo imperador nesta ocasião.

4. Do Senado à choupana – No vocabulário político mobilizado por May ressaltamos a ideia de Nação, mais uma vez, coadunando-se com o Art. 1º da Constituição, para o qual o Império é a associação política de todos os cidadãos brasileiros, que formam uma Nação livre. Por isso reiteraria: “Custará a dizer que o artigo primeiro da Constituição deve ressoar desde o Senado até a última choupana” (04/09/1847). A Nação, segundo May, preconizaria a “Conciliação”, “tarefa de todos os que falam de direito a língua portuguesa”. Quanto à conciliação, diria ao imperador: “No entanto terá V. M. I. de observar atentamente a pronúncia mais ou menos

---

<sup>112</sup>Constituição Política do Império do Brasil, outorgada em 25 de março de 1824. Art. 1. O IMPERIO do Brazil é a associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros. Elles formam uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se opponha á sua Independencia. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm) Acesso em: 30 Jan. 2018.

tácita dos diversos grupos, distinguindo aqueles murmurinhos e sussurros dos que vivem e formigam nas calamidades públicas [...]"

5. Monarca-representativa-aristocrático-democrata – Assim May definiria o sistema político no Brasil, em mensagem de 19/10/1847. Por vezes, chegou a ressaltar que os legisladores estariam preocupados apenas com questões internas, quando não pessoais, descuidando-se das questões externas, relacionadas à soberania nacional. Em um segundo momento, enfatizaria, algumas vezes, que o Brasil é uma “Nação que vive e tem de viver de escravos!”, coadunando-se, assim, com o discurso conservador, embora paradoxalmente fosse leitor de David Hume e Adam Smith, citando-os inclusive para o imperador. Neste sentido, unindo-se ao ponto anterior, a Nação imaginada seria feita pelos “homens bons”, amalgamados pela Língua, mantendo-se a escravidão e, com isso, grande número de não cidadãos.

6. A ação externa – “É tão absurdo esperar melhorar a ação interna do Império sem a cooperação da ação externa, como vice-versa”. Este pensamento, expresso em mensagem de 03/08/1847, denotava a preocupação de May com a política externa, sobretudo com o papel e a hegemonia do Brasil no cenário sul-americano. Por isso, ressaltava a importância de reestruturação do Exército, traçando longas considerações sobre o recrutamento obrigatório, como também preconizava a necessidade de se formar uma Armada moderna, capaz de assegurar a supremacia da navegação, sobretudo fluvial. Neste sentido, as Pastas da Marinha e do Exército deveriam estar atreladas à Pasta dos Negócios Estrangeiros, chamando sempre a atenção para as questões do Prata e para a figura de Juan Manuel de Rosas, percebendo argutamente o que se desenrolaria nos anos seguintes, entre 1851 e 1852, na Guerra contra Oribe e o governante argentino.

7. A Constituição – Como em tantos outros momentos da história do Brasil, na década de 1840, também se evidenciava nas palavras de May a defesa da legitimidade e da Constituição como argumento para aceitação de um governo forte, pleno de autoridade e, no limite, autoritário e despótico, mas que estivesse apto a conter as dissidências e a manter a ordem. Neste sentido, saltam no discurso de May as equivalências entre “Legítimo Monarca” e legitimidade; entre “superioridade moral” e “Nação”, enfim, entre Constituição e Ordem, Paz

e Equilíbrio. Daí o fato de May ressaltar o “magnetismo moral” de d. Pedro II, capaz de conter as divisões e consolidar o Estado Nacional.

Como é possível constatar, embora aqui a nossa intenção tenha sido apenas enumerar alguns pontos que sobressaem no discurso de May, evidenciam-se não só argumentos que remetem aos Regressistas, que defendiam o fortalecimento da autoridade do Estado para garantir a manutenção da Monarquia e da unidade territorial do Império, como também elementos do discurso conservador, baseado em hierarquia e exclusão, e que, a partir dos anos 1830, ganhavam espaço entre as ideias que então passaram a circular (NISBET, 1987). Assim, May escreveria ao imperador em 22 de março de 1848:

[...] Forçoso é dizê-lo, a V. M. I., e a V. M. I. sozinho, é que pertence extremar não só as coisas como os homens, com o bem simples auxílio da Constituição do Império de que se não parecem lembrar nem os Poderes Políticos, nem suas subdivisões. Senhor! Será erro miserável cuidar em discutir sobre concessões: Senhor! Semelhante lembrança até seria maquiavelicamente feita de propósito! Constituição só! [...]

Sem perdermos de vista que a união dos ex-restauradores com os ex-moderados pautaria a criação do Partido Conservador, não seria por mero acaso que o discurso que preconizava a centralização política, tão presente nas mensagens de May, seria a tônica do projeto Saquarema e da ascensão dos conservadores em 1848, representados, sobretudo, por homens como os já citados Paulino José Soares de Souza, visconde do Uruguai, Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí (ambos sintomaticamente titulares a partir de 1854) e Eusébio de Queirós Matoso da Câmara.

### 2.1.3 O Malagueta e o Timandro: posições trocadas à luz do baile

Monteiro Lobato, no âmbito das muitas ações que visaram à recuperação da memória do Segundo Reinado e, por extensão, de d. Pedro II, defendeu as virtudes do segundo imperador do Brasil e do seu governo, comparando-o, como o fez o escritor Victor Hugo, a Marco Aurélio. Caracterizou-o como “a luz do baile”, na crônica escrita em 1918, e argumentou que: “O fato de existir na cúspide da sociedade um símbolo vivo e ativo da

Honestidade, do Equilíbrio, da Moderação, da Honra e do Dever, bastava para inocular no país em formação o vírus das melhores virtudes cívicas [...]” (LOBATO, 1918).

Chama-nos a atenção neste texto, escrito muitas décadas após as mensagens de May, a defesa do poder pessoal, ainda que acentuando o equilíbrio e a moderação, como uma resposta plausível aos desafios políticos que têm permeado a história republicana no Brasil. Talvez coubesse a nós nos indagarmos, como o fez Ilmar Mattos (1994), o quanto de saquarema permeia a estrutura social brasileira, ressaltando-se a mudança de posição de dois dos mais destacados publicistas do XIX, liberais exaltados que, embora pertencentes a gerações diferentes e por circunstâncias diversas, não tardaram em se juntar aos conservadores.

Primeiro, nos referimos a Luiz Augusto May. Se Ivo Coser (2008), por exemplo, ao analisar as questões referentes à descentralização administrativa do Império, o colocou no rol dos federalistas e liberais radicais, como intentamos aqui demonstrar, causa-nos estranheza a leitura dos conselhos que escreveu a d. Pedro II, os quais se coadunam perfeitamente às premissas do conservadorismo expressas por Edmund Burke (1997), atrelando, antes de tudo, a liberdade à defesa da autoridade.

Mas também pontuamos as posições de Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), visconde com grandeza de Inhomirim por título concedido muito mais tarde, em 1871, que, na contramão de Luiz Augusto May, escreveria em 1849, após a dura repressão aos Praieiros e a dissolução da Câmara naquele ano, o *Libelo do Povo*, em que visava claramente se opor à tirania, segundo ele, representada pela Dinastia Bragantina.

Seguindo-se à Primavera dos Povos, à Era das Revoluções que, em 1848, culminava com a deposição do rei de França, Luís Felipe, Torres Homem, sob o pseudônimo de Timandro, defenderia a liberdade e a democracia, o que implicava na participação das massas – do povo – e não apenas, como havia ressaltado May ao imperador, na atuação dos “homens bons”, quer dizer, os proprietários, os letrados, ou os ligados à aristocracia e à nobreza.

Neste sentido, o Timandro representou toda a radicalidade na defesa dos ideais liberais da Revolução Francesa, até mesmo destoando de outros companheiros seus, como Domingos José Gonçalves de Magalhães e Manuel de Araújo Porto-Alegre, respectivamente visconde de Araguaia e barão de Santo Angelo, a partir de 1874, com quem na mocidade havia criado a *Revista Nitheroy*, considerada a precursora do Romantismo no Brasil.

Assim, se de um lado, nos idos de 1848, May defendia o uso do Poder Moderador como guardião da ordem, das leis, da paz e da integridade do Império, Torres Homem não hesitaria em atrelar a imagem de d. Pedro II ao Absolutismo. O pseudônimo escolhido, o Timandro, não seria por mero acaso, mas uma clara referência a Timon de Atenas e à aversão a todo tipo de tirania.

Sem nos alongarmos mais em detalhes da biografia de Torres Homem, visamos sublinhar a mudança de posições políticas que caracterizou as trajetórias do Malagueta e do Timandro, ambos intelectuais que, como os demais seus contemporâneos, atrelaram a atividade jornalística, panfletária, às funções públicas, seja como políticos em sentido estrito, ocupando cargos eletivos, seja como funcionários públicos, integrantes de uma rede de sociabilidade que em boa medida os irmanava.

A questão que pretendemos ressaltar é: se em 1849 Torres Homem poderia ser considerado um claro opositor das ideias de May, o que explicaria a sua filiação ao Partido Conservador, pouco tempo depois? Em que medida a cultura política, entendendo-se esta como um conjunto de representações de caráter normativo (BERSTEIN, 1998, p. 357), que se tornou hegemônica nos primeiros decênios do Segundo Reinado poderia explicar a conversão de liberais exaltados como May e, em seguida, a aproximação de intelectuais e políticos como Torres Homem com o pensamento conservador?

Ao analisarmos mais atentamente os discursos de intelectuais como Torres Homem e, sobretudo, May, buscamos também entender as relações entre cultura política, imprensa e poder. A princípio, podemos inferir que, na simbiose entre a atividade panfletária e a atuação política, ambos tiveram seu discurso alterado a partir de sua aproximação com as esferas do poder estabelecido.

Neste ponto, emerge uma das problemáticas: De que forma se dava a construção das identidades políticas neste contexto conturbado, ou como o trânsito por diversos espaços e por uma extensa rede de sociabilidade, como indicamos acima, poderia condicionar as tomadas de decisão política, em alguns casos, como o de May e Torres Homem, com mudanças drásticas de posicionamento?

Recuperando neste ponto o texto de Monteiro Lobato, *A Luz do Baile*, poderíamos nos indagar sobre o que seria a inoculação das melhores “virtudes cívicas”, à medida que os “novos políticos” se aproximavam da figura de d. Pedro II. A princípio, para May, esta

construção passaria necessariamente por uma conciliação, capitaneada pelo imperador, via Poder Moderador, que era um forte subsídio ao que denominava período de transição entre o Antigo Regime e a Monarquia Constitucional; artifício e artefato político salutar para um momento histórico onde os lugares de cada agente na sociedade em transformação ainda não estavam bem definidos.

O Ministério da Conciliação, a partir de 1853, refletia, assim, não só o advento da nova geração de políticos, mas a construção da ordem, resguardando a unidade territorial e a centralização política, aliás, como May havia preconizado. Significava também a exclusão do protagonismo popular e a consolidação da representação política dos interesses dominantes; a íntima relação entre a construção do Estado Imperial e a constituição da classe senhorial, como analisado por Ilmar Mattos (1994).

De fato, Helio Vianna foi o historiador que mais se aprofundou no estudo sobre a vida de Luiz Augusto May e, portanto, não nos passou despercebido o fato de ter minimizado a capacidade política e até mesmo intelectual do redator de *A Malagueta*. Apesar de Vianna, dentro das leituras que fizemos, não ter se dado conta de que, aposentado em 1824, May havia sido reintegrado ao seu cargo de Oficial-maior na Secretaria d'Estado de Negócios da Marinha, e tenha subestimado a sua relação com d. Pedro II, o debate desta questão é secundário para o nosso trabalho.

Nosso interesse recai, sobretudo, nos elementos presentes no discurso de um antigo liberal, mas que contém inequívocos argumentos do pensamento conservador. O intento é o de refletir sobre em que medida, se não diretamente o discurso de May, mas outros a ele equivalentes, poderiam ter influenciado d. Pedro II e, por conseguinte, a costura da política da Conciliação, mais tarde, consolidando a hegemonia dos conservadores com o Projeto Saquarema.

Neste sentido, buscamos entender o que se passou com as identidades políticas, embora, como salientou Morel (2003), a filiação a um partido político pudesse ter uma conotação muito diferente daquela estabelecida pela Ciência Política clássica, devendo o historiador do período atentar-se para as redes de sociabilidade e para a multiplicidade de espaços frequentados pelos agentes sociais estudados, em sua maioria, intelectuais, jornalistas, funcionários públicos, que exerciam diversificadas funções dentro da sociedade e do Estado, e não somente as pertinentes às Legislaturas e ao âmbito eleitoral *strictu sensu*.

Por isso, destacamos o vocabulário político mobilizado, particularmente por May, a fim de entender como se deu a apropriação das ideias que então circulavam, como, por exemplo, os preceitos do conservadorismo que emergiam da obra de Edmund Burke, a partir da década de 1830. Neste aspecto, pareceu-nos evidente a influência desse pensamento sobre os intelectuais brasileiros que, por motivos diversos, não tardariam a usar suas penas para defendê-lo.

Assim, não seria absurdo entender como, e por quais processos, ou “espaços de experiência”, d. Pedro II se aproximaria do conservadorismo nas duas primeiras décadas do seu reinado. Se tanto nas reflexões de d. Fernando, em Portugal, como nas penas de notáveis ex-liberais no Brasil, o pensamento conservador emerge com bastante força, intentamos mostrar como, apenas no final da década de 1850, ocorrerá o ponto de inflexão na trajetória do imperador brasileiro que, paulatinamente, começou a se afastar do pensamento hegemônico e se aproximar de novas ideias, da heterodoxia, ainda que não sem percalços.

O almejado encontro com o escritor português, Alexandre Herculano, no Lazareto em Lisboa, nos possibilita repensar os desafios enfrentados por d. Pedro II, e, sobretudo, compreender a sua aproximação, não só com um novo paradigma científico, mas também com outro *ethos*, um modo diferenciado de ser e estar em sociedade.

## 2.2 O encontro com Alexandre Herculano: o horizonte de expectativa e o *ethos* burguês

Enfim apareceu o Herculano [...]

*D. Pedro II*<sup>113</sup>

No dia 18 de junho de 1871, entre os inúmeros visitantes que formavam um verdadeiro cortejo para ver e falar com o imperador do Brasil, conforme assinalou em seu diário de viagem<sup>114</sup>, d. Pedro II, ainda no Lazareto de Lisboa, onde cumpriria nove dias de

---

<sup>113</sup> Diário de d. Pedro II. Primeira viagem ao exterior (18/06/1871). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

<sup>114</sup> Diário de d. Pedro II, volume 11. Primeira Viagem ao Exterior – Primeira Parte-Europa (25/05 a 23/06 de 1871). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

quarentena, recebeu a visita tão esperada de Alexandre Herculano. Anteriormente, havia pedido a um casal de amigos que contasse ao escritor sobre o desejo que nutria de conhecê-lo pessoalmente, enquanto estivesse em Lisboa, antes da sua partida para a Espanha e o início do cumprimento do seu roteiro de viagem que, como se sabe, fora elaborado e seguido cuidadosamente.

Como descreveu d. Pedro II, o escritor português foi logo reconhecido por ele, assim que chegou. Herculano tratou-o como amigo, e chorou diante do filho de d. Pedro IV. Ambos conversaram sobre a escrita da *História de Portugal*. Falaram sobre traduções a que Herculano se dedicava, as quais d. Pedro II prometeu ir ver pessoalmente em Val dos Lobos, onde aquele vivia retirado e, entre trabalhos literários, produzia também azeite.

De acordo com Lucia Paschoal Guimarães (2018), o empenho de d. Pedro II para se encontrar com Herculano e outros próceres das lutas contra o Absolutismo em Portugal relaciona-se à busca pela memória paterna, tendo-se em conta que o romancista e historiador português havia participado do cerco ao Porto e das lutas liberais contra D. Miguel e o Absolutismo (1828-1832).

Como destaca Guimarães, no Lazareto, d. Pedro II avistou-se não só com Herculano, mas com outros senhores, ex-soldados, que haviam lutado ao lado do seu pai, convidando-os para acompanhá-lo ao Porto que era, mais do que Lisboa, a cidade de maior importância a ser visitada na primeira passagem por Portugal.

Sem deixar de lado o ineditismo da análise de Guimarães e a relevância do encontro para a busca pela memória paterna, ressaltamos neste trabalho outro laço que unia o imperador do Brasil ao intelectual português que participara do Desembarque do Mindelo<sup>115</sup>: as discussões em torno de um novo paradigma científico, que vieram a lume nos anos 1850, e que, segundo a nossa tese, servem de base para ilustrar a inflexão na trajetória de d. Pedro II.

Entre os documentos pessoais de d. Pedro II, depositados no Museu Imperial, há nove cartas de Herculano endereçadas ao imperador<sup>116</sup>. A maioria delas escrita na segunda metade

<sup>115</sup> Desembarque das tropas liberais ao norte da cidade do Porto, em Portugal, no dia 8 de julho de 1832, desencadeando ações que levaram à tomada da cidade do Porto pelas tropas lideradas pelo Duque de Bragança, futuro d. Pedro IV, Rei de Portugal. Entre os mais de sete mil homens, designados como os “Bravos do Mindelo”, encontrava-se Alexandre Herculano, como integrante do Batalhão Acadêmico.

<sup>116</sup> Cf. SODRÉ, Alcindo (Org.). D. Pedro II e os intelectuais portugueses. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Museu Imperial/MEC, 1947.

da década de 1850, sendo a primeira uma mensagem oferecendo exemplares dos volumes já publicados da *História de Portugal* e da *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, em 1854.

O interesse de d. Pedro II pela Literatura e História portuguesas é patente e facilmente demonstrável através da correspondência com d. Fernando, ou com a filha, d. Isabel, por exemplo. Àquele pedia recorrentemente que lhe enviasse livros, como os mais de duzentos clássicos portugueses que o cunhado lhe remeteu, em 1851<sup>117</sup>. À filha, desde a infância e por toda a vida, instruiu para que lesse e se dedicasse ao estudo dos autores portugueses, entre outros. Sendo assim, não é difícil entender por que a correspondência com Herculano ganharia, sobretudo, enfoques literários.

No entanto, como intentamos mostrar, essas discussões literárias entre o soberano brasileiro e o escritor português ganharia contornos nada prosaicos. Se Herculano, no início da troca epistolar, apresentou-se de forma bastante cerimoniosa, logo, deixaria a sua verve de polemista transparecer. Afinal, Herculano tornar-se-ia reconhecido não só por suas produções literárias, mas também como o iniciador da historiografia científica em Portugal, cujo marco é a publicação do Primeiro Tomo de sua obra-mestre *História de Portugal*, em 1846.

Com a disseminação da obra, Herculano viu-se envolvido na chamada *Polêmica de Ourique*, contestando a narrativa que atrelava a consolidação do Estado Nacional português ao milagre da aparição de Jesus Cristo ao rei d. Afonso Henriques, no século XII, questionando não só a fé, ou os usos que dela fazia o clero português, mas, sobretudo, o discurso no qual se baseava uma tradição fundadora, envolvendo-se em uma questão que se tornaria pública, e que se estenderia entre 1846 e 1857.<sup>118</sup>

E os ecos desta polêmica, menos pelo questionamento dos fatos em si, e mais pelo método de explicação das origens de uma Nação que, naquele momento, se pretendia científico, ensejando a necessidade de comprovação por documentos e fontes tidas como confiáveis, não tardariam a chegar ao Brasil.

---

<sup>117</sup> AGP-IV-3 (12) -1851. Cf. carta de d. Fernando a d. Pedro II. Datada e assinada, Lisboa 14 de março de 1851. Acervo Arquivo Grão Pará.

<sup>118</sup> Cf. BUESCO, Ana Isabel. *Alexandre Herculano e a polêmica de Ourique*. Anticlericalismo e iconoclastia. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de História, CHAM-Uaç. p.37-5. Disponível em: <ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12605.pdf>. Acesso em: 04 out. 2018.

### 2.2.1 Entre a ortodoxia e a heterodoxia: d. Pedro II e a polêmica publicação de *A Confederação dos Tamoios*

O debate suscitado pela publicação da obra *A Confederação dos Tamoios*, poema épico de 1856, escrito por Domingos José Gonçalves de Magalhães, e oferecido a d. Pedro II, que a patrocinou, nos parece interessante para defender nossa hipótese de que o final da década de 1850 representa um ponto de inflexão na trajetória do imperador. Justamente, porque este contexto delinea algumas posições que o marcariam durante boa parte da sua vida, entre elas, a defesa do cientificismo, ou de um novo paradigma científico, calcado na racionalidade, uma das bases do *ethos* burocrático-racional, que por ora denominamos burguês (WEBER, 1991).

Neste sentido, ter-se a *Polêmica de Ourique* como pano de fundo das respostas dadas por Herculano às indagações de d. Pedro II a respeito da obra de Magalhães, nos permite perceber com maior clarividência o posicionamento do historiador, talvez, mais do que o do escritor, na análise que fez de *A Confederação dos Tamoios*.

Em carta endereçada a d. Pedro II, em 1856, é possível observarmos detalhes das discussões que tomariam conta das preocupações intelectuais do monarca nas décadas posteriores. Ao comentar, a pedido do imperador, a obra de Gonçalves de Magalhães, o escritor português propôs o rompimento com as construções míticas, e defendeu uma análise cientificista do processo de formação dos povos.<sup>119</sup>

Como notou Heitor Lyra, para Herculano havia ainda outro viés a ser contestado na obra: a “inoportunidade da epopeia em tempos modernos” (LYRA, 1977, v. 2, p. 214). Porém, mesmo que não nos tenha passado despercebido a atenção dada por Lyra a este documento, que transcreveu quase na íntegra na sua biografia de d. Pedro II, no capítulo em que descreve a relação do imperador com os sábios brasileiros e estrangeiros (LYRA, 1977), observamos que o foco da sua análise esteve na questão do gênero literário que, sem dúvida, ocupou os espíritos e as páginas dos jornais.

De fato, logo no início da carta a d. Pedro II, Herculano argumentaria cuidadosamente: “Duvido, e muito, de que nesta nossa época o poema épico seja possível na Europa, e ainda

---

<sup>119</sup> Documento do Arquivo da Casa Imperial do Brasil. I-POB-Maço 123 – Doc 6130. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

mais que o seja na América. [...]”<sup>120</sup> No entanto, propomos recuperar nas suas considerações mais do que as discussões literárias *stricto sensu*. A leitura do documento a contrapelo, como nos instiga Ginzburg (2007, p. 11), indica as prerrogativas de um novo paradigma, baseado na racionalidade e no que então consideravam como fontes confiáveis e fatos demonstráveis empiricamente.

A apreciação do documento nos dá sinais de que Herculano ateve-se a uma análise franca da obra, a despeito de saber o quanto o poema de Magalhães era caro ao imperador. Anteriormente, já havia escrito a d. Pedro II, dizendo: “Creia V. I. M. que digo isto com a singela franqueza de um homem que em mais de vinte anos de vida pública tem dado sobejas provas dos seus poucos talentos de cortesão.”<sup>121</sup>

A afirmação sobre os talentos de cortesão que, igualmente, não eram profícuos em d. Pedro II, corroboraria a nossa tese sobre a aproximação de ambos a respeito de um *ethos* que buscava alcançar a racionalização também nas relações sociais. Obviamente, a minuta da resposta escrita por d. Pedro II a Herculano, por ocasião da recusa deste em receber a condecoração da Ordem da Rosa, a que já nos referimos, seria um exemplo ímpar dos paradoxos vivenciados por esses dois homens. Embora Herculano fosse mais velho, ainda unia a ambos o fato de terem vivenciado contundentemente, devido à aproximação estreita com as esferas de poder, a transição para outro modelo de poder político, de sociedade e, por que não dizer, de pensar e entender o mundo.

O novo paradigma propunha, na verdade, novos modelos explicativos, com demandas e justificativas próprias da industrialização crescente, sobretudo, neste período que representa o cenário de transição para uma nova era de modernidade - aquela que teria início por volta dos anos 1870. Por isso, Herculano completaria: “Se não creio possível a epopeia humana no meio das nações transformadas, polidas, argumentadoras, voluptuosas, incrédulas da velha Europa, menos possível ainda a creio na América.”<sup>122</sup>

---

<sup>120</sup> POB-Maço 123 – Doc. 6130. Trecho de carta de Alexandre Herculano a d. Pedro II. Assinada e datada de Lisboa, 6 de dezembro de 1856. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>121</sup> POB - Maço 121 - Doc. 6072. Trecho de carta de Alexandre Herculano a d. Pedro II. Assinada e datada, Lisboa, 15 de maio de 1855. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>122</sup> POB-Maço 123 – Doc. 6130. Trecho de carta de Alexandre Herculano a d. Pedro II. Assinada e datada de Lisboa, 6 de dezembro de 1856. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

No entanto, no decorrer de sua resposta compilada em vinte e três páginas, Herculano ainda apresentaria outras alegações, que nos interessam particularmente, por se referirem ao descompasso entre a história contada por Gonçalves de Magalhães e aquela baseada nos fatos que, no caso dos indígenas, deveria estar ancorada em estudos rigorosos que permitissem aos poetas um texto mais fidedigno, menos preso às formalidades e divagações do espírito, ou a reflexões filosóficas, e mais calcado na empiria. Assim reitera Herculano:

Há outras coisas que os homens de engenho, os verdadeiros poetas do Brasil, como é o autor dos Tamoios, tinham que fazer para ilustrar o seu país engrandecendo-o com monumentos literários, que emulassem os do mundo antigo. Seria uma delas recolher as tradições, as relíquias poéticas das tribos índias. Não há povo bárbaro e primitivo, talvez, que não tenha a sua poesia, e essa poesia é por via de regra cheia de vida e singeleza. Mas cumpre não a vaziar em moldes estranhos; não a fundir com as reminiscências da poesia greco-latina [...] A poesia indígena não será popular, mas representada com fidelidade seria altamente literária, e atrairia a atenção da Europa.<sup>123</sup>

Alexandre Herculano, que havia sido designado por d. Fernando bibliotecário-mor das Reais Bibliotecas dos Palácios da Ajuda e das Necessidades, em 1839, desenvolvera desde então uma carreira típica da intelectualidade do Oitocentos, onde, como já sublinhamos, as ações políticas, inclusive a atuação político-partidária, se mesclava com a produção literária, jornalística e acadêmica.

Deste modo, Herculano que, assim como Gonçalves de Magalhães para o Brasil, fora para Portugal um dos iniciadores do Romantismo, buscou atrelar à literatura que produziu os resultados das pesquisas históricas que realizava, permitindo que, desenvolvidas simultaneamente, aquela atividade se nutrisse desta.

Nomeado associado da Academia de Ciências de Lisboa em 1852, Herculano seria também encarregado de compilar documentos referentes à História de Portugal, seguindo o método do Historicismo, que buscava a imparcialidade e a objetividade, influenciado pelo método crítico proposto especialmente por Leopold von Ranke<sup>124</sup>, segundo o qual se acreditava ser possível chegar à verdade histórica.

---

<sup>123</sup> Ibidem

<sup>124</sup> Leopold von Ranke (1795-1886). Historiador germânico, considerado o criador do método historicista e da história científica, baseada na acuidade do tratamento das fontes, sobretudo, primárias. D. Pedro II encontrou-se

Assim, quando analisou *A Confederação dos Tamoios*, como salientou, de maneira muito particular para d. Pedro II, Herculano começava a ver também a publicação de *Portugaliae Monumenta Historica*, a que tinha se dedicado nos anos anteriores. E, como mencionamos expor, percebemos que o viés cientificista não poderia ter ficado ausente na sua apreciação, como também não ficaria nas discussões encetadas no Brasil.

#### 2.2.2 D. Pedro II e os debates em torno de um novo paradigma científico

Se um paradigma científico é um modelo amplamente reconhecido, que tem as prerrogativas do consenso e da exemplaridade, permitindo articular regras, preceitos, teorias e procedimentos metodológicos capazes de nortear não só a construção do conhecimento, mas também a visão de mundo de sujeitos sociais de uma determinada época, entendemos o período por nós estudado como um momento histórico de profundas discussões em torno dos cânones vigentes, seguidas da construção de novas formas de entender o mundo e de outras configurações de sociedade.

Na acepção que Thomas Khun confere aos paradigmas e revoluções científicas<sup>125</sup>, em boa medida unificando as noções de História e Ciência, e articulando o desenvolvimento desta, ou as rupturas que eventualmente ocorrem nos diversos campos do conhecimento, às mudanças que se sucedem na estrutura social, ou, ainda, às demandas inerentes às transformações sociais, compreendemos o período em que se passa, segundo a nossa tese, a inflexão na trajetória do imperador como tendo sido marcado, como vimos dizendo, por uma grande mudança de paradigma, ou revolução científica, dialeticamente, atrelada às revoluções políticas, sociais e econômicas que atravessaram o século XIX.

Nesta linha de argumentação, recuperamos também as reflexões de Pierre Bourdieu, nas quais sobressai a questão do político, trazendo consigo a representação que os agentes têm do mundo social e, inevitavelmente, o problema da legitimação do poder e/ou da dominação. Desta lógica, e porque as lutas políticas estão intrinsecamente ligadas à questão simbólica,

---

com Ranke e Theodor Mommsen (1817-1903), aos quais chamou de “historiadores de fama”, em Berlin, durante a sua primeira viagem ao exterior, em 1871.

<sup>125</sup> Cf. KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2011.

resultam esforços “na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 145). Assim, os dominantes optarão por estratégias de conservação dos capitais acumulados – a ortodoxia -, enquanto os indivíduos em posição dominada, em certos momentos de ruptura e transformação histórica, tendem a desacreditar e a subverter tais capitais – a heterodoxia -, assinalando, desta maneira, o espaço social como um espaço de conflitos, ou, no mínimo, de relações de forças<sup>126</sup>.

Neste sentido, o desenvolvimento da História, entendida como campo de conhecimento autônomo, concomitantemente aos processos de formação dos Estados-nação e o discurso sob a tutela do cientificismo fundamentariam a tese da identidade nacional, enquanto o capital cultural, no caso científico, seria um importante legitimador de projetos políticos, sobretudo na segunda metade do Oitocentos.

Em outros termos, a construção da História como subcampo científico, proveniente da academização do conhecimento histórico, a partir de 1848, do domínio de técnicas e linguagens específicas e, particularmente, da aplicação de uma metodologia, a partir de Ranke, visando diferenciar o trabalho historiográfico da literatura, mostrou como os historiadores, enquanto intelectuais, tiveram um papel-chave na consolidação da nova ordem política.

A partir do viés bourdieusiano (BOURDIEU, 1989), poderíamos chamar de relações de força entre a ortodoxia e a heterodoxia os embates que ocuparam as mentes e as penas de d. Pedro II, Alexandre Herculano, Francisco Adolfo de Varnhagen e Antonio Gonçalves Dias a respeito de *A Confederação dos Tamoios*. Esses intelectuais, incluído o imperador, apresentavam a discussão sobre as lutas de classificação, que visaram reiterar um tipo específico de escrita da História e uma produção com um tipo singular de narrativa e de representação do passado, com fortes reverberações no futuro – um futuro-passado. (KOSELLECK, 2006).

Pensando ainda sobre a delimitação dos campos de conhecimento, a polêmica nos mostra como a historiografia teria se firmado, paulatinamente, em oposição à literatura, e nos permite observar, ainda, que, no Brasil, a diferença entre o cronista e o historiador tornou-se clara no domínio da língua portuguesa desde a primeira metade do século XIX. Assim,

---

<sup>126</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Francisco Adolfo de Varnhagen teria sido a base a partir da qual a “história científica” foi construída, representando a transição entre a produção ilustrada e a acadêmica.

Reforçando a institucionalização da disciplina atrelada a questões estruturais, identificamos um grande fluxo de ideias que marca a passagem à modernidade, como os já citados movimentos de compilação de fontes, como a *Monumenta Germaniae Historica*, ou, no caso brasileiro, o périplo de Varnhagen por arquivos europeus, incumbido de copiar documentos importantes para a fundamentação da História do Brasil, cuja entidade custodiadora deveria ser o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

A partir da década de 1850, várias cartas entre d. Pedro II e Francisco Adolfo de Varnhagen apontam para a necessidade de o imperador conhecer outras províncias e até mesmo viajar ao exterior - para a importância de d. Pedro II conhecer e se fazer conhecer - e, particularmente, sobre a urgência do mapeamento do território e do conhecimento científico sobre as riquezas naturais país.

Paralelamente, a correspondência do imperador com Antônio Gonçalves Dias<sup>127</sup> que, como Varnhagen, recebera a missão de copiar nos arquivos europeus, especialmente na Torre do Tombo, em Lisboa, documentos relacionados à história do Brasil, possibilita o mapeamento do processo de escrita da identidade nacional: do mito fundador indigenista à visão etnocêntrica civilizadora.

Especificamente neste ponto, é interessante notarmos as posições tomadas por Varnhagen e Gonçalves Dias, quando indagados pelo imperador sobre o poema de Gonçalves de Magalhães. Em *Como se deve entender a nacionalidade na Historia do Brasil*, Varnhagen, por exemplo, teceu o seguinte comentário:

---

<sup>127</sup> Antônio Gonçalves Dias (1823-1864). Considerado um dos ícones do Romantismo no Brasil, como também da literatura nacional. Poeta, professor, desenvolveu ainda pesquisas etnográficas. Em 1854, seria nomeado oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Partiu para a Europa, com o objetivo de trabalhar na formação do Arquivo do Império. Iniciou os trabalhos nos arquivos portugueses no mesmo ano. Esteve no Palácio da Ajuda – Arquivo do Conselho Ultramarino (para o Brasil interessava especialmente a coleção de mapas); Torre do Tombo; Biblioteca de Évora; Biblioteca do Porto e Biblioteca da Academia Real das Ciências. Paralelamente, preparou relatórios sobre a instrução pública nos países europeus: Portugal (método Castilho), Espanha, Alemanha, Bélgica, Holanda. Fora nomeado chefe da seção de Etnografia da Comissão Científica de Exploração, encarregada de explorar as províncias do Norte. Em 1857, mandou imprimir seu *Dicionário-tupy* e, no ano seguinte, enviaria uma primeira remessa (ainda não encadernada) de documentos ao imperador.

Por ventura aspiramos nós a ser selvagens? Ou a render culto e vassalagem aos asquerosos sacrifícios da antropofagia? Só em tal caso se desculparia ao historiador o reabilitar tal estado. Com um dos nossos mais simpáticos Amigos e dos primeiros poetas que tem dado a América, diremos pois que parte da poesia brasileira “está nos índios”; - discordamos porém absolutamente em que neles esteja a nossa história; - história da civilização do atual Império; [...] Ora quando assim sucedia entre os pagãos, com mais razão nós nação cristã, devemos fazer proceder a nacionalidade nossa da civilização e do cristianismo, inoculados nesta terra por uma das nações mais heróicas da Europa de há três séculos e meio, cuja língua falamos [...], os próprios que adoram a selvageria, que, por fim de contas, ninguém pode sinceramente desejar ver de novo triunfante por mais que se adore a novidade. [...] Não, a nacionalidade brasileira atual e futura não é neta da antropofagia que a raça tupi havia trazido à nossa terra. – Disse. Francisco Adolpho Varnhagen<sup>128</sup>

Ao escrever sobre sua *Historia Geral do Brazil* (1854-1857), Varnhagen enfatizou sua extensa pesquisa em arquivos no Brasil e em vários países da Europa, ressaltando a leitura de ampla coleção de livros e documentos raros ou inéditos, compilados por catorze anos.<sup>129</sup>

Por isso, em carta ao imperador sobre a publicação de sua obra, Varnhagen declarou-se indignado com a indiferença com que o IHGB o tratou: “talvez só porque não adulo vilmente, como outros, certo perigoso brasileiro caboclo [...]”<sup>130</sup> Este desabafo, no nosso entendimento, evidencia a luta pela hegemonia do discurso no campo intelectual e científico no Brasil - na década de 1850, congregados no IHGB -, quanto à escrita da nacionalidade brasileira: uma disputa entre o discurso pautado na origem mítica, edênica, corrente na primeira geração após a Independência, e uma nova narrativa pautada em argumentos segundo o novo paradigma científico e amplamente embasado em documentos. Assim, acrescentaria na mesma carta:

<sup>128</sup> Excerto de documento do Arquivo da Casa Imperial do Brasil. II-POB - Maço 180 – Doc. 8222. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania. Texto publicado no Anuário do Museu Imperial, vol. 9, 1948, p. 229-236.

<sup>129</sup> Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde com grandeza de Porto Seguro (1816-1878). Militar, diplomata, historiador. Receberia a tarefa na década de 1840. Posteriormente, seria encarregado pelo Conselheiro Paulino José Soares de Souza, Ministro e Secretario d’Estado dos Negócios Estrangeiros, de apresentar e avaliar os documentos mais importantes (mapas) que pudessem ser utilizados no andamento das negociações sobre os limites do Império, que deveriam ser discutidos com pelo menos onze nações [corografia]. Estes documentos estavam na Secretaria de Estado [Ministério dos Negócios Estrangeiros]; no Arquivo Militar e no Arquivo Público, nas Bibliotecas do Instituto Histórico e da Corte, além de livros, folhetos ou periódicos. Documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil. II-POB - Maço 123 – Doc. 6158 e II-POB - M. 180 – Doc. 8222. Acervo Museu Imperial/Ibram/ Ministério da Cidadania.

<sup>130</sup> Trecho de carta de Varnhagen a d. Pedro II. Assinada e datada, Madri, 24/09/1856. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

Com o meu 2º volume será publicada uma folha de suplemento ao 1º, contudo não só algumas correções e adições importantes, originadas todas pela visita que V.M.I. consentiu que eu fizesse, o ano passado a Lisboa, a cuja Torre do Tombo me parece pequeno todo o tributo de reconhecimento que deve o Brasil, pelas inúmeras fontes históricas e documentos acerca do nosso país, que aí se conservaram, e sem as quais mal se houvera hoje organizado a Historia Primitiva do Império!<sup>131</sup>

A defesa de bases científicas para a escrita da história nacional ainda ajudaria a entendermos os argumentos que Varnhagen utilizou para criticar o poema de Magalhães:

Infelizmente está o poema mui longe de poder, no mais mínimo, aspirar às honras da epopeia nacional do século de Pedro 2º - Nem o assunto de tal confederação bestial é verdadeiramente épico [...] A par desta ausência de grandes dotes, ficam a perder de vista as incorreções ou descuidos [...]<sup>132</sup>

Já Gonçalves Dias, que havia substituído Varnhagen na incumbência de copiar documentos que tivessem interesse para a história do Brasil, visando à formação do Arquivo do Império, e de elaborar relatórios sobre a instrução pública nos países europeus, iniciara a pesquisa nos arquivos portugueses, em 1854, sobre a qual escreveu a d. Pedro II:

Pela minha parte, eu penso que se deveria colecionar absolutamente tudo quanto dissesse respeito ao Brasil, por que, trata-se do seu Arquivo, e convém que ele possua o que pode interessar. Lembra-me que voltando de minha comissão as Províncias do norte, tive a honra de dirigir-me a Vossa Majestade, ponderando o estado miserável dos nossos arquivos provinciais, e calculando que o trabalho de os refazer e completar em Portugal, poderia importar em oitenta contos da nossa moeda.<sup>133</sup>

[...] pretendo remeter o que colecionei em Évora, Tombo, Consº Ultramarino e B. da Academia Real das Ciências: deve isso andar por perto de 50 volumes; dos quais 20 estão prontos para o embarque, e não vão agora porque quero ver se podem ir todos de uma vez; e para que o Sr. Lisboa os veja, no caso de que chegue neste intervalo.<sup>134</sup>

---

<sup>131</sup> *Ibidem*

<sup>132</sup> II-POB-Maço 123 – Doc. 6158. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>133</sup> I POB – Maço 123 - Doc. 6136. Trecho de carta de Antonio Gonçalves Dias a d. Pedro II. Assinada e datada, Paris, 07/01/1856. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>134</sup> I POB – Maço 123 - Doc. 6136. Trecho de carta de Antonio Gonçalves Dias a d. Pedro II. Assinada e datada, Lisboa, 13/09/1856. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

A despeito deste trabalho, Gonçalves Dias não deixou de ser indagado pelo imperador sobre o poema de Magalhães. Observamos na resposta uma análise que cobra pelo conhecimento do povo e da cultura indígenas, a fim de evitar afirmações anacrônicas, ou distorcidas:

Uma índia alimenta dois filhos, e isto não causa novidade aos selvagens, outro conta os anos pelos cachos dos coqueiros, e não pela frutificação do caju, e como isto muita cousa, de muito pouca importância, sem duvida, **mas necessária para se fazer a quem quer que seja, sentir, pensar, viver e falar nas condições da sua existência própria.**<sup>135</sup> (grifos nossos)

Segundo Kaori Kodama (2007, p. 6), que estudou a relação de Gonçalves Dias com a etnografia do IHGB, “Sua crença na possibilidade de identificação com este sentimento nacional a partir do elemento indígena iria se traduzir no seu interesse pelos estudos etnográficos”. Esta tese pode ser corroborada pela carta de Gonçalves Dias ao imperador, quando se evidencia o rompimento com a perspectiva do índio idealizado e começa a sobressair a ótica científica, pautada nos estudos antropológicos, na etnografia e na acuidade das informações sobre os povos indígenas. O índio de sua poesia seria, então, assim como o proposto por Herculano, criado a partir de bases científicas, e não de construções míticas.

Ainda que houvesse discordância entre Varnhagen e Gonçalves Dias a respeito da origem da nacionalidade brasileira, já que aquele a tributava aos europeus, aos portugueses, enquanto este buscava os fundamentos verdadeiramente indígenas da formação da nação, ambos, assim como Herculano, estavam preocupados com o caráter científico que deveria pautar a produção de conhecimento e, conseqüentemente, os seus trabalhos.

Em outros termos, Varnhagen e Herculano dedicavam-se à escrita da História, nos moldes historicistas, enquanto Gonçalves Dias flertava com a nascente Antropologia, defendendo a importância dos estudos etnográficos. Porém, unia a todos o fato de estarem envolvidos com a configuração de novas bases epistêmicas na segunda metade do Oitocentos.

Contudo, naquele ano de 1856, d. Pedro II já havia defendido Gonçalves de Magalhães dos ataques que sofrera da parte de José de Alencar<sup>136</sup> que, sob o pseudônimo de Ig, publicou

---

<sup>135</sup> Ibidem

<sup>136</sup> José Martiniano de Alencar (1829-1877). Intelectual, jornalista, romancista e político, tornou-se um dos grandes nomes da Literatura Brasileira. Ganhou notoriedade justamente em 1856, quando, sob o pseudônimo de

oito cartas no *Diário do Rio de Janeiro*, contestando os méritos literários da obra e o próprio gênero - o poema heróico - no qual se baseava.<sup>137</sup>

Como é sabido, o imperador não hesitaria em se interpor nesta querela, e respondeu a Alencar, em edições do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, publicadas em agosto de 1856, intitulado-se “Um outro amigo do poeta”, e sustentando a importância da epopeia não só para a Literatura nacional, mas para a própria constituição da identidade nacional brasileira.<sup>138</sup>

Conforme analisou Antônio Cândido (1971, p. 362-363), não fora fortuita a participação de d. Pedro II nesta polêmica, considerada a mais importante do Romantismo no Brasil<sup>139</sup>. Afinal, a obra, encomendada pelo imperador e produzida sob o seu patrocínio, estava intimamente ligada à literatura oficial. Segundo Cândido, além do ineditismo do fato de um monarca tomar a pena e entrar publicamente em uma polêmica literária, chama igualmente a atenção o nível da defesa escrita por d. Pedro II, que em nada teria ficado devendo às outras, estando a par com a crítica literária de seu tempo.

Anteriormente, em edição de 15 de junho de 1856, o mesmo *Jornal do Commercio* já havia trazido a seguinte nota, destacando o apoio do imperador a Magalhães, mas também revelando um debate latente, que não tardaria a tomar conta dos interesses de d. Pedro II:

O Imperador, manifestando assim o apreço que faz da importante obra do nosso ilustre vate, exhibe um novo e público testemunho do amor que tributa, e da proteção com que acoroçoa as letras, abre espaço aos vôos do gênio e inspira os poetas nacionais, **que triunfarão do positivismo enregelador da época**, abrasados pelo fogo vivificador que brilha luminoso na coroa imperial. (grifo nosso)

---

ig, publicou duras críticas à epopeia *A Confederação dos Tamoios* e ao gênero literário escolhido por seu autor, Gonçalves de Magalhães. Cf. ALENCAR, José de. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoyos*. Rio de Janeiro : Empreza Typographia Nacional do Diario, 1856. 96p.

<sup>137</sup> Cf. PEREIRA, Patrícia Regina Cavaleiro. “*Há muito tempo que não te escrevo...*”: reunião da correspondência alencariana (edição anotada). Dissertação (Mestrado). Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. 430p.

<sup>138</sup> Cf. edições do *Jornal do Commercio*, publicadas nos dias 12, 15, 21 e 24 de agosto de 1856. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>139</sup> Envolveram-se ainda na polêmica Manuel de Araújo Porto-Alegre e o frei franciscano Francisco de Monte Alverne.

Mas o que seria o “positivismo enregelador da época”?

O esquecimento de que fora vítima Gonçalves de Magalhães, notado pelos articulistas da *Revista Illustrada*<sup>140</sup>, por ocasião da sua morte, em 1882, pode ser um sinal das transformações que afetariam as ideias nos anos que se seguiram à publicação de *A Confederação dos Tamoios*, cujo autor é considerado não só um dos precursores do Romantismo no Brasil, como também um dos fundadores da literatura nacional.

Magalhães havia sido encarregado dos Negócios Estrangeiros em Turim, Nápoles, Viena, São Petersburgo, Madri, Buenos Aires, Washington, Paraguai e, finalmente, em Roma, junto a Santa Sé, onde veio a falecer. Como seus pares, Varnhagen, por exemplo, aliou as atividades diplomáticas ao perfil de intelectual. Antes, porém, havia sido deputado à Assembleia Geral e professor do Colégio Pedro II. Formado em Medicina, frequentou aulas no *Collège de France*, mas não teria incorporado aos seus trabalhos a mudança de paradigma que então afetava os diversos campos do conhecimento, o que talvez explique o ostracismo evidenciado no resumido obituário publicado na *Revista Illustrada*.

Conforme apontou Kodama (2005a), Gonçalves de Magalhães teria permanecido fiel aos preceitos da primeira metade do XIX, atado a uma perspectiva filosófica e humanista e, de certa forma, arraigado ao discurso religioso, exatamente quando se dava a reação contra o clero ultramontano. Por outro lado, manteve-se devotado às bases ideológicas que possibilitaram a consolidação do Império no Brasil, e combateu com veemência o que considerava a luta do espiritualismo contra todo tipo de materialismo, representado pelas novas vogas científicas, pelo positivismo e pelo darwinismo.

Como chave de leitura desses posicionamentos, recorremos a Koselleck (2006), que propõe a problemática da transformação da estrutura temporal e da especificidade do início dos tempos modernos – sem nos esquecermos da polissemia do conceito de modernidade, a que alude Koselleck -, a partir da concepção de futuro que as gerações passadas delinearam, percebendo como havia se completado a separação entre os argumentos religiosos e míticos e a política, a partir de então, fundamentada nos ideais iluministas da razão humana.

A este processo descrito por Koselleck, Max Weber denominou desencantamento do mundo, ou seja, a dessacralização de todas as esferas da vida social, o rompimento com as

---

<sup>140</sup> Cf. *Revista Illustrada*, edições n. 307, de 1882, e n. 338, de 1883, por exemplo, que tratam sobre a morte do visconde de Araguaia, em Roma, e o traslado dos seus restos mortais para o Brasil.

construções míticas e escatológicas e a busca de uma racionalidade, paradoxalmente, possibilitada em boa medida pelo calvinismo, semente do ascetismo laico.

Assim Koselleck indaga: “que consequência essa nova hierarquia entre religião e política teve para formar a experiência moderna do tempo? Que tipo de deslocamento do futuro esse processo ajudou a formar?” (KOSELLECK, 2006, p. 27) Se o futuro não é mais o apocalipse, se o desencantamento do mundo solapou toda uma teleologia baseada na expectativa de uma batalha final, Koselleck visa explicar como no alvorecer da era moderna foram construídos novos prognósticos para o futuro, enfim, outro horizonte de expectativa.

Para Koselleck, neste cenário, uma das respostas foi o advento da filosofia da história, que teria inaugurado, “por meio de um futuro inédito”, a modernidade. A consciência de tempo e de futuro nutriu-se simultaneamente de política e profecia, porém, a partir de então, de uma profecia laica, caracterizando definitivamente a dissolução do mundo antigo.

E como esse novo paradigma teria influenciado a trajetória de d. Pedro II? Neste trabalho, objetivamos mostrar que, diferentemente de Gonçalves de Magalhães, o imperador gradativamente foi se afastando do ideário construído nas primeiras décadas do seu governo e, ao se aproximar de uma nova rede de sociabilidades, que lhe possibilitou tomar parte nos debates que conformariam um novo paradigma, acabou por, a partir da década de 1870, aproximar-se da nova geração de jovens intelectuais, cujas ideias se tornariam hegemônicas no final do Oitocentos.

Esta inflexão na trajetória foi possível, porque o século XIX fora marcado pela peculiaridade de ter proporcionado aos sujeitos sociais que nele nasceram e viveram a possibilidade de experimentar não só profundas e radicais, mas também diferentes, transformações estruturais. Se, grosso modo, as primeiras décadas foram marcadas pelas consequências da dupla revolução – Francesa e Industrial -, como assinalou Hobsbawm (2001), pela transição do Absolutismo ao Liberalismo, ou, nas esferas que nos interessam salientar neste trabalho, pela passagem de uma forma de produção e circulação de conhecimento a outra, a partir da década de 1850, é possível perceber, como temos sublinhado, outra guinada, que culminaria com o largo escopo de novas ideias que sacudiriam o último quartel do século.

Nessa perspectiva, podemos inferir que d. Pedro II teve sua trajetória alterada à medida que a estrutura social, ela mesma, passava por contundentes transformações. E, mais

uma vez, a sua documentação privada nos fornece indícios a esse respeito. Por exemplo, na década de 1850, entre saudações, petições, relatórios e comunicados referentes à administração do Império, notamos avultarem os documentos sobre questões científicas, o que, sem dúvida se amplia nas décadas seguintes.

Observamos, contudo, tratar-se de uma fase ainda de transição, onde o *ethos* aristocrático, marcado não só pelos protocolos da sociedade de corte, mas, sobretudo, pelas relações sociais baseadas nas afinidades, calcadas na pessoalidade, ainda estão latentes e confundem-se com outras ações sociais que, naquele momento, visavam a uma maior racionalização e impessoalidade nas relações sociais.

Para o imperador, a década de 1850 seria marcada pela consolidação política, a que já aludimos, cujo exemplo máximo foi o Gabinete da Conciliação (1853-1857), e, no plano pessoal, como atestam todos os seus biógrafos, pelo natural amadurecimento. Mas também pelo projeto que se tornaria um dos seus focos e, de certa forma, o acompanharia por toda a sua vida: a preparação das filhas para o governo do país. Conforme mostrou Jaqueline de Aguiar, no projeto educacional das princesas Isabel (1846-1921) e Leopoldina (1847-1871), foi de extrema relevância o lugar de d. Pedro II, destacando-se como o pai-mestre (AGUIAR, 2015).

Assim, ressaltamos a importância da ideia de *passeur culturel* para que sejam percebidos os agenciamentos de d. Pedro II visando à educação formal das princesas. A noção de intelectual mediador (GOMES; HANSEN, 2016) se presta à compreensão do empenho do imperador, que era o mestre primordial das princesas, dedicando-se a uma efetiva participação na escolha dos professores, na elaboração do currículo e na ministração de aulas, que deveriam estar de acordo com a educação que ele mesmo havia recebido e que era dada aos príncipes de forma geral.

Consideramos salutar aludirmos a esse empreendimento, porque ele também nos descortina os objetivos que d. Pedro II traçava para o ensino e o aprendizado das ciências e de outras técnicas e conhecimentos próprios desse contexto de passagem à modernidade, aos quais o monarca fez questão que suas filhas tivessem acesso e que fizessem parte da formação das princesas.

D. Pedro II, conforme pudemos observar ao realizarmos um levantamento dos dados biográficos dos professores de suas filhas<sup>141</sup>, não visava para as princesas apenas a formação dada comumente às mulheres, nem que figurassem somente como donas de uma erudição que as permitisse circular com desenvoltura nos salões de baile do Segundo Reinado. Sobrepondo-se aos códigos sociais vigentes, pensou para Isabel e Leopoldina uma educação alicerçada em conhecimentos considerados úteis ao desenvolvimento do país, e que estivessem diretamente relacionados às conquistas materiais e aos aspectos da cultura científica na transição da primeira para a segunda metade do Oitocentos.

A suas filhas, d. Pedro II proporcionou o acesso ao aprendizado de Matemática, Química, Física, Astronomia, Geologia, Mineralogia, além do estudo de Letras e idiomas estrangeiros, Literatura, Filosofia, Geografia e História. Contratou também Revert Henri Klumb e Marc Ferrez, que nos anos 1870 integraria a Comissão Geológica do Império<sup>142</sup>, para lhes ensinar a técnica da fotografia, o que lhes exigia consideráveis conhecimentos de Química, muitas vezes ministrados pelo próprio monarca.

Como era de se esperar, notamos que, além do próprio imperador e da condessa de Barral, preceptora das princesas, havia entre os mestres elencados por Jaqueline de Aguiar (2015) os mais eminentes profissionais de cada área do conhecimento, muitos deles ligados a importantes instituições de ensino e pesquisa, como o Imperial Colégio de Pedro II, o IHGB e o Museu Nacional.

Contanto que se deva reparar que, no começo dos anos 1850, quando a educação formal das princesas Isabel e Leopoldina teve início<sup>143</sup>, ainda prevalecia na ótica do imperador uma visão científica predominantemente ligada às ideias iluministas, ou fisiocratas, como revela a documentação referente a questões agrícolas, a projetos de colonização, ou sobre a introdução de outras culturas de plantas, por exemplo, esta também foi a década onde

---

<sup>141</sup> Referimo-nos à pesquisa realizada para a elaboração da resenha do livro da historiadora Jaqueline de Aguiar, a que intitulamos “A formação das Princesas e a problemática do lugar: entre o público e o privado, o desafio de mulheres educadas para governar”, que integrará o livro *Alegrias e Tristezas*, organizado pelos historiadores Bruno Antunes de Cerqueira e Maria de Fátima Moraes Argon. No prelo. Cf. Aguiar, Jaqueline Vieira de. *Princesas Isabel e Leopoldina: mulheres educadas para governar*. 1. ed. Curitiba: Apris, 2015.

<sup>142</sup> Comissão Geológica e Geográfica do Império, dirigida por Charles Frederick Hartt (1840 - 1878).

<sup>143</sup> Conforme demonstrou Jaqueline de Aguiar, a educação formal das filhas de d. Pedro II se deu entre 1856, quando a condessa de Barral assumiu a preceptoria, e 1864, ano em que ambas se casaram. Contudo, a leitura das cartas trocadas entre d. Pedro II e d. Isabel nos permite perceber que, de fato, a preocupação com a formação da filha foi constante e verificou-se até os últimos dias da vida do ex-monarca.

houve eventos significativos que, de certa forma, contribuiriam para as mudanças nas tomadas de decisão de d. Pedro II.

No que tem interesse direto para o nosso trabalho, o período seria marcado por, além da edição de *A Confederação dos Tamoios* e de *História Geral do Brasil*, pela publicação das obras *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, de autoria de Joseph Arthur de Gobineau, em 1853, e *A Origem das Espécies*<sup>144</sup>, de Charles Darwin, em 1859, além da fundação da Sociedade de Antropologia de Paris, por Paul Broca, no mesmo ano.

No Brasil, o final da década seria coroado pelas discussões em torno da *Comissão Científica* que deveria fazer o reconhecimento corográfico das províncias do Norte do Império, ao mesmo tempo em que o imperador se preparava para partir em sua segunda grande viagem pelo Brasil.

Estavam assim, colocadas as premissas de um novo modo de se posicionar, entender o mundo e governar, do qual não se isentaria a década seguinte, conforme recentemente mostrou José Murilo de Carvalho (2018), mas que floresceria, sem dúvida, a partir dos anos 1870.

Figura 12: Aquarela representando o cenário da ópera ballo *Il Guarany. Campo degli Aimoré*.

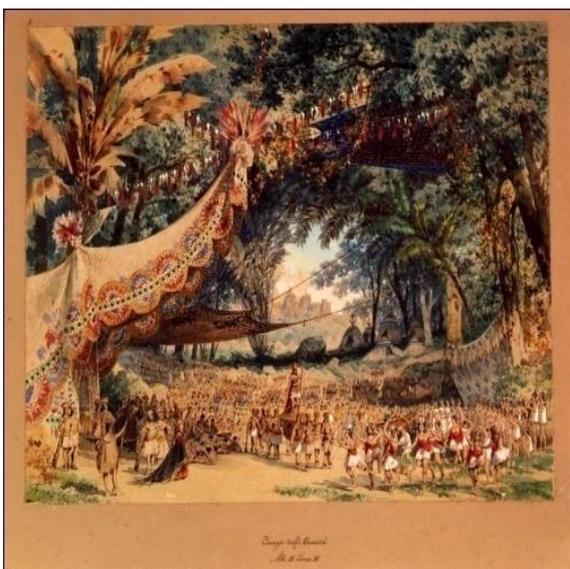


Figura 13: Desenho de autoria de d. Pedro II. 1860.



Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.

<sup>144</sup> Títulos originais, respectivamente, *Essai sur l'inégalité des races humaines* e *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*.

Como ilustram as imagens acima, o indígena representado para o cenário da ópera de autoria de Carlos Gomes<sup>145</sup>, já na década de 1870, cuja indumentária lembra a de homens da Antiguidade Ocidental, não se coadunaria mais com aquele representado por d. Pedro II nos desenhos que registraram o seu encontro com os índios puris e botocudos, na Província do Espírito Santo. Os esboços etnográficos já faziam parte de outro cenário, calcado em cientificidade, do qual o imperador não tardaria a se aproximar definitivamente.

### **2.3 A segunda grande viagem do imperador pelo Brasil: conhecimentos, reconhecimentos e estranhamentos**

Nas províncias do Norte tive ocasião de confirmar-me  
na necessidade de V.M.I. as visitar quanto antes [...]

*Francisco Adolfo de Varnhagen*<sup>146</sup>

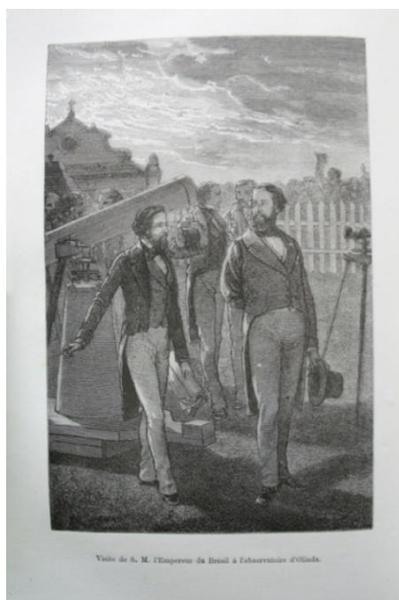
O período de discussões acirradas em diversos campos do conhecimento é fechado com a segunda grande viagem de d. Pedro II pelo Brasil, entre 1859 e 1860, quando visitou as províncias do Norte. O périplo, anunciado na Fala do Trono, no encerramento da Assembleia Geral, em 11 de setembro de 1859, começaria a bordo do navio Apa, fretado à Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, e duraria pouco mais de quatro meses, exatamente de 1 de outubro de 1859 até 11 de fevereiro de 1860.

---

<sup>145</sup> Antonio Carlos Gomes (1836-1896). Compositor de óperas. Foi condecorado por d. Pedro II com a Ordem da Rosa. O imperador custearia os seus estudos na Europa, com proventos de sua própria dotação, como também faria com outros artistas. Alcançou o apogeu artístico com a apresentação da ópera de sua autoria, *Il Garany*, no Teatro alla Scala de Milão, na Itália, em 1870. A figura 11, que serve de ilustração a esta dissertação, é a reprodução de uma das aquarelas pintadas por Carlo Ferrario, cenógrafo do Teatro alla Scala, para o cenário da referida ópera. O maestro foi também autor de outras obras de envergadura, entre elas, a composição do *Hino ao Centenário da Independência dos Estados Unidos*, composto em 1876, sob a encomenda de d. Pedro II, que o ofereceu ao presidente norte-americano Ulysses Grant, por ocasião da sua visita àquele país no mesmo ano. Manteve-se próximo e fiel a d. Pedro II, mesmo após o advento da República.

<sup>146</sup> POB-Maço 118 – Doc. 5869. Trecho de carta de Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro (1816-1878), a d. Pedro II. Assinada e datada de Madri, 01/02/1852. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

Figura 14: LIAIS, Emmanuel. *L'Espace Celeste ou Description de l'Univers*. “Visita do Imperador ao Observatório de Olinda”. Uma das ilustrações do referido livro, copiada de exemplar que pertenceu ao imperador d. Pedro II.



Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.

A viagem, descrita pelo imperador em cinco diários,<sup>147</sup> representa não só o cumprimento de um anseio de interiorização do Império, como afirmou d. Pedro II ao dirigir-se aos parlamentares, justificando-a pela necessidade de conhecer as províncias ao norte do Rio de Janeiro a fim de melhor canalizar os esforços que visavam a constantes melhoramentos, mas também o encontro do monarca com um país, cuja realidade se diferenciava grandemente daquela vivida na Corte.

Em diversas anotações do imperador é possível depreender o seu estranhamento, no sentido antropológico, com relação a um tipo de súdito com o qual não estava acostumado. Por isso, um dos pontos mais significativos dos documentos sobre esta viagem é o caráter etnográfico dos relatos de d. Pedro II, anotados em suas cadernetas.

Além das descrições minuciosas, o imperador registraria suas impressões utilizando-se de desenhos como parte integrante das anotações. A produção iconográfica, neste sentido, não só aprimorou a experiência da viagem, como também nos possibilita o estudo das

<sup>147</sup> Cf. volumes 2, 3, 4, 5 e 6 dos diários. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

representações criadas a partir de um determinado *ethos* cultural e social e a reflexão sobre o encontro com culturas diferentes.

O que nos chama atenção neste ponto é o fato de que a narrativa do viajante sobre a população e a paisagem brasileiras não era mais a do estrangeiro, mas a percepção de um brasileiro e, mais que isso, o olhar do próprio imperador fixado em relatos e croquis que se aproximam daqueles produzidos pelos cronistas que haviam percorrido o país na primeira metade do século XIX. É remarcável, neste sentido, as comparações que d. Pedro II fez entre o que via e o que havia descrito Saint-Hilaire sobre a sua travessia pelo Espírito Santo e o Rio Doce<sup>148</sup>.

Sublinhamos, já na passagem pela Bahia, primeira escala do roteiro, notas de caráter etnográfico entrelaçadas com comentários político-administrativos. Porém, ainda se destacariam as muitas referências à adesão e ao reconhecimento da Independência do Brasil nesta província, em julho de 1823. Mesmo que passados 36 anos do fim das lutas, o assunto ainda seria recorrente nas reflexões do imperador, como demonstram os trechos a seguir, nos quais os eventos, mas também os aspectos físicos da paisagem, são detalhados pormenorizadamente:

O ataque dos lusitanos, que aí teve lugar no dia 8 de novembro de 1822, foi revestido de circunstâncias singulares, que me contou o Cajaíba. A vitória dos brasileiros deve-se a um corneta trãnsfuga português que descompunha, por meio dos toques, o exército lusitano, e neste dia, tocando a retirar, fez com que avançassem os lusitanos para debandarem para o lado do Campo do Cabrito e da Cidade, logo que ouviram os vivas dados a meu pai, pelo major de Pernambuco Santiago; os tiros de uma pequena peça assestada ao lado direito da igreja, para quem segue para o Cabrito, e o toque de degola da cavalaria que deu o tal corneta, quando apenas havia 300 brasileiros sobre que se dirigiam quatro colunas lusitanas, tendo por todos 4 mil homens, uma da parte da cidade, outra do lado do Cabrito, outra de Itapoã e outra em direção à praia próxima, que chegou ao desembarque, quando as outras já se debandavam.<sup>149</sup>

Além disso, como faria ao visitar pela primeira vez Portugal, mais de uma década depois da segunda grande viagem pelo Brasil, d. Pedro II, especialmente na Bahia, se preocupou em aprofundar o conhecimento a respeito dos fatos que envolviam o seu pai.

<sup>148</sup> Cf. SAINT-HILAIRE, Augustin François Cesar Prouvençal de. *Segunda viagem ao interior do Brasil: Espírito Santo*. Tradução de Carlos Madeira. São Paulo: Editora Nacional, 1936. 245 p. (Brasiliãna - vol. 72). Auguste Saint-Hilaire (1779-1853). Botânico e naturalista francês. Esteve entre os primeiros naturalistas a viajar pelo Brasil na primeira metade do século XIX, figurando entre os principais cronistas desse período.

<sup>149</sup> Diário de d. Pedro II, volume 2 (09/10/1859). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

Entre visitas a hospitais, bibliotecas e escolas, intercalando conversas com políticos, militares, professores e clérigos, buscava também saber mais sobre aqueles que lutaram ao lado de d. Pedro I, mostrando a constante preocupação com a memória paterna e com a história nacional.

Porém, as cinco cadernetas ainda revelam, no nosso entendimento, um monarca sedento por ver, ouvir e estabelecer contato com a população do Império que governava. As descrições desses encontros são densas e, por isso, têm reconhecido valor etnográfico<sup>150</sup>, já que constituem importantes registros da cultura material e imaterial do Brasil de meados do Oitocentos.

Paralelamente, as notas do imperador que corria para tudo observar atentamente também não deixam de ter um tom jocoso que, na verdade, reflete o choque cultural, como evidenciado na passagem abaixo sobre a sua estada em Piranhas, na Província de Alagoas.

Na fazenda dos Olhos d'Água fiquei mal acomodado na senzala – nome que convém à casa que aí há – mas sempre arranjei cama em lugar de rede e dormiria bem, apesar das pulgas, cujas mordeduras só senti no outro dia de manhã, se não fosse o calor, e a falta de água que é péssima aí, **tardando a de Vichi**, que vinha na bagagem pela falta de condução. (grifo nosso)<sup>151</sup>

Após passar por várias povoações e vilas, d. Pedro II visitou a Cachoeira de Paulo Afonso, sempre demonstrando preocupação com questões ligadas ao Rio São Francisco, como a sua navegabilidade. Próximo à divisa de Alagoas e Sergipe, ressaltou também o seu deslumbramento com a paisagem típica do sertão, que aos poucos começava a fazer sentido para ele. Regressou a Salvador, prosseguindo para Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe, novamente, de onde partiu para a Província do Espírito Santo, parada da viagem, antes de retornar ao Rio de Janeiro.

A viagem de 1859-1860, assim como outras temáticas relacionadas às excursões de d. Pedro II, foi estudada e relatada por diversos autores<sup>152</sup>, portanto não pretendemos focar

---

<sup>150</sup> Os diários da segunda grande viagem de d. Pedro II pelo Brasil integram o conjunto documental nominado no MOW-UNESCO, título equivalente ao de Patrimônio da Humanidade, em 2013.

<sup>151</sup> Diário de d. Pedro II, volume 2 (18/10/1859). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

<sup>152</sup> Cf. FONTES, Arivaldo. Viagem imperial à província de Sergipe. In: *R.IHGB*, n. 396, p.871-874, 1997; FREIRE, Felisberto Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977; GALVÃO, Manuel da Cunha. *Viagem imperial à província de Sergipe, ou narração*

nos seus meandros. Interessa-nos particularmente a estadia de d. Pedro II no Espírito Santo, sobretudo o seu encontro com remanescentes indígenas, porque, no nosso entendimento, representa mais um aspecto da inflexão que se daria na trajetória do imperador a partir de então.

Todavia, por sua acuidade, buscamos neste trabalho, além dos diários, nos ater às contribuições de Levy Rocha (2008) que, em 1960 publicou pelo IHGB, em comemoração ao centenário da viagem, a primeira edição do seu livro, resultado da pesquisa sobre a passagem do imperador pelo Espírito Santo, compilando trechos dos diários, correspondências e textos dos periódicos que cobriram a viagem imperial, aliando-os à sua investigação histórica em diversos arquivos<sup>153</sup>.

D. Pedro II desembarcou no porto de Vitória no dia 26 de janeiro de 1860, e percorreu por quinze dias, a cavalo, ou a pé, de barco ou em canoa, várias localidades da província. Visitou as colônias Santa Isabel e Santa Leopoldina, que eram projetos de colonização caros a ele, acompanhado de Luís Pedreira do Couto Ferraz<sup>154</sup>, um dos seus mais chegados amigos, e integrante da comitiva imperial como viador. Ambas as colônias estavam diretamente ligadas a Couto Ferraz, que havia criado a primeira quando foi presidente da província, na década de 1840, e a segunda, já em 1855, na época em que ocupava a pasta do Império.

Conforme depreendemos da leitura da documentação de caráter pessoal de d. Pedro II, a temática da colonização e da substituição da mão de obra escrava por colonos estrangeiros, favorecendo as políticas de imigração, já se encontravam na pauta dos despachos governamentais desde a década de 1840. As colônias capixabas, criadas nesse

---

*dos preparativos, festejos e felicitações que tiveram lugar por ocasião da visita que fizeram à mesma província suas majestades imperiais, em janeiro de 1860.* Salvador: Typographia do Diário, 1860.; GOUVÊA, Fernando da Cruz. *O imperador itinerante.* Recife: SEEC, 1978.; ROCHA, Levy. *Viagem de d. Pedro II ao Espírito Santo.* R.IHGB, n. 246, p.3-164, 1960.; SOUZA, Bernardo Xavier Pinto de. *Memórias da viagem de SS. Magestades Imperiaes às províncias da Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo.* Rio de Janeiro: Typ. E Livraria de B. X. Pinto de Sousa, 1861.

<sup>153</sup> Obra integrada ao n. 246 da R.IHGB, comemorativa ao centenário da viagem de d. Pedro II às províncias do Norte do Brasil.

<sup>154</sup> Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro (1818-1886). Um dos mais próximos amigos e interlocutores privilegiados de d. Pedro II. Membro do Conselho de Estado. Foi presidente das províncias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro; ministro na pasta dos Negócios do Império entre 1853 e 1857 (Gabinete da Conciliação). Deputado em várias legislaturas e senador do Império, a partir de 1867. Recebeu o título de Barão em 1867 e o de Visconde com grandeza em 1872. Sobre a relação entre d. Pedro II e o visconde do Bom Retiro ver BEDIAGA, Begonha. Discreto personagem do império brasileiro: Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro (1818-1886). In: *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 381-405, maio/ago. 2017 | [www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org). Acesso em 29 Jan. 2019.

período, estão entre as experiências pioneiras no Segundo Reinado e, apesar de não terem alcançado os resultados esperados pelo governo, representam um traço importante das políticas públicas e das ações políticas que seriam intensificadas nas décadas seguintes.

No geral, essas colônias geravam também o acirramento das disputas territoriais com as populações nativas, no caso do Espírito Santo, com os índios puris e botocudos, que tinham, quando não dizimados, sofrido um longo processo que visava à aculturação. No entanto, é importante sublinhar que os índios com os quais o imperador se encontrou eram representantes de uma parcela da população indígena que tinha passado pelos programas de cristianização, mas havia conseguido manter relativamente as suas expressões culturais.

Em carta à filha, Isabel, o imperador contou que visitaria a região do Rio Doce, e se dizia aliviado por saber que os índios que veria, embora tidos como “curiosidades”, não lhe ofereciam riscos, como os “caetés do Bispo Sardinha.”<sup>155</sup> O excerto nos permite reparar o paradoxo que permeava as ideias da intelectualidade na década de 1850. O imperador que defendera a epopeia de Gonçalves de Magalhães, que em última instância atribuía aos índios as origens da nacionalidade brasileira, viu-se em sua passagem pelo Espírito Santo diante de remanescentes indígenas que, a partir de múltiplas estratégias de sobrevivência, conseguiam preservar em boa medida a sua identidade étnica, desconstruindo a noção de amálgama cultural formador da nação.

Por outro lado, a realidade espírito-santense também indicava a permanência de conflitos com os indígenas. Isto posto, não tardaria, como intentamos mostrar, para que o monarca buscasse, para além do ideário do Romantismo, explicações para as ações políticas pautadas no novo paradigma científico e em outros campos de conhecimento, que então se configuravam, a fim de justificar as lutas que não tinham ficado somente nos tempos coloniais, mas que ainda representavam desafios para o seu governo e para o Império.

O primeiro contato entre o d. Pedro II e os indígenas se deu com egressos do Aldeamento Imperial Afonsino, estabelecido em 1845. Após visitar repartições públicas, o imperador recebeu vinte e quatro índios puris, da região do Vale do Rio Doce, ocasião em

---

<sup>155</sup> AGP XXXIX – 1-2. Trecho da correspondência ativa de d. Pedro II com a princesa Isabel. Carta datada e assinada, Vitória, 27/01/1860. Arquivo Grão Pará. O imperador referia-se nesta passagem a Dom Pero Fernandes Sardinha, Bispo em Salvador, capturado e morto por índios caetés, antropófagos, quando a embarcação em que viajava para Lisboa naufragou na altura de Alagoas, no século XVI.

que elaborou um vocabulário da língua indígena - um registro raro desta língua -, traduzindo palavras do Tupi para o Português, e indagou sobre os seus costumes<sup>156</sup>.

Na semana seguinte, d. Pedro II se avistaria com índios mutuns, remanescentes botocudos. O relato sobre esse encontro é uma fonte relevante para refletirmos sobre a noção civilizatória e etnocêntrica, que a nascente antropologia trazia em seu discurso, e que não escapou às reflexões e ao lápis do imperador:

Apareceram os botocudos alguns com beijo e orelhas furadas, e uma velha com um tremendo batoque no beijo e outra de menos idade com batoques no beijo e nas orelhas. [...]

O chefe dos índios chamava-se Kenknám de 30 anos talvez; não quer dizer nada esse nome, como muitos dos deles. Tem ar muito sério. Os índios que se apresentaram são mutuns menos 2 do Sul, um deles rapazinho excelente atirador. Falam muito, riem e querem sempre comer. **Os do Sul são em geral mais bonitos, havendo 2 índias de olhos azuis muito belas e claras e de cabelo ruivo;** uma delas mulher do capitão Francisco.

Não quiseram vir com medo por causa do tiro dado num em Cueté. Os índios mostraram sentir muito o calor, mesmo dentro de casa, **se não, era preguiça** porque está muito suportável. Um velho deitou-se debaixo do canapé onde eu estava assentado.

Dançam em círculo passando os braços por cima dos pescoços dos vizinhos com diversas cantigas em toadas mais ou menos monótonas que um começa; não têm instrumento de música. Festejam assim diversos sucessos, sobretudo caçada, cujas peripécias referem nas cantigas; os Purus também dançam em círculo. Os meninos dançam à parte. Os índios assobiam muito.

Uma mulher dançava com o filho nas costas o qual suspendem pelas nádegas por uma embira que prende na cabeça. Algumas das toadas não me desagradaram e soltam às vezes seu grito ou assobio. As mulheres quando nuas dão um jeito às coxas que cobrem inteiramente as partes genitais, segundo disse o RI. Pa de Carvalho.

A rapariga tinha os mamilos demasiadamente grossos. Havia um velho chamado Nahén muito rabugento. [...]

Hén é o bicho de caramujo.

Os homens têm apenas buço mais ou menos longo. Ficaram muito contentes com os chapéus, e fumo, sobretudo, com o qual, bebendo água passam 3 dias sem comer, que se lhes distribuíram de minha parte e em minha presença.

---

<sup>156</sup> Diário de d. Pedro II, volume 5 (27/01/1860). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

Juparanã não sabem o que quer dizer, e Jum é pular na água. Segundo St. Hilaire na língua geral Ju - espinho.<sup>157</sup> (grifos nossos)

### 2.3.1 Práticas etnográficas, esboços antropológicos

É importante salientarmos que, no Brasil, no início da década de 1850 o campo historiográfico abarcava também os debates etnográficos. No IHGB, a Seção de Arqueologia e Etnografia Indígena teve sua criação aprovada em 1847, mas foi reconhecida somente em 1851. No Museu Nacional, o setor de arqueologia e etnografia seria oficializado bem mais tarde, a partir da reforma conduzida pelo então diretor Ladislau Netto, em 1876.

Antes disso, em 15 de dezembro de 1849, d. Pedro II presidiu pela primeira vez uma sessão do IHGB, e na assembleia de fevereiro de 1850 lançou um desafio - o que se tornaria habitual - e propôs a seguinte tese sobre a língua indígena:

Convindo reunir todas as notícias que existem a respeito da língua indígena, interessante por sua originalidade e poesia, e pelos preciosos dados que poderá subministrar à Etnografia do Brasil, lembro ao Instituto que encarregue alguns de seus sócios da investigação do que houver sobre essa matéria em suas respectivas províncias.<sup>158</sup>

A proposição feita pelo imperador vinha ao encontro das discussões sobre a nacionalidade brasileira, já que os estudos etnográficos permitiriam recuperar a especificidade de um povo e, portanto, da formação da nação, que era a preocupação norteadora do IHGB. Sob este ângulo, percebemos o lugar do índio na História do Brasil como diretamente relacionado à criação da seção de etnografia no instituto. Por outro lado, havia uma preocupação clara com o desaparecimento da cultura indígena, tido como inevitável, o que também justificaria esses estudos, como uma forma de preservar os vestígios de uma cultura em vias de desenraizamento, ou mesmo de extinção<sup>159</sup>.

<sup>157</sup> Diário de d. Pedro II, volume 6 (04/02/1860). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

<sup>158</sup> D. PEDRO II. In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XIII. 1850. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. 1872. p. 128. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb>

<sup>159</sup> Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In : *Os Pensadores*. Claude Lévi-Strauss. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 45-87.

Contudo, no caso brasileiro, na segunda metade do Oitocentos, como já sublinhamos, quando se pensou as origens da nacionalidade, a referência legitimada pelos intelectuais, como Varnhagen, por exemplo, foi a europeia. E, se para alguns o passado indígena não deveria ser incorporado à história nacional, somou-se a isso, o discurso hegemônico da catequização e da aculturação. Não só na historiografia, mas também nas políticas públicas, evidenciou-se um esforço para que se concretizassem o que os homens públicos de então consideravam como os empreendimentos modernizadores e, sobretudo, civilizatórios.

As colônias formadas por imigrantes europeus a que já aludimos, no Espírito Santo, e as outras que foram surgindo nas décadas posteriores, sem dúvida, representam, não apenas a necessidade de substituição da mão de obra escrava, como também uma política de Estado que visava apagar traços das culturas cuja origem não fosse europeia. Por isso, para além do zelo administrativo, a visita que o imperador fez às colônias capixabas reflete também a toada de ações políticas pautadas em um modelo de sociedade que se pretendia evolucionista, onde os resquícios do que entendiam por selvageria seriam absorvidos pela nova ordem civilizada.

Neste contexto, os estudos sobre os índios adequavam-se muito mais a proposição da nascente Antropologia, qual seja, registrar os chamados povos sem história e em vias de desaparecimento física e culturalmente, como também fundamentar com métodos cientificistas as distinções culturais e sociais, a partir de uma escala civilizacional fortemente hierarquizada que começava a se constituir com a proliferação das sociedades etnográficas e antropológicas.

Contribuindo para o embasamento dos estudos promovidos por essas sociedades, a filologia era vista como possibilidade de comparação e separação entre as tribos indígenas, já que as diferenciações linguísticas permitiam identificar a ascendência a partir dessa escala civilizacional. Defendemos que nesta linha estão as descrições que d. Pedro II fez em sua segunda grande viagem pelo Brasil, que aqui denominamos registros etnográficos eivados de conhecimentos, reconhecimentos e, sobretudo, estranhamentos.

Na viagem ao Espírito Santo, portanto, d. Pedro II pôde dedicar-se à coleta de dados, registrando, logo no início da excursão pela província, 131 palavras da língua dos puris. Posteriormente, anotaria oitenta e quatro vocábulos na língua tupi, a partir do que ouviu de “uma índia velha da tribo Tupiniquim”, como escreveu em seu diário, após o que, disse que

em sua opinião a língua geral indígena, compilada pelos jesuítas no período colonial, era a mesma dos tupiniquins<sup>160</sup>.

Já do seu encontro com os botocudos, na região de Linhares, ficariam registrados 16 vocábulos, entre palavras e expressões, que relacionou com a ajuda de um intérprete, chamado de “língua”. Sobre os botocudos e a sua língua, o imperador observou:

6h e 25 min Quartel d’Aguiar; o riacho continua porém muito estreito, aqui ainda é largo. A casa que é da Índia Maria é num alto; chamam Quartel porque havia ali antigamente um Quartel cujas praças traziam o rio sempre limpo. A água que já bebi é de fonte e guardada; acho-a boa. **Interroguei um mineiro que tem estado no Caeté e é língua de nome João Roiz da Cunha, sabendo segundo dizem perfeitamente a língua dos botocudos sobre o vocabulário de Moraes Pinto e escrevi as diferenças notadas por mim.** Disse-me que há diferença de língua entre os Botucotudos do Norte e os do Sul. Naknenuka - e Naknekes é a palavra diferente que significa 1. Que são polígamos, muito ciosos marcando ainda com golpes a mulher adúltera, ainda que nem sempre a deixe; que não se casam com parentes até certo grau não muito próximo e que as principais guerras provêm de raptos de mulheres quando lhe faltam. Têm muitos filhos, nenhuma cerimônia de casamento senão por pedido à mulher, de cuja casa já sai esposa. Saem nos princípios do casamento às ocultas como envergonhados, e vieram com as raparigas ainda impúberes como se fossem suas esposas não o sendo aliás realmente senão quando púberes.<sup>161</sup> (grifos nossos)

Em obra publicada recentemente, Marco Morel analisa o encontro de d. Pedro II com os índios botocudos do Espírito Santo, ressaltando a sua contribuição para a polissemia iconográfica, expressa nos retratos feitos a lápis pelo monarca, assim como o que chama de “olhar diletante do imperador em viagem”. Morel ainda acrescenta que o imperador não os associou ao indianismo romântico, embora o encontro tenha se dado no apogeu desse movimento (MOREL, 2018, p. 303-307).

<sup>160</sup> Diário de d. Pedro II, volume 6 (01/02/1860). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

<sup>161</sup> Diário de d. Pedro II, volume 6 (03/02/1860). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

Figura 15: D. PEDRO II. Registros etnográficos. 1859/1860.



Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.

De fato, essa perspectiva coaduna-se com a nossa tese, ainda que não aceitemos a ideia do diletantismo do imperador. Reforçamos, ao contrário, que apesar de, no fim dos anos 1850, a relação de d. Pedro II com Antropologia ser incipiente, como também o era esse subcampo científico que apenas começava a ser delimitado, os dados coletados pelo imperador, ainda que não fossem exatamente um tipo de observação participante, são importantes registros que autorizam atrelar a etnografia praticada por ele às teorias antropológicas que surgiram logo a seguir.

A pesquisa das línguas indígenas, a compilação dos vocabulários e os estudos filológicos, especialmente os da língua tupi, permitiriam posteriormente uma sistematização que diferia o registro etnográfico do simples registro de viagem.<sup>162</sup> Ou seja, estes estudos fariam parte de um segundo estágio do conhecimento científico, passando-se da coleta e registro dos dados à inferência e ao trabalho de classificação dos mesmos.

Ainda que os dados anotados por d. Pedro II nesta viagem não visassem, declaradamente, uma posterior sistematização, como por exemplo, aqueles reunidos pela

<sup>162</sup> Cf. Documento do Arquivo da Casa Imperial do Brasil. I-POB -Maço 29 – Doc. 1035 – Cat. B. Acervo Arquivo Histórico/Museu Imperial/Ibram/MinC. Cf. *Quelques Notes sur la Langue Tupi*. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. 6, 1945, p. 169-188.

princesa Teresa da Baviera,<sup>163</sup> que incentivada pelo imperador e com claros fins científicos percorreu a mesma região posteriormente, pensamos que os registros linguísticos e demais esboços etnográficos do monarca representam o embrião do seu interesse pela Antropologia, campo do conhecimento ao qual não só dedicou estudo e atenção, mas com o qual procuraria contribuir por toda a vida.

### 2.3.2 D. Pedro II e os estudos filológicos

Rodolfo Garcia, em artigo escrito para o *Anuário do Museu Imperial* em 1943, reitera o profundo conhecimento que d. Pedro II possuía das línguas americanas e, em particular, das línguas indígenas do Brasil. Elenca os livros sobre esse assunto que compunham a biblioteca do imperador, muito deles raríssimos, fazendo com que a sua coleção de obras sobre as línguas ameríndias fosse, sem dúvida, a mais importante do Brasil e uma das mais expressivas no mundo<sup>164</sup>.

Conforme assinala Garcia (1943), o IHGB foi o propulsor dos estudos etno-linguísticos no Brasil, logo após a sua fundação, em 1838, e o início do reinado de d. Pedro II. Ainda em 1840, Varnhagen, recém eleito sócio da Academia Real de Ciências de Lisboa, tornar-se-ia também associado correspondente do instituto, e proporia em memória lida na sessão de agosto daquele ano a recuperação e reprodução de obras raras sobre o assunto, como o incentivo ao estudo e ao ensino das línguas indígenas do Brasil, o que gerou uma onda de publicações, como por exemplo, o *Dicionário da Língua Tupi Chamada Geral dos Indígenas do Brasil*, de Antonio Gonçalves Dias, editado em 1858.

Na perspectiva de que os índios eram povos sem história e que o passado de povos extintos, ou em vias de extinção, só poderia ser recuperado pela Etnografia, como dissemos, encaixam-se também os estudos linguísticos de d. Pedro II, cujo caráter científico procuramos

---

<sup>163</sup> Teresa da Baviera [Therese von Bayern] (1850-1925). Etnóloga, zoóloga, botânica, realizou várias expedições científicas. Percorreu o Brasil, em 1888, com declarado interesse etnográfico, sobretudo, com relação aos povos indígenas. Registrou seu encontro com os indígenas tanto em relatos escritos, quanto em fotografias. Publicou, em 1897, *Minha viagem aos trópicos brasileiros*, obra que dedicou a d. Pedro II, que teria incentivado a viagem, com as seguintes palavras: “Dedicado à memória de sua Majestade, o tão venerado e inolvidável Imperador Dom Pedro II do Brasil”.

<sup>164</sup> Cf. GARCIA, Rodolfo. D. Pedro II e a língua tupi. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. 4, 1943, p. 5-13.

ressaltar. Entre os papéis guardados pelo monarca ainda se encontram, por exemplo, aqueles relativos à língua geral do Brasil, com observações de seu próprio punho.

Embora não tenhamos conseguido determinar quando exatamente d. Pedro II iniciou os seus estudos filológicos, é muito provável que tenha sido muito cedo e a partir de disciplinas como Literatura e História<sup>165</sup>, o que comprovaria o seu detalhado conhecimento a respeito do trabalho dos jesuítas no período colonial, calcado no empenho em criar uma língua indígena geral e escrita – catecismos bilíngues e uma gramática tupi -, que servisse, sobretudo, aos propósitos da Igreja em converter e cristianizar os indígenas.

Além disso, d. Pedro II recebera como legado o repositório de conhecimento construído por sua mãe e pelos naturalistas austríacos, como Johann Natterer, que integraram a comitiva que acompanhou a arquiduquesa Leopoldina na sua vinda para o Brasil, em 1817. Importantes coleções etnográficas foram formadas a partir de então, destacando-se não só a que fazia parte do acervo do museu particular do imperador, no Paço de São Cristóvão, mas também aquelas constituídas por itens enviados ao exterior, sobretudo, a Viena.<sup>166</sup>

Portanto, no nosso entendimento, as pesquisas linguísticas, assim como as traduções realizadas pelo imperador, excedem o mero exercício de erudição. Havia um claro interesse de d. Pedro II em entender as origens dos povos americanos e a filologia era a chave para as suas investigações. Em diário do exílio, o ex-imperador que, entre o árabe, o hebraico, o grego e o sânscrito, também estudava guarani com o professor Christian Seybold<sup>167</sup>, diria:

---

<sup>165</sup> No artigo *Os mestres do imperador*, publicado no Anuário do Museu Imperial de 1946, Rodolfo Garcia elenca os nomes dos primeiros professores de d. Pedro II, que foram contratados no período da sua infância, e as respectivas disciplinas ministradas. Não faz referência a estudos filológicos neste período, embora conclua seu artigo dizendo que d. Pedro II estudou por toda a vida e que, posteriormente, tivera outros professores, inclusive, de filologia, como Christian Seybold. Cf. GARCIA, Rodolfo. Os mestres do imperador. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. 7, 1946, p. 7-20.

<sup>166</sup> O *Weltmuseum Wien* [Museu do Mundo de Viena]. Antigo Museu de Etnologia, inaugurado em 1928. Possui entre as suas mostras permanentes a exposição *An Austrian Mosaic of Brazil*. Em 2012, realizou a exposição temporária *Além do Brasil: Johann Natterer e as coleções etnográficas da expedição austríaca de 1817 a 1835 ao Brasil*, que rememorou a importância da arquiduquesa Leopoldina (1797-1826), imperatriz do Brasil, para a formação do acervo etnográfico que seria integrado à coleção museológica da instituição. Anteriormente, esta coleção fazia parte do acervo do departamento antropológico-etnográfico do Museu Imperial de História Natural, criado em 1876, e antecessor do Museu de Etnologia.

<sup>167</sup> Christian Friedrich Seybold (1859-1921). Orientalista de origem germânica, especialista em línguas indo-europeias e semíticas, que d. Pedro II conheceu durante a sua primeira viagem ao exterior, em Munique. Entre 1886, quando substituiu Carl Henning, e 1891, foi o professor de línguas semíticas e orientais de d. Pedro II. Cf. MAFRA, Adriano; STALLAERT, Christiane. Um orientalista alemão no Brasil Imperial. Christian Friedrich Seybold, o tutor de d. Pedro II. In: *Rev. Hist.* (São Paulo), n. 173, p. 303-327, jul.-dez., 2015 <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.106223> Acesso em: 08 fev. 2019.

Conversei com o sobredito professor [o padre Berouielet professor de grego do colégio Stanislas] sobre os estudos latinos e gregos e prometi-lhe a Arte guarani de Montoya, **pedindo-lhe que examinasse a minha opinião sobre a filiação asiática do guarani**, conversando eu ainda com ele, depois de seu estudo, sobre o assunto.<sup>168</sup> (grifos nossos)

Antes do exílio, porém, o imperador se envolveria, junto com o barão do Rio Branco, na escrita do verbete *Le Brésil* para a *Grande Encyclopédie Française*, em 1889, sob a organização de Émile Levasseur, que era professor do *Collège de France* e confrade de d. Pedro II no *Institut de France*. O imperador, que colaborou diretamente com esse projeto, não só como articulador da sua divulgação, mas também como produtor de conhecimento, com relação às línguas indígenas, escreveria *Quelques notes sur la langue tupi*, cuja autoria fora primeiramente atestada pelo historiador Rodolfo Garcia.

Na análise que fez desse trabalho de d. Pedro II, publicada no *Anuário do Museu Imperial* de 1945, o padre Lemos Barbosa, especialista em tupi antigo e autor de várias obras relativas ao assunto, procurou observar o “exato valor” do texto produzido por d. Pedro II, considerando que:

A dissertação do sábio monarca – antecipo e resumo um juízo de conjunto sobre ela – modelar no acabamento, no acerto e discrição com que fere os vários aspectos do estudo do tupi, rica e segura em informes bibliográficos, alguns de primeira mão, se não prova que Dom Pedro fosse um mestre da língua, demonstra ao menos que ele estava bem inteirado do assunto, assim como dos problemas da lingüística indígena e do interesse patriótico da matéria. (BARBOSA, 1945)

No entanto, pretendemos ainda ressaltar no texto do imperador, além da vasta resenha bibliográfica, indicativa de conhecimento sobre o tema, os indícios do pensamento que se harmonizava com a noção de processo civilizatório que, àquela altura, havia se tornado hegemônica entre a jovem intelectualidade, representada, neste caso, pela forte ligação que se estabeleceu entre d. Pedro II e o barão do Rio Branco, então, Cônsul Geral do Brasil em Liverpool, na Inglaterra.

Logo no início, o imperador explicou que:

---

<sup>168</sup> Diário de d. Pedro II, volume 31 (03/06/1890). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

Os tupi-guaranis sempre se mostraram mais acessíveis à civilização que os outros Índios do Brasil que falavam línguas diferentes. Esses últimos foram designados pelo nome geral de Tapuyas [...]. Atualmente, o número de Tupis da costa é muito reduzido porque eles foram empurrados para o interior ou absorvidos pela civilização, e a sua língua foi muito modificada pelo espanhol e pelo português.<sup>169</sup>

Mais adiante, ao discorrer sobre as contribuições dos padres jesuítas, d. Pedro II afirmou, sem desmerecer as contribuições destes, que seria impossível traçar qualquer comparação entre as línguas indígenas e o grego, o latim, ou, ainda, o hebraico, como havia sido feito.

[...] a falta absoluta de toda produção literária, - porque não há entre os Índios nem gramáticos originais, nem poetas, nem historiadores, - são condições de inferioridade que excluem absolutamente toda comparação com o grego, o latim e o hebreu. **Os únicos traços que revelam alguma atividade de espírito nos Índios primitivos** se encontram em um pequeno número de lendas transmitidas e propagadas oralmente e de pequenas [...] e canções populares.<sup>170</sup> (grifos nossos)

O imperador ainda concluiu dizendo que “A língua tupi tem para os brasileiros uma grande importância, primeiro porque ela é ainda hoje falada por um grande número de índios selvagens que é preciso atrair à civilização e por índios já civilizados, [...]”<sup>171</sup> Finalmente,

---

<sup>169</sup> D. PEDRO II. *Quelques Notes sur la Langue Tupi*. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. 6, 1945, p. 169-188. No original: «Les Guarano-Tupís se sont toujours montrés plus accessibles a la civilisation européenne que les autres Indiens du Brésil qui parlaient des langues différentes. Ces derniers étaient désignés sous le nom général de *Tapuyas* (ennemis, étrangers; de *tâpi*, prendre acheter, et *eii*, multitude; multitude des prisonniers ou des esclaves). Aujourd’hui, le nombre des Tupís de la côte est fort réduit parce qu’ils ont été repoussés vers l’intérieur ou absorbés par la civilisation, et leur langue a été très modifiée par l’espagnol et le portugais.»

<sup>170</sup> D. PEDRO II. *Quelques Notes sur la Langue Tupi*. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. 6, 1945, p. 169-188. No original: «[...] de défaut absolu de toute production littéraire, – car il n’y a eu parmi les Indiens ni grammairiens originaux, ni poètes, ni historiens, – sont des conditions d’infériorité qui excluent absolument toute comparaison avec le grec, le latin et l’hébreu. Les seules traces que révèlent quelque activité d’esprit chez les Indiens primitifs se trouvent dans un petit nombre de légendes transmises et propagées par la parole et de petites prestes et chansons populaires.»

<sup>171</sup> D. PEDRO II. *Quelques Notes sur la Langue Tupi*. In: *Anuário do Museu Imperial*. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. 6, 1945, p. 169-188. No original: «La langue tupí a pour les Brésiliens une grande importance (n), d’abord parce qu’elle est encore aujourd’hui parlée par un grand nombre d’Indiens sauvages qu’il faudrait attirer à la civilisation et par des Indiens déjà civilisés, ensuite parce que la plupart des noms géographiques ont conservé ou reçu des premiers colons, qui parlaient le tupi comme le portugais, leur forme indienne; enfin parce que beaucoup de mots appellatifs, surtout ceux de la faune et de la flore, ont été adoptés dans la langue portugaise que parlent les Brésiliens.»

reafirmou em seu texto o projeto de criação de universidades que abrigassem, nas faculdades de Letras, cadeiras de tupi, reforçando a necessidade do ensino dessa língua.

No entanto, esses planos seriam interrompidos pela queda da monarquia e pelo exílio forçado do ex-imperador. Ainda assim, observamos que, de volta à Europa e, sobretudo, à França, d. Pedro II pôde, em contrapartida, empenhar-se com diligência não só com relação aos seus estudos e pesquisas filológicos, mas também quanto à divulgação e à circulação desses trabalhos.

Sem dúvidas, a sua dedicação a esse campo do conhecimento lhe proporcionava a inserção em uma rede de sociabilidade que fomentava trocas intelectuais que se retroalimentavam, como demonstra a sua relação com o escritor Stéphen Liégeois, a quem o ex-imperador incumbiria de fazer uma palestra sobre o Brasil, mas também apoiaria publicamente em sua candidatura para a *Académie française*.<sup>172</sup>

Em seu diário o ex-monarca anotou: “Recebi os exemplares encadernados do artigo *Brésil*, do Rio Branco e já o distribuí por algumas pessoas e pedindo ao Liégeois uma conferência sobre o Brasil a propósito do livro.”<sup>173</sup>Dias depois, voltaria ao assunto:

24 de fevereiro de 1890 [...] li um trabalho Nouvelle[s] [découvertes] d’idoles de l’Amazones par P. de Lisle du [Dreueuc], **o qual mandarei a Liégeois com algumas palavras sobre a minha opinião favorável à origem oriental do tupi.** Poderá servir-lhe para fazer a conferência que lhe pedi sobre o Brasil.” (grifos nossos)<sup>174</sup>

Ainda no mesmo ano, d. Pedro II mencionaria Liégeois, ao tratar a respeito de um artigo publicado em *La Patrie*, citando a conferência que o escritor havia realizado sobre o Brasil, e ressaltando a liberdade de imprensa no país à época do seu reinado, ao que o ex-monarca acrescentou: “Gosto de citar estas palavras, e vanglorio-me delas. A consciência não

<sup>172</sup> Stéphen Liégeois (1830-1925). Escritor e poeta francês. Candidatou-se a uma cadeira na *Académie française* por três vezes (1891, 1892 e 1901), sem obter sucesso, apesar de ter vencido, entre 1875 e 1917, quatro prêmios literários da Academia. Na candidatura de 1891, contou com o apoio expresso de d. Pedro II. Cf. documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil (POB) : Maço 203 – Doc. 9217. Carta de Sully Prudhomme a d. Pedro II, tratando da candidatura de Liégeois. Assinada e datada, Paris, 17/04/1891 ; Maço 202 – Doc. 9204 e Maço 203 - Doc. 9253. Cartas (10) de Liégeois endereçadas ao ex-imperador, sendo as primeiras escritas em 1890 e as últimas em 1891. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>173</sup> Diário de d. Pedro II, volume 30 (18/02/1890). In: BEDIAGA, Begonha (Org). Op. cit, 1999.

<sup>174</sup> Ibidem

me acusa de poupar seja o que for para o progresso de minha Pátria e **ainda espero prestar-lhe bons serviços, porque muito posso estudar para isto.**<sup>175</sup> (grifos nossos)

Neste sentido, as nossas pesquisas mostraram que, embora tenha tido pouco tempo para desenvolver todos os seus projetos de produção intelectual, a partir do exílio, já que faleceria em 1891, apenas dois anos após deixar o Brasil, d. Pedro II pôde nesse período definitivamente fortalecer a rede de sociabilidade e de trocas intelectuais que começara a desenvolver na década de 1850, mas que, certamente, se acentuou a partir da sua primeira viagem ao exterior, entre 1871 e 1872.

Paralelamente, caberia ao professor Seybold a tarefa de publicar, em 1890 e nos anos imediatamente após a morte de d. Pedro II, obras raras sobre as línguas ameríndias, de autoria de Antonio Ruiz de Montoya, com adendos do padre Paulo Restivo, produzidas no século XVIII e às quais o ex-imperador fizera várias menções nos diários do exílio. Conforme destacaram Mafra e Stallaert (2015), havia pouquíssimas cópias dessas obras que, a partir do incentivo de d. Pedro II, foram reeditadas por Seybold, que as dedicou ao ex-monarca, e trouxe a lume o que existia de mais antigo escrito sobre a língua guarani.<sup>176</sup>

Podemos, inclusive, inferir que d. Pedro II foi o principal interlocutor de Seybold nessa empreitada, certamente contribuindo com o seu trabalho, conforme anotou, em janeiro de 1890, quando registrou a leitura de provas da *Arte Guarani* de Restivo. Mais adiante, d. Pedro II ainda escreveria: “[...] continuei a edição da arte do Guarani de Paulo Restivo que está publicando com o Seibold.”<sup>177</sup> Cabe ainda notar que nos diários escritos em 1890 há muitas outras referências a esta obra<sup>178</sup>, mas *Arte de la lengua Guaraní* só seria publicada por Seybold dois anos depois, o que nos dá indícios de que o ex-imperador teria colaborado com a sua reedição, ainda que não seja possível restabelecermos em que grau.

---

<sup>175</sup> Ibidem, 20/07/90.

<sup>176</sup> Destacamos o fato de existir uma versão da obra de Antonio Ruiz de Montoya, intitulada *Arte, Vocabulario e Tesoro de la lengua guaraní, o más bien Tupi*, compilada por Francisco Adolfo de Varhagen, publicada em Viena e Paris, em 1876. O texto original, *Arte y vocabulario de lengua guarani*, de Montoya, data de 1640. Já a versão reeditada pelo padre Paulo Restivo, *Arte de la lengua guarani*, é de 1724. Na lista dos livros que haviam ficado no Palacete Itamaraty, na Tijuca, e em Petrópolis, e que deveriam ser expedidos com prioridade para d. Pedro II no exílio, constam *Obras sobre o Guarani*, de Antonio Ruiz de Montoya (Ed. Platzmann) e *Vocabulario de Montoya* (2. ed., 1724). Cf. I-DAS-08/06/1891- PII.B.c. Coleção Silva Costa. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>177</sup> Diário de d. Pedro II, volume 30 (22 e 23/01/1890). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

<sup>178</sup> Cf. volumes 30, 31, 34 e 35 dos diários. Exílio. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

Pelo exposto, reforçamos a tese de que, se de um lado houve um forte imaginário construído pela corrente indianista do Romantismo, que foi utilizado em larga escala pelo Estado desde a primeira década do Segundo Reinado como mito fundador (a fim de afirmar as origens da nação), já em 1859-1860, quando se deu a segunda grande viagem de d. Pedro II pelo Brasil, a noção de processo civilizatório começava a prevalecer, reforçando a ideia de que as sobrevivências da cultura indígena não remetiam mais às origens edênicas, mas representavam a selvageria que precisava ser superada pela civilização.

Ao apresentarmos algumas discussões que elevaram os ânimos nos anos 1850 e que se seguiram nas décadas posteriores, nosso objetivo é mostrar que a aproximação de d. Pedro II com a Antropologia, enquanto campo do conhecimento que começava a ser academicamente estruturado a partir da segunda metade do século XIX, se esboçou a partir da década de 1850, e é reveladora do movimento de rompimento com a ortodoxia e da adesão a um novo discurso (heterodoxia), em última instância, uma nova visão de mundo, um novo *ethos*, pautado na racionalidade e no cientificismo, que o aproximaria definitivamente da geração mais jovem.

Além disso, no nosso entendimento, as viagens de d. Pedro II, não só as que empreendeu ao exterior, mas também as que fez pelo Brasil, a fim de conhecer e fazer-se conhecido, foram fundamentais para os projetos de consolidação do Estado Nacional, nas primeiras décadas do reinado, mas também, o que representa um viés menos estudado, para a construção de si do imperador. Os périplos de d. Pedro II foram, portanto, viagens de conhecimento e reconhecimento, não só do Império, mas de si mesmo, e são portas para que se reflita sobre as múltiplas colocações e os variados descolamentos do monarca em relação à estrutura social brasileira.

A partir da década de 1850, várias correspondências que integram o arquivo pessoal de d. Pedro II apontam para a necessidade de o imperador realizar viagens ao exterior. Entre essas cartas, avoluma-se também, em substituição aos documentos de caráter político-administrativo, a documentação com temática relacionada às artes, às letras e, em especial, às ciências, o que nos permitiu mapear e reconstituir uma extensa rede de sociabilidade, na qual, como intentamos mostrar, d. Pedro II era um dos protagonistas.

### 3. ENTRE O INTELLECTUAL E O CIENTISTA: D. PEDRO II E A GERAÇÃO DE 1870

[...] Defensor do Brasil, Tu que, instruído  
 Dos deveres de Rei, sabes que o trono,  
 Barreira de paixões desordenadas,  
 O apoio deve ser da liberdade,  
 Da justiça e da paz, e o altar sagrado,  
 Cujo fogo perene animar deve  
 Ciências, letras artes, e virtudes;  
 Monarca Brasileiro, aceita o canto  
 Que Te dedica o vate agradecido;  
 E faze que outros muitos mais ditosos,  
 Porém não mais da nossa terra amigos,  
 Eterna glória dêem a Ti e à Patria.

*Gonçalves de Magalhães*<sup>179</sup>

Em 1895, apenas quatro anos após a morte de d. Pedro II, no hotel Bedford, em Paris, era publicado na França *L'Île à hélice*, de Jules Verne. O romance com temática de ficção-científica não é das obras mais conhecidas do escritor francês, mas no âmbito das nossas reflexões serve como ponto de partida para o entendimento da importância do ex-monarca brasileiro no cenário intelectual internacional, sobretudo europeu. Isto porque Jules Verne, que condensa do ponto de vista literário o paradigma cientificista da segunda metade do XIX com a literatura de viagens, criou nesta história duas personagens que, tanto a leitura atenta quanto a opinião de especialistas, fazem crer se tratar de d. Pedro II - *le roi de Malécarlie* - e de sua esposa, d. Teresa Cristina.

---

<sup>179</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoyos*. Poema. Rio de Janeiro, Empreza Typographica Dous de Dezembro, 1857. Trecho da última estrofe do poema, transcrita com a grafia atualizada, do exemplar que pertenceu à Família Imperial, e que integrou a Biblioteca do Castelo D'Eu, na França, conforme atestado pelo carimbo com monograma da Princesa Isabel. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

O casal desterrado, cujas principais características seriam a discricção e a falta de recursos materiais que os obrigava a viver modestamente em comparação aos outros abastados da ilha flutuante, fora deposto quando os seus súditos não mais o quiseram para governá-los. O rei, descrito por Jules Verne como “um homem de uma estatura acima da média, de fisionomia distinta, severa, triste mesmo”, por sua vez, sobrevivia como astrônomo e, em contrapartida, usufruía de grande admiração de toda a comunidade, particularmente dos quatro músicos, sujeitos centrais da trama.

Por fim, Jules Verne descreve o rei exilado como “muito instruído das coisas da ciência, muito apreciador das coisas da arte, apaixonado pela música, sobretudo. Sábio e filósofo, ele não se cegaria sobre o futuro das monarquias europeias. [...]”<sup>180</sup> A estas reflexões se juntam outras que o mostram como um desapegado do poder pessoal, um resignado, que evitando uma guerra sangrenta, havia deixado o seu país para viver como um cientista, ofício considerado dos mais nobres.

Ainda que, porventura, se possa questionar o fato do rei de *Malécarlie* se tratar realmente, ou não, de uma personagem inspirada na vida de d. Pedro II, é inegável a analogia entre a construção feita por Jules Verne e as narrativas veiculadas nos periódicos estrangeiros, particularmente os franceses, não só na cobertura que fizeram dos eventos que se seguiram à Proclamação da República no Brasil, como também da morte do ex-imperador, em 5 dezembro de 1891, quando teve seu velório na Igreja Madeleine, em Paris, assim como o seu cortejo fúnebre acompanhado por milhares de pessoas, inclusive por inúmeras representações diplomáticas, como atestam os já mencionados recortes de jornais colecionados pela própria família, e que integram o arquivo pessoal de d. Pedro II doado ao Museu Imperial por seu bisneto, d. Pedro Gastão de Orleans e Bragança.

---

<sup>180</sup> VERNE, Jules. *L'Île à hélice*. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65990p/f10.image> Acesso em: 20 jan. 2019. No original: “[...] En face du casino, sur le trottoir, un peu à l'écart, un couple attire l'attention d'Yvernès. Un homme se tient là, une femme à son bras. L'homme, d'une taille au-dessus de la moyenne, de physionomie distinguée, sévère, triste même, peut avoir une cinquantaine d'années. La femme, quelques ans de moins, grande, l'air fier, laisse voir sous son chapeau des cheveux blanchis par l'âge. [...] Quelquefois, le roi et la reine de Malécarlie passent au milieu de cette gentry fringante. Le couple royal, déchu de sa souveraineté, inspire une réelle sympathie à nos artistes. Quelles réflexions leur viennent à voir ces augustes personnages, au bras l'un de l'autre !... Ils sont relativement pauvres parmi ces opulents, mais on les sent fiers et dignes, comme des philosophes dégagés des préoccupations de ce monde. Il est vrai que, au fond, les Américains de Standard-Island sont très flattés d'avoir un roi pour concitoyen, et lui continuent les égards dus à son ancienne situation. Quant au quatuor, il salue respectueusement Leurs Majestés, lorsqu'il les rencontre dans les avenues de la ville ou sur les allées du parc. Le roi et la reine se montrent sensibles à ces marques de déférence si françaises. Mais, en somme, Leurs Majestés ne comptent pas plus que Cyrus Bikerstaff, – moins peut-être. [...] Le roi était très instruit des choses de science, très appréciateur des choses d'art, passionné pour la musique surtout. Savant et philosophe, il ne s'aveuglait guère sur l'avenir des souverainetés européennes. [...]”

Como depreendemos desta documentação, d. Pedro II buscou, desde a sua sagração e coroação, em 1841, estreitar os contatos com a intelectualidade, no primeiro momento, através do mecenato e da concessão de graças e mercês, cujo reconhecimento máximo se dava com a condecoração de artistas, escritores e cientistas com a Ordem da Rosa, até a forma com que procurou abordar e conhecer pessoalmente determinados nomes de relevo da produção intelectual, seus contemporâneos, como a quase anedótica insistência com que desejou se aproximar de Charles Darwin e de Victor Hugo.

Se os seus biógrafos concordam com o fato de d. Pedro II ter tido uma educação hermética, conduzida por seus tutores, primeiro, José Bonifácio de Andrada e Silva e, a partir de 1834, por Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, marquês de Itanhaém, e por seu preceptor, o frei Pedro de Santa Mariana, a análise pormenorizada da sua documentação pessoal nos permite entrever um sujeito histórico que a partir dos anos 1850 intensifica a prática de agraciamento e a consequente construção de significativa rede de sociabilidade com intelectuais estrangeiros.

Destaca-se, por exemplo, a condecoração com a Imperial Ordem da Rosa<sup>181</sup>, entre as décadas de 1850 e 1870, de nomes como Alexander von Humboldt, Armand de Quatrefages, Jean-Martin Charcot, François Guizot, entre muitos outros. Não há dúvidas de que, dos mais de 14 mil agraciamentos com a Ordem da Rosa concedidos por d. Pedro II, os mais altos graus eram destinados aos intelectuais pelos quais mantinha considerável respeito.

Desta forma, começava a ser costurada uma importante rede de sociabilidade que, se no início era marcada pelo interesse de intelectuais e cientistas estrangeiros nos estudos e pesquisas que poderiam desenvolver no Brasil, como é o caso de Karl Friedrich Philip von Martius e Peter Lund, por exemplo, cujos empreendimentos contaram com o incentivo direto do imperador, no segundo momento, vemos o próprio monarca, para além de mediador, como um importante interlocutor para a construção de novos conhecimentos.

Neste sentido, o presente capítulo visa apresentar e discutir a faceta intelectual de d. Pedro II, através da sua participação nos debates em torno da formulação de um novo

---

<sup>181</sup> Ordem criada por d. Pedro I, pelo Decreto de 17 de outubro de 1829, por ocasião do seu segundo casamento, quando desposou d. Amélia de Leuchtenberg. Possuía os graus de cavaleiro, oficial, comendador, dignitário e grã-cruz, e era destinada, originalmente, a civis e militares que tivessem prestado serviços e fidelidade ao imperador. No entanto, notamos que, sobretudo nos graus mais elevados, foi largamente utilizada por d. Pedro II para agraciar aqueles que se destacavam nas letras, artes e ciências.

paradigma científico e em uma rede transnacional de produção e circulação de conhecimento na segunda metade do Oitocentos, que o aproximava da geração de 1870.

### 3.1 De Guizot a Spencer, a trajetória intelectual de d. Pedro II

[...] se a monarquia é a injustiça, eu sou republicano.

*D. Pedro II*<sup>182</sup>

Os documentos produzidos e recebidos por d. Pedro II ao longo de quase cinco décadas de reinado e também nos tempos de exílio são fontes imprescindíveis para a reconstituição da trajetória intelectual de d. Pedro II. As correspondências trocadas com os seus interlocutores mais próximos como a condessa de Barral, o conde de Gobineau, seu cunhado, d. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, ou com a sua filha, d. Isabel, são fontes ricas para a recuperação da vasta gama de autores lidos por d. Pedro II, assim como para a percepção de que, ao deslocar-se por múltiplos espaços de sociabilidade, o imperador também se autoconstruía, não só como sujeito histórico, em sentido amplo, mas como intelectual, em sentido estrito.

Dono de uma das mais importantes bibliotecas particulares do século XIX, a qual contava com aproximadamente 32 mil obras, de acordo com os livros doados, como dito, pelo próprio ex-monarca no exílio, à Biblioteca Nacional, sob a denominação de *Colecção Thereza Christina Maria*, composta por 24.270 itens, ao IHGB, que recebeu cerca de 7.000 exemplares, e ao Museu Nacional, ao qual foram destinados 352 livros<sup>183</sup>, d. Pedro II por toda a sua vida prezou a rotina de leituras, estudos, apontamentos e escritos, inclusive, cobrando das filhas, sobretudo de d. Isabel, enquanto viveu, os mesmos hábitos, como atestam, por exemplo, os relatos dos seus diários e as correspondências.

---

<sup>182</sup> Trecho do diário. Volume 9 (13/12/1862). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

<sup>183</sup> Conforme processo do IPHAN para tombamento do “Acervo de documentos e objetos de estudos do Imperador Pedro II, acautelados no Museu Nacional e Museu Imperial”. À Biblioteca Nacional foram doados pelo próprio ex-monarca cerca de 100 mil itens, incluindo a sua coleção fotográfica, livros, publicações seriadas, mapas, partituras, desenhos, estampas e outros documentos impressos e manuscritos. <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/colecao-d-thereza-christina-maria-albuns-fotograficos/a-colecao/> Acesso em: 07 mai. 2019.

Sob este ângulo, é consenso entre os estudiosos e biógrafos de d. Pedro II a sua caracterização enquanto *homme de lettres*, um tipo de intelectual nos moldes iluministas, detentor de conhecimentos relativamente aprofundados sobre uma vasta gama de assuntos científicos, literários, artísticos e filosóficos. O mapeamento dos diversificados interesses de d. Pedro II, como o realizado em *Dom Pedro II e a Cultura*, publicado pelo Arquivo Nacional (1977), com base na análise dos despachos contidos nos livros da Mordomia da Casa Imperial, entre 1846 e 1889, de fato, aponta para o mecenato imperial, assim como para um extenso espectro de interesses culturais, muitas vezes, como dito, articulados via agradecimentos.

Entretanto, além de devermos considerar o fato dos letrados contemporâneos a d. Pedro II serem, de forma geral, e como o imperador, multifacetados, defendemos que, se obviamente o monarca não alcançaria o *status* do intelectual autônomo e engajado, como o pretensamente encarnado por Émile Zola, em 1898<sup>184</sup>, momento fundador da noção de intelectual moderno, tampouco pode ser visto meramente sob o enfoque do diletante.

Além disso, a nossa pesquisa observou os deslocamentos de d. Pedro II no campo cultural a partir de uma perspectiva bourdieusiana, que leva em conta as disputas entre a ortodoxia e a heterodoxia e os embates pela legitimação dos discursos e pela hegemonia. Sob este eixo (BOURDIEU, 1990b), o conceito de intelectual não é o do letrado iluminista, nem o do intelectual *stricto sensu*, mas a noção de um agente social que tem o seu campo de atuação delimitado por regras próprias, que não podem ser transgredidas sem que se conflaguem lutas entre os dominados e os dominantes; lutas intra e intercampos.

Assim, buscamos recuperar o percurso intelectual de d. Pedro II, mostrando a sua trajetória, desde a adesão ao pensamento social hegemônico nas primeiras décadas do seu reinado, até a inflexão, que o aproximou definitivamente das ideias da geração de 1870, sobretudo após a sua primeira viagem ao exterior, em 1871.

---

<sup>184</sup> Ao usar a sua verve para defender o judeu Alfred Dreyfus (1859-1935), acusado injustamente de entregar segredos militares da França à Alemanha, em 1898, o então já consagrado escritor francês Émile Zola (1840-1902) colocou a sua própria reputação em risco, momento considerado fundador da noção de intelectual moderno. Deste fato, também surgiria o conceito de intelectual, como um sujeito social autônomo e engajado, particularmente, contra as injustiças.

### 3.1.1 D. Pedro II e o pensamento hegemônico na consolidação do Estado Nacional

Como aponta Lucia Paschoal Guimarães (2018), d. Pedro II, particularmente na viagem que fez a Portugal em 1871, buscou a memória paterna. Nesta linha de pensamento, supomos ser importante inferir a respeito do impacto dos conselhos dados pelo primeiro imperador ao seu filho, como o exposto em carta de 11 de março de 1832, onde d. Pedro I diz ao “adorado filho” que “o tempo em que se respeitavam os Príncipes por serem Príncipes unicamente acabou-se”, acrescentando ser “mister que os Príncipes igualmente [...] conheçam que são homens e não divindades, e que lhes é indispensável terem muitos conhecimentos [...]”<sup>185</sup>

Assim como o pai, d. Pedro I, que foi um homem de dois mundos - não só entre Portugal e Brasil, mas entre o Absolutismo e o Liberalismo – d. Pedro II também vivenciaria, como já aludimos, profundas transformações históricas que marcaram a passagem da primeira para a segunda metade do século XIX. Este fato, sobretudo relevante, faz com que alguns o situem entre os românticos (BESOUCHET, 1993), enquanto outros o vejam como um homem à frente do seu tempo.

Ao contrário, partindo do princípio de que todo sujeito social é bem do seu tempo e espaço, avaliamos que a variável geradora da dubiedade da análise é o fato de d. Pedro II ter vivenciado a passagem à modernidade, que seria inaugurada a partir dos anos 1870, e lidado com os respectivos impactos desta revolução nos modos de sentir, pensar e agir, com claras ressonâncias no âmbito da produção do conhecimento.

Seguindo o que fora postulado por seu pai, d. Pedro II impôs a si mesmo não só uma conduta, mas o senso de dever, independentemente das circunstâncias. No já citado diário de 1861-1863, que claramente denota a perspectiva do relato para a posteridade, o imperador argumentava da seguinte forma acerca do que se falava a seu respeito:

---

<sup>185</sup> I-POB-Maço 94 – Doc. 4505. Trecho de carta de d. Pedro I a d. Pedro II. Datada, Angra do Heroísmo, 11/03/1832. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

11 de fevereiro de 1862 - Nada de importante. Há um artigo no Diário a que já tenho respondido em tudo o que tenho dito no meu modo de proceder, e desejaria poder perguntar aos que de ambos os partidos tem servido de ministros se procuro impor a minha opinião ou apenas expressado com a convicção de quem obra conscientemente. Vejo que muitos tem cedido por fraqueza; mas que culpa eu tenho nisto, e mesmo, para evitar isso, não me esforço eu cada vez mais por lhes deixar toda a liberdade, sem contudo abandonar minha suprema inspeção como chefe do Poder Executivo, e sujeitar-me ao papel de mero ocupador dum lugar, como não pode ser o rei constitucional, como bem diz Guizot nas suas memórias? **Talvez eu me engane; mas sou constitucional de cabeça e coração; não sou orgulhoso, e intento corrigir-me. Dói-me a injustiça de que julgo ser vítima e espero que o tempo fará aparecer a verdade.** (grifo nosso)<sup>186</sup>

Esta narrativa nos aponta indícios sobre a aproximação de d. Pedro II com o pensamento de François Guizot<sup>187</sup>, cujas ideias tiveram grande influência sobre a geração de estadistas responsáveis pelo processo de consolidação do Estado Nacional, particularmente, Paulino José Soares de Sousa, visconde do Uruguai, que, nesta perspectiva, encarnava a figura do iluminista-conservador. Pautado nas noções de Estado e civilização, de liberdade e ordem, condensando em seu *Ensaio de Direito Administrativo*, publicado em 1862, esses preceitos, sobretudo o da defesa da Monarquia Constitucional, por um lado, e, administrativamente, o da centralização política, por outro lado, norteariam a condução dos negócios políticos por pelo menos mais uma década.

Aliás, a ideia de que o país não se encontrava preparado para a extensão das liberdades, inclusive com implicações sobre uma das principais demandas durante o Segundo Reinado – o federalismo – parece, conforme depreendemos dos escritos pessoais de d. Pedro II, ter, de fato, permeado não só as discussões e embates parlamentares, especialmente a partir dos anos 1870, como também toda a trajetória do próprio imperador que, resoluto, não chegaria a ceder a esta pauta tão cara aos políticos mais jovens.

Contudo, sem nos alongarmos nos meandros de questões que aproximariam este trabalho de uma interseção com a Ciência Política, pensamos ser importante sublinhar que, ainda em 1862, quando escreveu o seu mais cuidadoso diário, relatando, por exemplo, pormenores das reuniões do Conselho de Estado, d. Pedro II reforçava em boa medida a sua concordância com o pensamento social brasileiro hegemônico, então, representado pela obra

<sup>186</sup> Cf. volume 9 dos diários de d. Pedro II. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

<sup>187</sup> François Pierre Guillaume Guizot (1787-1884). Historiador. Professor de História Moderna na Sorbonne, França. Ocupou ministérios entre 1840 e 1848, tornando-se Primeiro-Ministro da França (Presidente do Conselho de Ministros) entre 1847 e 1848. Membro da Academia Francesa, eleito em 1836. Sócio honorário do IHGB a partir de 1840. Um dos mais respeitados intelectuais franceses do Oitocentos.

do visconde de Uruguai, ainda que não se eximisse de fazer ressalvas. É o próprio imperador quem diz, após ter pedido maiores esclarecimentos em conversa particular, concordar com praticamente todas as ideias do visconde de Uruguai, divergindo apenas em alguns pontos, como este:

30 de Janeiro de 1862 - Acabei de ler o que tinha da obra do Uruguai. Há uma nota a respeito do Patronage executive em Inglaterra em que ele entende que as injustiças feitas ao merecimento individual são um mal irremediável do sistema que nos rege porque só assim é que se podem formar partidos lamentando que no Brasil os partidos, aliás, quase todos mortos na atualidade, segundo ele diz, não se perdoem reciprocamente essas injustiças, e o patronage executive não pertença unicamente ao ministro diretor da política exercendo-o todos os ministros que sendo muitas vezes pessoas novas carecem de criar clientela. **Não posso aceitar essa pretendida necessidade do sistema, e duvido de que na Inglaterra o patronage executive tenha dado lugar aos males do nosso patronato.** Estas reflexões do Uruguai parecem-me destruir o que de tão verdadeiro dissera ele antes dos efeitos da política entre nós. Hei de conversar com o Uruguai a respeito desta questão como sobre outros pontos de sua obra. (grifos nossos)<sup>188</sup>

Na verdade, estavam em discussão dois modelos de organização político-administrativa: o inglês, que o visconde de Uruguai admirava, mas julgava inadequado à realidade brasileira; e o francês, que por ser mais centralizador, seria, na sua visão, o mais apto, levando-se em conta o fato de não considerar a sociedade brasileira preparada para a liberdade democrática. Segundo acreditavam, tanto Uruguai quanto o próprio imperador, esta liberdade exigiria um aprimoramento moral, ainda não alcançado no Brasil.

Esta discussão, no nosso entendimento, não seria prerrogativa dos políticos que trabalharam pela consolidação da Monarquia Constitucional e do próprio Estado Nacional, nos primeiros anos do Segundo Reinado. É possível detectá-la também entre a jovem intelectualidade dos anos 1870, como veremos adiante.

Quanto à d. Pedro II, esta ideia, sem dúvida, o acompanharia por toda a vida. Em sentido estrito, por exemplo, acreditava ser a república a mais apurada forma de governo, embora declarasse algumas vezes que o Brasil ainda não estava pronto para ela, como podemos exemplificar a partir de um fragmento de seu diário, escrito já no exílio, em 5 de janeiro de 1890, portanto, logo após os acontecimentos do 15 de novembro.

---

<sup>188</sup> Trecho do diário. Volume 9 (30/01/1862). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

Ao comentar a opinião de Carlos Leôncio da Silva Carvalho, que havia sido ministro, ocupando a Pasta dos Negócios do Império no Gabinete Liberal de 1878 a 1880, o ex-imperador nos permite entrever o seu posicionamento diante dos fatos que levaram à sua deposição:

[...] Confessa Leôncio de Carvalho que não queria já a república porque o imperador criterioso e verdadeiramente amigo do país aceitava a federação das províncias como disse Saraiva e porque para a república ser o governo do povo pelo povo era preciso primeiro educar e preparar os cidadãos (Minha opinião ficou bem clara quando tratei disso com Saraiva). O ex-imperador ... favorecia com inexcedível generosível [sic] generosidade a educação popular. Os fatos cuja responsabilidade pertence aos maus amigos e conselheiros da Coroa precipitaram os acontecimentos.<sup>189</sup>

Logo a seguir, em 7 de abril, ao rememorar o dia em que seu pai assinara a carta de abdicação, completaria: “Abdicara [sic] como meu Pai se não me achasse ainda capaz de trabalhar para a evolução natural da república.”

No entanto, ainda que preconizando um processo modernizador que fosse conduzido pelas elites, parece-nos que, como vimos mostrando, a partir de sua inserção em novos espaços de sociabilidade e do seu envolvimento no debate a respeito de novas bases epistêmicas, d. Pedro II encontraria, a partir da década de 1870, outro ideário, pautado no novo paradigma científico, que lhe permitiria defender a modernização civilizadora do país, porém, deslocando o debate do plano jurídico-administrativo para o cultural-científico.

### 3.1.2 D. Pedro II e o pensamento social da segunda metade do Oitocentos

A Sociologia é uma síntese de todas as ciências.

*D. Pedro II*<sup>190</sup>

<sup>189</sup> Trecho do diário. Volume 29 (05/01/1890). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

<sup>190</sup> Excerto de carta de d. Pedro II ao conde de Gobineau. Assinada e datada, Rio [de Janeiro], 4 de novembro de 1881. In: RAEDERS, George. *D. Pedro II e o conde de Gobineau: correspondências inéditas*. São Paulo: Editora Nacional, 1938. Os originais da correspondência ativa de d. Pedro II com o conde de Gobineau pertencem à Biblioteca Nacional e Universitária de Estrasburgo, na França. O Arquivo Histórico do Museu Imperial possui, no acervo sob a sua guarda, cópias datilografadas desta correspondência. Cf. POB-Maço 185 – Doc. 8394. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

Como recentemente tem mostrado José Murilo de Carvalho (2018), a década de 1860 não é um vácuo que antecedeu a chegada do tão propalado “bando de ideias novas”. De fato, foi um contexto de novas formas de mobilização social que culminaria com as agitações e os clamores sociais e políticos que alcançariam seu ápice no último quartel do XIX.

Do ponto de vista da trajetória do chefe de Estado, a década seria marcada pelas questões que estremeceram as relações diplomáticas com a Inglaterra, pela conflagração da guerra contra o Paraguai (1864-1870), pela organização da causa abolicionista enquanto movimento social propriamente dito, a partir de 1868, e, finalmente, pela publicação do *Manifesto Republicano* em 1870.

No circuito mais íntimo da vida de d. Pedro II, o período registra não só o casamento de suas filhas, no ano de 1864, e, conseqüentemente, a incorporação de dois novos membros à família imperial – os genros conde d’Eu e duque de Saxe<sup>191</sup> -, com os quais viajaria à Uruguaiana logo no início da guerra contra o Paraguai, mas também a chegada ao Brasil, como ministro da França, daquele que se tornaria um dos seus amigos mais próximos, o conde de Gobineau.

Joseph Arthur de Gobineau, que, importante sublinhar, havia sido secretário de Alexis de Tocqueville, o autor de *A Democracia na América*, chegou ao Rio de Janeiro, em 1869, como enviado do governo francês, justamente para acompanhar o desfecho da guerra, que já havia se estendido muito além do que as melhores previsões poderiam delinear.

Como é largamente ressaltado pelos estudos sobre o conde de Gobineau, este havia apresentado grande resistência com relação a esta comissão, não só porque tinha outros planos para a sua carreira na diplomacia, como também considerava o Brasil muito mais ligado à “selvageria”, ou a eras primárias do desenvolvimento humano e, portanto, um lugar inóspito acima de tudo.

O próprio d. Pedro II mais tarde assinalaria os traços pessimistas em Gobineau, que via, sobretudo na miscigenação das raças, um vaticínio à desgraça e um empecilho ao processo civilizatório. A civilização, aliás, era uma noção cara não só para o imperador e seu

---

<sup>191</sup> Luís Felipe Maria Fernando Gastão de Orleans, conde d’Eu [Louis Philippe Marie Ferdinand Gaston] (1842-1922), casou-se com a princesa Isabel em 15 de outubro de 1864. Era o primogênito do duque de Nemours, o segundo filho de Luís Felipe I, rei da França. Luiz Augusto Maria Eudes, príncipe de Saxe-Coburgo-Gotha, duque de Saxe (1845-1907). Casou-se com a princesa Leopoldina em 15 de dezembro de 1864.

amigo francês, como também para aqueles que começavam a ganhar proeminência no cenário político e social nacional – os jovens da geração de 1870.

Por outro lado, Gobineau havia sido informado a respeito das “qualidades morais e intelectuais” do imperador do Brasil, e como pretendia trabalhar para a segunda edição do seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, no final das contas, a permanência no Rio de Janeiro poderia não ser de todo uma frustração, e funcionar como um laboratório para o que julgava poder corroborar as suas teses racialistas.

Entre os biógrafos de d. Pedro II, é Lidia Besouchet (1993) a que mais aprofunda a análise sobre o relacionamento entre o monarca e Gobineau. Cabe a esta escritora o mérito de ter percebido a tríade que se formou, por exemplo, entre Ernest Renan, o conde francês e o imperador do Brasil. No entanto, o foco de sua análise os situa com relação às conversas sobre a Antiguidade, desde os estudos de inscrições antigas, passando pela filologia, até o interesse compartilhado pelas, então, recentes escavações arqueológicas, o que os aproximaria, segundo Besouchet, não só do romantismo de meados do Oitocentos, mas também de um pseudocientificismo, aos quais d. Pedro II teria ficado atrelado por toda a vida.

Na correspondência entre Gobineau e o imperador, de fato, somam-se referências a publicações, particularmente às obras de Victor Hugo, à música, e em especial a Richard Wagner, “o músico do futuro”, como o chamava d. Pedro II, e que ambos idolatravam, às artes plásticas e aos trabalhos do conde nesta área, enfim, muitos aspectos que poderiam colocá-los nas raias do diletantismo. Além disso, Gobineau insistiria com o amigo monarca a respeito de dois assuntos: a tradução de *Prometeu Acorrentado*, que o imperador iniciara em 1871, e a compilação e a escrita das memórias da viagem imperial à Europa e África, entre 1871 e 1872, que o conde desejava ver publicadas.

Porém, nesta troca epistolar, iniciada quando Gobineau retornou à Europa, em 1870, e que se estendeu até 1882, pouco tempo antes de sua morte, também há indícios que deveriam levar o historiador atento a perguntar os porquês, ou, do ponto de vista sociológico, o sentido da ação para o sujeito social. Seguindo esta linha, a leitura pormenorizada desta correspondência levou-nos a indagarmos até que ponto d. Pedro II teria ficado incólume às teses do seu amigo, ou em que medida as longas conversas que ambos entretinham nos sempre saudosamente mencionados domingos em São Cristóvão, e na intimidade que se estreitou quando o conde ciceroneou o imperador Europa afora, teriam influenciado o pensamento de d. Pedro II, enquanto uma troca intelectual nada prosaica, ou fortuita.

Se Gobineau deixou traços de que odiava a época em que vivia, ressaltando que o seu interesse pela Antiguidade poderia estar ligado à ideia de uma época idílica, que havia sucumbido à degenerescência do tempo, que tudo corrompera, inclusive, as raças superiores que viveram outrora e das quais, na sua perspectiva, àquela altura, só a alguns povos superiores restaria a herança, parece-nos que a afirmação de d. Pedro II a Gobineau, sublinhando que não era “inimigo do século” como ele, nem por isso o distancia automática e diametralmente das ideias do amigo, já que, no mesmo parágrafo, o imperador completaria: “[...] a doutrina da evolução é exata em seu fundamento. [...]”<sup>192</sup>

Neste aspecto, parece-nos que d. Pedro II apontava definitivamente, ao contrário do que supusera Besouchet, para o novo paradigma científico que então ia se consolidando. Na lista dos sessenta “sábios” convidados para encontrá-lo, por ocasião da sua primeira viagem à Inglaterra, em 1871, constam os nomes de Charles Darwin, seguido da nota “teoria da seleção natural-origem do homem”, e de Hebert Spencer.<sup>193</sup> Este, particularmente, ao lado de Auguste Comte, figurava entre os precursores do pensamento sociológico sistematizado; da Sociologia como uma ciência distinta, que buscava respostas para as novas conformações sociais que se apresentaram após a dupla revolução – a Francesa e a Industrial.

Ainda que ambos não tenham atendido ao convite imperial, já que d. Pedro II marcou com uma cruz os nomes daqueles que efetivamente se encontraram com ele, o fato de constarem na lista é um sinal relevante para o entendimento de que, a partir de então, o imperador procuraria nas teorias mais recentemente surgidas, não só as explicações para os problemas que visava combater, enquanto chefe de Estado, mas também os fundamentos para as políticas públicas que buscava fomentar.

Em outros termos, de certa forma, o interesse pelos postulados da nova ciência – a Sociologia – ia ao encontro dos anseios imperiais pelo que d. Pedro II considerava a necessidade de modernização do país, via incentivos às políticas públicas que permitissem a introdução de novas tecnologias, como as ligadas aos transportes e às comunicações, mas, sobretudo, pela possibilidade de obter uma resposta para a configuração social desejada.

---

<sup>192</sup> Trecho de carta de d. Pedro II ao conde de Gobineau. Assinada e datada, Rio [de Janeiro], 24/04/1880. In: RAEDERS, George. Op. cit, 1938. No original: “[...] Cependant, je ne suis pas ennemi de mon siècle comme vous, et la doctrine de l’évolution est exact dans son fondement. [...]”

<sup>193</sup> Cf. II POB - Maço 29 – Doc. 1045. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

Mais tarde, já em 1881, o imperador declararia, em carta a Gobineau, conhecer e ler Herbert Spencer com muito interesse, considerando as suas reflexões “muito justas”. Antes, porém, de amadurecer o seu pensamento, e abrir o caminho para os anseios da jovem intelectualidade, a ponto de, como tem apontado José Murilo de Carvalho<sup>194</sup>, o poder moderador, comumente associado ao Imperialismo, ao Absolutismo, ao despotismo e ao poder pessoal, tornar-se, no caso brasileiro, um instrumento para que se levassem adiante as bandeiras que iam surgindo, como o abolicionismo, cujo debate fora retomado durante a guerra contra o Paraguai, o imperador ainda costuraria uma sólida e importante rede de sociabilidade que o colocou em consonância não só com as “ideias novas”, mas também com alguns nomes da geração de 1870.

### 3.2 D. Pedro II em novos espaços de sociabilidade

Em carta escrita a Gobineau, em abril de 1874, d. Pedro II afirmava, em tom de crítica: “[...] tudo o que se relaciona com a França sempre me interessou vivamente, e sinto que tanta riqueza intelectual e material não seja aproveitada num sentido melhor. Volta-se às festas do Império para dar ganhos ao comércio de luxo de Paris.”<sup>195</sup>

Declarações como esta, corroborada por muitas outras passagens na documentação pessoal de d. Pedro II, dão indícios do desprezo, progressivamente acentuado, que o monarca, paradoxalmente, nutria pelos rituais da sociedade de corte. A este deslocamento, neste trabalho, chamamos passagem do *ethos* aristocrático para o *ethos* burguês.

Assim, a aproximação com o *ethos* burguês, no sentido postulado por Max Weber (1992), de racionalização de todas as esferas da vida social, evidencia-se ao longo da trajetória de d. Pedro II e, fundamentalmente, a partir da sua inserção em uma rede transnacional de produção e circulação de conhecimento, na qual o imperador foi não somente animador, mediador e divulgador, mas também criador.

Recorremos a Norbert Elias (2001), para entendermos a relação de forças entre a sociedade de corte (o *ethos* e o *habitus* aristocráticos) e a burguesia burocrata (o *ethos* e o

<sup>194</sup> Conforme conferência proferida por ocasião das comemorações dos 80 anos do Instituto Histórico de Petrópolis, na Câmara Municipal de Petrópolis, em dezembro de 2018.

<sup>195</sup> Trecho de carta de d. Pedro II ao conde de Gobineau. Assinada e datada, Rio [de Janeiro], 04/04/1874. In: RAEDERS, George. Op. cit, 1938.

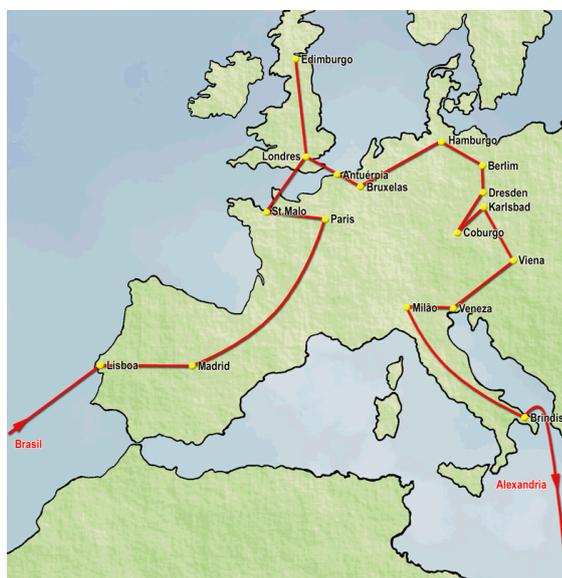
*habitus* burgueses). Se, segundo Elias, a sociedade de corte é comparável a um mercado onde o capital social (a lógica da distinção) é o mais valorizado, nos baseamos nestas reflexões para delinear em que medida d. Pedro II se afastou do *ethos* específico da sociedade de corte, por exemplo, quebrando, recorrentemente, protocolos e códigos a ela inerentes, a partir da valorização de outros capitais, particularmente, o cultural.

Nesta linha de pensamento, baseamo-nos em Angela de Castro Gomes e na utilização que faz da noção de sociabilidade (lugar de sociabilidade; rede de sociabilidade), alinhando-se a Maurice Agulhon, segundo a qual “um evento fundador, ao marcar uma geração, delimita os contornos de um meio intelectual, mesmo que a evolução posterior de seus integrantes siga caminhos muito diferenciados” (GOMES, 1993, p. 66). No caso de d. Pedro II, está claro que o distanciamento da sociedade de corte acentuou-se definitivamente a partir da década de 1870, justamente quando campos de poder, como o político e o intelectual, também são perpassados por lutas externas e internas; pela disputa pela legitimação construída, dialeticamente, a partir da relação entre novos discursos e ações políticas diferenciadas.

Sendo assim, a década de 1870 é frutífera para a compreensão desta passagem de um *ethos* a outro, como vimos mostrando, porque é marcada por duas viagens ao exterior, que sem dúvidas contribuíram para a consolidação da importância de d. Pedro II no cenário internacional, como também, internamente, pelo recrudescimento de questões sociais e políticas de primeira ordem, como a causa abolicionista, que ganhara o seu grande fôlego com os embates em torno da aprovação da Lei de 28 de setembro de 1871 – a Lei do Ventre Livre.

Justificada por um argumento pessoal, d. Pedro II, que há anos acalentava a vontade, fomentada por inúmeros conselheiros, de viajar ao exterior, finalmente, por motivos inesperados, deixaria o Brasil em maio daquele ano. Argumentando sobre a necessidade de buscar os dois netos mais velhos – d. Pedro Augusto e d. Augusto Leopoldo -, dos quais deveria supervisionar a educação e a formação, o monarca conseguiria a autorização para deixar o Império, ficando em seu lugar, como regente, a princesa Isabel.

Figura 16: Itinerário de d. Pedro II. Primeira grande viagem ao exterior. Europa e África. 1871-1872.



Fonte: BARBOSA, Fernando Ferreira. Mapas. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). *Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

Ao retornar da primeira viagem, em março de 1872, o imperador elaborou uma lista, dividida por países e cidades visitados, com os nomes das pessoas que conheceu, e às quais desejava agraciar com condecorações.<sup>196</sup> Obviamente, o primeiro olhar mostra que, apesar de renegar os rituais da sociedade de corte, quando lhe era conveniente, d. Pedro II não hesitava em lançar mão de suas atribuições de monarca. Porém, a mesma lista também revela, se perscrutada nas entrelinhas, o que a partir daquele momento seria de fato relevante para o imperador: a inserção na rede internacional de intelectuais, formada por pensadores e cientistas, incluindo os que conheceu em suas passagens, não só pela Europa, mas também pela África.

Não à toa, d. Pedro II se referiria à condecoração de Grã-Cruz da Rosa concedida a Gobineau - o mais alto grau desta ordem, após o do imperador, que era o Grão-Mestre -, da seguinte forma, mais uma vez, fazendo a disjunção entre o monarca e a pessoa física, d. Pedro d'Alcantara:

<sup>196</sup> Cf. II POB - Maço 29 – Doc. 1045. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

[...] Hoje tenho apenas tempo para acrescentar que o Imperador do Brasil sentiu-se feliz em agradar a D. Pedro d'Alcantara, nomeando-vos gran-cruz da Rosa, e remeto-vos o diploma e a condecoração. Estou certo que sereis o eco dos sentimentos que inspiram a concessão desta condecoração. Outras foram concedidas por ocasião da viagem de D. Pedro d'Alcantara, e posto que tenha boa memória, sobretudo quando quer mostrar-se reconhecido àqueles que foram bons para com ele, entretanto ele apenas propôs ao Governo e insistiu junto a este, em favor dos que achavam no caso indicado ou se distinguiram, principalmente, por seu mérito individual. [...] <sup>197</sup>

O documento, a que d. Pedro II denominou “trabalho”, não está datado, mas, sem dúvida diz respeito à lista de nomes que o imperador gostaria, ou se sentia obrigado, de agradecer, como dito, e que deveria ser submetida à análise da Secretaria dos Negócios do Império, logo após o seu retorno ao Brasil, e sobre a qual comenta com Gobineau no excerto acima.

Ao concluir a listagem, com claras denotações de rascunho, o documento escrito a tinta, mas com observações feitas a lápis, e alguns riscos e reescritos, por letra do próprio imperador, revela mais uma tentativa empreendida por d. Pedro II, objetivando separar o monarca do cidadão d. Pedro d'Alcantara. Assim conclui:

Terminando este trabalho que não considero completo observo que minha viagem foi sempre declarada como de caráter particular. Não pude evitar, e até o pouco tempo forçou-me a aceitar os favores que decerto só se faziam ao Imperador; mas desejo que na preferência da ordem dos agraciados [sigam] a maior parte destes que eu não confundo a todos na minha estima. Só as nossas legações irão mandando pedidos ou lembrando os obséquios daqueles que devam ser incluídos na lista oficial. <sup>198</sup>

Embora a sua posição soe sempre de forma ambígua, como, aliás, Eça de Queiroz havia sublinhado n'*As Farpas*, parece-nos evidente, na descrição acima, que o imperador não “confundia”, para reiterarmos a sua própria expressão, os nomes que listou com outros que, porventura, a diplomacia julgasse importante agradecer, corroborando, assim, a importância e o destaque que passava a dar, a partir de então, aos contatos com os círculos de intelectuais estrangeiros.

---

<sup>197</sup> Trecho de carta de d. Pedro II ao conde de Gobineau. Assinada e datada, Rio [de Janeiro], 24/07/1872. In: RAEDERS, George. Op. cit, 1938.

<sup>198</sup> II POB - Maço 29 – Doc. 1045. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

### 3.2.1 A rede de sociabilidade na primeira viagem ao exterior – 1871-1872

No mesmo documento, d. Pedro II declarou ter sido recebido, na França, por uma comissão composta por François Guizot, pelo duque de Broglie, que havia sido primeiro-ministro da França em duas ocasiões durante o Segundo Império, por Edouard [de Laboulaye] e por Edmond de Pressenseé, teólogo protestante e político, que visava congratular-se com o governo brasileiro pela Lei de 28 de Setembro.

Assim é marcada a passagem de d. Pedro d'Alcantara na França. Se, por um lado, receberia os aplausos pelo que foi considerado “um grande ato civilizador”, por outro lado, seria dono de perene reconhecimento dos franceses por ter-se recusado, ao desembarcar em Rouen, a ser recebido por oficiais prussianos que, para ele, representavam tropas inimigas ocupando o território de um país pelo qual sempre nutriu alta estima, e considerava sua pátria intelectual.

O imperador do Brasil era, então, embora a sua visita não tivesse caráter oficial, o primeiro chefe de Estado a estar na França após a Guerra Franco-Prussiana, a queda de Napoleão III e, em Paris, que encontrou ainda sob os efeitos da repressão à Comuna, logo no início da Terceira República. Estes fatos já seriam suficientes para que, vinte anos mais tarde, o governo francês concedesse ao imperador deposto as honras de chefe de Estado, por ocasião dos seus funerais.

Entretanto, para d. Pedro II, que havia deixado a cargo da princesa regente a questão do ventre livre, dizendo-lhe enfaticamente para vencer os conflitos relacionados ao projeto da lei da emancipação<sup>199</sup>, esta viagem parecia, nas suas palavras, “um sonho”<sup>200</sup>. Meses depois, relataria à filha as suas impressões, particularmente sobre Paris, dizendo-lhe ter se interessado muito por esta cidade, por seu movimento científico e literário, e contando-lhe ter visitado todos os estabelecimentos de maior importância, assim como haver conhecido os “homens mais distintos nas ciências e nas letras.”<sup>201</sup>

---

<sup>199</sup> AGP XXXIX-1-12 (1871). Trecho da correspondência ativa de d. Pedro II com a princesa Isabel. Carta datada e assinada, Carlsbad, 02/09/1871. Arquivo Grão Pará.

<sup>200</sup> AGP XXXIX-1-12 (1871). Trecho da correspondência ativa de d. Pedro II com a princesa Isabel. Carta datada e assinada, Lisboa, 12/06/1871. Arquivo Grão Pará.

<sup>201</sup> AGP XXXIX-1-12 (1872). Trecho da correspondência ativa de d. Pedro II com a princesa Isabel. Carta datada e assinada, Lyon, 04/02/1872. Arquivo Grão Pará.

Deste modo, a observação minuciosa da lista de candidatos à Ordem da Rosa elaborada por d. Pedro II, revela o seguinte:<sup>202</sup>

Tabela 1 – Candidatos à Ordem da Rosa

PAÍS VISITADO	Nº DE NOMES LISTADOS
Inglaterra	71
Alemanha	25
Áustria	15
Itália	68
Suíça	4
França	185
Espanha	24
Bélgica	16
Portugal	51
Escócia	9
Egito	13
<b>Total</b>	<b>481</b>

Fonte: Arquivo da Casa Imperial do Brasil.

Saltam aos olhos o maior número de indicados relacionados às excursões à Inglaterra e, particularmente, à França. Talvez por isso, d. Pedro II declararia em carta à filha que “o caráter da sociedade inglesa” agradava-lhe mais, ao mesmo tempo em que fazia votos para que a França renascesse “de seus infortúnios”<sup>203</sup>, embora, como dito, era aí que os contatos científico-culturais mais lhe interessavam.

Fica assim patente que, de um lado, na Inglaterra, d. Pedro II procurou reconhecer, além dos contatos estritamente intelectuais, aqueles relacionados à política e à administração.

<sup>202</sup> Cf. II-POB-Maço 29 – Doc. 1045. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania. A relação completa de todas as graças e mercês concedidas por ocasião da viagem de d. Pedro II à Europa e à África em 1871-1872, encontra-se no manuscrito organizado por Louis Alexis Boulanger, *Viagem de Suas Magestades Imperiaes na Europa 1871-1872*. AGP - Códice nº 153. Arquivo Grão Pará. O Arquivo Histórico do Museu Imperial possui sob a sua guarda uma reprodução xerográfica deste manuscrito.

<sup>203</sup> AGP XXXIX-1-12 (1871). Trecho da correspondência ativa de d. Pedro II com a princesa Isabel. Carta datada e assinada, Lyon, 04/02/1871. Arquivo Grão Pará.

Já na França, o prato da balança penderia sobremaneira para o lado da rede de sociabilidade intelectual, como uma resposta à sua vontade de integrar-se a uma elite de produtores de conhecimento que ele particularmente admirava.

Por contatos político-administrativos consideramos aqueles, obviamente, travados com políticos, como primeiro-ministro, presidente da república, prefeitos, parlamentares, mas também os estabelecidos com representantes dos governos, com militares, clérigos, ou com banqueiros, industriais, construtores, proprietários e profissionais diversos, como inventores e engenheiros, cujas áreas de atuação tivessem interesse direto para o projeto modernizador que d. Pedro II vislumbrava para o Brasil.

Já por contatos intelectuais, científico-culturais, entendemos os encontros com artistas, escritores, jornalistas, literatos, pesquisadores, professores universitários, diretores e funcionários de museus e outras instituições, como bibliotecas, observatórios astronômicos, laboratórios e membros de academias.

Tabela 2 – Contatos estabelecidos por d. Pedro II

INGLATERRA- ESCÓCIA	Contatos	FRANÇA	Contatos
Político- administrativos	46	Político- administrativos	43
Intelectuais/ Culturais- científicos	34	Intelectuais/ Culturais- científicos	142

Fonte: Arquivo da Casa Imperial do Brasil.

Em particular, com relação à França, chamam-nos a atenção a sua aproximação com os principais nomes da *Académie des Sciences*, do *Institut de France*<sup>204</sup>, instituição que não tardaria a conferir ao imperador do Brasil o mais alto reconhecimento que um estrangeiro poderia receber. Embora esta temática já tenha sido assinalada no primeiro capítulo,

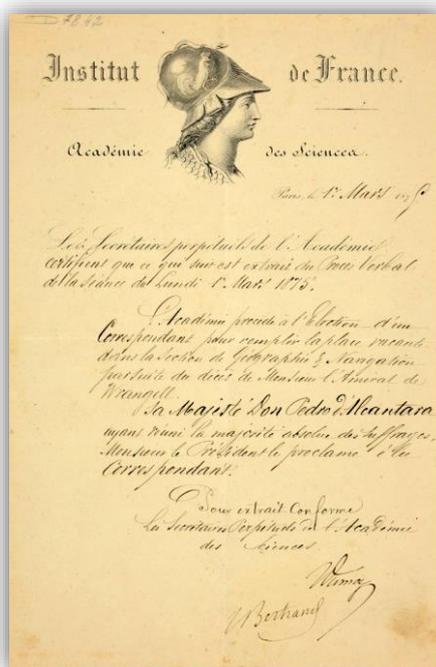
<sup>204</sup> O *Institut de France* foi criado durante o reinado de Luís XIV, na França, e abriga cinco academias: a Academia Francesa [de Letras]; a Academia de Inscrições e Belas Letras; a Academia de Belas Artes; a Academia de Ciências Morais e Políticas e a Academia de Ciências.

pensamos ser útil o seu desdobramento, para que se jogue luz sobre o respaldo dado ao nome do imperador pela comunidade científica internacional.

### 3.2.1.1 D. Pedro II e a Academia de Ciências do Instituto de França – 1871-1891

Pedro II d'Alcantara, conforme indexação da própria academia<sup>205</sup>, fora eleito associado correspondente em 1 de março de 1875, na seção de Geografia e Navegação. Ainda que levados em conta os seus contatos e contribuições com o *Institut de France*, esta escolha já poderia ser considerada um grande feito.

Figura 17: Carta, em francês, de [Jean-Baptiste] Dumas, secretário perpétuo da *Académie des Sciences*, e [Joseph Louis François] Bertrand a d. Pedro II, imperador do Brasil, comunicando a sua eleição como sócio correspondente da *Académie des Sciences* do *Institut de France*, no lugar de Ferdinand Von Wrangell. Paris, 01/03/1875.



Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.

<sup>205</sup> Conforme informações do sítio eletrônico oficial da *Académie des Sciences*. <https://www.academie-sciences.fr/fr/Liste-des-membres-depuis-la-creation-de-l-Academie-des-sciences/les-membres-du-passe-dont-le-nom-commence-par-p.html>. Acesso em: 20 nov. 2017.

No entanto, em 25 de junho de 1877, o imperador passaria a associado estrangeiro, quando só havia oito cadeiras nesta categoria, que dava a seus ocupantes o direito de voto nas decisões da academia. Se considerarmos que, à época da eleição de d. Pedro II, o paradigma científico sofria profunda transformação, como vimos mostrando, sobretudo com os ideais positivistas de ciência, com bases empíricas e laboratoriais, com a delimitação e a especialização de vários campos, onde, de modo geral, não haveria mais espaço para o diletantismo, defendemos que o mecenato e a erudição não servem como bases explicativas para este reconhecimento.

Além disso, o levantamento dos nomes que ocuparam uma cadeira na *Académie des Sciences*, desde a sua criação, em 1666, até os dias de hoje, mostra que, embora haja alguns titulares entre as centenas de nomes, sobretudo eleitos durante o Antigo Regime, somente três monarcas, além de d. Pedro II, foram escolhidos como associados. São eles: Pedro I, o Grande, czar russo - eleito "*hors de tout rang*" associado estrangeiro em 22 de dezembro de 1717; Napoleão I, Imperador da França, membro de 1ª classe da seção de Artes Mecânicas, eleito em 25 de dezembro de 1797, portanto, antes de se tornar cônsul, feito que é sublinhado no seu verbete na *Académie des Sciences*; Alberto I, príncipe de Mônaco, reconhecidamente grande pesquisador e oceanógrafo, eleito correspondente, em 1891, e associado estrangeiro em 1909.

Entre os brasileiros, d. Pedro II fora o primeiro a ser escolhido, seguido do barão de Teffé<sup>206</sup>, eleito associado correspondente, em 1889. Os outros cinco cientistas brasileiros a obterem tal reconhecimento só o alcançariam muito mais tarde<sup>207</sup>.

Segundo os *Comptes Rendus da Académie des Sciences*<sup>208</sup>, para a vaga de associado estrangeiro, em 1877, havia dois candidatos. D. Pedro II concorreria com o biólogo,

---

<sup>206</sup> Antonio Luiz von Hoonholtz, barão de Teffé (1837-1931). Militar e cientista. Engenheiro naval, fez carreira na Marinha Brasileira, tendo participado da Guerra contra o Paraguai. Exerceu cargos públicos, entre eles, o de diretor do Serviço Hidrográfico do Império. Foi veador da imperatriz d. Teresa Cristina; membro de várias academias e do IHGB; senador no período republicano (1912-1917), pelo Amazonas. Eleito associado correspondente da *Académie des Sciences* em 4 de fevereiro de 1889, na seção de Geografia e Navegação.

<sup>207</sup> Carlos Chagas, eleito correspondente, em 1965, e associado estrangeiro em 1984; Beatriz Barbuy, Jacob Palis, Umberto Cordani e Miguel Nicoletis, todos eleitos associados estrangeiros nos anos 2000. No entanto, há que se levar em conta que, atualmente, após reforma da academia nos anos 2000, existem 124 vagas de associados estrangeiros, sendo 4 delas, como dito, ocupadas pelos cientistas brasileiros.  
<<https://www.academie-sciences.fr/fr/>> Acesso em: 20 nov. 2017.

<sup>208</sup> Cf. *Comptes rendus hebdomadaires des séances de l'Académie des Sciences*. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb343481087/date>. Acesso em: 15 nov. 2017.

citologista belga, M. van Beneden, professor da Universidade de Liège. Foram quarenta e seis votantes, sendo o resultado fragorosamente favorável ao monarca, que recebeu trinta e nove votos, enquanto seu concorrente obteve apenas um voto. Houve ainda seis votos em branco.

Reunindo a maioria absoluta dos votos, d. Pedro II substituiria Christian Gottfried Ehrenberg, zoólogo, reconhecido por ter preparado mais de quarenta mil experimentos microscópicos, especialista em bacteriologia, professor da Universidade de Leipzig e da Universidade Humboldt, de Berlim, que havia falecido em 1876. Sua nomeação, no entanto, estava condicionada à aprovação do presidente da República da França, Mac-Mahon,<sup>209</sup> e seria efetivada poucos dias depois.

Sendo assim, a análise dos anais da *Académie des Sciences* também permite vislumbrar o reconhecimento obtido pelo imperador do Brasil, tendo-se em vista que ele não só concorreu, mas substituiu e seria substituído por eminentes cientistas, como Herman von Helmholtz, físico e fisiologista, vencedor da Medalha Copley, mais alto prêmio da *Royal Society*, que fora eleito para ocupar a cadeira de d. Pedro II, após a sua morte.

Na sessão de 7 de dezembro de 1891, realizada dois dias após o falecimento de d. Pedro II, seus pares não deixaram de sublinhar que “o *confrère* Pedro d’Alcantara é o iniciador de todos os progressos realizados neste século nesta parte do mundo [Brasil]”.

A relação de d. Pedro II com o campo intelectual francês, aliás, ia além da Academia de Ciências. Como é possível notar a partir de sua documentação, era também frequentador de outras instituições científico-culturais, como a Academia Francesa e o *Collège de France*, onde tinha significativos contatos como, por exemplo, com Ernest Renan.

---

<sup>209</sup> Patrice de Mac-Mahon, duque de Magenta (1808-1893). Presidente da III República Francesa, entre 1873 e 1879.

Tabela 3 – Contatos com integrantes de instituições francesas

INSTITUIÇÕES FRANCESAS	CONTATOS EM 1871-1872
Academia de Ciências	34
Instituto de França (demais academias)	18
Colégio de França	7
Outros (museus, observatórios, escolas, bibliotecas, laboratórios, teatros, etc.)	83
<b>Total</b>	<b>142</b>

Fonte: Arquivo da Casa Imperial do Brasil.

Já no Brasil, o afã do imperador em condecorar aqueles que lhe prestaram grandes “obséquios” e que marcaram a sua passagem pelos continentes europeu e africano, sem dúvida, rendeu-lhe duras críticas. Não à toa, declararia a Gobineau que não mais se envolveria com as indicações para a concessão de condecorações, que deveriam ficar unicamente a cargo da pasta do Império.

Mas a rede de sociabilidade alinhavada, inclusive com as condecorações, seria definitivamente consolidada a partir da segunda grande viagem de d. Pedro II ao exterior, uma meia-volta ao mundo, quando monarcas em pleno governo não se permitiam excursões a destinos tão distantes e ausências tão demoradas.

### 3.2.2 A meia-volta ao mundo e a ampliação da rede de sociabilidade – 1876-1877

Entre março de 1876 e setembro de 1877, portanto, durante um ano e meio, d. Pedro II se ausentou do Brasil para uma viagem icônica, sem o peso do luto, ou da busca pela memória

que o ligasse à sua ascendência. Era definitivamente uma viagem de conhecimento: de lugares, de pessoas, de si mesmo. De outras formas de governar, de diversos modelos de organização social, de encontros com culturas tão distintas quanto a dos americanos do leste e do sul dos Estados Unidos. Uma caixa de descobertas, como o telefone que experimentou na Exposição Universal, em Filadélfia, ou o som que ouviu no teatro wagneriano em Bayreuth.

Figura 18: Itinerários de d. Pedro II.

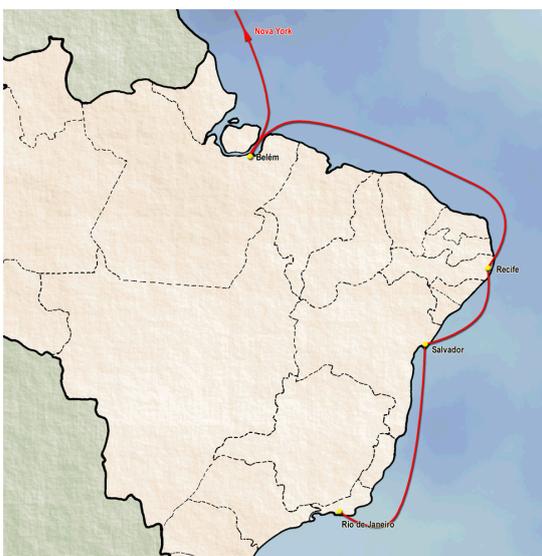


Figura 19: Itinerários de d. Pedro II.

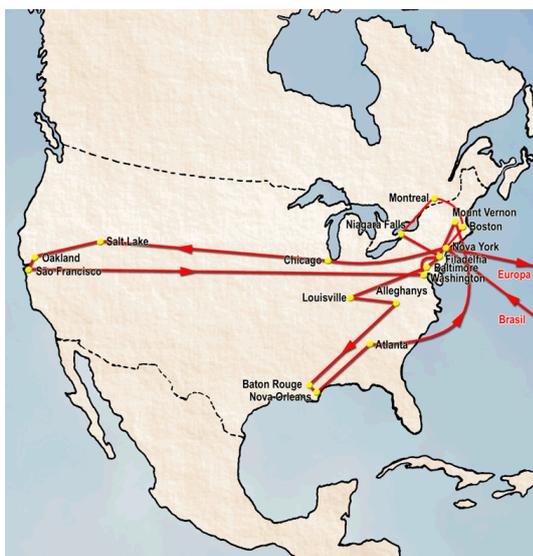


Figura 20: Itinerários de d. Pedro II.

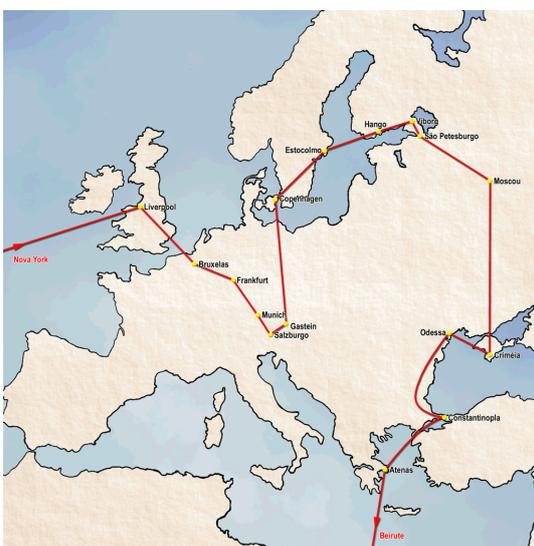
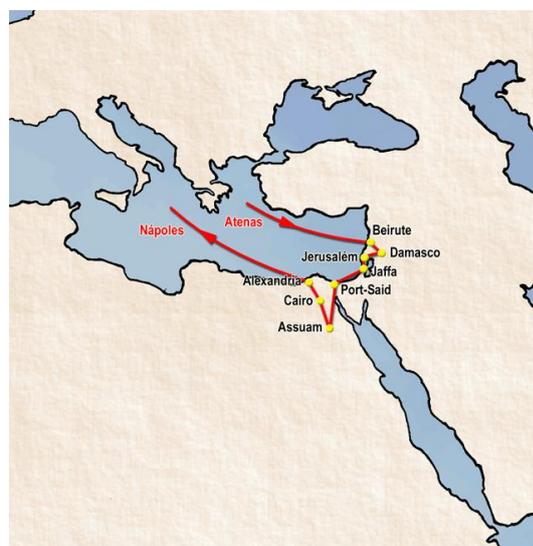


Figura 21: Itinerários de d. Pedro II. (continua)





A Exposição Universal da Filadélfia, então a primeira a ser realizada nos EUA e nas Américas, trazia em si a representação de que ciência e progresso estavam inevitavelmente associados. Era a concretização de um paradigma que não somente entendia a ciência como a verdade, a consolidação da razão, mas que tinha como bases as diretrizes da Revolução Industrial, como as práticas laboratoriais, que atrelavam à produção do conhecimento a noção de utilidade. Não à toa, neste contexto, a propaganda e a popularização científicas seriam intensificadas, tornando essas noções hegemônicas no último quartel do XIX.

Somando a isto, o discurso científico era entendido também como a forma de gerir as sociedades, inclusive dirimindo as desigualdades, afastando as chances de rupturas drásticas, e oferecendo alternativas, de um lado, às pautas reivindicatórias dos socialistas, por exemplo, e, de outro lado, à associação com o ideário conservador e também religioso, sobretudo católico.

D. Pedro II, como leitor e admirador de Ernest Renan<sup>210</sup>, sem dúvida, não ficaria imune a essas transformações. No diário que escreveu durante a viagem pelos EUA, na verdade, descrições bastantes minuciosas produzidas em folhas de papel avulsas, muitas delas com o timbre dos hotéis onde se hospedava, e com óbvia denotação de rascunhos que posteriormente deveriam ter sido passados a limpo, ficaria evidente o seu entusiasmo com tudo o que via, sobretudo com relação à modernização possibilitada pelo processo de industrialização. Passagem interessante do diário é a que narra o encontro do monarca com uma senhora que o queria para imperador do Sul. Assim relatou:

20 de maio de 1876 – Conversei com uma senhora idosa que perdeu marido e filho combatendo pela causa do Sul. Disse-me que não tinha mais pátria e admirou-se de que visitasse Grant prevaricador. Respondi-lhe convenientemente e ela concordou comigo que **o princípio da escravidão tinha tornado antipática a causa do Sul e que, apesar de nada dizer a tal respeito a constituição, não podia estar na mente de Washington, Franklin, Jefferson e tantos outros grandes homens da Independência manter tal princípio.** Enfim que neste mundo o resultado valeu muitíssimo, e que era preciso sujeitar-se a ele tendo o consolo de ver a pátria outra vez reunida, formando uma grande nação. A isto acudira ela logo com dois *never* bem acentuados. [...]

---

<sup>210</sup> Além das referências recuperadas na correspondência entre d. Pedro II e Gobineau, verificamos menções a Ernest Renan em 15 dos 44 diários de d. Pedro II. Curiosamente, no volume 22 dos seus diários, que descreve a sua viagem pela província de São Paulo em 1878, o imperador narrou, em tom irônico, ter recebido para leitura a versão em português de *La Vie de Jesus*, obra publicada originalmente em 1863.

24 de maio de 1876 - Estamos a 130 m. de N. Orleães. Creio que os sulistas hão de incomodar-me com suas obsequiosidades, pois que o bispo já me disse que se fosse possível eles me queriam para monarca do Sul, como durante a guerra da secessão tiveram intenção de se constituírem monarquia e chamar um soberano de fora. O tom da linguagem deles é de quem ainda não se resignou do resultado de sua imprevidência e, sobretudo, de sua má causa interesseira. Por ora nada posso dizer, **porém o Norte me tem agradado muito mais que o Sul.**<sup>211</sup> (grifos nossos)

Esta viagem, no entanto, vinha sendo aventada há muitos anos, primeiramente, pelo incentivo de pessoas próximas a d. Pedro II, como Francisco Adolfo Varnhagen, visconde de Porto Seguro que, já em 1870, alertava-o dizendo que, com o término da guerra contra o Paraguai e a recepção dada ao conde d'Eu, estava na hora do imperador e da imperatriz visitarem os Estados Unidos e a Europa. Inclusive, em janeiro de 1876, Varnhagen, que desde a década de 1850 incentivava o imperador a respeito da importância das viagens, escreveria novamente a d. Pedro II encorajando-o a visitar, além de Nova Iorque, outras localidades como Washington, Chicago e Niágara.

No âmbito deste trabalho, contudo, interessam-nos especialmente os contatos de d. Pedro II com os chamados amigos da Nova Inglaterra: o reverendo James Cooley Fletcher; os poetas Henry Wadsworth Longfellow e John Greenleaf Whittier e, sobretudo, Louis Agassiz.

Sem dúvida, a conexão de d. Pedro II com esses quatro intelectuais mereceria uma análise aprofundada, que não cabe neste trabalho. Porém, grosso modo, o que se mostrou na análise da documentação foi a íntima relação que se estabeleceu, primeiramente, entre Fletcher e d. Pedro II.

Fletcher, que chegara ao Rio de Janeiro em 1852, figura entre os primeiros missionários protestantes a percorrer o país, e publicaria, cinco anos mais tarde, junto com Daniel Parish Kidder, missionário metodista, que havia estado em províncias brasileiras nas décadas de 1830 e 1840, as suas impressões, que constituem um dos mais importantes relatos de viajantes oitocentistas sobre o Brasil.<sup>212</sup>

Evidencia-se que Fletcher fora de fato o articulador dos contatos entre o imperador do Brasil e os demais integrantes do grupo. Ainda em 1865, enviou a d. Pedro II cartas de

<sup>211</sup> Diário de d. Pedro II, volume 17 (20 e 24/05/1876). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

<sup>212</sup> Trata-se da obra *Brazil and the Brazilians: portrayed in historical and descriptive sketches*, de autoria de Daniel Parish Kidder e James Cooley Fletcher, publicada por Childs & Peterson, em 1857.

Longfellow e Whittier, acompanhadas de traduções e poemas. Além dos escritos antiescravidão de autoria dos dois poetas, que d. Pedro II admirava, indagamos ainda sobre a medida da influência, se não exatamente das ideias, especialmente do *ethos* calvinista de Fletcher, na longa amizade que se estabeleceria entre ambos.

### 3.2.2.1 D. Pedro II e Louis Agassiz: aspectos das discussões racialistas

Interessa-nos, no entanto, destacar particularmente a relação de d. Pedro II com Agassiz, que chegara a ser um dos mais respeitados cientistas nos EUA, embora fosse nascido na Suíça. Suas ideias alcançaram grande repercussão nos meios acadêmico e político norte-americanos, até que, ao opor-se a Charles Darwin, passou a ter a sua confiabilidade questionada. Em uma perspectiva claramente racialista, que não só criava uma hierarquização racial como também apregoava a degeneração causada pela miscigenação, Agassiz obteve apoio tanto americano quanto brasileiro para percorrer o Brasil, do Rio de Janeiro até o Amazonas, buscando ratificar as suas teses. Estas experiências, compiladas durante a chamada Expedição Thayer, seriam publicadas em *A journey to Brazil*, em 1867<sup>213</sup>.

Este movimento intelectual ganharia força a partir do último quartel do XIX, conformando uma divisão que se estabeleceria entre dois grupos que buscavam, sem romper definitivamente com os postulados religiosos, particularmente os judaico-cristãos, atrelar as suas ideias ao novo paradigma de cientificidade. De um lado, viam-se Agassiz, Gobineau e Ladislau Netto (a partir de 1875, diretor do Museu Nacional), que defendiam a noção poligenista, e de outro, Quatrefages e d. Pedro II, que haviam aderido às ideias monogenistas. Todos contrários ao darwinismo, o que não impediria d. Pedro II de manter-se ávido por conhecer pessoalmente Darwin.

Grosso modo, os poligenistas, amplamente influenciados por Agassiz, que atrelava as suas ideias ao criacionismo, defendiam a tese de que havia vários centros de criação do homem, o que justificaria a assimetria entre as raças no que tangia às qualidades físicas e

---

<sup>213</sup> Durante a Expedição Thayer, entre 1865 e 1866, inclusive, Agassiz compilaria fotografias, retratando a população negra e mestiça do Brasil, com evidente interesse em comprovar suas teses racialistas. Para mais detalhes ver: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2010/09/04/as-fotos-secretas-do-professor-agassiz/>. Acesso em: 18 abr. 2019.

morais. Já os monogenistas propalavam a ideia de uma origem única para o homem, o que em certo sentido os aproximava do evolucionismo. No entanto, para Quatrefages, com quem d. Pedro II expressamente concordava, haveria quatro reinos na natureza, sendo o quarto separado para a espécie humana.

Quanto a Agassiz, que havia sido na juventude discípulo de Karl Friedrich Philip von Martius e, desde então, estava familiarizado com as expedições estrangeiras ao Brasil, consta que as longas cartas que escreveu ao imperador do Brasil, ao todo cinquenta e duas missivas, tenha sido o maior volume de respostas a um único correspondente remetido por ele.<sup>214</sup>

Agassiz iniciou a correspondência com o imperador do Brasil em 1863, aproveitando-se da oportunidade que lhe apresentou o retorno de Fletcher ao país neste período para firmar o primeiro contato direto, e enviar-lhe por meio do amigo reverendo uma obra de sua autoria, tratando dos métodos de estudo em História Natural. Na mesma carta, também demanda autorização a d. Pedro II para classificar uma nova espécie de peixe, que Fletcher lhe enviara do Brasil, e que possibilitou importante descoberta para a ictiologia, com uma referência ao nome do imperador.

A esta primeira carta, d. Pedro II respondeu prometendo enviar mais objetos que pudessem ter interesse para a História Natural, abrindo caminho para uma ativa parceria de trocas intelectuais. Assim, a leitura da correspondência passiva e ativa entre ambos, já publicada no *Anuário do Museu Imperial*, em 1952, permite traçar um panorama dos temas discutidos, embora d. Pedro II não chegasse a aprofundar, em suas respostas, alguns aspectos das discussões sugeridas por Agassiz.

Entretanto, torna-se evidente que a expedição Thayer recebeu amplo e total apoio do imperador, que fora um importante mediador para o seu sucesso. Mais do que isto, d. Pedro II trataria de providenciar a coleta, durante a sua viagem ao Sul, por ocasião do início da guerra contra o Paraguai, de diferentes e novas espécies de peixes de rios e riachos da província do Rio Grande do Sul, que serviriam de comparação àquelas coletadas pelos integrantes da expedição, sobretudo no Amazonas.

Ao imperador, mais uma vez, o professor, como d. Pedro II tratava Agassiz, perguntaria sobre a possibilidade de revelar publicamente a sua contribuição para o

---

<sup>214</sup> Conforme informações contidas no *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. 13, 1952. p. 13-284.

enriquecimento do material coletado no Brasil e que, logo a seguir, serviria como base enriquecedora da coleção do museu de zoologia que o cientista havia criado nos EUA<sup>215</sup>. Agassiz via na colaboração do imperador, mais do que o simples mecenato, um esforço empreendido de fato para o que considerava o progresso do conhecimento científico.

Ao retornar a Boston, Agassiz seria convidado a proferir cursos sobre o Brasil, aos quais concorreram mais de duas mil pessoas que começavam a se interessar, de um lado, pelas possibilidades de estabelecerem negócios com o país sul-americano, o que fora alavancado pela abertura da navegação do Rio Amazonas, ou por projetos de imigração, e, por outro lado, pelas novas vogas científicas que, inclusive, visavam responder, entre outros pontos, aos desafios da nova organização social no pós-guerra civil e pós-abolição da escravidão.

Embora Agassiz e sua esposa abominassem a escravidão em si, como testificado no relato de Elisabeth Agassiz<sup>216</sup> sobre a conversa que tiveram com o imperador e a imperatriz no Palácio de São Cristóvão, paradoxalmente, aproveitariam, como já sublinhamos, a expedição ao Brasil para corroborarem as suas teses racialistas. Ao imperador, em carta de fevereiro de 1866, Agassiz diria que “o estudo das raças humanas que se cruzam nessas regiões” haviam lhe tomado bastante tempo. Na mesma carta, relata ainda ter produzido as fotografias do que chamou “todos os tipos” que pôde observar, acrescentando que:

O principal resultado ao qual eu cheguei é que as raças se comportam umas em face das outras como as espécies no reino animal, quer dizer que os híbridos que nascem do cruzamento de homens de diferentes raças são sempre uma mistura de dois tipos primitivos e jamais a simples reprodução das características de um e de outro progenitor, como é o caso das raças dos animais domésticos.<sup>217</sup>

<sup>215</sup>Atualmente, *Museum of Comparative Zoology* [Museu de Zoologia Comparada], da Universidade de Harvard, EUA. Agassiz dirigiu o museu desde a sua criação, em 1859, até 1873, ano de seu falecimento. Foi sucedido por seu filho, Alexander Agassiz, que esteve à frente do museu até 1910. Alexander Agassiz recepcionou e ciceroneou d. Pedro II em sua visita a Boston e a Cambridge, Massachusetts. Entretanto, é interessante observar que, na história do museu, disponível em seu sítio eletrônico oficial, não há qualquer menção ao material enviado do Brasil, seja o remetido por d. Pedro II, seja o coletado pelo próprio Agassiz.

<sup>216</sup> Elisabeth Cary Agassiz, que acompanhou o marido e os demais pesquisadores na viagem ao Brasil, e com a qual o d. Pedro II se reencontraria durante a viagem aos EUA, em 1876. Tornou-se coautora do livro que relatou a expedição pelo Brasil. AGASSIZ, Elizabeth Cary e Louis. *A Journey in Brazil*. Boston: Fields & Osgood, 1867.

<sup>217</sup> POB-Maço 139 – Doc. 6836. Trecho de carta de Louis Agassiz a d. Pedro II. Datada, Pará, 23/02/1866. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania. No original, em francês: “L’étude du mélange des races humaines qui se croisent dans ces régions m’a aussi beaucoup occupé et je me suis procuré de nombreuses photographies de tous les types que j’ai pu observer. Le principal résultat auquel je suis arrivé est que les races se comportent les unes vis-à-vis des autres comme les espèces dans le règne animal, c’est-à-dire que les hybrides qui naissent du croisement d’hommes de race différente sont toujours un mélange des deux types primitifs et

Ao retornar para os Estados Unidos, Agassiz ainda confessaria ao imperador que os abolicionistas norte-americanos começavam já a perceber que “os negros não são tudo o que eles imaginavam” sem, contudo, mais adiante, deixar de parabenizá-lo pela emancipação dos escravos, provavelmente referindo-se ao decreto que possibilitava a libertação de escravizados para combaterem na Guerra da Tríplice Aliança<sup>218</sup>. Vemos, assim, ainda no final da década de 1860, a tônica que perpassaria o discurso de importantes abolicionistas: de um lado ardorosos combatentes contra a escravidão; de outro lado, propagadores do ideário racista.

Na visita aos EUA, que também fora incentivada por Agassiz, o imperador manteve em boa medida o padrão de conhecer do ponto de vista político-administrativo o que pudesse colaborar para a modernização do Brasil e, no âmbito cultural-científico, o que havia de mais inovador no campo do conhecimento e que pudesse ser implementado nas instituições brasileiras a partir de novas bases epistemológicas, como na reestruturação do Museu Nacional, ou na criação da Escola de Minas de Ouro Preto, conforme estudado por Carvalho (2002), que se dariam ainda na década de 1870.

Neste viés, o falecimento de Agassiz em 1873 não impediria d. Pedro II de se encontrar com familiares e pessoas que haviam sido próximas a ele, e rememorar em seu diário a sua figura, como na visita que fez ao *Smithsonian Institution*, em Washington. Ciceroneado pelo filho de Agassiz, que havia sucedido o pai na direção da instituição, o imperador visitaria o museu de zoologia criado pelo naturalista, cuja coleção havia sido enriquecida como um desdobramento e resultado não só da expedição que ele pessoalmente chefiou no Brasil, mas também da coleta de fósseis empreendida por Fletcher, que recebera esta incumbência quando empreendeu a sua segunda missão no país na década de 1860, e, como ressaltamos, com a contribuição de material angariado sob as ordens imperiais.

A documentação de caráter privado de d. Pedro II deixa claro que o imperador não se coadunava, *strictu sensu*, nem com as teses de Gobineau, nem com as de Agassiz, que como apontamos eram racistas, porém poligenistas. No entanto, para além das mediações de d. Pedro II para o fomento da produção do conhecimento científico na segunda metade do XIX,

---

jamis la simple reproduction des caractères de l'un ou de l'autre des progéniteurs, comme c'est le cas pour les races d'animaux domestiques. Dans ces deux cas le nom de races s'applique donc à des choses très différentes.”

<sup>218</sup> POB - Maço 139 – Doc. 6836. Trecho de carta de Louis Agassiz a d. Pedro II. Datada, Nahant, a bordo, 20/08/1866; POB - Maço 141 – Doc. 6945. Trecho de carta de Louis Agassiz a d. Pedro II. Datada, Cambridge, 20 de maio de 1867. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania. Agassiz, provavelmente, se referia ao Decreto Nº 3725 A, de 6 de novembro de 1866, que concedia a liberdade aos “escravos da Nação” para servirem ao Exército, estendendo a alforria às mulheres dos que fossem casados.

consideramos de suma importância o questionamento a respeito do impacto que essas ideias teriam sobre a formação do pensamento social brasileiro, incluindo o imperador. O que nos parece uma lacuna é justamente o fato de os estudos produzidos sobre a reverberação destas teses no campo intelectual no Brasil não levarem em consideração, de forma aprofundada, o que o imperador, ele mesmo, pensava sobre estes trabalhos.

Como intentamos mostrar, os indícios mostram que este ideário teria grande impacto sobre d. Pedro II que, mais à frente, coadunaria com outra corrente, que em boa medida o aproximaria de uma parte da chamada geração de 1870. Mas esta costura intelectual ainda seria consolidada definitivamente durante o restante da viagem.

### 3.2.2.2 Seguindo viagem, consolidando contatos intelectuais

Dos Estados Unidos, o monarca e sua comitiva partiram para a Europa, tendo desembarcado em Liverpool, na Inglaterra, em junho de 1876. O livro de assinaturas de visitas ao imperador, em passagem por diversos países, segue os mesmos padrões dos contatos realizados durante a primeira viagem, sendo majoritariamente registrados os nomes de políticos, diplomatas, industriais e representantes das nobrezas europeia e brasileira, assim como os vínculos propriamente intelectuais, de caráter cultural-científico, que o imperador fez questão de ressaltar em seus diários e nas correspondências com os seus interlocutores mais próximos, como nas cartas enviadas à condessa de Barral e à princesa Isabel.<sup>219</sup>

Como demonstram os mapas acima, que recuperam os trajetos elaborados pelo próprio d. Pedro II e seus próximos, e seguidos a risca pelo imperador, até setembro de 1877, quando retornou ao Brasil, o imperador pode entregar-se a um périplo que compreendeu passagens pela Grã-Bretanha e Irlanda, Europa Continental, uma viagem a bordo do expresso do Oriente que o levou pela Escandinávia até a Rússia, a passagem por Constantinopla, de onde seguiu em viagem até o Alto Nilo, à Palestina e a outros países do Oriente Médio, incluindo a visitas a Beirute e Damasco.

Não restam dúvidas de que esta viagem consolidou o reconhecimento de d. Pedro II no estrangeiro, mas também definiu a partir de então a sua adesão ao que de mais novo se

---

<sup>219</sup> Estas fontes complementam com riqueza de detalhes a narrativa dos diários.

produzia nos campos intelectual e científico. Entre 1876 e 1877, d. Pedro II seria nomeado sócio estrangeiro da Sociedade de Antropologia de Paris, participaria como membro honorário do III Congresso Internacional de Orientalistas, em São Petersburgo e seria eleito membro das Academias Imperiais de Ciências de São Petersburgo e Moscou, da Academia de Ciências da Bélgica, da *Royal Society*, de Londres, e, como já ressaltamos, seria elevado à categoria de associado estrangeiro da Academia de Ciências, do Instituto de França.

Embora confessasse à condessa de Barral ter consciência de não estar em pé de igualdade com estratos tão importantes da intelectualidade, pensamos ser fundamental a problematização desta extensa rede de sociabilidade e, sobretudo, do reconhecimento oferecido por instituições que representavam, e ainda representam, o ápice do capital simbólico, social e cultural que um intelectual poderia reunir.

Ao retornar ao Brasil, d. Pedro II demonstraria ter definitivamente completado o ponto de inflexão em sua trajetória. A partir dos anos 1880, quando comemorava quarenta anos de reinado, cada vez mais se diria cansado dos negócios políticos, atestando ser necessária e fundamental o que chamava de “moralização” da classe política brasileira.<sup>220</sup> Por outro lado, passaria a se dedicar cada vez mais aos seus estudos e leituras.

Como se evidencia na correspondência com a condessa de Barral, ao descrever em cartas-diários o seu cotidiano, sobressaem as presenças semanais como ouvinte em um novo circuito de propagação e vulgarização do conhecimento científico, como nas já citadas conferências do Museu Nacional e nas Conferências Populares da Glória.

A partir de então, o imperador também passaria a narrar à sua confidente a rotina de participações em bancas de concursos, seja no Colégio Pedro II, na Escola Politécnica, ou na Escola de Medicina, por exemplo, assim como registraria a sua atuação regular nas sessões do IHGB.

As outras duas viagens que faria ao exterior, a de 1887-1888, cujo mote fora o tratamento de sua saúde - o que não o impediria de acompanhar, por exemplo, as escavações arqueológicas em Pompeia - e a derradeira viagem, a do exílio, quando por dois anos teria talvez a sua experiência mais marcante - a possibilidade de ser e viver como sempre desejou - apenas reiterariam o que a rede de sociabilidade firmada em 1871 e consolidada em 1876 já

---

<sup>220</sup> Cf. cartas à condessa de Barral. DBM-15/01/1880; 15/04/1880. Coleção Barral Montferrat. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

apontava: a consagração de d. Pedro II como um importante intelectual em uma rede transnacional de produção e circulação de conhecimento na segunda metade do século XIX.

### 3.3 Uma amizade sob holofotes: d. Pedro II e Armand de Quatrefages

Li Renan e agora vou a Quatrefages.

*D. Pedro II*<sup>221</sup>

O nome de Jean-Louis-Armand de Quatrefages de Bréau aparece na documentação pessoal do imperador ainda na década de 1850, através de uma carta remetida pelo naturalista francês, que desde 1855 era o titular da cadeira de anatomia e etnologia do Museu de História Natural de Paris<sup>222</sup>, agradecendo por sua nomeação como cavaleiro da Ordem da Rosa<sup>223</sup>. Como retribuição, Quatrefages enviou dois livros a d. Pedro II, dizendo-lhe que ficaria honrado se em meio a altos compromissos o monarca pudesse dispensar um tempo para “se distrair” com o que ele havia escrito.

Em novembro de 1868, Quatrefages escreveria ao imperador novamente, agradecendo-lhe mais uma vez, e dizendo dever a ele a sua primeira grande condecoração, como já lhe devia a primeira cruz estrangeira.<sup>224</sup> A partir de então, a correspondência entre ambos se estabeleceu, o que nos mostra que o interesse mútuo fora despertado antes mesmo da primeira viagem de d. Pedro II ao exterior.

Na referida lista de pessoas com as quais o imperador esteve na França, entre 1871 e 1872, e que deveriam ser agraciadas com a Ordem da Rosa, o nome de Quatrefages foi relacionado, certamente como candidato a um grau mais elevado da condecoração. Mas é na correspondência passiva de d. Pedro II - seja com Gobineau, ou com o próprio Quatrefages - e

<sup>221</sup> Diário de d. Pedro II, volume 35 (06/12/1890). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

<sup>222</sup> Atualmente, *Muséum national d'Histoire naturelle* [Museu Nacional de História Natural]. Paris, França.

<sup>223</sup> Cf. POB - Maço 124 – Doc. 6226. Carta datada de Paris, 11/11/1857. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>224</sup> POB-Maço 143-Doc. 7026. Carta datada de Paris, 30/11/1868. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

nos diários que se evidenciam não só a amizade como também a adesão do imperador às suas teses.

Como já sublinhamos, Gobineau e Quatrefages estavam em lados opostos no que tangia à concepção sobre as origens do homem. Além disso, Gobineau chegou a desacreditar Quatrefages não só do ponto de vista científico, mas também pessoalmente, dizendo ter por ele “o mais soberano desprezo”.<sup>225</sup>

Das palavras de Gobineau depreendemos o aguçamento do conflito entre dois modelos explicativos, que conflagraria a luta pela hegemonia do discurso legítimo no campo científico e, particularmente, em relação às origens do homem. Neste sentido, d. Pedro II e Gobineau mostravam-se atentos a tudo que vinha sendo apresentado como meios comprobatórios para as novas teses. Porém, a diferença de opinião entre ambos começava também a sobressair.

As cartas que Gobineau escreveu ao imperador apontam sinais de que o conde estava realmente disposto a estudar e, posteriormente, a combater Darwin. Em 1874, diria estar dedicando-se à leitura das teses darwinistas com a finalidade de discuti-las na segunda edição de *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* que vinha preparando.

D. Pedro II, como mostraram Domingues e Sá (2003) na análise que fizeram sobre a recepção do darwinismo no Brasil, responderia a Gobineau reiterando também não ser darwinista. Na verdade, mais do que combater Darwin, o imperador pretendia manter em vista a ideia da criação divina, citando, por exemplo, compreender o “*bathybius Haeckelii*” [sic.]<sup>226</sup>, sem desprezar no entanto que o princípio da criação era divino.

Porém, se por um lado d. Pedro II concordava com Gobineau com relação a Darwin, ao que tudo indica, não se deixou influenciar pelos comentários do conde no que dizia respeito a Quatrefages, e com ênfase o defenderia, indagando Gobineau por que detratava o

---

<sup>225</sup> Cf. carta de Gobineau a d. Pedro II. Assinada e datada, Estocolmo, 26/08/1874. In: RAEDERS, George. Op. cit, 1938.

<sup>226</sup> O *Bathybius haeckelii* seria uma substância primária, que ligava o mundo inorgânico ao orgânico, e que, segundo Thomas Henry Huxley, era a matéria primordial de toda forma de vida. Fora também um caso de tentativa de estender à espécie humana os princípios da teoria darwinista sobre as origens das espécies; uma tentativa de comprovação empírica das teses darwinistas, que logo se mostraria falsa. D. Pedro II disse a Gobineau entender o que Huxley e Haeckel propunham, mas indagava a respeito de quem teria criado a albumina (o “elemento primordial”), reforçando assim a perspectiva do criacionismo.

naturalista francês, ao qual chamou de homem sensato que havia prestado bons serviços às ciências naturais.<sup>227</sup>

Adiante, Gobineau responderia a d. Pedro II, confessando identificar algumas pequenas contribuições de Quatrefages para as ciências naturais, porém, dizendo acima de tudo reconhecer o seu espírito charlatão e a sua mesquinhez.

A discussão em torno de Darwin que o imperador e Gobineau entretiveram pode ter levado à falsa ideia de que, assim como o amigo conde, d. Pedro II se manteria preso ao idealismo (BESOUCHET, 1993). Ao contrário desta tese, entretanto, vislumbramos na aproximação que a partir da década de 1870 se efetivou entre d. Pedro II e as ideias de Quatrefages a sua adesão definitiva ao novo paradigma científico que pautaria não somente a produção de conhecimento nas últimas décadas do XIX, mas também o ideário da nova geração de intelectuais e políticos brasileiros.

### 3.3.1 A configuração de uma nova ciência: Quatrefages, Paul Broca e d. Pedro II

No prefácio que escreveu para a obra de René Verneau, *Les Races Humaines*<sup>228</sup>, publicada em 1890, Quatrefages chamou a atenção para o fato de, até então, pouquíssimos naturalistas haverem se debruçado sobre o “estudo do homem”. Nas suas palavras, se os animais e os vegetais já tinham sido inseridos em um “quadro metódico”, faltaria ainda aplicar o mesmo procedimento analítico às pesquisas que tivessem por objeto os homens e o seu lugar na natureza.

Fazendo um apanhado geral da história dos estudos antropológicos, partindo de Buffon<sup>229</sup>, que no século XVIII, embasado em relatos de viajantes, havia procurado descrever

---

<sup>227</sup> Cf. carta de d. Pedro II a Gobineau. Assinada e datada, Rio [de Janeiro], 04/10/1874. In: RAEDERS, George. Op. cit, 1938.

<sup>228</sup> Cf. *Les Races Humaines*. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65414340/f11.image>. Acesso em: 25 mai. 2019. René Verneau (1852-1938). Recebeu influência das obras de Gobineau, Quatrefages e Paul Broca. Doutor em Medicina, tornou-se antropólogo e, em 1874, começou a trabalhar como auxiliar no Museu de História Natural de Paris, passando a professor titular desta instituição em 1879, após realizar expedição às Ilhas Canárias. Seria também presidente da Sociedade de Antropologia de Paris e “redator-chefe” da revista *L'Anthropologie*, a partir de 1903.

<sup>229</sup> Georges Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788). Autor de *Histoire Naturelle*, publicada em 36 volumes, entre 1749 e 1804, onde propalou a ideia de “espírito científico”.

os homens de uma perspectiva etnológica, o que bastaria para consagrar-lhe o título de fundador da Antropologia, Quatrefages chamou a atenção para as lacunas do seu trabalho: a descrição das raças humanas apenas a partir das características exteriores e a falta de um método de classificação.

A leitura da descrição, apesar de sumária, que Quatrefages faz das contribuições dos precursores da Antropologia deixa claro que sua análise se tratava particularmente da problemática da definição de um aporte metodológico para o novo campo de conhecimento que se delineara desde a criação da *Société d'Anthropologie de Paris* em 19 de maio de 1859.

Assim, o campo da Antropologia, em sentido estrito, começaria a ser consolidado a partir da década de 1860, quando Paul Broca, que fora junto com dezenove outros cientistas fundador da Sociedade de Antropologia de Paris, estabeleceu uma diferenciação entre a Antropologia, a Etnografia e a Etnologia, afirmando que os estudos antropológicos deveriam se dar principalmente do ponto de vista da história natural do homem.<sup>230</sup>

Broca, seguindo então os novos procedimentos científicos que, no caso da Antropologia, apoiava-se nos conhecimentos da Medicina, inventou índices antropométricos que permitiam o estudo comparado das raças humanas. Com sólidas bases na Anatomia, os estudos antropológicos surgiram, assim, amparados nos fundamentos mais positivos das ciências naturais.

À Sociedade de Antropologia de Paris, seguiram-se a criação da *Revue d'Anthropologie*, em 1872, e a fundação da *École d'anthropologie de Paris* [Escola de Antropologia de Paris], em 1876. D. Pedro II, por sua vez, não ficaria inerte a este circuito intelectual e, também em 1876, como dito, seria nomeado por Paul Broca sócio estrangeiro da Sociedade de Antropologia de Paris.<sup>231</sup>

---

<sup>230</sup> Cf. BROCA, Paul. In: *Histoire des progrès des études anthropologiques depuis la fondation de la Société : compte rendu décennal (1859-1869)*, lu dans la séance solennelle du 8 juillet 1869. 1870. p. 23. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/>. Acesso em 10 abr. 2012. Paul Broca (1824-1880). Médico, cirurgião do Hospital Saint-Antoine, de Paris, professor da Faculdade de Medicina e membro da Academia de Medicina. Antropólogo, foi um dos fundadores da noção moderna de Antropologia. Evolucionista, acreditava na hierarquização das raças. Porém, era também antiescravista. Foi senador pela esquerda republicana. <https://www.sapweb.fr/index.php/la-societe/histoire.html>. Acesso em: 19 mai. 2019.

<sup>231</sup> POB-Maço 175 – Doc. 7954. Carta de Paul Broca a d. Pedro II comunicando-lhe sua nomeação a sócio estrangeiro da Sociedade de Antropologia de Paris. Assinada e datada, 08/01/1876. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

Quatrefages, de sua parte, ainda diria que à medida que o “globo” era cada vez mais explorado e as relações com os mais diversos povos – selvagens ou civilizados, nas suas palavras – eram estreitadas, por relações comerciais ou políticas, mais ainda se fazia necessário o conhecimento a respeito dessas populações, sobretudo das “exóticas”. Por outro lado, reconheceria que o conhecimento “da espécie humana e das diversas raças” a partir da perspectiva do mundo greco-romano, portanto da Antiguidade, estava ultrapassado, o que consiste em um ponto de afastamento crucial do que pensava Gobineau, por exemplo.

Fazia-se mister, na sua visão, um ponto de vista comandado unicamente pela ciência, leia-se, pelo método científico, exatamente da maneira como havia sido estabelecido a partir do novo paradigma (como vimos mostrando). Quatrefages ainda reforçaria a sua adesão à corrente monogenista e à ideia de um reino específico para a espécie humana, que seria única. Isto é, as diferenças estariam nas raças e não na espécie.

Ao concluir a recomendação da obra de Verneau, Quatrefages ainda defendeu a importância do diálogo entre os estudos linguísticos e os anatômicos, além de sublinhar a contribuição que a publicação traria ao expor a partir de fotografias, que segundo ele poderiam retratar “o real”, e não de desenhos ou pinturas, os diversos tipos humanos estudados. A Antropologia descortinava-se assim, também na visão de Quatrefages, como uma ciência positiva.

Portanto, buscamos evidenciar que os principais pontos expostos no prefácio que Quatrefages escreveu para o livro de Verneau estavam também presentes nas cartas que trocou com d. Pedro II, como veremos a seguir.

### 3.3.2 D. Pedro II em torno dos debates antropológicos

A documentação de caráter particular de d. Pedro II guarda 28 missivas escritas por Quatrefages. Do mesmo modo, a *Bibliothèque nationale de France* [Biblioteca Nacional da França], possui em seu acervo de manuscritos algumas cartas que o imperador endereçou ao antropólogo.<sup>232</sup> Com base nestes documentos, visamos recuperar detidamente o conteúdo da

---

<sup>232</sup> Pelo número reduzido de cartas de d. Pedro II a Quatrefages depositadas na BnF, supomos que outra parte desta correspondência tenha se perdido, ou seja custodiada por outras instituições. Duas hipóteses seriam a Biblioteca do Instituto de França e a Biblioteca do Museu Nacional de História Natural, Paris, França. Contudo,

correspondência de ambos, que se deu entre 1857 e 1891, a fim de compreendermos as respectivas posições em torno dos debates evolucionistas e, em especial, da configuração das teorias racialistas.

Quatrefages, assim como outros precursores da Antropologia, tinha formação em ciências naturais, com especialidade em Biologia e Zoologia. Neste domínio, sua obra ainda é considerada nos dias atuais uma referência importante. Porém, a partir da década de 1850, verteu seus estudos para as questões da nascente ciência, a Antropologia. Fora eleito para Academia de Ciências ainda em 1852 e para a cadeira de Antropologia e de Etnografia do Museu de História Natural de Paris três anos depois.

Em 1861, publicou a obra que marcaria a sua posição nos acirrados debates entre poligenistas e monogenistas, dedicando-se a estudar a teoria darwinista, inclusive correspondendo-se com Charles Darwin<sup>233</sup>. Dedicou-se também ao estudo da teoria lamarckiana sobre o transformismo. Já na década de 1870, participaria da fundação da Escola de Antropologia, e em 1877 escreveria *L'Espèce Humaine*, definindo a raça de Cro-Magnon.

Foi em 1887, porém, que Quatrefages deu a lume *Histoire générale des races humaines - Introduction à l'étude des races humaines*, que marcaria os estudos antropológicos naquele contexto. Opondo-se às teorias evolucionistas no tocante à espécie humana, como já sublinhamos, criando para ela um reino separado, a obra trazia menções ao Brasil, às pesquisas realizadas por Peter Lund em Lagoa Santa, Minas Gerais, e aos estudos de professores do Museu Nacional. Mas também fazia referência, abaixo das figuras dos crânios de índios botocudos, à reprodução de imagens da coleção pertencente a d. Pedro II<sup>234</sup>.

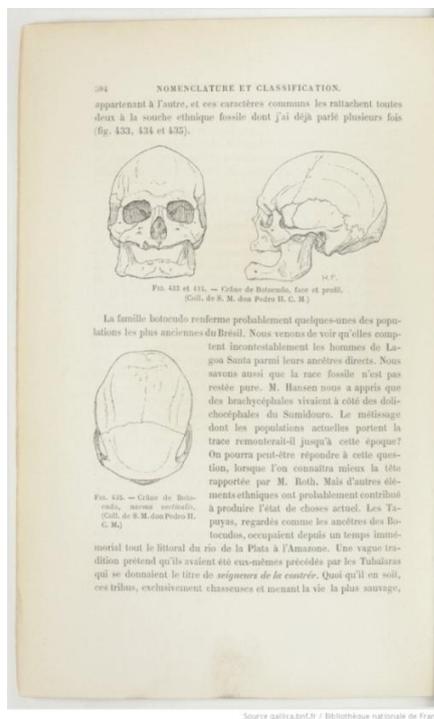
---

de antemão, através de buscas nos respectivos sítios eletrônicos oficiais, não foi possível localizar quaisquer referências a d. Pedro II [d'Alcantara] entre os manuscritos dos fundos relativos a Quatrefages. Agradecemos à pesquisadora do NUPROC-UFSC, professora Dra. Noêmia Soares, por compartilhar conosco as cópias das cartas depositadas na BnF.

<sup>233</sup> A correspondência entre Quatrefages e Darwin pode ser recuperada através do projeto “Darwin Correspondence Project”. Disponível em: <https://darwinproject.ac.uk/search?keyword=French:f1-correspondent=Quatrefages%20de%20Br%C3%A9au.%20Armand%20de%20Quatrefages;startDoc=21>. Acesso em 10 abr. 2019.

<sup>234</sup> No original: “Crâne de Botocudo, face et profil. (Coll. de S. M. don Pedro II. C. M.) La famille botocudo renferme probablement quelques-unes des populations les plus anciennes du Brésil tent incontestablement les hommes de Lagoa Santa parmi leurs ancêtres directs.” Disponível em: [gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France](http://gallica.bnf.fr/Bibliothèque_nationale_de_France). Acesso em 10 abr. 2019.

Figura 23: Página de *Histoire générale des races humaines*, de Armand de Quatrefages, na qual o autor se utilizou de reproduções dos crânios de botocudos da Coleção de D. Pedro II.



Fonte: gallica.bnf.fr/Bibliothèque nationale de France.

Este era, portanto, o contexto em que se desenvolveram a correspondência e a colaboração entre d. Pedro II e Quatrefages. Detalhes das discussões presentes nesta obra, como esperado, também seriam minuciosamente tratados nas cartas que ambos trocaram.

### 3.3.2.1 Por dentro da correspondência entre d. Pedro II e Quatrefages

A primeira carta de cunho propriamente científico foi escrita por Quatrefages em 1872. O remetente iniciou agradecendo a autorização dada pelo imperador para que lhe escrevesse diretamente, e ressaltou que usaria a oportunidade para compartilhar com “D. Pedro d’Alcantara” informações que poderiam lhe interessar. Começaria a longa missiva de sete páginas relatando as discussões havidas na sexta sessão do Congresso de Antropologia

pré-histórica, em Bruxelas, na Bélgica, seguidas da descrição dos debates ocorridos em um congresso científico em Bordeaux, França.<sup>235</sup>

Quatrefages ressaltaria que o objetivo fora discutir a descentralização da produção e da difusão do conhecimento científico. No que tangia especificamente à Antropologia, narrou os principais pontos tratados durante o evento. Como a carta fora escrita após a primeira viagem de d. Pedro II à Europa, quando conheceu Quatrefages pessoalmente, este não deixaria de lembrar ao imperador os momentos em que se encontraram nas visitas que d. Pedro II fez ao Museu de História Natural, em Paris, ou ainda no gabinete de Dupont, professor de Geologia na Universidade de Bruxelas.

Na carta de 9 de abril de 1873, Quatrefages expressou o seu entusiasmo por estar em correspondência com d. Pedro d'Alcantara, contando-lhe sobre os projetos para a vulgarização da ciência, como a difusão de bibliotecas e a revista de Broca. Neste sentido, teceu considerações acerca do mundo intelectual e suas relações com o contexto político francês, logo no início da III República. Disse também acreditar está próximo de descobrir “a verdade”, apesar dos embates que tinha, sobretudo com Virchow. Por fim, Quatrefages agradeceu d. Pedro d'Alcantara pela reunião de documentos a respeito dos povos indígenas do Brasil, que julgava de grande interesse para os cientistas europeus.<sup>236</sup>

A próxima carta, datada de 22 de abril de 1873, foi endereçada ao imperador, e não a d. Pedro d'Alcantara, visando agradecer a nomeação a comendador da Ordem da Rosa, conforme havia sido previsto por d. Pedro II no documento já analisado neste trabalho.<sup>237</sup>

Na correspondência seguinte, Quatrefages começaria a tratar especificamente de seus estudos de craniologia, que objetivavam antes de tudo comprovar a relação das raças pré-históricas com as populações contemporâneas e mostrar que “o desenvolvimento das qualidades e das faculdades humanas independia da forma dos crânios”.<sup>238</sup>

---

<sup>235</sup> II-POB-Maço 163 – Doc. 7558. Carta de Quatrefages a d. Pedro II. Assinada e datada, Aix-les-Bains, 21/09/1872. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>236</sup> II-POB-Maço 166 – Doc. 7630 [d01]. Carta de Quatrefages a d. Pedro II. Assinada e datada, Paris, 09/04/1873. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>237</sup> II-POB-Maço 166 – Doc. 7630[d02]. Carta de Quatrefages a d. Pedro II. Assinada e datada, Paris, 22/04/1873. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>238</sup> II-POB-Maço 166 – Doc. 7630[d03]. Carta de Quatrefages a d. Pedro II. Assinada e datada, Paris, 02/12/1873. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

A seguir, Quatrefages escreveria contando a respeito do desenvolvimento da craniologia, lembrando a d. Pedro II os estudos que este havia feito em Bruxelas, falando-lhe que as pesquisas sobre os homens fósseis eram imprescindíveis para o entendimento das raças atuais. Quatrefages ainda agradecería o envio de documentos e objetos que serviriam para cobrir o que chamou de lacunas lamentáveis a respeito dos estudos sobre a América do Sul. Do mesmo modo, demandaria d. Pedro II sobre a possibilidade de novas escavações arqueológicas em Lagoa Santa e do envio de crânios desta região para complementar suas pesquisas.<sup>239</sup>

A primeira carta de d. Pedro II a Quatrefages a que tivemos acesso data exatamente de 15 de março de 1875. O imperador dirigiu-se ao antropólogo, chamando-lhe de “professor”. Agradeceu o envio de *Crania Ethnica*, obra de autoria de Quatrefages e de seu assistente, Ernest-Théodore Hamy, versando sobre as raças pré-históricas (fósseis) e os traços que se mantiveram nas populações contemporâneas, justamente como Quatrefages havia indicado nas cartas que escreveu anteriormente a d. Pedro II.<sup>240</sup>

Através de um sistema criado artificialmente, com base nos métodos das ciências naturais, os autores haviam concebido três grupos de crânios – branco, amarelo e negro – dividindo-os a seguir, internamente, a partir dos índices de massa encefálica, conforme proposição de Broca.

O imperador elogiou a centena de litografias em pranchas que a obra comportava, e tratou da remessa de uma coleção de crânios e de ossos, organizada por Ladislau Netto que, segundo acreditava, interessariam às pesquisas de Quatrefages. D. Pedro II reafirmaria ainda o seu convencimento quanto às teses de Quatrefages, sobretudo no que concernia à questão da persistência das raças apesar dos fenômenos geológicos.

---

<sup>239</sup> II-POB-Maço 169 – Doc. 7756. Carta de Quatrefages a d. Pedro II. Assinada e datada, Paris, 27/04/1874. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>240</sup> BnF-NAF 11824, fol. 3 à 11. Lettres de Pedro II à Armand de Quatrefages. Manuscrit numérisé intégral, Titre: Correspondance d'Armand de Quatrefages de Bréau, membre de l'Institut et professeur au Muséum (1810-1892). Bibliothèque nationale de France.

As missivas que se seguiram<sup>241</sup> trataram da remessa de crânios que d. Pedro II enviara e que começavam a ser estudados, ou das recentes descobertas que, segundo Quatrefages, serviam para refutar as teses darwinistas, ou ainda as de Haeckel<sup>242</sup>.

Em uma longa carta escrita em 1878, Quatrefages continuaria o relato sobre o desenvolvimento da craniologia, reiterando a sua importância para o estabelecimento das conexões entre as raças pré-históricas e as do presente. Refutou com veemência as teses darwinistas que visavam atrelar a espécie humana aos quadrúpedes, dizendo que “o homem de Néanderthal e seus irmãos são os mais antigos tipos conhecidos de nossa espécie”.<sup>243</sup>

Nesta, porém, versaria especialmente sobre os trabalhos desenvolvidos no Museu Nacional no Rio de Janeiro, referindo-se a João Batista de Lacerda e a José Rodrigues Peixoto, ambos pesquisadores da seção de Antropologia. Também trataria dos resultados das pesquisas de Verneau, de cuja obra escreveria o prefácio, já analisado nesta dissertação. Com riqueza de detalhes Quatrefages ainda falaria sobre congressos e uma exposição antropológica.

Em 1880, Quatrefages escreveria não só dando notícias sobre o falecimento de Paul Broca, em suas palavras, o criador da “cefalometria”, o “chefe”, em Antropologia, da Escola Anatômica, como também anunciando a descoberta de uma “nova raça de negros” na África, a partir do que, passara a formular hipóteses a respeito das similitudes entre “raças” oriundas deste continente e da Oceania.

Na extensa carta, Quatrefages, que era também representante da França na Assembleia Internacional para a Exploração e a Civilização da África, discorreria sobre os avanços das expedições belgas neste continente, assunto que, segundo ele, interessaria muito ao imperador. No fechamento da carta, vaticinaria: “[...] e então, a conquista da África selvagem não será mais que uma questão de tempo, que será rapidamente resolvida.”<sup>244</sup>

---

<sup>241</sup> II-POB-Maço 172 – Doc. 7860; II-POB-Maço 175 – Doc. 7953. Cartas de Quatrefages a d. Pedro II. Assinadas e datadas, Paris, 30/04/187[5] e 07/01/1876. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>242</sup> Ernest Haeckel (1834-1919). Biólogo de origem germânica, popularizou a teoria darwinista. Defendeu o materialismo, o transformismo e a origem simiesca da espécie humana.

<sup>243</sup> II-POB-Maço 179 – Doc. 8200. Carta de Quatrefages a d. Pedro II. Assinada e datada, Paris, 03/11/1878. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>244</sup> II-POB-Maço 183 – Doc. 8340. Carta de Quatrefages a d. Pedro II. Assinada e datada, Paris, 13/07/1880. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

Ressaltamos ainda a correspondência na qual, em sete páginas, Quatrefages descreveu para o imperador as discussões havidas no Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia pré-históricas, que teve lugar em Portugal, em 1880, ressaltando a importância da participação da jovem intelectualidade portuguesa.<sup>245</sup>

D. Pedro II responderia em julho de 1881, dizendo ter enviado uma pequena caixa, cujo conteúdo muito interessaria a Quatrefages. Destacou que o “Museu do Rio” continuava a trabalhar, e que esperava em pouco tempo vê-lo conhecido de todos os que se interessavam pelo progresso da ciência. Sobre o congresso em Portugal, o imperador afirmou ter lido com muito interesse os relatos, mas reiterou que tinha algumas reservas sobre certas assertivas da teoria evolucionista.<sup>246</sup>

Quatrefages, na carta seguinte, agradeceu o envio de material do Brasil, reiterando estar certo de que seria tão interessante quanto os outros que já havia recebido da parte do imperador. A prática de remessa de ossos e esqueletos do Brasil para instituições estrangeiras, aliás, não seria um privilégio para o museu de Paris. Em outras coleções europeias, também se encontram itens expedidos por d. Pedro II, como os quatro crânios de botocudos que destinou ao Museu Etnológico de Berlim, em 1875.

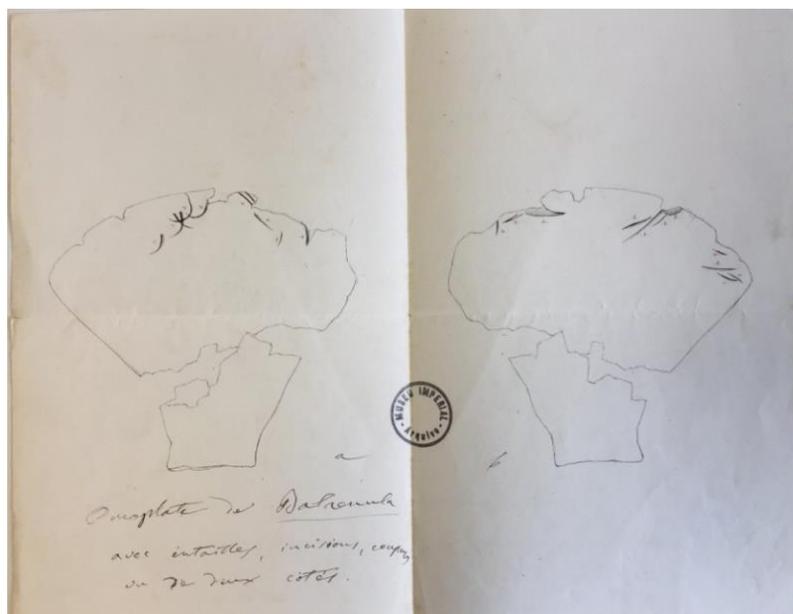
Atendendo ao questionamento de d. Pedro II, resenhou a obra do marquês de Nadillac, que havia sido publicada naquele ano, e que versava sobre os primeiros homens e os tempos pré-históricos. Aliás, este parece ter sido o fio condutor que levou d. Pedro II até a nascente Antropologia. Se de um lado seus estudos filológicos contribuíam para responder a estas indagações, a nova ciência se tornaria o simulacro do conhecimento sobre as origens dos homens e dos diversos povos.

---

<sup>245</sup> A carta, apesar de datada por Quatrefages de Paris, 9 de dezembro de 1870, na verdade, foi escrita em 1880. Primeiro, obviamente, porque o referido congresso aconteceu em Portugal no ano de 1880. Além disso, no verso da última página, há uma anotação a lápis de próprio punho do imperador onde se lê: “Recebido 31 10bro de 1880 – A responder”. Cf. II -POB-Maço 157 – Doc. 7371. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>246</sup> BnF-NAF 11824, fol. 3 à 11. Lettres de Pedro II a Armand de Quatrefages. Manuscrit numérisé intégral, Titre: Correspondance d'Armand de Quatrefages de Bréau, membre de l'Institut et professeur au Muséum (1810-1892). Bibliothèque nationale de France.

Figura 24: Esboço de uma omoplata. Desenho a lápis. Provavelmente, de autoria de Quatrefages. Abaixo, à esquerda, a lápis, lê-se “Omoplate de [Balenolo] avec entailles, incisions, coupes, vu de deux côtés.” Anexo à carta enviada por Quatrefages, datada, [Paris, 19/02/1882].



Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.

Em 1882, Quatrefages agradeceria o convite que o imperador lhe fizera para visitar o Brasil, após o que se estenderia em doze páginas, respondendo às dúvidas apresentadas por d. Pedro II quanto à idade do crânio de Lagoa Santa, e tecendo considerações a respeito da osteologia, como demonstra o croqui enviado anexo à carta (fig. 24).

Neste caso, a chamada “Omoplata de Balénotus” seria a prova para atestar a presença humana em períodos mais remotos da formação do planeta, notadamente o terciário, já que os entalhes presentes neste osso, segundo Quatrefages, só poderiam ter sido feitos com a ajuda de ferramentas.

Posteriormente, Quatrefages deixaria claro o seu posicionamento em relação ao novo paradigma científico, ao tratar sobre os sílices talhados em terrenos que remontavam ao Terciário, escrevendo:

Em suma, como todas as ciências modernas, a paleontologia antropológica deve repousar antes de tudo sobre os fatos. Se eu aceito a existência do homem terciário é porque os fatos me parecem demonstrá-lo, e eu não posso admitir que *a priori* teóricos prevaleçam contra eles.<sup>247</sup>

Em 1889, Quatrefages escreveria se solidarizando com o imperador a respeito do atentado que este sofreu ao sair de uma sessão de teatro no Rio de Janeiro, em 15 de junho. Não tardaria para que mais uma vez se dirigisse a d. Pedro II lamentando a sua deposição e oferecendo-lhe acolhida, sobretudo em nome de seus *confrères*.<sup>248</sup>

Encontrando-se já no exílio em Cannes, em 1890, Pedro d’Alcantara escreveria a Quatrefages, reiterando não ser darwinista, e dizendo-lhe que, quanto mais estudava, mais convicto ficava de sua opinião. Após pedir indicações de leituras sobre Antropologia, não descartou enviar à Academia [de Ciências] os resultados de seus estudos.

O reconhecimento máximo viria logo depois, em outubro daquele ano, quando, ao lado de Quatrefages, presidente do VIII Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Paris, d. Pedro d’Alcantara, que era também integrante do comitê organizador do evento, sob o título de “protetor”, coordenaria a sétima sessão. Antes, porém, d. Pedro d’Alcantara havia tomado a palavra em outras sessões, e, na quarta, o professor Seyboldt, descrito como auxiliar literário de d. Pedro em Paris, tinha, em seu nome, exposto documentos e um trabalho sobre a língua guarani, cuja temática abordamos no segundo capítulo.<sup>249</sup>

Em fevereiro de 1891, coadunando-se com as múltiplas referências às leituras que fazia da obra de Quatrefages, registradas nos diários, d. Pedro II pediria a atenção para notas

---

<sup>247</sup> II-POB- Maço 193 - Doc. 8801. Carta de Quatrefages a d. Pedro II. Assinada e datada, Paris, 11/08/188[5]. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>248</sup> II-POB- Maço 200 - Doc. 9127. Cartas de Quatrefages a d. Pedro II. Assinadas e datadas, Paris, 18/07/1889; 03/12/1889. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>249</sup> Cf. anais do congresso In: *Congrès International des Américanistes: compte-rendu de la huitième session tenue à Paris en 1890*. Paris: Ernest Leroux Éditeur, 1892. Disponível em: [https://archive.org/stream/congrsinternat00bayeuoft/congrsinternat00bayeuoft\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/congrsinternat00bayeuoft/congrsinternat00bayeuoft_djvu.txt). Acesso em: 20 set. 2016. A representação do Brasil neste congresso fora marcada, sem dúvida, pela presença do ex-monarca, descrito como “membro do Instituto Histórico do Rio, Associado Estrangeiro da Academia de Ciências de Paris, membro da Royal Society de Londres e das Academias Imperiais de São Petersburgo e Moscou”, e por nomes como, além de Seyboldt, Domício da Gama, José Rodrigues Peixoto, Frederico José de Santa Anna Nery, barão de Santa Anna Nery, e José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco.

de sua autoria em uma publicação do antropólogo, tratando de esclarecimentos na parte do texto relativa ao Brasil.<sup>250</sup>

Também dizia, conforme vimos mostrando, que os seus estudos filológicos estavam relacionados com as investigações e descobertas da Antropologia, e que visavam provar a relação entre as línguas ameríndias, particularmente as da costa do Brasil, e as línguas semíticas.<sup>251</sup>

Por fim, d. Pedro d'Alcantara vaticinaria ao amigo o que parece ter sido a tônica dos seus esforços: comprovar pela física, o que havia entendido primeiramente pela metafísica. Como Quatrefages, d. Pedro II mantinha alguns preceitos do criacionismo, mas, por outro lado, apoiava-se no novo paradigma de cientificidade para provar, não somente a tese da existência de um reino à parte para o *homo sapiens*, mas também as diferenças entre as raças e a conseqüente constituição de uma escala civilizacional.

Quatrefages respondeu-lhe, dizendo que suas anotações estimularam muitas reflexões, e que, não demoraria muito, os papéis estariam invertidos, tomando o ex-monarca “ares” de professor. Ainda pediu para guardar o exemplar anotado por d. Pedro II juntamente com outros diplomas em seu arquivo pessoal.

Em 6 de abril de 1891, Quatrefages escreveu-lhe contando sobre o envio de um volume, no qual incluía observações que aquelas notas sugeridas por d. Pedro d'Alcantara haviam suscitado. D. Pedro II comentaria:

10 de abril de 1891 (6a fa.) 9h 20' Chega o livro do Quatrefages. 2h Escrevi a Quatrefages agradecendo-lhe a transcrição de minhas notas no livro dele dando-lhe explicação de algumas sobretudo para mostrar nosso acordo de opinião.<sup>252</sup>

---

<sup>250</sup> Comparar com o relato do diário, volume 38 (10/04/1891). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999. Cf. I-POB- Maço 203 – Doc. 9252. Cartas de Quatrefages a d. Pedro II, assinadas e datadas, Paris, 12/02/1891; 06/04/1891. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>251</sup> BnF-NAF 11824, fol. 3 à 11. Lettres de Pedro II à Armand de Quatrefages. Manuscrit numérisé intégral, Titre: Correspondance d'Armand de Quatrefages de Bréau, membre de l'Institut et professeur au Muséum (1810-1892). Bibliothèque nationale de France. Carta de d. Pedro d'Alcantara a Quatrefages, assinada e datada de Cannes, 26/02/1891.

<sup>252</sup> Diário de d. Pedro II, volume 38 (10/04/1891). Exílio. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

Embora não tenhamos localizado todas as cartas de d. Pedro II para Quatrefages, parece-nos claro que a correspondência foi bem mais intensa do que os itens custodiados pela *Bibliothèque nationale de France* podem sugerir. Besouchet (1993, p. 636) indica a existência de missivas no arquivo do *Institut de France*, porém, no catálogo online da instituição não foi possível localizar as referências. De todo modo, chama-nos a atenção o fato de d. Pedro II cobrar, com insistência, respostas que lhe pusessem a par de tudo o que então se produzia no campo antropológico, a ponto de Quatrefages autointitular-se o seu “correspondente para a Antropologia”.

Destes verdadeiros relatórios enviados ao imperador, depreendemos que Quatrefages escrevia para um interlocutor absolutamente familiarizado com os temas discutidos. Embora d. Pedro II se autodenominasse “curioso”, nos parece claro que Quatrefages não se estenderia em longas cartas para reportar assuntos tratados em reuniões científicas se o destinatário não fosse claramente conhecedor desses temas e estivesse expressamente interessado em saber a respeito dos detalhes dos encontros.

Outras pesquisas, como a recente publicação de Morel (2018), por exemplo, têm se debruçado sobre o intercâmbio que se firmou entre instituições brasileiras, particularmente o Museu Nacional, na década de 1870, e suas congêneres na Europa. Morel, inclusive, ressalta a mediação de d. Pedro II no envio de crânios de botocudos, então considerados como o elo mais primitivo com os homens pré-históricos.

No entanto, como já sublinhamos no capítulo primeiro, a relação de d. Pedro II com o “Museu do Rio” fora a de um gestor que trabalhava para o enriquecimento do seu acervo assim como para o reconhecimento internacional das pesquisas ali desenvolvidas. Não seria meramente simbólica a presença do imperador como visitante número um na Exposição Antropológica de 1882, realizada no Museu Nacional.<sup>253</sup> De fato, no nosso entendimento, era a culminância de um projeto não só para a instituição, mas também para o desenvolvimento das ciências no Brasil, e que passava pelo crivo, apoio, convicção e concordância de d. Pedro II com o conhecimento ali produzido.

---

<sup>253</sup> A *Exposição Antropológica Brasileira de 1882* foi inaugurada no dia 29 de julho, com a presença de toda a família imperial, e teria três meses de duração. Na mostra, havia sete índios botocudos, oriundos da província do Espírito Santo, levados ao Rio de Janeiro especialmente para o evento. A exibição dos índios, conforme retratada nas páginas da *Revista Illustrada*, por exemplo, atendia aos preceitos das teorias científicas e racialistas que, desde 1876, ano da criação da Seção de Antropologia, Zoologia, Anatomia e Paleontologia Animal (1ª Seção), tornaram-se hegemônicos no Museu Nacional. D. Pedro II “ofertou” vários itens do seu museu particular para comporem a exposição. Estes itens, em sua maioria, seriam posteriormente incorporados à Seção de Antropologia, justamente a que passaria a guardar a maior parte do acervo pertencente a d. Pedro II. Cf. DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. Op. cit. 2007, p. 228; 248.

Ainda assim, a relação de d. Pedro II com os estudos de Antropologia Física parecem subestimada. Se d. Pedro d'Alcantara não pôde ser um cientista em sentido estrito, não resta dúvida de que era profundo entendedor das teses que iam surgindo. Neste sentido, o propósito deste trabalho é mostrar como o seu agenciamento nesse campo científico que então se configurava acabaria por reverberar no projeto que ele delineava para o Brasil e que, em última instância, o afastaria das bases ideológicas da hegemonia Saquarema.

A este respeito, defendemos que as ideias de d. Pedro II não se diferenciavam significativamente daquelas de uma parcela da chamada geração 1870 e, neste caso, não nos custaria inquirir, assim como a personagem de seu contemporâneo Machado de Assis, se seria o menino o pai do homem.<sup>254</sup>

#### 3.4 D. Pedro II e a geração de 1870: aproximações

De que terrível poder dispõe Júpiter!  
Com sua arma poderosa ameaça  
aos próprios deuses, outrora venerados!  
*O coro*<sup>255</sup>

Em abril de 1871, d. Pedro II concluiria a tradução em prosa de *Prometeu Acorrentado*. Pelos próximos vinte anos, permaneceria atado a este texto que, em boa medida, é também uma metáfora da sua vida. Multiplicam-se em sua documentação as referências ao estudo desta obra, que se estendeu até a sua morte. No exílio, registraria estar se dedicando à elaboração de notas na tradução em verso do texto grego para o francês.

---

<sup>254</sup> Cf. “O menino é o pai do homem”. In: ASSIS, Machado de, (1839-1908). *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 30-33. A frase original é do poeta inglês William Wordsworth (1770-1850).

<sup>255</sup> ÉSQUILO. *Prometeu Acorrentado*. Tradução J. B. de Mello e Souza. Digitalização do livro em papel Clássicos Jackson, Vol. XXII. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/prometeu.html>. Acesso em: 20 out. 2016.

Figura 25: Trechos da tradução de *Prometheu Encadeado*, de autoria de d. Pedro II.



Fonte: Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania/nº41/2019.

Em 1872, havia escrito a Gobineau dizendo-lhe que a tradução em prosa do *Prometeu*, do grego para o português, estava feita há muito tempo, mas que não tinha condições para se dedicar à tradução em versos, a qual gostaria de acrescentar algumas reflexões<sup>256</sup>. O conde, de sua parte, o incentivaria a publicá-la e, reiteradamente, perguntou a respeito desta possibilidade.

Mas foi ao barão de Paranapiacaba, em outubro de 1889, na última vez em que se encontraram no Palacete Itamaraty, na Tijuca, que d. Pedro II confiaria a versão final de seu manuscrito - a tradução da tragédia de Ésquilo – deixando-lhe a incumbência de vertê-la também em versos.<sup>257</sup>

<sup>256</sup> Trecho de carta de d. Pedro II ao conde de Gobineau. Assinada e datada, Rio [de Janeiro], 5 de novembro de 1872. In: RAEDERS, George. Op. cit, 1938.

<sup>257</sup> Este manuscrito pertence ao acervo do IHGB. Cf. SANTOS, Ricardo Neves dos. A tradução em prosa de Dom Pedro II na tragédia *Prometeu acorrentado* de Ésquilo. In: *Rónai*. Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios. UFJF. 2018. V.6. N.1, p. 96-107. No entanto, os estudos tradutórios que levaram ao texto final depositado no IHGB fazem parte do acervo do Museu Imperial. Cf. POB- Maço 37- Doc. 1057-B. Sobre a publicação de autoria do barão de Paranapiacaba ver I-POB- Maço 204 – Doc. 9329. Carta deste à d. Isabel, condessa d'Eu, 09/09/1905. João Cardoso de Meneses e Sousa, Barão de Paranapiacaba (1827-1915). Professor, político, jornalista, escritor e tradutor.

Os rascunhos da tradução feita pelo imperador encontram-se em meio à sua documentação, no Museu Imperial, e como temos apontado, bastaria esse feito para que fosse considerado um intelectual e não apenas um diletante. Intelectual mediador, sem dúvida, intelectual produtor de conhecimento, como atestam os seus estudos tradutórios, mas também o intelectual que, nos moldes do Oitocentos, atrelava indissociavelmente as atividades culturais às ações políticas.

Dito de outra forma, definitivamente, no século XIX, o campo intelectual não era um mundo à parte. Se não é possível divorciar as múltiplas colocações no campo cultural, característica da grande maioria da *intelligentsia*, tampouco os agenciamentos culturais podem ser isolados das decisões políticas. Com d. Pedro II não seria diferente.

As suas ideias, neste sentido, foram se conformando às novas vogas que estremeceriam o último quartel do XIX. E de modo algum estavam fora do lugar. Eram bem do seu tempo, e viabilizadoras de respostas aos desafios que se apresentavam. Ideias e ações se articulavam dialeticamente; se retroalimentavam.

Esperamos ter mapeado como se deu a guinada em sua trajetória e a conseqüente adesão ao novo paradigma científico. Esta inflexão, no entanto, não passaria incólume e afetaria de forma decisiva não só o seu *ethos* como o projeto de país que acreditava construir.

Assim, ao contrário do perfil privilegiado pela historiografia, os documentos de caráter privado de d. Pedro II descortinam um agente histórico profundamente ciente de tudo o que de mais novo se produzia em diversos ramos do conhecimento, como intentamos mostrar a partir da sua relação com o campo antropológico. O novo *ethos*, enquanto máxima norteadora de decisões e ações, de modos de ser, pensar e agir, não tardaria a produzir a cisão entre o imperador e uma parcela significativa da elite imperial.

São bem conhecidos os preceitos que legou à filha, que seria a regente durante a sua ausência entre 1871 e 1872. Mas pouquíssimo se fala dos conselhos que escreveu para a segunda regência da princesa Isabel. Este documento é muito importante para percebermos delineadas ideias que definitivamente aproximavam o imperador da chamada geração de 1870.

No texto intitulado *À Minha Filha*, há indícios de que d. Pedro II não só confiava em Isabel para o governo do país, como também de seu rompimento com as bases da hegemonia conservadora. Se, conforme analisou Alonso (2002), os conteúdos do consenso saquarema se

firmavam no indianismo romântico, no liberalismo estamental e no catolicismo hierárquico, podemos afirmar que o imperador havia se desligado por completo destas bases a partir dos anos 1870.<sup>258</sup>

Às vésperas de embarcar para os EUA, exatamente no feriado de 25 de março, quando se comemorava o juramento da Constituição, d. Pedro II dizia à filha que muito mais poderia lhe escrever, mas que a sua experiência já havia aumentado e que, portanto, ela não deveria tomar aqueles apontamentos senão como conselhos.

Alertava a filha sobre a relevância da reforma eleitoral. Dizia que independentemente do resultado das eleições, estimaria que o poder voltasse aos liberais. Continuaría dizendo que sem educação generalizada nunca haveria boas eleições. Pedia atenção especial à Escola de Minas de Ouro Preto, ao Observatório do Rio de Janeiro, à Escola Politécnica e ao Instituto de Surdos-Mudos. Falava ainda sobre a necessidade de criação das faculdades de Farmácia e Veterinária.

Não se esqueceu da importância de fomentar projetos de colonização, e de se cuidar dos melhoramentos relacionados à infraestrutura do país, sobretudo com relação às estradas. Paralelamente, pediu à filha que fosse muito criteriosa na escolha de novos bispos, ressaltando que havia padres dignos do cargo sem serem eivados de princípios ultramontanos. Por extensão, deixava clara a sua posição quanto à indispensabilidade da separação entre Estado e Igreja, defendendo o casamento civil, o registro civil e os cemitérios seculares.

Disse serem suas as ideias do projeto de reforma da instrução pública, sublinhando que, na instrução superior, sobretudo, conviria que o ensino fosse o mais livre possível. Reforçou seu posicionamento antipatronato, advertindo sobre a necessidade de realização de concurso público como prova de habilitação para os cargos em geral.

Neste, como em muitos outros pareceres de próprio punho do imperador, fica clara a sua consonância com aspectos consideráveis das pautas liberais. Ainda que, ressaltamos, tudo estivesse dentro da perspectiva de uma modernização conservadora, no sentido de conduzida

---

<sup>258</sup> Cf. POB-Maço 175 – Doc. 7972. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania. Os conselhos de d. Pedro II à sua filha também foram publicados por João Camilo de Oliveira Torres, em 1959. Para leitura da reprodução dos textos na íntegra, ver *Cartas de d. Pedro II à princesa Imperial*. Disponível em: <https://idisabel.files.wordpress.com/2011/06/cartas-de-pedro-ii-a-princesa-imperial.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2019.

pelas elites letradas, e sem o protagonismo de atores sociais que representassem as parcelas mais desfavorecidas da população brasileira.

Entretanto, estas posições, conforme mostrou Alonso (2002) e, recentemente, referendou José Murilo de Carvalho<sup>259</sup>, também seriam suficientes para que figuras de destaque da jovem geração se aproximassem do imperador. Por exemplo, se Joaquim Nabuco, na década de 1860, associava o poder moderador ao despotismo, faria posteriormente uma nítida transição para a sua defesa, que passara a ser visto então como uma possibilidade, pelas vias existentes, de se levar adiante as reivindicações modernizadoras da sociedade, em especial a causa abolicionista.

Se a passagem à modernidade que se consolidaria a partir dos anos 1870 revelava as fissuras intraelite imperial, ou a fragilização do *status quo* saquarema, não é temeroso afirmar que d. Pedro II representava a culminância deste rompimento. Do ponto de vista sociológico – weberiano – o imperador passaria a defender abertamente o tipo de dominação burocrático-racional em detrimento da dominação tradicional – patrimonialista. Completaria a inflexão, enquanto livre-pensador, aprovando a secularização das instituições, a supremacia da ciência, especialmente como motor do progresso, e o reformismo social que, na sua perspectiva, tinha a educação como chave-mestra.

Ainda enviesaria os princípios do Antigo Regime (Elias, 2001), quebrando recorrentemente protocolos da sociedade de corte, ou priorizando o capital cultural sobre o social, conforme atesta a visita que fez a Victor Hugo, na sua casa, em Paris, em 22 de maio de 1877, sem aviso prévio e batendo à sua porta, como relata em detalhes Besouchet (1993, p. 371-377).

A admiração que nutria pelo escritor francês não era nova. Alimentava-a desde a juventude. Em 1842 anotara no diário a leitura de algumas páginas de *Le Rhin*, de Victor Hugo.<sup>260</sup> O interesse, que poderia estar calcado apenas em aspectos literários, entretanto, levaria d. Pedro II a arriscar a sua reputação ao insistir em conhecer pessoalmente Hugo.

---

<sup>259</sup> Conforme conferência proferida por ocasião das comemorações dos 80 anos do Instituto Histórico de Petrópolis, na Câmara Municipal de Petrópolis, em dezembro de 2018.

<sup>260</sup> Diário de d. Pedro II, volume 1 (23/07/1842). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999. A obra fora publicada no ano de 1842, demonstrando a leitura logo após o seu lançamento. Trata-se de um relato de viagem ao longo do Rio Reno, porém, comporta também algumas notas políticas.

Embora haja controvérsias nos relatos sobre este encontro, conforme sublinhou Besouchet (1993), o mais confiável seria o do próprio Hugo, que registrou a visita do imperador do Brasil em seu diário. Para d. Pedro II, no entanto, a atitude lhe traria ameaças, como as expostas nas cartas anônimas que integram a sua documentação pessoal, dizendo que deveria deixar o país e ficar na companhia de “seus amigos comunistas e incendiários de Paris”.<sup>261</sup>

Não custa lembrarmos que Victor Hugo era, então, um dos principais porta-vozes dos *communards* nos eventos que se seguiram à repressão da Comuna de Paris. Hugo, que havia recebido a *Légion d'honneur* e sido nomeado *pair de France*, por seu apoio aos orleanistas, seguiria sua inflexão paulatinamente aderindo, primeiramente, à causa republicana. Após a queda de Luís Felipe, em fevereiro de 1848, passaria a defender abertamente que a república era a única forma de governo capaz de levar a efeito as causas progressistas. No Senado, a partir de 1876, clamou com veemência pela anistia plena aos *communards*, e defendeu os exilados, como Louise Michel, presa na Nova Caledônia. Aderia, assim, à esquerda republicana, tornando-se também simpatizante do socialismo.

Sem nos estendermos mais nos meandros da biografia de Victor Hugo, a despeito de a admiração ser, ou não, apenas explicada do ponto de vista intelectual, não pode ser desprezado o fato de que, ao ir pessoalmente bater à porta do escritor, que de sua parte oferecia resistência em se avistar com o imperador, d. Pedro II colocava em xeque, diante da elite política nacional, o seu capital social e político. A visita possui intrinsecamente uma grande carga simbólica e, no mínimo, revela a abertura do monarca para dialogar com diversos pontos de vista, abalando, assim, um dos principais alicerces a fundamentar a figura real em uma sociedade de Antigo Regime, por exemplo.<sup>262</sup> A Gobineau, d. Pedro II conjecturara, ao lamentar não ter podido conhecer pessoalmente Hugo em 1871: “os monstros nos reconciliam com a humanidade”.<sup>263</sup>

---

<sup>261</sup> Cf. POB-Maço 178-Doc. 8141. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>262</sup> D. Pedro II passou por situações semelhantes anteriormente. Em 1857, Varnhagen também lhe escrevera, dizendo-se respeitador das hierarquias sociais, e não meio socialista como Alexandre Herculano. Mais tarde, durante sua primeira viagem ao exterior, ao se encontrar com Ernest Renan, então, tido como “herege” por alguns setores da Igreja e da sociedade brasileira. Renan já havia dito que o espiritual não constituía um poder e sim uma liberdade. A publicação de *La Vie de Jesus*, em 1863, é também considerada um marco do pensamento moderno.

<sup>263</sup> Cf. Maço 185 - Doc. 8394. Cartas de d. Pedro II a Gobineau [doc. 21]. 04/04/74. No original, em francês, “Je regrette de n’avoir pas connu personnellement ce Bug-Jargal de la littérature. Les monstres nous réconcilient avec l’humanité.”

Por outro lado, o deferimento a Victor Hugo, que se completaria, anos mais tarde, com a deposição de uma coroa de flores no túmulo do escritor no *Panthéon*, em Paris, reforçava o capital cultural e simbólico de d. Pedro II no exterior.<sup>264</sup> Não seria fortuita a lembrança da visita do imperador do Brasil a Hugo em todos os jornais franceses, independentemente do viés ideológico, logo após o banimento da família imperial do Brasil e, particularmente, nos necrológicos que cobriram os funerais de d. Pedro d'Alcantara em Paris.<sup>265</sup>

Porém, além destes aspectos, visamos abordar mais dois pontos, baseando-nos na divisão de nomes integrantes da chamada geração 1870 em grupos, conforme proposto por Angela Alonso (2002). No nosso entendimento, d. Pedro II se aproximou ideologicamente, sem dúvida, do grupo dos “Novos Liberais”. Mas também não podemos descartar, como intentamos fazer ao analisar a sua inserção nos debates que animaram a construção do conhecimento no campo antropológico, a sua familiaridade e, sobre alguns quesitos, concordância com as teorias que embasaram o pensamento social e as ações políticas dos grupos cientificistas.

### 3.4.1 Dialogando com as ideias: d. Pedro II entre os novos liberais e os cientificistas

Enfim, que a nova década que começa hoje seja tão fecunda  
como a precedente, quando o fabulista não terá mais o direito  
de dizer do homem: Ele conhece o universo e ignora a si mesmo.

*Paul Broca*<sup>266</sup>

“Nós esperamos que nosso testemunho será [sic] respeitado no futuro muito acima das calúnias de jacobinos sem escrúpulo, de militares ambiciosos e de escravocratas

---

<sup>264</sup> Diário de d. Pedro II, volume 34 (07/11/1890). Exílio. In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

<sup>265</sup> Cf. II-POB-Maço 51 – Doc. 1142 – Cat. B e II-POB-Maço 52 – Doc. 1143 – Cat. B. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>266</sup> Broca, Paul. *Histoire des progrès des études anthropologiques depuis la fondation de la Société : compte rendu décennal (1859-1869)*, lu dans la séance solennelle du 8 juillet 1869. 1870. p. 24. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/>. Acesso em 10 abr. 2012.

despeitados.”<sup>267</sup> Com essas palavras André Rebouças encerrava a carta remetida de Lisboa para d. Pedro d’Alcantara, a quem chamava “Meu Bom Imperador”, em 1891.

Deste excerto, igualmente, pensamos ser fundamental o questionamento sociológico primário: qual o sentido da ação social para o sujeito social? Ou, em outros termos, o que teria levado uma parcela dos filhos, dos bacharéis, como os denominou Gilberto Freyre, a manter-se fiel ao imperador, ou mesmo, à condessa d’Eu, como foi o caso de Rebouças, que impôs a si o exílio voluntário, para acompanhar a família imperial à Europa.

Por que importantes republicanos e abolicionistas manteriam o respeito ao ex-imperador? Como atestou Rebouças, na referida missiva, se Joaquim Nabuco também dava provas da “infinita gratidão” a d. Pedro II, parece-nos que apenas o remorso atribuído por Luís Martins não se prestaria como variável explicativa.

Em Petrópolis, onde se encontravam d. Pedro II e d. Teresa Cristina, quando receberam o telegrama do presidente do Conselho de Ministros, o visconde de Ouro Preto, a respeito das movimentações que levariam à deposição do imperador, particularmente o testemunho de um republicano seria revelador.

Em entrevista reproduzida no jornal *Pequena Ilustração*, em 1939, João Duarte da Silveira, que então integrava a *Comissão do Centenário de Petrópolis*, cujos trabalhos estiveram intimamente relacionados à reabilitação da memória do período imperial, e que à época da queda da monarquia contava apenas 24 anos e era despachante da Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará, narrou os últimos momentos de d. Pedro II na cidade que fundara, e onde havia se acostumado a passar longas estadias.<sup>268</sup>

Duarte da Silveira, que figurava entre os republicanos históricos e ouvira a conversa entre d. Pedro II e d. Teresa Cristina pouco antes de embarcarem no trem, expôs, por um lado, a simplicidade quase ascética do imperador, a inquietação, sobretudo da imperatriz, com as notícias que chegavam do Rio de Janeiro, e sublinhou a convicção de d. Pedro II de que tudo

---

<sup>267</sup> I-POB-Maço 203 – Doc. 9251. Trecho de carta de André Rebouças a d. Pedro II. Assinada e datada, Lisboa [Hotel Bragança], 02/04/1891. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

<sup>268</sup> Cf. jornal *Pequena Ilustração*, Ano IX, n. 429, 19/11/1939, p. 6. João Duarte da Silveira (1865-1948). Político e tabelião. Figurava na lista dos “republicanos históricos”, próximo a Lauro Müller (positivista abolicionista). Era pesquisador e colecionador de objetos e documentos históricos. Escreveu artigos, frutos de suas pesquisas, para os trabalhos da Comissão do Centenário de Petrópolis. Parte de sua coleção foi posteriormente doada ao Museu Imperial, e compõe um dos fundos documentais sob a guarda do Arquivo Histórico.

se acomodaria assim que chegasse à Corte. A lacônica cena descrita pela testemunha ocular revelava também, apesar do abatimento, a porção de resignação do monarca.

Neste sentido, a falta de resistência do imperador e, na sequência, a extrema anuência com o ex-monarca por parte dos chamados novos liberais nos levariam a indagar se, para além de reverência, não haveria também uma conformação entre as ideias de d. Pedro II e as de uma parcela da jovem liderança política.

Segundo o esquema estabelecido por Angela Alonso (2002, p. 345), figuravam neste grupo nomes como: André Rebouças, Joaquim Nabuco, Rodolfo Dantas, Rodrigo Silva, Rui Barbosa e, posteriormente, José do Patrocínio, entre outros. Unia-os o fato de terem laços de consanguinidade, ou de apadrinhamento, como era o caso de Rui Barbosa, com políticos da geração anterior. Podiam ser monarquistas, como Rebouças e Nabuco, ou republicanos.

Tinham, porém, em comum a defesa da racionalização da administração pública, do Estado laico, dos direitos individuais e, obviamente, antes de 1888, da abolição da escravidão. Do ponto de vista das leituras, viam em Ernest Renan o tutor máximo. Em realidade, como atestam alguns estudos, inclusive os de Besouchet (1993; 1977), a influência renaniana sobre a jovem intelectualidade no Brasil fora enorme, e provocava ações como os desdobramentos da querela e a prisão dos bispos, durante a chamada “Questão Religiosa”, entre 1872 e 1875.<sup>269</sup>

Viam nos Estados Unidos da América um modelo a ser seguido, não só pela experiência democrática, como pela modernização representada pela industrialização. Preconizavam reformas, porém, administradas pelas elites dirigentes que, por refinamento de educação, acreditavam, estariam mais aptas a conduzir o processo civilizatório.

Clamavam pela reforma eleitoral, substituindo o critério de propriedade pelo o de escolaridade, assim como o imperador dissera à filha, nos conselhos escritos em 1876. Além disso, o que talvez represente o único ponto a apartar d. Pedro II deste grupo, eram ardorosos defensores da descentralização representada pelo federalismo. Ainda assim, no apagar das luzes da monarquia, o imperador já deposto confessaria poder ter aceitado esta demanda. Era, porém, tarde demais.

---

<sup>269</sup> Cf., por exemplo, *L'influence d'Ernest Renan dans le débat entre Église et Etat dans le Brésil du XIXe. siècle*, de Jean-Yves Mérian.

Parece-nos que, definitivamente, todos esses pontos, elencados por Alonso (2002) para definir o grupo dos novos liberais, adéquam-se perfeitamente às ideias defendidas por d. Pedro II. Eles saltam de sua documentação de caráter pessoal, como vimos mostrando. Das suas reflexões, dos seus diários, anotações e rascunhos, das correspondências, das minutas de documentos oficiais, dos seus pareceres.

Para completar, sob o enfoque histórico-sociológico, não nos parece relevante analisar a profissão de fé do imperador na esfera íntima, como fazem alguns autores com o propósito de sublinhar os seus vínculos com o catolicismo, aliás, ressaltados pelo próprio ex-monarca que, particularmente pouco antes de morrer, se dizia católico convicto. Portanto, à guisa de conclusão, não custaria trazer um pensamento de d. Pedro II, anotado de próprio punho, a fim de ilustrar a tese que vimos defendendo.

Tomando por base a leitura que d. Pedro II fez da obra de Ernest Naville, cujo exemplar dedicado ao imperador pelo autor, com autógrafo na folha de rosto, encontra-se na Biblioteca do Museu Imperial, com anotações manuscritas a lápis nas margens, é possível vislumbrar o cerne do seu posicionamento quanto à relação entre ciência e fé.

Na referida obra – *La Logique de L’Hypothèse* – publicada em 1880, Naville tratava de questões da filosofia das ciências – da dicotomia dedução-indução – e, por extensão, chegava aos positivistas que, conforme destacou, distinguiram o domínio da ciência de um outro domínio que consideravam o da imaginação ou do sentimento.

O autor, no entanto, reiterava que, além do que sabemos, é permitido crer. D. Pedro II sublinharia a palavra “permitido”, no texto. Adiante, Naville escrevia que tal seria o caso de Stuart Mill, por ter dito que o modo de pensar positivo não impede de crer na realidade de uma inteligência superior, causa primeira do mundo. Neste trecho, o imperador anotou na margem: “Não é preciso recorrer à lógica da hipótese para ter esta convicção”.<sup>270</sup>

Por isso mesmo, assim como indubitavelmente ladeava com a jovem intelectualidade liberal, à qual acrescentamos aos nomes relacionados por Alonso, os de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior e José Maria da Silva Paranhos Júnior, entendemos que d. Pedro II dialogava, e com propriedade, com as ideias que norteariam as propostas dos cientificistas.

---

<sup>270</sup> Cf. LIV T37569. NAVILLE, Ernest. *La Logique de L’Hypothèse*. Paris: Librairie Germer Baillière et Cie., 1880, p. 88. Exemplar que pertenceu a d. Pedro II. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania. Ernest Naville (1816-1909). Teólogo e filósofo suíço. Membro correspondente do *Institut de France*.

Alonso (2002) considera como cientificistas aqueles que propugnavam, a partir de uma teoria política e sociológica calcada no novo paradigma de cientificidade, as bases e os meios para a construção de uma nova sociedade. Neste sentido, as leituras que este grupo fez, por exemplo, de Stuart Mill e de Herbert Spencer, ou de Émile Littré, seriam os fios condutores deste pensamento que, concordamos, estava dialeticamente ligado às ações políticas.

Como mostramos ao analisarmos a inflexão da trajetória do imperador, a partir das leituras de François Guizot até o encontro com a Sociologia de Herbert Spencer, parece-nos ponto pacífico que, também sob esta ótica, d. Pedro II se aproximava da geração de 1870.

No entanto, conforme intentamos defender neste capítulo, chamou-nos a atenção a sua consonância com as teorias antropológicas que fundamentavam o pensamento de uma parcela significativa do grupo cientificista.

Ao anunciar ao imperador a sua eleição, por unanimidade de votos, para associado estrangeiro da *Société d'Anthropologie de Paris*, Paul Broca, fundador e secretário geral da sociedade, frisava que a escolha não contrariava em nada os estatutos estabelecidos, que visavam conferir apenas aos homens de ciências este título. Broca acrescentaria que, como d. Pedro II, havia outros soberanos que dispensavam proteção às ciências, e reforçava que a estes davam o reconhecimento através de manifestações públicas, mas a eleição para membro da sociedade tinha outra conotação. Segundo Broca, a escolha de d. Pedro II não havia sido a de um monarca, imperador do Brasil, mas a de um sábio eminente, aberto a todos os progressos do conhecimento, e que conferia aos estudos antropológicos uma predileção preciosa.<sup>271</sup>

Ao analisar exatamente este documento, Schwarcz e Dantas (2008, p.136) minimizam a relação de d. Pedro II com o campo científico, reforçando a tese da importância deste tipo de título para a construção do capital simbólico do imperador, dentro da lógica da teatralização do poder. Segundo as autoras, d. Pedro II gabava-se destes convites para integrar importantes instituições e academias, e “gostava de portar” estas designações.

As autoras ainda reconhecem que o monarca animara os estudos no IHGB no que tinha a ver com as línguas tupi e guarani, mas acentuam que este fato estava relacionado à sua

---

<sup>271</sup> I-POB-Maço 175- Doc. 7954. Trecho de carta de Paul Broca a d. Pedro II. Assinada e datada, 08/01/1876. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

“**curiosidade**” (idem, p. 142, grifo nosso). Definitivamente, como intentamos mostrar ao longo da dissertação, esta tese não se sustenta se tomarmos por fontes primordiais a extensa documentação de caráter privado de d. Pedro II.

Como reconhecera Broca, o desenvolvimento da Antropologia esteve atrelado à Linguística, à Geologia, à Paleontologia, à Arqueologia pré-histórica, e o estudo das línguas, particularmente, passou a ser um dos guias mais seguros para o entendimento das origens.

De acordo com o novo paradigma científico, para a Antropologia nascente ainda seria caro aplicar ao estudo dos homens os métodos de investigação até então utilizados na Física, na Biologia e na Medicina. O ideário positivista, determinista e evolucionista sobrepujaria por extensão quaisquer argumentos idealistas.

Como mostramos, d. Pedro II estava efetivamente a par. Não seria, portanto, insensato passarmos à problematização imediata: em que medida estas teses afetariam o seu *ethos* e, conseqüentemente, o seu projeto político para o país? Afinal, estas teorias apontavam respostas para problemas urgentes, como a necessidade de substituição da mão de obra escravizada e a extensão da cidadania no período que se seguiria à abolição da escravidão, ponto, aliás, que parece ter amalgamado a jovem intelectualidade.

Em 1890, d. Pedro II relataria ter começado, em meio à análise que fazia do projeto da nova Constituição do Brasil, a leitura do livro de Quatrefages sobre as raças, que achara muito interessante, conforme anotou em seu diário. Mais adiante completaria:

19 de abril 1890 (sábado) - 6h <sup>3</sup>/<sub>4</sub> Reli o projeto da Constituição. Nada vejo sobre os direitos eleitorais. Deixaram a lei eleitoral regular o assunto, como a constituição pode ser reformada conforme o artigo 139. **A constituição atual é mais prudente atendendo a índole da raça latina.** Enfim o trabalho revela estudo, **mas como já disse eu seria republicano, se julgasse o Brasil bastante adiantado para tal forma de governo.** [...]

2h 10' Soube-me; estive com minha filha e **continuei a ler a obra magistral de Quatrefages Histoire générale des races humaines.**<sup>272</sup> (grifos nosso)

Se levarmos em conta que, do ponto de vista das teorias científicas que serviram de arcabouço para o pensamento social brasileiro do último quartel do XIX, conforme mapeado por Schwarcz (1993), as teorias de Quatrefages alcançariam no Brasil considerável acolhida,

<sup>272</sup> Diário de d. Pedro II, volume 31 (19/04/1890). In: BEDIAGA, Begonha (Org.). Op. cit, 1999.

não é difícil compreender que, também neste ponto, havia uma interseção entre o que pensava d. Pedro II e uma parcela da geração de 1870.

O excerto do diário, transcrito acima, nos fornece indícios do que seria a tônica das pautas dos intelectuais de fins do Oitocentos: pensar como políticas públicas efetivas, inclusive as que poderiam constar na nova constituição republicana, deveriam estar ancoradas nas novas bases epistemológicas.

Assim, ficava claro o caráter teleológico que d. Pedro II emprestava à História, admitindo, como já apontamos, ser a república uma forma de governo mais adiantada, porém, reforçando que o país não se encontrava pronto para ela, pautando-se, aliás, no que representa uma novidade, em um critério racial: a prudência, prescrita na constituição imperial, segundo ele, seria a mais apta às “raças latinas”.

Se Quatrefages também concebia uma escala civilizacional entre as raças, dizendo ser o negro, por exemplo, mentalmente equivalente a uma criança branca<sup>273</sup>, ao contrário do que fez Schwarcz, desconsiderando qualquer ligação entre a teoria racalista defendida por Gobineau e o que pensava d. Pedro II (2010, p. 372), defendemos a importância da continuidade deste estudo para que se compreenda, de forma mais aprofundada, qual teria sido de fato o grau de adesão do imperador a estas teorias, já que, reiteradamente, dizia concordar com o antropólogo francês, como esperamos ter mostrado. O “espetáculo das raças”, assim, não teria passado ao largo de d. Pedro II.

Finalmente, se para Alonso (2002, p. 258), uma parcela da geração 1870 – dos que tomariam o protagonismo na vida pública a partir do último quartel do Oitocentos – alçava d. Pedro II à condição de “déspota reformista”, quando o imperador não estaria “à altura do papel”, conforme destacou, esperamos ter mostrado que, assim como a tese da teatralização do poder para o entendimento da relação de d. Pedro II com o campo científico, esta afirmativa também não se sustenta.

---

<sup>273</sup> Cf. DORON, Claude-Olivier. *Races et Dégénérescence - L'émergence des savoirs sur l'homme anormal*. Présentée et soutenue publiquement le 26 novembre 2011. Université Paris-VII Denis Diderot- UFR de Biologie (département HPS). Equipe REHSEIS, laboratoire SPHERE (UMR7219). Thèse pour obtenir le grade de Docteur en philosophie.

Alonso (2002) fizera uma análise sociológica, portanto conjuntural, como ela mesma fez questão de sublinhar. No entanto, se alargarmos o espectro da análise para a longa duração e para a estrutura social, não seria demasiado inferir que, ao fim e ao cabo, era d. Pedro II quem, ao se aproximar dos ideais da nova geração, não se adequava mais às instituições saquaremas e ao conservadorismo.

O pensamento hegemônico, que em boa medida se perpetuaria na República, que não demoraria a receber o apoio dos escravocratas, por exemplo, está na base de uma cultura política que define os destinos do país, e contra a qual, nem mesmo o imperador, pelo menos não pelas vias legais, como sempre defendeu, conseguiria lograr êxito.

O terrível poder de que dispõe Júpiter, neste sentido, ajuda-nos a pensarmos igualmente nos desafios que d. Pedro II, assim como a sua filha nos três expressivos períodos em governou o país, teve que enfrentar. Lembra-nos ainda que, por estar fincado na estrutura, como alertou Marc Bloch, não se esvanece apenas quando se mudam as palavras. O desafio de d. Pedro II, por isso mesmo, continuaria a ser também o nosso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desafio. Palavra que melhor define a escrita desta dissertação. Alguns aspectos a caracterizariam assim: a leitura de grande volume documental; o tratamento de aspectos inéditos a respeito de um agente histórico largamente estudado; o debate de teses consolidadas pela historiografia.

Primeiramente, o amplo espectro das fontes consultadas foi possível, porque a pesquisa, na realidade, iniciou-se em 2010, por ocasião da elaboração do dossiê de candidatura dos documentos relativos às viagens de d. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo ao Registro no Programa Memória do Mundo da UNESCO.<sup>274</sup>

Neste sentido, o trabalho no Museu Imperial, seja no Arquivo Histórico, pesquisando e elaborando verbetes analíticos, por exemplo, seja na Biblioteca, indexando periódicos e livros raros, revelou-nos um perfil de d. Pedro II que, como intentamos mostrar neste trabalho, ainda não havia sido devidamente tratado pela historiografia.

Neste ponto, não poderíamos deixar de mencionar as pistas deixadas por Gilberto Freyre. Ainda assim, como explanado no primeiro capítulo, a dissertação agregou uma reflexão pouquíssimo mencionada ao tratar da influência de Max Weber sobre o pensamento freyreano. A dualidade entre o patriarca e o bacharel pôde, então, ser entendida como o espelhamento da dicotomia entre o tipo de dominação tradicional (estamental e patrimonialista) e o tipo de dominação burocrático-racional.

Seguindo a lógica weberiana, o conceito de *ethos* foi utilizado como instrumentalizador da ideia de máxima norteadora de uma conduta ética, ou ainda, de modos de ser, pensar e agir. O *ethos* aristocrático aproxima-se do *ethos* da sociedade de corte, por um lado, e da dominação tradicional, por outro lado. Por sua vez, o *ethos* burguês representa justamente o afastamento das bases da sociedade de corte e, obviamente, a aproximação com a sociedade burguesa, como também a encarnação da dominação burocrático-racional, cujos traços principais seriam a dessacralização do mundo e racionalização de todas as esferas da vida social.

---

<sup>274</sup> Todos os documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil, com datas de produção entre 1840 e 1932, mais documentos sem data, foram lidos por uma equipe de quatro pesquisadores, coordenados por Neibe Cristina Machado da Costa, responsável pelo Arquivo Histórico do Museu Imperial.

Com inegáveis interlocuções com a Sociologia e com os conceitos formulados, principalmente, por Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Max Weber, o propósito fundamental da dissertação foi exatamente mostrar o deslocamento de d. Pedro II do *ethos* aristocrático e a sua conseqüente aproximação com o *ethos* burguês, sublinhando enfaticamente a complexidade da sua trajetória.

A noção de trajetória como delineada por Pierre Bourdieu foi central neste trabalho. Fundamentalmente, porque nos permitiu, muito mais do que a ideia de biografia, por exemplo, perceber as colocações e os deslocamentos de d. Pedro II em relação ao espaço social em um contexto de profundas transformações.

Embora tenhamos nos apoiado no conceito de espaço biográfico, como mobilizado por Leonor Arfuch, como uma chave de leitura importante, em nenhum momento pretendemos nos aproximar da escrita de uma biografia, entendida como uma vida com uma teleologia previamente definida, com um senso dado *a priori*.

O “espaço biográfico”, ao contrário, nos permitiu vislumbrar os diversos momentos e as múltiplas formas de tratamento da figura de d. Pedro II: no período de sua vida; no processo de reabilitação da sua memória no contexto republicano; pela historiografia desde a sua institucionalização no meio acadêmico; pelos e nos lugares de memória; nas escritas de si, nas narrativas autorreferenciais; nas memórias; nos periódicos, nas biografias, nos textos acadêmicos, ou ainda na *consuming history*.

Em outros termos, o intuito foi o de perceber em que medida a narrativa construída no século XIX, ainda durante a vida de d. Pedro II, acabou por influenciar e reverberar nos trabalhos produzidos *a posteriori*, apagando ou minimizando o que no nosso entendimento é um traço fundamental: a complexidade da sua trajetória.

Os conceitos trazidos por Leonor Arfuch também viabilizaram pensar criticamente sobre o valor do testemunho para as visões do passado. A noção de disjunção – temporal e sujeito-objeto da narrativa – foram chaves relevantes para a compreensão dos esforços empreendidos pelo próprio d. Pedro II, nas narrativas autorreferenciais, para separar o imperador do cidadão, o que constitui uma contribuição inédita deste trabalho.

A relação entre História e Memória, por outro lado, foi fundamental para que esquadrihásemos estas múltiplas formas de narrativas, refletíssemos sobre as relações que o

presente estabelece com o passado, e mais do que isto, vislumbrássemos como estas escolhas condicionaram a constituição de momentos posteriores.

Assim, como segunda chave de discussão, objetivamos compreender como se consolidaram essas representações (auto) biográficas, a partir das reflexões de Pierre Nora e Fernando Catroga. Esperamos ter conseguido apontar que as narrativas memoriais, inclusive as constituídas pelos e nos “lugares de memória” – como o IHGB e o Museu Imperial – acabaram por cristalizar o conhecimento historiográfico a respeito de Pedro II.

Além disso, a leitura dos documentos que formam o arquivo privado de d. Pedro II possibilitou perceber a tensão entre os projetos coletivos e os projetos individuais e o enquadramento do agente social – um indivíduo incomum - sobre si mesmo, revelando conflitos desprezados pelos relatos coerentes e unívocos das biografias laudatórias. Pudemos observar algumas opções e escolhas do agente social, a rede de relações sociais e as articulações políticas, que revelaram, em última instância, espaços de manobra e de atuação do indivíduo na história (enquanto campo de conhecimento e campo dos acontecimentos).

A partir de uma leitura inédita dos conselhos dados por Luiz Augusto May ao imperador – trazendo elementos igualmente inéditos a respeito da trajetória de May - e da correspondência entre d. Pedro II e seu cunhado, d. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, sobretudo das cartas escritas nos anos 1840 e 1850, esperamos ter conseguido mapear qual era o espaço de experiência para o monarca no início do seu reinado. Apropriando-nos dos conceitos de Koselleck, por outro lado, a partir das cartas que trocou com importantes intelectuais brasileiros e estrangeiros, visamos traçar o horizonte de expectativa para d. Pedro II, marcado pela passagem à modernidade, que seria inaugurada a partir dos anos 1870.

Neste sentido, priorizamos como fontes a correspondência que manteve com Varnhagen, Gonçalves Dias, Alexandre Herculano e Quatrefages. Ou ainda, com alguns de seus interlocutores privilegiados, como o conde de Gobineau, a sua filha, a princesa Isabel, a condessa de Barral e o já citado d. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha.

Sobretudo, esperamos ter conseguido apresentar a ambiência conformada a partir do contato que d. Pedro II estabeleceu com diferentes intelectuais. Sem dúvidas, uma extensa rede de sociabilidade fora construída a partir de 1871, quando viajou pela primeira vez ao exterior. Fontes depositadas particularmente na Biblioteca Nacional da França ajudaram a complementar este mapa.

Os contatos de d. Pedro II com os mais eminentes intelectuais do seu tempo indicaram a sua atuação efetiva nos campos intelectual e científico. As fontes mostraram que o imperador não só lia, ou se correspondia com os mais importantes cientistas e intelectuais do seu tempo, como também era, ele mesmo, um articulador e produtor de ideias, as quais embasavam, em última instância, tomadas de decisão e agenciamentos políticos.

Em outros termos, as fontes reforçaram a sua participação em uma rede transnacional de produção e circulação de ideias e conhecimentos, marcando-o como um importante intelectual, e afastando a noção de curioso, adjetivo comumente utilizado para caracterizar d. Pedro II. Esperamos, assim, tê-lo apresentado, na acepção das mais recentes abordagens historiográficas, como um intelectual não só mediador, mas também produtor de conhecimento, que, muito além do diletante, pôde contribuir direta e significativamente para a construção do conhecimento e a consolidação de um novo paradigma científico no último quartel do século XIX.

No campo científico, particularmente no campo da Antropologia, procuramos mostrar como questões que começaram a ser levantadas na década de 1850, e configuraram na pauta dos debates das décadas posteriores, tiveram impacto sobre o *ethos* do imperador.

Assim, a luta pela hegemonia do discurso no campo científico, a partir de uma nova ciência – a Antropologia – nos pareceu um fio condutor interessante para defendermos que d. Pedro II não fez, pelo menos não o tempo todo, deliberadamente, uso de imagens construídas para associá-lo à civilização e ao progresso. Neste ponto residiu outro desafio: combater a tese da teatralização do poder, largamente consolidada.

Entretanto, percebemos que a análise simbólica em si mesma, desprendida da estrutura social, não captava um importante aspecto da trajetória de d. Pedro II, que é a relação que ele estabeleceu dialeticamente com os novos valores, modos de pensar, sentir e agir, no processo histórico marcado pela passagem à modernidade, na segunda metade do século XIX.

Nesta linha de raciocínio, nossa pesquisa apontou que, às vésperas da Proclamação da República, o imperador se aproximava muito mais dos filhos bacharéis do que dos pais senhores de escravos. Havia, sem dúvidas, pontos de interseção claros entre d. Pedro II e a chamada geração de 1870, como intentamos mostrar no terceiro capítulo.

Se Angela Alonso reconhece que uma parcela da geração de 1870 tinha expectativas quanto às tomadas de decisão do imperador, por outro lado, enfatiza que d. Pedro II nunca

estivera à altura das demandas. Ao contrário desta proposição, buscamos explicar como, a partir da leitura aprofundada e vasta de sua documentação de caráter privado, foi possível descortinar a transição na trajetória do imperador, que paulatinamente deslocou-se dos fundamentos “saquaremas”, das bases do conservadorismo, e se aproximou, sobretudo após 1871, do “bando de ideias novas”, sejam as defendidas pelos “Novos Liberais”, como Nabuco e Rebouças, sejam as “cientificistas”, que o levariam a propor um projeto de produção científica para o Brasil, condensado particularmente no Museu Nacional, com claras repercussões em futuras políticas públicas.

Neste sentido, entendemos que as teses que visam aproximar d. Pedro II da sociedade do Antigo Regime não se sustentam. Seja a da teatralização do poder, seja a do despotismo monárquico. Sem dúvidas, sobretudo a partir dos anos 1870, no bojo da cisão intralite imperial e da fragilização do *status quo* saquarema, a nossa pesquisa evidenciou a adesão de d. Pedro II a novas bases epistemológicas que, reiteramos, o afastariam definitivamente do projeto conservador.

Defender a aproximação de d. Pedro II com a chamada geração de 1870 tornou-se, assim, o nosso principal propósito, inclusive, porque, a despeito de tudo o que já se escreveu a seu respeito, este era ainda um ponto não devidamente tratado pela historiografia. Para tal compreensão, mobilizamos o conceito de geração também do ponto de vista sociológico, levando-se em conta, para além das balizas biológicas, a ideia de um evento fundador, nos moldes propostos por Karl Mannheim, e a perspectiva da heterogeneidade social e cultural de uma determinada geração, conforme Bourdieu.

Obviamente, para abordarmos a questão da geração de 1870, o trabalho de Angela Alonso foi um norteador imprescindível. Primeiro, por ter superado o domínio da história das ideias, buscando a relação dialética entre cultura e política, entre representações e práticas; segundo, por ter ultrapassado a divisão do pensamento social brasileiro em “escolas”, ou “doutrinas”, que de certa forma engessavam a complexidade das trajetórias individuais, sobretudo no Oitocentos, quando ser intelectual pressupunha o desenvolvimento de uma multiplicidade de atividades concomitantemente, já que esses agentes sociais eram, com frequência, escritores, publicistas, professores, funcionários públicos e políticos, e circulavam por variados espaços e redes sociais. Segundo esta chave de leitura, foi possível vislumbrar d. Pedro II ante o burburinho de ideias que se consolidariam a partir dos anos 1870.

Entretanto, especificamente neste ponto, como dito, refutamos a tese de Alonso, segundo a qual “d. Pedro II encarnou esta face pública do Império, alimentando etiquetas e códigos sociais que ressoavam as formas de uma sociedade de corte do *ancient régime*” (2002, p.54). Pelo contrário, esperamos ter alcançado o objetivo proposto, mostrando a atualização de d. Pedro II com as transformações que levariam ao advento da modernidade.

Paradoxalmente, no entanto, como desdobramento, não poderíamos também deixar de inferir, a despeito das transformações evidenciadas, em que medida, por estar calcada na estrutura, a cultura política conservadora não continuaria subjacente, sempre pronta a emergir, independentemente da forma de governo.

Para aprofundarmos estas e outras questões, sabemos que este estudo deverá ser continuado, ampliando-se as fontes, muitas delas agora perdidas para sempre após o incêndio que consumiu os fundos documentais que integravam o Arquivo Histórico do Museu Nacional. Porém, a despeito das tragédias, assim como Max Weber (1991, p. 100), continuamos a acreditar que “os pontos de partida das ciências da cultura continuarão a ser variáveis no imenso futuro, enquanto uma espécie de imobilidade chinesa da vida espiritual não desacostumar a humanidade de fazer perguntas à sempre inesgotável vida.”

## REFERÊNCIAS

AFFONSO CELSO, Affonso Celso de Assis Figueiredo Jr., conde de. O imperador no exílio. São Paulo: Linotipo Digital, 2013.

AGUIAR, Jaqueline Vieira de. Princesas Isabel e Leopoldina: mulheres educadas para governar. Curitiba: Apris, 2015.

ALMANAK LAEMMERT: ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ) – 1843-1850. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 Jan. 2018.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: O Brasil Imperial: 1870-1889. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 83-118.

ALONSO, Angela. Faces de um rei. Resenha de Roderick Barman, Imperador Cidadão, Unesp, 2010. In: Jornal de Resenhas, abril, 2013.

ALONSO, Angela. Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANUÁRIO MUSEU IMPERIAL – Petrópolis: Museu Imperial, 1940-1995.

ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

ARGON, Maria de Fátima Moraes. A estátua de d. Pedro II: arte, memória e política - o centenário da primeira estátua de d. Pedro II, inaugurada em Petrópolis, em 5 de fevereiro de 1911. In: R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 173(455):147-180, abr./jun. 2012.

ARGON, Maria de Fátima Moraes. Reflexões Sobre O Arquivo da Família Imperial e o papel de d. Pedro II na sua formação, publicado pelo Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em: [www.ihp.org.br](http://www.ihp.org.br) Acesso em: 29 Set. 2016.

ARQUIVO DA CASA IMPERIAL DO BRASIL (POB) - Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

ARQUIVO GRÃO PARÁ (AGP) – Acervo pertencente aos descendentes de d. Pedro II, custodiado em regime de comodato pelo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.

BARBOSA, A. Lemos. Quelques Notes sur la Langue Tupi. In: Anuário do Museu Imperial. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. 6, 1945, p. 169-188.

BARMAN, Roderick J. Imperador Cidadão. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BEDIAGA, Begonha (Org.). Diário do Imperador D. Pedro II: 1840-1891. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BESOUCHET, Lúcia. Pedro II e o Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BESOUCHET, Lúcia. Renan e o Imperador do Brasil. São Paulo: Biblioteca Mário de Andrade. Separata do Boletim Bibliográfico, n. 38, jan.-jun. 1977.

BLOCK, Maurice. Dictionnaire Général de la Politique. Paris, França: O. Lorenz, Libraire-Éditeur, 1873, disponível em <http://gallica.bnf.fr/> Bibliothèque nationale de France.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos e Abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 46-81.

BOURDIEU, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte. In: Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990b, p. 169-180.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BRITO, Rômulo de Jesus Farias. O cetro e a mala: as narrativas de Raphael Bordallo Pinheiro, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão sobre a primeira viagem de D. Pedro II à Europa. Dissertação (Mestrado). Faculdade de História. PUCRS. Porto Alegre, 2013, 167f.

BULLETINS DE LA SOCIÉTÉ D'ANTHROPOLOGIE DE PARIS (1860-1899). Acervo Biblioteca Nacional da França (BnF). Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/>

BURKE, Edmund. Reflexões sobre a Revolução em França (1790). Brasília: Ed. UnB, 1997.

CALMON, Pedro. A vida de d. Pedro II, o rei filósofo: edição especial comemorativa do sesquicentenário de seu nascimento. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

CALMON, Pedro. O rei filósofo: vida de D. Pedro II. 2.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1939.

CAMARA, Giselle Marques. Então esse que é o imperador? Ele não se parece nada com reis. Algumas considerações sobre o intelectual brasileiro Pedro de Alcântara e suas viagens pelas terras do Nilo. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2005, 106f.

CAMPOS, Joaquim Pinto de. O senhor d. Pedro II imperador do Brasil. (com o retrato de S. M. Imperial) / Pinto de Campos, Camilo Castelo Branco. Typographia Pereira da Silva, 1871.

CÂNDIDO, Antônio. Formação da literatura brasileira (Momentos decisivos). vol. 2. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1971.

CARULA, Karoline. As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880). Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2007. 189f.

CARULA, Karoline. Darwinismo, Raça e Gênero: Conferências e Cursos Públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012, 311f.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória. Editora UFMG, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. D. Pedro II: Ser ou Não Ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. Revista Topoi. Rio de Janeiro, n. 1, jan-dez., 2000, p. 123-152.

CARVALHO, José Murilo de. Os fantasmas do Imperador. In: Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1977.

CATROGA, Fernando. Memória, História e Historiografia. Coimbra, Portugal: Quarteto Editora, 2001.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COLEÇÃO BARRAL MONTFERRAT (DBM) - Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania. Disponibilizada online pelo Museu Imperial/Acervo Digitalizado/DAMI. <http://www.museuimperial.gov.br/dami/>

COLEÇÃO REVISTA ILLUSTRADA (1876-1898) - Acervo Biblioteca/Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania. Disponibilizada online pelo Museu Imperial/Acervo Digitalizado/DAMI. <http://www.museuimperial.gov.br/dami/>

COMPTE-RENDU CONGRÈS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES: compte-rendu da la huitième session tenue à Paris en 1890. Paris: Ernest Leroux Éditeur, 1892. Disponível em:

COMPTE-RENDUS HEBDOMADAIRES DES SÉANCES. Institut de France - Académie des Sciences. Acervo Biblioteca Nacional da França (BnF). Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/>;

CORRESPONDÊNCIA ativa de d. Pedro II com Armand de Quatrefages. Acervo Biblioteca Nacional da França (BnF): Nouvelles Acquisitions Françaises - NAF 11824, fol. 3 à 11, Correspondance d'Armand de Quatrefages de Bréau, membre de l'Institut et professeur au Muséum (1810-1892) - BnF - Archives et Manuscrits.

CORRESPONDÊNCIA ENTRE D. PEDRO II E O BARÃO DO RIO BRANCO (de 1889 a 1891). Apresentação de Miguel do Rio-Branco. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

COSER, Ivo. Visconde do Uruguai: centralização e federalismo. Brasil 1823-1866. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. A Casa do Imperador: Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. 276 p.

DOM PEDRO II E A CULTURA. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1977.

DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero. Controvérsias Evolucionistas no Brasil do século XIX. In: DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol (Org.). A recepção do darwinismo no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.

DOSSE, François. O Desafio Biográfico: escrever uma vida. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. Do exílio ao Panteão: D. Pedro II e seu reinado sob o(s) olhar(es) Republicano(s). Tese (Doutorado) Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais – FGV. Rio de Janeiro, 2012. 349f.;

FALLAS DO THRONO. DO ANNO DE 1823 ATÉ O ANNO DE 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/> Acesso em: 23 Jan. 2018.

FIGUEIREDO, Affonso Celso de Assis. O imperador no exílio. Rio de Janeiro: Magalhães, 1893.

FRAGUAS, Alessandra Bettencourt Figueiredo. D. Pedro II e o campo científico: novas perspectivas sobre a trajetória do imperador. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, v. 459, p. 125-152, 2013.

FRAGUAS, Alessandra Bettencourt Figueiredo; MARTINS, Thais Cardoso. Diários de d. Pedro II: viagens de conhecimento e reconhecimento. Disponível em: [http://www.ihp.org.br/26072015/lib\\_ihp/docs/abff20111121.htm](http://www.ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/abff20111121.htm) Acesso em: 14 Jan. 2018.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 16 ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. Curso D. Pedro II. D. Pedro II julgado por alguns estrangeiros seus contemporâneos. Anuário do Museu Imperial, Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. XXI a XXI, p. 15-27, 1960-1970.

FREYRE, Gilberto. Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical. In: FREYRE, Gilberto. Perfil de Euclides e outros perfis. 3 ed. São Paulo: Global, 2011, p. 132-149.

GARCIA, Rodolfo. Dom Pedro II e a língua Tupi. Anuário do Museu Imperial. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, v. 4, 1943, p. 5-13.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Ano 1822. Edição 00145. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 Jan. 2018.

GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. Mitos, emblemas e sinais. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.143-180.

GOMES, Ana Carolina Vimieiro. Um programa de “sciencia do Brazil”: a inserção da fisiologia experimental na agenda científica brasileira em fins do século XIX (1880-1889). Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte/MG, 2009, 307f.

GOMES, Angela de Castro. (Org.). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Angela de Castro. Essa gente do Rio...os intelectuais cariocas e o modernismo. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro. vol. 6, n. 11, 1993, p. 62-77.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Org.). Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. D. Pedro II em Portugal (1871-1872): memória e história. In: R.IHGB, ano 176, n. 469, 2015, p. 103-117.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaxo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889), 2. ed., São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Reverenciando a memória paterna: D. Pedro II no “Reduto das Medalhas”. (1871-1872). In: Memoria del 56.º Congreso Internacional de Americanistas. Volumen VIII. Estudios Culturales - 56.º Congreso Internacional de Americanistas / Manuel Alcántara, Mercedes García Montero y Francisco Sánchez López (Coord.). Salamanca; Espanha: Edicionesusal - Editora da Universidade de Salamanca, 2018.

HOBBSAWM, Eric J. A Era das revoluções: Europa 1789-1848. 15. ed. Tradução de Maria Tereza Lopes e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de História do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil monárquico. v. 7: do Império à República. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

HOMEM, Francisco de Sales Torres. O Libelo do Povo. In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. Três Panfletários do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 158-205.

[https://archive.org/stream/congrsinternat00bayeuoft/congrsinternat00bayeuoft\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/congrsinternat00bayeuoft/congrsinternat00bayeuoft_djvu.txt)

INVENTÁRIO DOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO DA CASA IMPERIAL DO BRASIL EXISTENTES NO CATELO D`EU. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Ministério da Educação e Saúde, 1939. 2 v.

JORNAL DO COMMERCIO. Ano 1856. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 Set. 2018.

KODAMA, Kaori. O Tupi e o Sabiá: Gonçalves Dias e a etnografia do IHGB em Brasil e Oceania. In: Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz. v. 4. n. 3. Ano IV Julho/ Agosto/ Setembro de 2007. Disponível em: [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br). Acesso em 9 Jun. 2012.

KODAMA, Kaori. Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860). Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. 295 p.

KODAMA, Kaori. Um discurso sobre ciência, religião e liberdade no Segundo Reinado: a Alma e o Cérebro, de Gonçalves de Magalhães. In: Revista da SBHC. Rio de Janeiro. v. 3. n. 2, p. 146-155, Dez. 2005a.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LACOMBE, Lourenço Luiz. Biografia de um palácio. Petrópolis: Museu Imperial, 2007.

LE GOFF, Jacques. Introduction. In: Saint Louis. Paris: Éditions Gallimard, 1996.

LIMA, Madalena Quaresma. As duas faces da mesma moeda: cara e coroa no discurso do Diário do Imperador D. Pedro II. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, 2016, 182f.

LOBATO, José Renato Monteiro. A Luz do Baile. Disponível em: <http://solepro.com.br/Artigos/Historia/A%20Luz%20do%20Baile.pdf> Acesso em: 01 Fev. 2018.

LUSTOSA, Isabel. Insultos Impressos: A Guerra dos jornalistas da Independência (1821-1824). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. O nascimento da imprensa brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LYRA, Heitor. História de Dom Pedro II: 1825-1891. (Ascensão, Fastígio e Declínio). Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977, 3v.

MAFRA, Adriano; STALLAERT, Christiane. Um orientalista alemão no Brasil Imperial. Christian Friedrich Seybold, o tutor de d. Pedro II. In: Rev. Hist. (São Paulo), n. 173, p. 303-327, jul.-dez., 2015. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.106223> Acesso em: 08 fev. 2019.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. D. Pedro II e a Condessa de Barral: através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1956.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs). O Brasil Imperial: 1831-1870. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 13-47.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MONTEIRO, Cláudio Antônio Santos. Alguns elementos do debate francês sobre o reconhecimento da república no Brasil (1889-1890). In: R.IHGB, Rio de Janeiro, a. 168(434):9-26, jan./mar. 2007.

MONTEIRO, Cláudio Antônio Santos. Morte no exílio. In: R. Mestrado História, Vassouras, v. 8, 2006, p. 103-120.

MORAIS, Alexandre José de Melo. A Independência do Brasil, ou, A Independência comprada por dous milhões de libras esterlinas.../Edições do Senado Federal. v. 18. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

MOREL, Marco. A saga dos Botocudos: guerra, imagens e resistência indígena. São Paulo: Hucitec, 2018.

MOREL, Marco. O Período das Regências (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MOSSÉ, Benjamim. Dom Pedro II, Empereur du Brésil. Paris: Librairie de Firmin-Didot et Cie, 1889, 451p.

MOSSÉ, Benjamin. Dom Pedro II, Imperador do Brasil: o Imperador visto pelo barão do Rio Branco /Benjamin Mossé. Brasília: FUNAG, 2015.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Independência: Contextos e Conceitos. História. Unisinos, v. 14, p. 5-15, 2010.

NISBET, Robert. As fontes do conservadorismo. In: O Conservadorismo. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 15-43.

NOGUEIRA, Amanda. Luís Augusto May: o jornalista que fez arder o Império. Disponível em: <http://amandarnogueira.blogspot.com.br/2010/06/luis-augusto-may-o-jornalista-que-fez.html> Acesso em: 19 Jan. 2018.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. In: \_\_\_\_\_. Les lieux de mémoire – La République. Paris: Gallimard, 1984, p. XV-XLII.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Proj. História. São Paulo, (10), dez. 1993.

PEQUENA ILLUSTRACÃO (1931-1944). Acervo Museu Imperial/Ibram/Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania.

RAEDERS, George. D. Pedro II e o conde de Gobineau: correspondências inéditas. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

RÉMOND, René. Por uma história política. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVUE D'ANTHROPOLOGIE/publiée sous la dir. du Dr. Paul Broca. Acervo Biblioteca Nacional da França (BnF), disponível em <http://gallica.bnf.fr/>

RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

ROCHA, Grazielle de Souza. Memória, historiografia e identidade local: Petrópolis (1900-1945) Dissertação (Mestrado) História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. 147f.

ROCHA, Levy. Viagem de Pedro II ao Espírito Santo. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado de Educação. Coleção Canaã, v. 7, 2008.

SANTOS, Nadja Paraense dos. D. Pedro II, sábio e mecenas e a sua relação com a Química. In: Revista da SBHC. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 54-64, jan./jun. 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 46, fev 2008, p. 123-165.

SOARES, Noêmia; SOUZA, Rosane de; ROMANELLI, Sergio (Org.). Dom Pedro II: um Tradutor Imperial. Tubarão: Ed. Copiart; Florianópolis: PGET/UFSC, 2013.

SODRÉ, Alcindo de Azevedo. Abrindo um cofre: cartas de Dom Pedro II à condessa de Barral. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1956. 331p.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 4. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1999.

TÁVORA, Araújo. D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.

VIANNA, Helio. Achegas à biografia do Malagueta (I). In: Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. Ano 1960. Edição 00176 (1), de 29/04/1960. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_15&pasta=ano%20196&pesq=achegas](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_15&pasta=ano%20196&pesq=achegas) Acesso em: 03 Jan. 2018.

VIANNA, Helio. Achegas à biografia do Malagueta (II). In: Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. Ano 1960. Edição 00179, de 02 e 03/05/1960. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_15&PagFis=1394&Pesq=malagueta](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&PagFis=1394&Pesq=malagueta) Acesso em: 03 Jan. 2018.

VIANNA, Helio. D. Pedro II, da Maioridade à Conciliação. In: Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. Ano 1964. Edição 00180 (1), de 08/05/1964. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_15&pasta=ano%20196&pesq=da%20maioridade%20%C3%A0%20concilia%C3%A7%C3%A3o](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_15&pasta=ano%20196&pesq=da%20maioridade%20%C3%A0%20concilia%C3%A7%C3%A3o) Acesso em: 05 Fev. 2018.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). Weber: Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1991.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 7. ed., São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1992.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (Org.). Weber: Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 128-141.